



Sobre gênero e justiça social

Maria Cristina Gobbi
Sandra Raquew Azevedo
Alejandra González
(Coordenação)

Sobre gênero e justiça social

Maria Cristina Gobbi
Sandra Raquew Azevedo
Alejandra González
(Coordenação)

RIA
Editorial

Ria Editorial - Conselho Editorial

PhD Abel Suing (UTPL, Equador)

PhD Andrea Versutti (UnB, Brasil)

PhD Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)

PhD Carlos Arcila (Universidade de Salamanca, Espanha)

PhD Catalina Mier (UTPL, Equador)

PhD Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)

PhD Fátima Lopes Cardoso (ESCS/IPL, Portugal)

PhD Fernando Gutierrez (ITESM, México)

Ms. Fernando Irigaray (Universidade Nacional de Rosario, Argentina)

PhD Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil)

PhD Jerónimo Rivera (Universidade La Sabana, Colombia)

PhD Jesús Flores Vivar (Universidade Complutense de Madrid, Espanha)

PhD João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)

PhD Joseph Straubhaar (Universidade do Texas – Austin, Estados Unidos)

PhD Juliana Colussi (Universidade Rey Juan Carlos, Espanha)

PhD Koldo Meso (Universidade do País Vasco, Espanha)

PhD Lionel Brossi (Universidade do Chile, Chile)

PhD Lorenzo Vilches (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha)

PhD Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)

PhD Marcos Pereira dos Santos (Univ. Tec. Federal do Paraná – UTFPR e
Fac. Rachel de Queiroz, Brasil)

PhD Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)

PhD Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)

PhD Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)

PhD Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil)

PhD Piero Dominici (Universidade de Perugia, Italia)

PhD Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil)

PhD Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo – USP, Brasil)

PhD Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil)

PhD Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)

PhD Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Copyright 2024 ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©*Oleksandr* - stock.adobe.com (arquivo nº 415556074)

Design da capa: ©*Denis Renó*

Diagramação: *Luciana Renó*

ISBN 978-989-9220-21-8

Título: Sobre gênero e justiça social

Coordenadores: Maria Cristina Gobbi, Sandra Raquew Azevedo e Alejandra González

1.ª edição, 2024



Esta obra tem licença Creative Commons *Attribution-NonCommercial-NoDerivatives*. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial

RIA
Editorial

riaeditora@gmail.com

<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dra. Laís Akemi Margadona (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas), que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

O livro “**Sobre gênero e justiça social**”, coordenado por Maria Cristina Gobbi, Sandra Raquew Azevedo e Alejandra González, investiga temas contemporâneos na Comunicação, com ênfase na representatividade, questões de gênero, direitos humanos e dinâmicas midiáticas. É um marco importante no mapeamento de questões contemporâneas na comunicação sob o olhar do gênero e da justiça social, especialmente no contexto latino-americano.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Agnes Faria

Antônio Luiz Ferreira Sousa Filho

Bento Matias Faustino

Camila Florencio

Cosette Castro

Cristiane Prudenciano de Souza

Daniel Dantas Lemos

Deborah Luísa Vieira dos Santos

Francisco Arrais Nascimento

Ingrid Gomes Bassi

Isadora da Silva Prestes

Juliana Ferreira Cavalcanti

Laerte José Cerqueira da Silva

Lara Karoline Souza de Aquino

Lara Ramalho Loura França

Marcelo Bolshaw Gomes

Maria Cristina Gobbi

Maria Luiza Santos Nunes

Maurício João Vieira Filho

Mauro de Souza Ventura

Mayra Regina Coimbra

Nathalia Figueiredo de Oliveira Brito

Onan Ferreira da Silva

Patrícia Resende Pereira

Thiago Luiz dos Santos

Yann Dieggo Souza Timótheo de Almeida

Zara Pinto-Coelho

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
<i>Denis Renó</i>	
Contribuições ao Pensamento Comunicacional Latino-Americano mulheres na comunicação.....	15
<i>Maria Cristina Gobbi</i>	
#CriançaNãoéMãe: o contradiscurso digital feminista na luta pelos direitos reprodutivos no Brasil.....	33
<i>Camila Florencio</i> <i>Zara Pinto-Coelho</i>	
A culpabilização da mulher na sociedade: a maternidade de Virgínia Fonseca no <i>Portal Uol</i>	65
<i>Lara Ramalho Loura França</i> <i>Mayra Regina Coimbra</i> <i>Deborah Luísa Vieira dos Santos</i>	

A proteção constitucional à atividade jornalística e a promoção da justiça social: a “vaza jato” no julgamento do HC nº 164493/PR.....	94
<i>Thiago Luiz dos Santos</i>	
<i>Yann Dieggo Souza Timótheo de Almeida</i>	
A representação mediática da mulher na imprensa moçambicana.....	128
<i>Bento Matias Faustino</i>	
<i>Mauro de Souza Ventura</i>	
Silas Mafalaia e Twitter: o discurso e a fé.....	147
<i>Maria Luiza Santos Nunes</i>	
<i>Daniel Dantas Lemos</i>	
O Coletivo Filhas da Mãe e a ecologia das mídias.....	180
<i>Cosette Castro</i>	
Da mídia popular à mídia massiva: a Cunhã Poranga como figura do empoderamento feminino.....	201
<i>Onan Ferreira da Silva</i>	
<i>Maria Cristina Gobbi</i>	
Análise do horror em Junji Ito: o corpo desmembrado de Tomie sob a óptica da monstruosidade feminina.....	221
<i>Nathalia Figueiredo de Oliveira Brito</i>	
<i>Marcelo Bolshaw Gomes</i>	

Liberdade de expressão ilimitada? Um estudo sobre a aceitação social e a não punição judicial dos discursos de Nikolas Ferreira e Jair Messias Bolsonaro.....	240
<i>Agnes Faria</i>	
Macho, masculino, homem: o papel do conservadorismo e das pautas de gênero e sexualidade no discurso político da extrema direita no Brasil.....	258
<i>Francisco Arrais Nascimento</i>	
<i>Isadora da Silva Prestes</i>	
Pautas LGBTQIA+ e agendamento midiático: uma análise da cobertura do ‘mês do orgulho’ no portal de notícias G1.....	276
<i>Juliana Ferreira Cavalcanti</i>	
<i>Laerte José Cerqueira da Silva</i>	
Jornalismo Sumaúma: em defesa dos direitos humanos e da vida no planeta.....	307
<i>Antônio Luiz Ferreira Sousa Filho</i>	
<i>Ingrid Gomes Bassi</i>	
Reflexões sobre educação midiática, cidadania e igualdade de gênero.....	335
<i>Cristiane Prudenciano de Souza</i>	
<i>Patrícia Resende Pereira</i>	
<i>Stay Woke</i> : disputas em torno das questões identitárias a partir de uma edição da revista Veja.....	368
<i>Maurício João Vieira Filho</i>	

Unidas com Bolsonaro: uma análise do comportamento das mulheres conservadoras eleitas em 2018 no <i>Twitter</i>	390
<i>Deborah Luísa Vieira dos Santos</i>	
<i>Mayra Regina Coimbra</i>	
<i>Lara Karoline Souza de Aquino</i>	
PL 1904/2024: narrativas e contranarrativas sobre o aborto no Brasil.....	421
<i>Isadora da Silva Prestes</i>	
<i>Francisco Arrais Nascimento</i>	
<i>Índice Remissivo</i>	443

SOBRE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL

APRESENTAÇÃO

O ecossistema midiático contemporâneo traz desafios que superaram os espaços midiáticos, chegando à sociedade em si e suas dinâmicas organizacionais. Cada vez mais seres-meio (Gillmor, 2005) - tema do 6º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies -, os cidadãos precisam se educar midiaticamente. Neste contexto, devem ser considerados não somente a formação técnica, mas também a preocupação ética e a noção do que é ou não verdade. Isso tem feito com que processos democráticos, que evoluíram nos últimos séculos para promover a paz e a harmonia entre as pessoas, fossem afetados. E esse problema não se limita a sociedades consideradas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Países que se autodefinem desenvolvidos, como os pertencentes à União Europeia e os Estados Unidos, caem frequentemente nos contos das “verdades” midiáticas, que frequentemente distanciam-se radicalmente da verdade.

Com base nestes parâmetros, promoveu-se o 7º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies, que teve como temática “Democracia e Educação Midiática”. O tema, aliás, é apropriado para o campo da ecologia dos meios, e enfrenta um desafio global. Com base nisso, foram programadas 15 videoconferências e nas 13 mesas de trabalho, reunindo representações de nove países. Das mesas de trabalho, surgiram os textos completos que compuseram 16 livros que, após serem avaliados por pares, foram publicados pela Ria Editorial. Uma das obras é esta, que reflete resultados científicos e/ou empíricos observacionais sobre o ecossistema midiático.

Através deste livro, o Congresso MEISTUDIES e a Ria Editorial cumprem com um compromisso comum entre as duas entidades: a disseminação do conhecimento científico sem limites ou barreiras. Como diretor geral do MEISTUDIES, desejo uma excelente leitura, repleta de aprendizados e reconexões críticas. Viva a Ecologia dos Meios. Viva a Democracia. Viva os estudos sobre comunicação. Viva o MEISTUDIES!

Denis Renó
Diretor Geral

CONTRIBUIÇÕES AO PENSAMENTO COMUNICACIONAL LATINO-AMERICANO MULHERES NA COMUNICAÇÃO

Maria Cristina Gobbi¹

O texto é parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida nos últimos 10 anos. A etapa em curso focaliza o desenvolvimento de uma enciclopédia digital, de acesso aberto e gratuito, considerando as produções resultantes das investigações anteriores, reforçadas e complementadas pela instância em curso, incorporando os recentes dados coletados e analisados. Objetiva ampliar a recuperação da produção das mulheres e disseminar as informações sistematizadas por meio da web, para que pesquisadoras/es, professoras/es, estudante de graduação, de pós-graduação e demais interessados na área possam

1. Pesquisadora Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista de Produtividade do CNPq. Bolsista Fapesp (Processo 2022/08397-6). Professora Associada da Universidade Estadual Paulista (UNESP) .
cristina.gobbi@unesp.br

ter conhecimento dos trabalhos (livros, textos, entrevistas, sites, blogs, imagens, áudios etc.) produzidos por elas, formando uma grande base de dados. Desenvolvido por meio de verbetes comunicacionais (perfil e temático), com buscas (acessos) por palavras-chave, que possibilitará a interação mais ágil com a bibliografia produzida (facilitando, principalmente, a pesquisa acadêmica).

A opção pela Enciclopédia se deu pela dificuldade de acesso a produção das mulheres na área da comunicação, foco central da pesquisa realizada, que está dispersa, gerando a percepção equivocada da não produção das mulheres nos espaços de conhecimento. Podemos citar pioneiras como Michèle Mattelart, que em 1968, no Chile, produziu a obra *La mujer chilena en una nueva sociedad: un estudio exploratorio acerca de la situación e imagen de la mujer en Chile*, pela editorial del Pacífico, sendo uma das primeiras pesquisas empíricas realizadas no Chile sobre mulheres das classes populares, conforme seu perfil biográfico e acadêmico, quando homenageada como professora Honoris Causa pela Universidad de Málaga, em 2014 e em 2016, na Universidad de Valladolid, ambas na Espanha. Podem ser citados diversos perfis da pesquisadora, como o dossiê publicado (2020) pela revista *Matrizes*, elaborado por Yamila Heram e Santiago Gándara, da Universidad de Buenos Aires.

Entre as múltiplas sistematizações realizadas, podem ser destacadas igualmente a presença dos trabalhos de Dora Barrancos (História dos Feminismos na América Latina); Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues e Luciana Branco Vieira (Mulheres na História da América Latina. Passado, Presente); Bárbara Figueiredo Souto (Mulheres e Imprensa no século XX e Imprensa Feminista no Brasil); Constância

Lima Duarte (Imprensa feminina e feminista no Brasil – dois volumes); Maria Amélia de Almeida Teles (Breve história do feminismo no Brasil), entre outras. Outro potencial foi a descoberta do Projeto ‘Mujeres de la Comunicación’, publicizado por *ebook*, organizado por Clemência Rodrigues, Claudia Magallanes Blanco, Amparo Marroquin Parducci e Omar Rincón, apoio da fundação Friedrich Ebert Stiftung. Com edições de Mujeres de la Comunicación – Argentina, Bolívia e México, além do volume Mujeres de la Comunicación 2 – América Latina y El Caribe., que reforçam a importância do projeto em curso. (Gobbi, 2023)

Os exemplos acima corroboram com a assertiva de que reunir perfis das pesquisadoras mulheres é um desafio amplo, importante e necessário, justificando a criação da Enciclopédia – Seção Mulheres na Comunicação, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp: 2022/08397-6) e pela bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Do mesmo modo, o caminhar da pesquisa tem demonstrado que os estudos sobre gênero e suas interseccionalidades têm ocupado espaço significativo em muitas atividades científicas. Um avanço expressivo também na área das Ciências da Comunicação e na democratização do conhecimento acumulado, divulgando, (re)conhecendo e compreendendo a natureza do espaço comunicativo-produtivo ocupado por elas e por suas contribuições.

Igualmente importante é a focalização regional dessa produção, tendo a América Latina para esse resgate inicial. Em linhas gerais é possível afirmar que a pauta principal dos resultados obtidos acena ainda para a preocupação com referência a dependência teórico-conceitual,

muito ligada as distintas perspectivas de atrelamento econômico, político e a cultural da América Latina em relação aos países do Norte Global.

Observou-se que uma das mudanças mais importantes no cenário comunicativo foi a chegada (1959) do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (Ciespal) na cidade de Quito, Equador. Embora, na década de 1970 o nome da instituição sofreu uma variação, que trouxe mudanças significativas para a proposta inicialmente desenhada para o Centro. A palavra ‘periodismo’ foi substituída por comunicação. Mas é possível afirmar que a criação do Ciespal marcou um ciclo importante de transformações, como a proposição de novos programas universitários de formação de comunicadores, se convertendo em um ponto-chave da pesquisa comunicacional crítica, inspirada ainda nas teorias desenvolvidas nos centros hegemônicos do Norte Global, posteriormente, marcada pela forte adesão a Teoria da Dependência (Torrice, 2020).

Miradas latino-americanas e algumas escolhas metodológicas

O século XXI tem sido marcado pela tecnologia-digital, redes sociais e pelo interesse do entendimento do lugar ocupado pela comunicação, em um cenário repleto de desinformação. Caminhando entre o *status* de ciência ou como um campo de interseção de vários saberes, o mote da comunicação social tem dividido opiniões. A perspectiva múltipla do entendimento sobre o conhecimento da produção comunicativa, que caminha em torno da natureza e dos limites que estabelecidos na trajetória evolutiva do campo de conhecimento, seus paradigmas, sua história, suas relações com a sociedade, abarca semelhanças e diferenças. Para conhecer, ainda que de forma breve, esse cenário tão diverso

presente em um extenso território, integrado por culturas diversificadas e uma geografia variada que congrega 20 países, faz-se necessário compreender que suas histórias “corrieron paralelas y estuvieron unidas por semejanzas, pero también estuvieron marcadas por diferencias políticas, sociales e culturales” e econômicas (Cano & Barrancos, 2006, p. 547).

Destarte, frente aos desafios desta pesquisa, buscamos nas proposições da professora Lucrécia D’Alessio Ferrara (2021) e do professor L. C. Martino (2020), conhecer o sentido, o valor e a importância da produção comunicativa das mulheres, no espaço latino-americano.

Em *A epistemologia da diferença*, apresentando no XXX Encontro Anual da Compós, realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) a pesquisadora Lucrécia nos desafia a pensar “como a epistemologia da comunicação poderia contemplar as diferenças sócio-culturais”, fato tão presente no cenário da América Latina. E na busca de uma resposta, a pesquisadora nos traz a “alteridade como elemento inerente ao desafio epistemológico” (p. 1), presente nas diferenças culturais. E mais, para a professora, não cabe a “neutralidade de consensos”, mas é fundamental a “crítica do modo como se apresenta, se estuda e se faz comunicação” (p. 16), mirando a construção de ciência na comunicação das diferenças.

Por outro, no texto *Elementos para uma epistemologia da comunicação*, apresentado no V Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, na Universidade Diego Portales, em Santiago do Chile, em abril de 2000 o professor L. C. Martino afirma que o termo comunicação é um exemplo de polissemia. Deste modo, pode designar as relações entre homens mediadas pelas palavras, gestos ou por imagens, mas que pode ser igualmente aplicado às relações entre animais,

máquinas etc. Para Martino, a “diversidade da comunicação faz com que o campo de estudo coincida, num primeiro momento, com o próprio estudo do Ser, o que nos leva a refletir sobre um campo de extensão máxima” (p. 1). Para ele, a polissemia do termo comunicação pode ser expressa e analisada através de sua taxionomia, porém acredita ser necessário encontrar o lugar “da comunicação em relação aos outros saberes constituídos” (p. 2).

Nesta perspectiva, a pesquisa sobre a produção comunicativa das mulheres no cenário da América Latina nos coloca o grande desafio de definir o que exatamente significa comunicação.

Para realizar a análise proposta no projeto que está em desenvolvimento sobre a presença produtiva comunicativa das mulheres, no âmbito da América Latina, é preciso considerar a alteridade como elemento fundamental na busca de resultados múltiplos, assim como definir seu valor e sua importância para os estudos da área. Deste modo, o olhar deve recair sobre a interação dessa produção e de suas protagonistas, sem desprezar as demandas dos espaços sociais, resultantes da interdependência dos processos, formas e formatos daquilo que se produziu, bem como o espaço-temporal de sua realização e divulgação. Nesta perspectiva, tratar da invisibilidade da produção das mulheres é ter uma considerável gama de informações para analisar, às vezes muito semelhantes e outras, muito díspares.

Os resultados, em seu conjunto, levaram em consideração a dinâmica de interação, das escolhas, dos caminhos e das expectativas nas múltiplas esferas que compõem a sociedade (social, política, econômica e cultural), bem como na diversidade dessa produção comunicativa e de suas protagonistas. Assim, nos parece mais acertado o foco na

comunicação das diferenças, na perspectiva definida por Lucrécia (2021), considerando as várias opções para o desenho final do que se pretende demonstrar.

Decorrência de escolhas individuais, a pesquisa é sempre um espaço de forças, determinada pela lógica das condições sociais, políticas, econômicas, culturais e de produção. Faz referência ao fazer produzido, onde sujeitas/os sociais encenam suas práticas a partir de uma autonomia relativa, mas não dissociada das condições concretas de elaboração, difusão e de desenvolvimento daquilo que se está empreendo. Porém, as competências para abordar esse ou aquele objeto e a forma dada a ele são desenhadas na natureza da produção e do conhecimento acumulado, que determinam o ponto de partida e a trajetória para alcançar o objetivo previamente definido (Gobbi, 2023).

Este é, então, um dos muitos exercícios para desenhar um cenário que seja capaz de revelar e diminuir as distâncias entre a teoria e a prática comunicativa, apontar as possibilidades da criação coletiva como ação transformadora resultante da parceria de pesquisadoras, instituições e sociedade, que é não só desejável como inevitável para a construção da ciência contemporânea.

Inserida no contexto das inquietudes, as experiências resultantes dessa ação transformadora podem possibilitar a construção de outros saberes, superando a fragmentação dos conhecimentos e escolhas. Assim, à iminência na formação de um campo da comunicação autônomo, devido ao uso desconectado das múltiplas informações acumuladas, pode ser superado com a sistematização e a reflexão constantes nos processos produtivos, para que os diversos aportes teórico-metodológicos estejam voltados a um objetivo maior: o entrecruzamento de ciências,

de modo que sejam modificadas e repensadas em função da amplitude comunicativa, que é o estamos focalizando. Essa mirada transformadora possibilita um exercício diferenciado, que pode dar conta de parte da complexidade e da dinâmica do campo, especialmente na América Latina. A prática pode se traduzir pela possibilidade de que a pesquisa, como um todo, oferece ao sistematizar, descrever e diagnosticar a produção do conhecimento comunicativo, analisar o desenvolvimento dos setores midiáticos; desenhar o panorama da América Latina no que tange aos setores educacional e da comunicação; analisar, mensurar e descrever as profissões legitimadas e as ocupações emergentes no campo, além de traçar as representações da comunicação, evidenciando os perfis socioeconômicos, educativo-culturais, políticos, entre outros. Todo esse amplo escopo possibilita reflexões teórico-práticas com base na construção coletiva de conhecimentos, fundamental para o avanço da Ciência da Comunicação.

Avaliar o estado do conhecimento no campo acadêmico e profissional da Comunicação Social incluindo a produção das mulheres passa por retirar as *anteojeras* para que seja possível mirar com deslumbramento outras tantas possibilidades que se apresentam nessa trajetória.

O campo comunicacional como espaço de conhecimento e diálogos

Embora em estágio avançado, se comparado com outras regiões, principalmente da América Latina, a área ainda busca a ampliação dos níveis de excelência na formação universitária e na inserção dos egressos no mercado profissional. Outras características são o amplo entendimento sobre o conceito do campo comunicacional, as definições de suas fronteiras, objetos, agentes (produtores e consumidores), cenários,

produções e as novas demandas dos aparatos tecnológico-digitais, especialmente fornecidos pelas redes sociais, além das concepções de espaço e de tempo, determinadas pelas novas lógicas produtiva-comunicativas.

A decisão de prospectar os estudos em comunicação no cenário da América Latina é inicialmente a possibilidade de ler, entender e interpretar os processos sociais que ocorrem nos múltiplos espaços da sociedade, não sendo possível, portanto, “desentrañar el sentido de los procesos históricos sin contar con la mirada desde la comunicación”. (Uranga, 2007, pp. 3-4).

Sem dúvida que as análises, resultantes dessa perspectiva, demandaram adaptações objetivando fundamentar a participação das/os diversas/os agentes produtores, nos múltiplos espaços projetados dos estudos comunicacionais. Deste modo, devem ser considerados fatores econômicos e políticos, “quando projetam índices de democracia e de justiça” (Porto & Régnier, 2003, p. 6), mas também as características das variáveis ‘gênero, social e cultural’, atuando diretamente na composição das identidades das/os participantes desses processos. E em todo conjunto a invisibilidade das mulheres sempre marcou a tônica das decisões.

A historiadora Angélica Ferrarez (2021), no artigo *As conquistas das mulheres ao longo da história* no brinda com alguns exemplos, como: somente a partir de 1827 houve permissão para as mulheres estudarem além da escola primária e em 1879 que se abre o acesso feminino às universidades. Em 1910 o Partido Republicano Feminino é criado, exigindo direito ao voto e a emancipação feminina. O sufrágio feminino só ocorre em 1932. No ano seguinte (1933), mostrando a importância da participação das mulheres na vida política do país Carlota Pereira de

Queiróz se elege como a primeira deputada brasileira. No ano seguinte, em 1935, Antonieta de Barros foi a primeira parlamentar negra da História do Brasil.

Com referência aos primeiros jornais para o público feminino que surgem no século 19, Ferrarez (2021) afirma que eles ditavam as normas e as “condutas desejáveis para um tipo de mulher”, que refletia a “vontade no imaginário social de criar o tipo ideal de mulher no Império” (p. 1).

Realizando uma breve retrospectiva da história da imprensa feminina no Brasil, ela ocorre somente a partir da metade do século 19, quando nasce o primeiro jornal feito por mulheres e dedicado a elas, o *Jornal das Senhoras* (1852), editado e dirigido por Joana Paula Manso de Noronha. “Até o surgimento deste periódico, algumas mulheres participavam da imprensa por meio de artigos e poesias, mas os poucos jornais voltados ao público feminino eram redigidos somente pelos homens” (Flores, 2014, p. 1). Como afirma Buittoni (1986, p. 36)

Seguindo os costumes portugueses, devido a influência moura, a mulher quase não saía de casa, a não ser para ir à missa. Vivia cozinhando e fazendo rendas; raramente, os pais deixavam as filhas estudarem, sob a alegação de que elas poderiam assim manter correspondências amorosas não consentidas. O hábito de enviar as filhas à escola só foi absorvido pelas famílias de posses por volta da metade do século. Então, se os homens letrados eram poucos as mulheres alfabetizadas formavam um número muito reduzido.

Porém, mais do que as conquistas, os dados mostram que ainda há muito por ser realizado. Atualmente apenas 12% das prefeituras brasileiras estão sob o comando das mulheres. Mas um ponto importante

destacado por Ferrarez é o de que “o processo de empoderamento feminino passa pela educação e pela comunicação” (p. 1), reforçando a importância da pesquisa que está sendo empreendida.

Mas alguns alertas são importantes, com os dados do Fórum Econômico Mundial de 2018, publicados pela mídia, que deixou evidente que “serão necessários mais de dois séculos para haver igualdade de gênero no mercado de trabalho”. Quando sinalizam sobre o “campo da educação, saúde e política, as desigualdades precisam de 108 anos para chegarem ao fim”. Isso em uma perspectiva otimista frente as mudanças que estão ocorrendo (2024).

Assim, todos esses elementos, que compõem os processos educativos e comunicativos e vice-versa, devem ser analisados em seu conjunto, onde estão contidas as “movimentações de transformação nas dimensões econômica, política, social e cultural das sociedades” (Porto & Régner, 2003, p. 6). A formação universitária, mais especificamente em Comunicação, fase que estamos propondo nesse estudo, é um setor estratégico do desenvolvimento nacional de todos os países. Reconhecer e relacionar temas, incluídas as estruturas produtivas e as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), as dimensões da infraestrutura do ensino da comunicação, entre outras ações ligadas a formação, em seus vários âmbitos, possibilitam mapear o desenvolvimento das nações, o amadurecimento das instituições de ensino públicas e privadas e de seus estoques informacionais de conhecimento. Igualmente permite o reconhecimento das aplicações realizadas no campo da formação e do saber utilitário do acervo cognitivo acumulado.

Da mesma forma, a partir do conhecimento gerado, será possível ampliar as possibilidades de inclusão social, a definição dos biomas educacionais e comunicativos, além de suscitar possibilidades para a ampliação das relações produtivas comunicacionais estabelecidas entre os países da América Latina. Porém, deve ser considerado que a educação e a comunicação não são as únicas variáveis do processo de inclusão social, mas se constituem em elementos fundamentais para a sociedade.

A educação formal, especificamente a superior, entra no cenário mundial por vários fatores. Muito mais do que prover as sociedades de informações dos registros das descobertas de cada época e das formas de sua utilização, pode-se destacar a difusão do conhecimento novo, capaz de ser um contraponto extraordinário para o desenvolvimento econômico e social. Mas um argumento ainda precisa ser melhor tratado e estudado, que é a difusão desses conhecimentos de forma ampla e plural, resultantes das múltiplas construções acadêmicas, mas que devem igualmente trazer os conhecimentos ancestral dos povos originários, dos quilombolas, dos escravizados, das mulheres, das periferias, aqueles produzidos nas comunidades que estão nos setores periféricos, entre muitos outros, de forma que se promova o acesso equitativo aos muitos conhecimentos produzidos. Sim, falamos em conhecimentos no plural, na acepção mais aprofundada que essa pluralidade possa buscar, trazer e representar para recheiar as sociedades das vozes múltiplas, diversas, potentes, plurais, de luta e representativas nos espaços de produção.

Caminhando nesta direção, muito mais do que compreensão de tecnologias-digitais e das técnicas comunicativas capazes de fazer funcionar as engrenagens da sociedade são necessárias ações que objetivem

o intercâmbio dos conhecimentos acumulados, dos novos e daqueles que foram (re)significados, ofertando aos sistemas sociais a possibilidade de equidade e de justiça social, permitindo condições mais igualitárias de acesso tanto à educação, como à comunicação.

Outro ponto de destaque neste cenário mundial, que tem permeado a mesa de discussões de vários representantes de governo, ministros de estado, dirigentes institucionais, educadores, estudantes etc., em regra geral, é a alteração entre centro e periferia com referência ao lugar ocupado pelas instituições de ensino superior e seus estudantes. As desigualdades entre os sistemas nacionais, se comparados interna e externamente, se prendem como formas de definir agendas e evidenciar diferenças que ranqueiam as instituições e separam os estudantes em turmas ‘A’ e ‘B’, caracterizando aqueles que ocupam o centro da produção e da ‘qualidade’ e os outros, que mesmo a margem, muitas vezes sem condições de competir de forma que vá além da igualdade, uma vez que falamos em diversidades, vão buscar alternativas para chegar ao centro.

Esses aspectos também deixam ‘a margem’ do sistema uma quantidade enorme de conhecimentos já produzidos. Aqueles que estão diretamente alinhados com as culturas, com as demandas das comunidades e para além dos famosos *rankings*. Para pensar em uma produção comunicativa de qualidade, plural, inclusiva, valorativa e diversa é fundamental considerar o capital humano, a dimensão social e política, promovendo desta forma a redução das desigualdades, aumentando as chances de difusão desses conhecimentos em larga escala, cuja qualidade está muito além da validação acadêmico-científica (Porto & Régnier, 2003).

Descrito esse breve panorama educativo-comunicativo é necessário direcionar o olhar para outro ponto igualmente importante. Mirar os múltiplos panoramas que têm sido descortinados ao longo, principalmente, da última década, no continente. A inclusão da comunicação na agenda mundial de governos e de organizações não governamentais, a ampliação e consolidação das indústrias sonoras e audiovisuais, a chegada em larga escala de múltiplas tecnologias, o crescimento das universidades, que ampliaram seus focos de atuação de áreas específicas da comunicação, como o jornalismo e a publicidade, para espaços transmidiáticos, muitas vezes amparados pelas tecnologias digitais, entre outros, têm expandido a necessidade de reunir as ações, centros de produção e resultados alcançados em torno de um eixo comum de desenvolvimento da comunicação na América Latina.

Assim, pode-se afirmar que o foco central das análises nesta pesquisa se dá de forma interdisciplinar e transdisciplinar, respeitando o estatuto próprio de cada disciplina que compõe o campo da Comunicação e as especificidades das Ciências da Comunicação e da Educação. É salutar afiançar, também, que as análises devem preservar as dinâmicas da sociedade e verificar as múltiplas esferas (social, econômica, política e cultural) que interferem direta ou indiretamente no contexto dos processos de produção comunicativa, de divulgação e de formação, em todas as especificidades.

O produto (ainda em fase de disponibilização) e algumas considerações

Como bem afirma Costância Duarte (2017) é fundamental “recuperar as protagonistas desta história em sua abrangência”. O que observamos na pesquisa realizada é que de fato há uma produção letrada,

muito mais ampla que o formato poético e ficcional. São livros, ensaios, memórias, conceitos, escritos militantes, textos acadêmicos, teorias etc. São materiais recheados de conhecimento, mais ainda invisibilizados ou pouco acessíveis. Podemos trazer como exemplo as três fases dos estudos de Michèlle Matterlart (práxis intelectual e política, no Chile; balanço das experiências anteriores; consolidação e reconhecimento intelectual). Ou ainda trazer as contribuições de Regina Dalva Festa para os estudos de Comunicação Popular e alternativa no Brasil, além de sua contribuição para os estudos de Políticas de Comunicação, Infância e Juventude. Ou ainda a comunicadora peruana Rosa Maíra Alfaro Moreno, que trata da Comunicação, política e desenvolvimento, entre muitas outras.

Assim, se há produções e contribuições, então o que justifica a invisibilidade das mulheres na formação e na história do Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA)? Quais as determinantes para o reconhecimento de uma pesquisadora na construção teórica do PCLA? Assim, defendemos ser necessário avançar na independência epistêmica e teórica do PCLA, observando a nossa realidade a partir de uma concepção intelectual e acadêmica também própria. São diversas pistas encontradas no caminho que ainda precisa ser percorrido das produções femininas. E por isso a motivação de compartilhar essa produção para que possamos utilizá-la, fazendo uma leitura crítica, observando e referenciando essa produção etc. E nesta perspectiva que nasce a Enciclopédia Digital do Pensamento Comunicacional Latino-Americano – Seção: MULHERES na Comunicação.

O material está sendo desenvolvido por meio de verbetes, no sentido mais amplo de seu significado, propondo, demonstrando,

afirmando, explicitando ideias, conceitos, histórias individuais com a intenção de “comunicar”, compartilhar e fazer conhecer.

Os Verbetes estão divididos em Perfis e Temáticos, caracterizados por textos de natureza expositiva, linguagem clara, objetiva e simples. Parte soa escritos originais e outros resultantes de pesquisa em espaços diversos, como livros e capítulos. Traz, do mesmo modo, a lista de produções da perfilada, região de origem da produção e da autora, biografia, além da leitura crítica de suas obras. Para os Perfis temáticos, também são disponibilizadas as referências de autores em uma leitura crítica do tema tratado.

Para finalizar, como bem afirma Michele Rosaldo “temos que procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa” do porquê (...) entendendo que o lugar de mulher nos estudos comunicativos não é “diretamente o produto do que ela faz, mas o sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta” (1979, p. 362), presentes na história da Comunicação na América Latina. Desta forma, defendemos será possível rever o quadro de referências comunicacionais no cenário da América Latina, propondo mudanças para o ensino de comunicação, no panorama contemporâneo.

Referências

Buitoni, D. S. (1986). *Imprensa Feminina*. Ática.

Cano, G., & Barrancos, D. (2006). “Introducción”. In G. Gómez-Ferrer Morant (Coord.), *Historia de las Mujeres en España y América Latina (III): del Siglo XIX A Los Umbrales Del XX*. Cátedra.

- Ferrara, L. D' A. (2021). *Epistemologia da Diferença*. GT Epistemologia da Comunicação no XXX Encontro Nacional da Compós, São Paulo, SP, Brasil. <https://proceedings.science/p/130105?lang=pt-br>
- Ferrarez, A. (2024). As conquistas das mulheres ao longo da história. *TV Futura*. <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia>.
- Flores, G. G. B. (2014). *O Jornal das Senhoras e a subjetivação do feminino no jornal dedicado as mulheres* [Trabalho apresentado]. GT de Historiografia da Mídia integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul.
- Fórum Econômico Social (2018). Recuperado de <https://abet-trabalho.org.br/the-future-of-jobs-report-2018-forum-economico-mundial/>.
- Gobbi, M. C. (2023). *Do silenciamento à palavra: mulheres nos estudos em Comunicação na América Latina*. Ria Editorial. <https://www.riaeditorial.com/livro/do-silenciamento-a-palavra>
- Heram, Y., & Gándara, S. (2020). Pioneira: as contribuições de Michèle Mattelart para o campo da comunicação. *Matrizes*, 14(3), 51-68. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i3p51-68>
- Martino, L. C. (2000). *Elementos para uma epistemologia da comunicação*. V Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, na Universidade Diego Portales, em Santiago do Chile.
- Porto, C., & Régnier, K. (2003). *O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025*.

Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciascenarios2003-2025.pdf>

Rosaldo, M. Z. (1979). A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica de Michelle Rosaldo. In M. Z. Rosaldo, & L. Lamphere (Eds.), *A mulher, a cultura e a sociedade*. Paz e Terra.

Torrice, E. R. V. (2015). *Contribuciones y limites del pensamiento teórico latinoamericano en la constitución moderna del campo conceptual de la comunicación: 1960-2009* [Tese de doutorado, Universidad Rey Juan Carlos].

Uranga, W. (2007). *Mirar desde la comunicación. Una manera de analizar las prácticas sociales*. Recuperado de <http://www.washingtonuranga.com.ar>

#CRIANÇA NÃO É MÃE: O CONTRADISCURSO DIGITAL FEMINISTA NA LUTA PELOS DIREITOS REPRODUTIVOS NO BRASIL

*Camila Florencio¹
Zara Pinto-Coelho²*

No mês de junho de 2024, uma discussão relevante para mulheres e pessoas que engravidam ganhou espaço na mídia e nas redes sociais no Brasil. Na ocasião, deputados tentaram tramitar na Câmara, em regime de urgência — ou seja, sem a análise de comissões especializadas —, o PL 1904/24. O Projeto de Lei em questão, apresentado pelo deputado da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), e assinado por outros 32 apoiadores, tem como proposta equiparar o aborto ao crime

-
1. Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, em Portugal. Bolsista de investigação pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia — Referência 2021.04681.BD
contato@camilaflorencio.com.br
 2. Doutora em Ciências da Comunicação. Professora Associada da Universidade do Minho.
zara@ics.uminho.pt

de homicídio simples quando realizado após 22 semanas de gestação, mesmo em caso de gravidez por estupro, um dos três casos no qual o procedimento é permitido pela legislação brasileira. A proposta sugere uma pena de seis a 20 anos de prisão para quem pratica o procedimento ou contribua com a sua execução — como um médico que realize a intervenção. Caso o texto seja aprovado, a pena para a pessoa gestante que realiza a intervenção, mesmo que a gravidez seja fruto de um estupro, pode ser mais severa do que a do homem que estuprou a vítima.

O aborto e os direitos sexuais e reprodutivos são temas de intensa disputa no Brasil (e em outros países do continente americano) quando levados para o debate da opinião pública. O campo conservador se apropria dessa temática com frequência, seja para discutir propostas políticas ou para opinar em casos que ganham repercussão midiática, o que aconteceu com o projeto de lei em questão. A celeridade para que o PL fosse votado e a iminência da aprovação de uma lei que levaria ao retrocesso em direitos já conquistados causou uma reação imediata dos movimentos sociais, especialmente os feministas, tendo as redes sociais como um importante palco de disputa dos discursos em torno do tema. A ação coletiva de comunicação *Nem Presa Nem Morta*, em um perfil no Instagram com mais de 70 mil seguidores, deu os primeiros passos em ações digitais conectivas que mobilizaram ativistas, coletivos e associações em torno de protestos de rua em diferentes cidades do país, além de ações diversas do campo político de esquerda e da sociedade civil. Em torno da hashtag *#CriançaNãoéMãe*, a campanha representa mais um caso de como as redes sociais são importantes para a construção de uma arena de contrapúblico digital (Hill, 2018), promovendo espaço para que movimentos sociais desenvolvam seus contradiscursos, tendo

como oponentes ideologias e poderes que já contam com oportunidades de diálogo e atenção em canais de mídia dominantes.

Dados de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) apontam que, no Brasil, a cada seis minutos uma pessoa é vítima de estupro, totalizando 84 mil ocorrências no ano. Deste número, 76% representa o crime de estupro de vulnerável, ou seja, com vítimas com menos de 14 anos ou sem capacidade de consentir. Outro dado relevante está no perfil do agressor, que, em 84,7% das vezes, faz parte do círculo familiar e comete o crime na residência da vítima. Estes dados justificam uma das principais motivações para a criação da hashtag utilizada na campanha digital: a maioria das vítimas são crianças que, muitas vezes, não conseguem identificar a gravidez em pouco tempo ou, mesmo, pela relação próxima com os agressores, não encontram um espaço seguro para a denúncia. Com base nesta realidade, foi possível observar como a campanha teve o foco neste perfil de vítimas, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública a voltar o olhar para a defesa de crianças, fugindo desta forma de uma disputa por mais direitos ou pelo desejo de liberdade de escolha, ideias que são popularmente disseminadas pelos movimentos feministas e que criam embates diretos com o campo conservador, especialmente com ideologias fundamentalistas religiosas.

A campanha, que começou em um espaço de contrapúblico digital, passando a mobilizar ações ativistas também fora das redes, ganhou os espaços midiáticos, impactando diretamente em conversas da opinião pública e da população brasileira, um dos objetivos de campanhas de movimentos sociais (Gamson & Wolfsfeld, 1993), tendo uma repercussão

negativa, como apontam reportagens sobre o tema³. O resultado da ação veio cerca de uma semana depois do pedido inicial e de toda a campanha, levando ao adiamento da votação e a uma decisão do Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a saber, de que o processo fosse discutido dentro dos processos tradicionais — ou seja, passando por comissões especializadas. A campanha #CriançaNãoÉMãe, no entanto, não foi encerrada pelo coletivo que a iniciou com o adiamento da votação, já que a iminência de levar o PL para votação não atende às demandas do movimento feminista.

Contrapúblico digital na construção discursiva de resistência feminista

A ideia de contrapúblicos — ou esferas públicas subalternas — é desenvolvida por Nancy Fraser (1990) a partir do questionamento da ideia de esfera pública de Jürgen Habermas. O filósofo entende que esses espaços são arenas onde pessoas se reúnem para discutir temas relacionados com interesses e preocupações públicas. Nesta perspectiva, o autor defende que esses espaços promovem acessibilidade para que todas as pessoas tenham a oportunidade de debater como pares, produzindo discursos que representam a chamada opinião pública. Nancy Fraser (1990), então, refuta esta ideia ao entender que essas arenas públicas promovem a exclusão de determinados grupos sociais, seja por conta do gênero, raça ou classe social. A autora destaca, em

3. Ver mais em Sampaio, C. (2023, junho 21). ‘Adiamento de análise do PL do Estupro é estratégia para Lira não admitir derrota’, analisa especialista. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/21/adiamento-de-analise-do-pl-do-estupro-e-estrategia-para-lira-nao-admitir-derrota-analisa-especialista>

especial, a exclusão a partir do gênero, entendendo que atitudes e ideias masculinistas estão diretamente ligadas à esfera pública, promovendo a exclusão de mulheres destes ambientes. Assim, as arenas formam o que Nancy Fraser (1990) chama de “esferas públicas liberais” (p. 60), contribuindo para outras formas de exclusão, como a de classe:

Esse processo de distinção, além disso, ajuda a explicar a exacerbação do sexismo característico da esfera pública liberal; as novas normas de gênero que impõem a domesticidade feminina e a separação nítida entre as esferas pública e privada funcionando como significantes-chave da diferença burguesa, tanto nos estratos sociais mais altos quanto nos mais baixos. (Fraser, 1990, p. 60)

Foi em resposta a esse viés excludente que grupos excluídos desses espaços passaram a construir espaços públicos subalternos, em arenas de debate que passaram a questionar as normas burguesas dos espaços públicos liberais. Nestes novos espaços, grupos passaram a usar meios como filmes, revistas e até mesmo livros para descrever sua realidade social, a partir da construção de um outro discurso (termos como sexismo e machismo, por exemplo, fazem parte desses discursos feministas de resistência). Diferente de uma comunidade ou de um grupo propositalmente formado, no entanto, um contrapúblico é formado a partir de discursos direcionados para pessoas de maneira aleatória.

Além da construção da identidade, os contrapúblicos promovem oportunidades para contestação de discursos e estruturas dominantes, surgindo como uma resposta direta a esse espaço público dominante e a um Estado opressor. Assim, estes grupos marginalizados encontraram um ambiente propício para construir contradiscursos em busca de mudanças sociais e culturais. Como resultado, “os que antes não tinham

voz começam a falar uma linguagem própria — um contradiscurso —, eles começam a resistir ao poder que busca oprimi-los. Nesse sentido restrito, o próprio ato de falar é político” (Moussa & Scapp, 1996, p. 89).

A base da formação de um contrapúblico são os discursos ali produzidos, chamados de contradiscursos, produzidos por sujeitos que já foram, em outro contexto, oprimidos em uma outra ordem de discurso (Foucault, 1970/1977). Ou, como Moussa e Scapp (1996) afirmam de forma metafórica, “é uma voz que se eleva diretamente de baixo para cima” (p. 93). É importante ter em mente, no entanto, que um contradiscurso “não é apenas um idioma diferente ou alternativo, mas um que, em outros contextos, seria visto com hostilidade ou com um senso de estranheza” (Warner, 2002, p. 86).

Quando pensamos na internet como ambiente de construção contradiscursiva, um contrapúblico pode surgir a partir do conteúdo criado por indivíduos, estejam eles organizados em um movimento social ou não (Marzouki, 2015), contribuindo desta maneira para “reorganizar as relações de vigilância, rejeitar políticas rígidas de respeitabilidade e contestar o apagamento de grupos marginalizados” (Hill, 2018, p. 287). Assim, os contrapúblicos digitais se tornam uma resposta a um contexto atual cada vez mais digital, já que a sociedade capitalista neoliberal em que vivemos tem tornado espaços físicos, como cafés e livrarias, por exemplo, obsoletos — em outros momentos da história estes eram os espaços de discussão e construção de identidades de grupos marginalizados (Hill, 2018). Por conta disso, o ambiente digital se torna propício para que os discursos construídos nesse meio alcancem pessoas que não fazem parte de uma determinada comunidade, mas são impactadas assim mesmo e podem se interessar em participar (Durrani, 2015).

Ou seja, os públicos dessas arenas subalternas são pessoas desconhecidas que, apesar disso, “são socialmente marcados por sua participação nesse tipo de discurso, presumindo que as pessoas comuns não querem ser confundidas com o tipo de pessoa que participaria desse tipo de conversa ou estaria presente nesse tipo de cena” (Warner, 2002, p. 86). Para isso, a identidade do grupo é fator essencial, já que o público se envolve com tais discursos a partir de elementos que as conectam, como dialetos e termos específicos dessas comunidades, contribuindo para a construção e transformação identitária destes membros.

Outro ponto importante para a propagação de contrapúblicos digitais está na popularização de celulares com acesso à internet, permitindo ampliar espaços de discussão (Hill, 2018). No Brasil, por exemplo, muitas operadoras de telefonia oferecem planos de celular com conexão gratuita a algumas redes sociais, possibilitando dessa forma a aproximação de diferentes usuários à construção de contradiscursos. E as redes sociais têm papel fundamental nesse processo, já que fazem parte do cotidiano da população brasileira.

Essas mídias passam a ter um papel fundamental na construção de relacionamentos, identidades coletivas (Whittier, 2017), acesso a informações, conhecimento e, até mesmo, na construção do pensamento crítico. Dados do relatório Digital 2024: Brasil (2024) apontam que 86,6% dos brasileiros têm acesso à internet, dos quais 98,9% estão presentes em redes sociais. No total, os brasileiros passam mais de 9h conectados por dia, sendo 3 horas e 37 minutos desse tempo em redes sociais. A partir destes dados, é possível perceber como os canais de mídias sociais têm um papel importante na vida da população brasileira. Este universo digital permite uma construção discursiva autônoma de

identidade, podendo ser percebido ainda como um espaço de disputa e construção de poder e de propagação de discursos (Castells, 2013; Lepeck, 2021).

Por conta dessa presença no cotidiano de diferentes pessoas, os movimentos sociais entenderam a necessidade de construir sua atuação nestes espaços de diálogo digitais, que se tornaram uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do chamado ciberativismo (Montardo & Araújo, 2013). A construção de movimentos sociais em espaços digitais de autonomia contribui para uma reconstrução desses contrapúblicos digitais, permitindo amplificar vozes de grupos marginalizados que são comumente silenciados em outros espaços (Castells, 2013; Shirazi, 2013). Dessa forma, é possível usar as redes para promover um espaço livre para o compartilhamento de experiências, conexões e diferentes vivências (Castells, 2017) a partir de pontos de vista diversos.

Nos contrapúblicos digitais, os movimentos sociais encontram ainda oportunidades de engajar diferentes públicos em um processo de conscientização. Um dos caminhos para isto está na maneira como as redes sociais oferecem ferramentas para que as pessoas compartilhem situações e vivências de violência, amplificando suas vozes por meio da criação de “narrativas” próprias (Bonilla & Rosa, 2015; Wang & Ouyang, 2023).

Ao pensar nos movimentos feministas, os contrapúblicos são essenciais para fomentar discussões de interesse das mulheres, promover a conscientização, a visibilidade e diminuir as desigualdades históricas que o espaço público cria. De maneira geral, o espaço público é excludente para mulheres, até mesmo pela maneira como homens se apropriam destes ambientes e como se comportam neles. Um exemplo

disso está na maneira como figuras masculinas tendem a interromper ou ignorar mulheres quando estas têm a oportunidade de falar (Fraser, 1990). Foi assim, por exemplo, que os movimentos feministas passaram a abordar uma visão própria do que é a violência doméstica “como uma característica sistêmica generalizada de sociedades dominadas por homens” (Fraser, 1990, p. 71). Após uma disseminação contínua desta ideia a partir de contradiscursos, este problema passou a ser uma preocupação mais forte na sociedade. Um outro exemplo é precisamente o da violência sexual como um ato de poder, violência e dominação masculina e da disseminação da visão feminista do abuso sexual das crianças como essencialmente diferente da violação das mulheres adultas por conta da posição desprovida de poder das primeiras como menores, especialmente no seio familiar. Esta visão, como mostra Whittier (2009, 2016), no seu estudo sobre a forma como as ativistas mudaram políticas e percepções sociais do assunto entre os anos sessenta e os anos dois mil nos EUA, foi estrategicamente substituída por uma visão terapêutica e criminalizadora de forma a reforçar a ressonância cultural dos discursos ativistas no espaço público.

Nas redes sociais, os movimentos feministas passam a desenvolver contradiscursos relacionados com questões de gênero, sexualidade e outras pautas do movimento, “dando origem a novos modos de comunicação, diferentes tipos de conversas e novas configurações de ativismo em todo o mundo, tanto online quanto offline” (Baer, 2016, p. 18). A partir disso, pode-se entender que, no ambiente digital do perfil *Nem Presa Nem Morta*, no Instagram, o coletivo feminista em questão construiu um espaço de contrapúblico no qual desenvolveu contradiscursos de resistência relacionados com demandas do movimento feminista,

no caso, o PL 1904/24. A campanha passou por diferentes processos ciberativistas: conscientização e apoio, organização e mobilização de ações, sendo estes protestos de rua e mobilizações online (Vegh, 2003). Além disso, ao alargar a visibilidade política da causa, possibilitou uma amplificação da mensagem central para diferentes territórios brasileiros, especialmente por conta da repercussão dos protestos nos espaços de mídia tradicionais, características importantes de campanhas digitais realizadas em torno de hashtags (Bonilla & Rosa, 2015).

Análise crítica do contradiscurso feminista digital

Para compreender como o contradiscurso da campanha #CriançaNãoéMãe foi construído pelo coletivo *Nem Presa Nem Morta* no Instagram, recorreremos à Análise Crítica do Discurso Feminista (ACDF), um modelo de análise de discurso desenvolvido por Lazar (2005, 2007, 2018) que propõe um pensamento crítico ao discurso a partir da lente do gênero. Esta vertente, porém, tem sido usada mais frequentemente em investigações que analisam discursos de poderes dominantes em espaços midiáticos. Nesta investigação, nos propomos a aplicar este modelo a discursos de resistência, ou seja, contradiscursos feministas em contexto digital.

A ACDF tem como premissa aplicar um olhar político para questões de gênero em discursos, a partir das relações de poder, gênero e ideologia em contextos discursivos, analisando “estruturas de gênero hierarquizadas sustentadas pela linguagem, como parte de um projeto radical de emancipação” (Lessa, 2022, p. 688). Trata-se de uma abordagem que busca desconstruir os estereótipos a partir do questionamento de representações do que é o feminino e o masculino

nas construções sociais de gênero. A partir disso, se pretende desafiar as estruturas de poder patriarcais, buscando dessa forma promover um processo de transformação social. A perspectiva feminista da ACD tem como objetivo analisar discursos para compreender como eles podem desafiar as hierarquias de gênero, produzindo um processo crítico que leva à ação (Lazar, 2005).

Um importante aspecto da ACDF e das análises de discurso críticas, tendo como ponto de partida as injustiças e desigualdades sociais, está na importância de compreender o contexto a ser analisado dentro das estruturas sociais e culturais nas quais o discurso em questão está inserido. Para isso, é importante entender como estas normas sociais e culturais têm impacto em tal discurso. Um dos pontos está na atenção que se deve ter em relação à ideia de gênero como categorização universal, ou seja, ‘mulher’ ou ‘homem’, já que a interseccionalidade é um ponto crucial do processo de análise, sendo necessário considerar identidades e categorias diversas, como classe, raça, sexualidade e outras (Lazar, 2005).

Além de desmistificar a ideia genérica de identidades, ao realizar a análise em contexto brasileiro, em especial, é preciso emergir neste processo sem a ideia universal de conhecimento, “adequando as teorias e métodos de pesquisa à realidade local e criando novas abordagens teórico-metodológicas que, por sua vez, emergjam da comunhão entre os saberes locais e tradicionais, muitas vezes menosprezados pela academia” (Lessa, 2022). Ao pensar no contexto da América Latina, questões como raça, etnia e colonialidade são elementos importantes de análise do contexto pela maneira como impactam nas relações de poder (Aldrete, 2022). Ao pensar na construção discursiva de gênero em

território latino, por exemplo, elementos como a culpabilização de vítimas de violência tendem a ser associados a elementos como classe, raça e etnia. Por isso, a análise deve levar em conta este contexto, observando ainda construções discursivas relacionadas com denúncias do abuso de poder; explicações do contexto e fontes diversas (Aldrete, 2022).

Com este ponto em consideração, esta ACDF é realizada a partir também dos seis princípios teóricos e de análise apresentados por Lazar (2005, 2018). O primeiro deles é a *Resistência analítica feminista*, um princípio que defende a importância de ter um olhar crítico a discursos que perpetuem as relações de poder. No caso dos contradiscursos, a neutralidade não deve ser central na análise, já que a práxis da ACDF deve não apenas abordar questões relacionadas com a justiça social, mas também contribuir para construir um modelo de emancipação.

O segundo é o *Gênero como estrutura ideológica*, ou seja, como a sociedade considera o gênero a partir de uma ideia binária e dicotômica. Neste conceito, Lazar (2005) argumenta que, ideologicamente, a sociedade é dividida em duas identidades, sendo que elas são vistas de maneiras diferentes em termos de hierarquia. No caso, os homens são privilegiados nessa estrutura com o poder patriarcal, tendo assim mais acesso ao que a autora chama de “capital simbólico, social, político e econômico” (p. 7). No discurso, estas hierarquias e a naturalização da ideia de que existem “apenas dois sexos e que, necessariamente, os dois, também em termos sociais, devem ser inerentemente contrastantes” (p. 7) pode ser vista como algo normal e, como tal, algo a ser questionado em processos de construção de contradiscursos. Lazar (2005) destaca outros dois importantes pontos de atenção na análise relacionados a este princípio. O primeiro é a maneira como o uso linguístico do masculino

como genérico contribui para a invisibilidade das mulheres em processos discursivos. E, por fim, a maneira como o discurso que busca ser disruptivo em relação a essa dualidade pode reforçar estereótipos, como no caso de mulheres no poder que passam a negar a feminilidade a partir de uma masculinização do discurso, evidenciando da mesma forma a dicotomia de gênero.

O terceiro princípio apresentado por Lazar (2005) é a *Complexidade das relações de gênero e poder*, que trata da maneira como a desigualdade de gênero está socialmente relacionada com a hierarquia das relações de poder. O destaque desta categoria está no modo como o poder patriarcal se relaciona diretamente com outras formas de opressão, criando uma estrutura complexa que ultrapassa a oposição entre homens e mulheres. Assim, relações de poder de classe, raça, etnia, sexualidade, idade, cultura e território podem ser inseridas em discursos opressivos de gênero de maneira multidimensional, fazendo com que diferentes grupos de mulheres vivam e sintam essas relações assimétricas de maneiras diferentes. Essa assimetria também é vista nos discursos de poder e deve ser combatida (e analisada) nos contradiscursos

Já o quarto princípio dá conta do *Discurso na (des)construção de gênero*, a partir da ideia de que o gênero não é algo fixo, mas sim construído ou desconstruído discursivamente. Dessa forma, o interesse está em compreender como a “ideologia de gênero e as relações de poder de gênero são (re)produzidas, negociadas e contestadas nas representações de práticas sociais, nas relações sociais entre as pessoas e nas identidades sociais e pessoais das pessoas em textos e conversas” (Lazar, 2005, p. 11). Nesta investigação, o interesse está no componente da desconstrução por meio do contradiscurso, buscando compreender

como o discurso analisado contribui para desestabilizar as normas hegemônicas de gênero, expor as contradições dessas normas ou, mesmo, criar novas formas de representação.

O quinto elemento é a *Reflexividade crítica como práxis*, no qual Lazar (2007) defende a importância de avaliar discursos institucionais com o objetivo de compreender se as pautas feministas estão sendo usadas para fins não relacionados com interesses feministas. Neste mesmo tópico, a autora defende a importância também da autorreflexividade, envolvendo não só o discurso em análise, mas também as categorias sociais nas quais as pessoas investigadoras estão inseridas, como privilégios ou possíveis posições de poder. No caso desta investigação, ela é realizada por duas mulheres brancas, cisgênero, defensoras dos direitos das mulheres e que têm acesso à educação e informação. Mesmo que tenhamos nossos privilégios, compreendemos que vivemos em uma sociedade ditada pelo poder patriarcal e, por isso, nos relacionamos com a busca por direitos reprodutivos das mulheres, tema abordado nesta pesquisa.

Por fim, Lazar (2018) apresenta o conceito de *Transnacionalismo*, ou a importância de contextualizar os eventos discursivos analisados nos locais em que ocorreram. No caso desta pesquisa, o contexto é brasileiro. A autora defende que esse olhar é importante para “reconhecer e contestar os padrões de discurso que sustentam as ideologias de gênero local e globalmente” (Lazar, 2018, p. 383).

A partir da compreensão da ACDF como teoria e caminho de análise, selecionamos quatro publicações do mês de junho no perfil @nempresanemorta no Instagram, todas relacionadas com a campanha #CriançaNãoÉMãe. No mês em que o tópico dos direitos reprodutivos

ganhou notoriedade no Brasil por conta do PL 1904/24, o perfil realizou 32 publicações relacionadas com o tema e usando a hashtag, a maioria delas em colaboração com outros perfis de coletivos, associações e ativistas feministas. No perfil é possível observar que outras páginas também fizeram publicações em colaboração⁴ com a página @nempresanemmorta. Os posts analisados foram selecionados considerando as datas de publicação e como elas estavam relacionadas com momentos relevantes e distintos da campanha. A ACDF foi aplicada no texto do copy dessas postagens, mesmo que alguns textos adicionados nas imagens ou vídeos também tenham sido analisados.

O contradiscurso digital da campanha #CriançaNãoÉMãe

Ao iniciar as investigações relacionadas com o PL 1904/24, um primeiro ponto chamou atenção: as notícias se referiam ao projeto como PL do Aborto, já as publicações realizadas por movimentos sociais, em especial pelo perfil *Nem Presa Nem Morta* usavam designações diferentes, como PL do Estupro. Esta escolha de palavras para nomear o PL tem uma relação direta com o texto do projeto, que prevê uma condenação superior à pessoa que aborta do que a pena prevista para um homem que comete o crime de estupro — quando condenado, a pessoa condenada por estupro tem pena de prisão de 6 a 10 anos; em casos que resultem em lesão corporal grave ou cometido contra vítimas de 14 e 18 anos, a pena passa a ser de 8 a 14 anos. Apenas no caso de morte da vítima é que a condenação pode chegar a 30 anos. Ou seja,

4. No Instagram, o recurso de *collab*, ou publicação em colaboração, foi inserido na rede social em 2023. Este recurso permite que uma mesma publicação seja adicionada no feed de mais de um perfil.

a leitura dos movimentos feministas é de que o projeto condena, com pesos diferentes, a pessoa que comete aborto daquela que provoca uma gravidez por estupro, privilegiando assim o estuprador.

Outra expressão usada pelos movimentos sociais para se referir ao projeto é PL da Gravidez Infantil, uma relação direta com toda a campanha #CriançaNãoÉMãe. No perfil analisado, a hashtag foi usada pela primeira vez em uma postagem no dia 04 de junho, quando as articulações em torno do pedido de urgência da votação do projeto se iniciaram na Câmara. Na publicação em questão, a hashtag #PL1904Não tem mais destaque, já que é utilizada não só no texto, mas também na imagem que ilustra o post. Ao longo da campanha, essa hashtag perde força e deixa de ser usada — ao todo, ela foi usada em cerca de 13 mil publicações no Instagram. Outras que foram usadas nas primeiras publicações sobre o projeto são: #aborto; #abortolegal; #acessoaoabortolegal; #direitosreprodutivos; #justiçareprodutiva; #direitoaoabortolegal e #nempresanemmorta, todas relacionadas com a temática, mas com uma abordagem genérica relacionada com direitos reprodutivos, sem um foco específico no PL 1904/24.

A virada de chave parece, no entanto, ter acontecido a partir da escolha da hashtag #CriançaNãoÉMãe como tema central da campanha. No total, ela foi usada em 29.579 publicações, não só pelo coletivo *Nem Presa Nem Morta*, mas também por perfis pessoais, celebridades e por outros coletivos e associações que apoiaram a manifestação.

A primeira publicação na qual a hashtag #CriançaNãoÉMãe foi usada é o primeiro objeto de estudo desta investigação. Ao analisar de maneira completa a partir do entendimento do contexto latino-americano e dos seis elementos da ACDF, destacamos as seguintes frases.

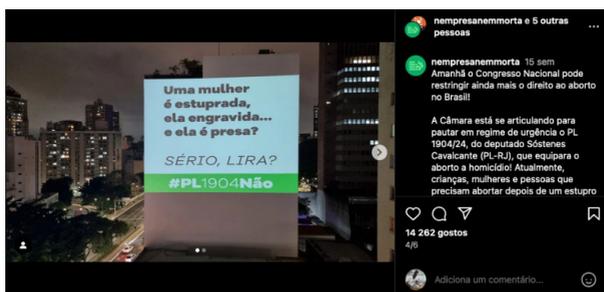
— *Mobilize-se AGORA: #PL1904Não #CriançaNãoÉMãe*

— *Atualmente, crianças, mulheres e pessoas que precisam abortar depois de um estupro ou por correrem risco de vida podem interromper LEGALMENTE a gravidez*

Em todas as publicações, assim como nesta, a emancipação é o tema central, já que norteia toda a campanha realizada contra a votação do PL 1904/24. Nesta, em especial, há um embate direto com o presidente da Câmara e uma chamada de ação de mobilização imediata. Como a convocação é seguida por duas hashtags, entende-se que se trata de uma mobilização em contexto digital. Na segunda sentença percebe-se que a escolha textual contribui para a quebra da binaridade de gênero, ao incluir outras identidades como possíveis vítimas desse PL, não apenas mulheres. Esta mesma frase ainda reforça a idade como um contexto de intersecção — central em toda a campanha — ao destacar crianças como possíveis vítimas (colocando-as em primeiro lugar na listagem).

Imagem 1

*Publicação do perfil @nempresanemorta do dia
04/06/2024*



Nem Presa Nem Morta (2023a)

A segunda publicação em análise foi realizada no dia em que o pedido de votação em regime de urgência foi encaminhado ao presidente da Câmara, sendo repercutido não só nas redes sociais, mas por veículos de mídia tradicional. A publicação em questão tem um papel educativo de explicar o impacto do PL de maneira didática, usando um organograma comparativo entre as penalidades para estupro e para pessoa estuprada que engravida.

— *além de prejudicar o futuro de muitas meninas e adolescentes que se tornam vítimas de estupro no Brasil, o #PLdaGravidezInfantil também deve ser exposto por propor uma injustiça, que é considerar o aborto a partir da vigésima segunda semana de gestação um crime de homicídio.*

— Uso do termo “*pessoa estuprada*”.

Mais uma vez, a publicação respeita diferentes identidades ao se referir às possíveis vítimas sem marcação de gênero feminino, sugerindo que outras identidades, como homens trans ou pessoas não-binárias, também podem engravidar. Essa distinção, no entanto, não é referida de maneira explícita, evitando assim desviar a atenção do tema central para outras questões que podem ser tidas como polêmicas, o que nos mostra a importância do uso dos implícitos (Grácio, 2015) no funcionamento persuasivo ideológico (van Dijk, 2006) deste contradiscurso e dos discursos polêmicos em geral (Kerbrat-Orecchioni (s.d.)). O papel do estupro, no entanto, é apresentado no masculino, mesmo que existam poucas discussões sobre o perfil do agressor a partir do gênero — o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 (2024) apresenta

gráficos sobre a relação e/ou familiaridade do agressor com as vítimas, sem discorrer sobre o gênero. Há um consenso, especialmente entre os movimentos feministas, no entanto, que a grande maioria dos agressores em casos de violências de gênero são homens.

Além disso, mais uma vez a idade é um elemento de destaque da relação interseccional do gênero com idade em crimes de estupro. Neste caso, no entanto, é possível ver a marcação de gênero ao citar meninas como vítimas. Outro destaque da publicação está na descrição da imagem em texto, tornando assim o conteúdo acessível para pessoas com deficiência visual.

Imagem 2

Publicação do perfil @nempresanemmorta do dia 12/06/2024



Nem Presa Nem Morta (2023b).

No dia 14 de junho, foi realizada a publicação de um vídeo com cenas de uma manifestação de rua convocada por diferentes coletivos feministas. A publicação faz uma provocação com o pedido de urgência da votação, ao afirmar que estavam atentas e prontas para agir com

rapidez, usando assim a sátira como elemento discursivo. O discurso construído também reforça a questão da coletividade e o senso de nós, essenciais para reforçar a identidade do movimento, uma estratégia tipicamente usada nos discursos dos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, no entanto, a mesma publicação cria um distanciamento de quem são os sujeitos coletivos que realizam a manifestação ao dizer “as feministas”, criando assim uma distância sutil do “nós”. Essa escolha sugere um caminho para afastar a manifestação em questão de uma imagem de mulheres radicais, usada constante para combater os discursos feministas a favor dos direitos reprodutivos.

— *Se é urgência que eles queriam, é urgência que entregamos*
— *As feministas tomaram as ruas por todo o Brasil para dizer #PL1904NÃO e essas são as vozes do Rio de Janeiro.*

A escolha de exibir no vídeo cartazes da manifestação, reforça o posicionamento dos coletivos que assinam a publicação a partir dos discursos construídos na rua:

- *Gravidez forçada é tortura*
- *Criança não é mãe*
- *O PL 1904 quer criminalizar crianças*
- *Em defesa da vida de meninas*
- *Não ao PL do estupro*
- *Estuprador não é pai*
- *Livrai-nos dos defensores do PL 1904. Amém.*

As frases em destaque continuam a reforçar a relação do PL com gênero e idade, reforçando crianças e meninas como vítimas — o marcador de gênero, mais uma vez, é visto ao se referir à identidade de uma criança. A publicação, ao contrário da anterior analisada, não tem texto de descrição de imagem para acessibilidade.

Imagem 3

Publicação do perfil @nempresanemmorta do dia 14/06/2024



Nem Presa Nem Morta (2023c).

Por fim, a última publicação em análise apresenta o endosso de um homem, o único em destaque em todas as publicações relacionadas com a campanha. O Dr. Olímpio Moraes se tornou uma referência no Brasil na luta pelos direitos reprodutivos após enfrentar, em 2020, a opinião pública para garantir o direito ao aborto de uma menina de 10 anos que engravidou após ser vítima de estupro. Na ocasião, que ganhou notoriedade no Brasil, a menina e sua família foram perseguidas por fundamentalistas religiosos e não conseguiram o direito à interrupção

da gravidez no hospital da cidade onde viviam, tendo que recorrer a um hospital em outra cidade — onde o procedimento foi realizado, seguindo a lei, pelo médico. Na publicação em questão, o apoio de um homem, profissional da saúde, contribui para reforçar o posicionamento da campanha. Entende-se ainda que o coletivo recorre a um caso real, que gerou grande comoção no país, para exemplificar o perfil de vítimas que seriam prejudicadas com a aprovação do PL.

— Dr. Olímpio Moraes Filho enfrentou extremistas antiaborto que tentaram impedi-lo de salvar a vida de uma criança de dez anos violentada pelo tio

— ele reforça seu posicionamento e mostra que está do lado certo da história quando se fala sobre a luta pela descriminalização do aborto e pelo direito de escolha!

Nas frases em destaque, é possível perceber a maneira como o médico é colocado como herói de uma batalha que precisa ser enfrentada não só por pessoas violentadas, mas por toda a sociedade. Além disso, é possível perceber uma construção discursiva do Outro, ou seja, os extremistas antiaborto, deixando claro quem são os oponentes desta batalha. O contradiscurso desta publicação ainda contribui para o entendimento de que estar ao lado do direito de escolha e pela descriminalização do aborto é estar do lado certo. Isto reforça, mais uma vez, a ideia de posicionamentos ideológicos opostos e uma construção identitária de nós X eles, uma estratégia característica dos discursos identitários dos movimentos sociais (van Dijk, 2023), em especial dos movimentos das mulheres, que tem assentado precisamente na reconstrução da sua identidade coletiva (Whittier, 2017).

O elemento de interseccionalidade de gênero com idade nesta publicação é reforçado a partir do resgate da memória de um caso real acontecido com uma criança de 10 anos e do uso da hashtag. Por fim, a ideia de direito de escolha, central nas lutas dos movimentos feministas, é abordada pela primeira vez entre as publicações analisadas. O fato dessa afirmação estar relacionada com o endosso ao tema vindo de um homem pode contribuir para desvencilhar a luta pela descriminalização como demandas de “abortistas e feministas”⁵, uma ideia comumente construída por opositores dos direitos ao aborto. Assim, pode-se entender que se trata de uma publicação que utiliza das estruturas hierárquicas sociais de gênero para a construção de um contradiscurso. Esta publicação também não tem texto de descrição de imagem para acessibilidade.

Imagem 4

Publicação do perfil @nempresanemorta do dia 15/06/2024



Nem Presa Nem Morta (2023d).

5. As expressões foram usadas pelo criador do projeto, deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), em entrevista sobre o texto do PL ao programa Fantástico, da TV Globo, exibida no dia 16 de junho de 2024 e disponível em Fantástico (2024).

Tratando-se de um contexto de análise latino-americano, entende-se como importante ressaltar que não foram percebidos elementos relacionados à intersecção das relações de gênero com raça, classe ou etnia nas publicações analisadas.

Conclusão

A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres é um importante campo de debate na sociedade de diferentes territórios. No Brasil, a pauta é urgente, já que a legislação em relação ao aborto é restrita e considerada atrasada se comparada com outros países, até mesmo da América Latina. O debate, no entanto, por muitas vezes é resumido a ideias religiosas e morais, passando longe de questões como saúde, segurança e direito de escolha. O pedido de urgência de votação do PL 1904/24 foi um exemplo de como o discurso de poder patriarcal se apropria de temas relevantes para mulheres, deturpando seu real significado e seus objetivos. Para muitos, esta foi uma cortina de fumaça ou uma tentativa de afirmação de poder político, reforçando a afirmação de Beauvoir (1949) de que os direitos conquistados pelas mulheres não são permanentes, o que demanda uma vigilância constante para que eles não sejam perdidos em momentos de crises.

A ação coletiva de comunicação *Nem Presa Nem Morta* teve uma atuação vigilante para lutar para que um dos direitos reprodutivos previstos na legislação brasileira não fosse derrotado. A rapidez com que o movimento social atuou desde o início, com informações relevantes, construção de identidade coletiva e mobilização de pessoas em todo o país pode ter sido responsável por envolver a sociedade civil, poderes

políticos e institucionais em um posicionamento de repúdio ao projeto, levando ao adiamento da votação.

A partir da análise do discurso de quatro publicações relacionadas com a campanha #CriançaNãoÉMãe, foi possível entender como a campanha se posicionou de forma estratégica para que o espaço de contrapúblico construído atraísse mais pessoas, aumentando assim o seu impacto (Mundt et al., 2018). Ao inserir crianças e meninas como centro da ação, o contradiscurso construído se distanciou de um posicionamento que pode ser entendido como muito progressista para entrar em pauta. Para se distanciar desse ponto de vista, o discurso foi desenvolvido em torno da construção do que pode ser entendido como vítima ideal a ser defendida: as crianças. A intersecção de gênero com idade colaborou para que a campanha fugisse da visão de uma luta do direito ao aborto realizada para defender “abortistas” e feministas, vistas de maneira negativa por muitos campos conservadores da sociedade brasileira. Mesmo que as publicações citassem como o PL teria impacto em pessoas adultas vítimas de estupro, o desenvolvimento discursivo se centrou nas crianças.

A construção do perfil de vítima ideal a ser defendida, no entanto, não passou por outras intersecções importantes ao se pensar em violência de gênero. Em nenhum momento, as publicações analisadas ressaltaram questões relacionadas com classe ou raça na construção da campanha, mesmo que o relatório Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (Unicef, 2021) indique que 52,8% das crianças e adolescentes vítimas dos estupros acontecidos entre 2021 e 2023 fossem negras. Assim, a campanha não levou em

conta o fato de que crianças também possuem diferentes identidades e que realidades distintas impactam nas suas vivências.

Assim, com um discurso que se afasta de alguma forma do viés progressista da pauta dos direitos reprodutivos, no entanto, foi possível perceber como as estruturas ideológicas de gênero foram abordadas de maneira avançada, respeitando diferentes identidades de gênero ao se referir de maneira generalizada a pessoas que podem engravidar, não apenas mulheres. O objetivo não parecia ser, no entanto, centrar o discurso neste ponto, já que o posicionamento do coletivo ficou claro sem que fosse necessário que isso fosse dito explicitamente. Apesar disso, o Nem Presa Nem Morta parece ter usado da figura masculina como autoridade para ampliar o tema abordado para campos mais progressistas. A figura masculina em questão ainda contribui com a persuasão do discurso a partir do seu posicionamento como médico, um profissional que tem status social de respeito na cultura brasileira.

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa tem um recorte temporal curto, mesmo que tenha analisado a construção discursiva do coletivo em momentos relevantes da disputa contra o PL 1904/24. Para outras pesquisas, a recomendação é que o contrapúblico construído no Instagram seja analisado de maneira global — e não apenas neste perfil —, para compreender como se dá o desenvolvimento discursivo da pauta dos direitos reprodutivos em campo digital no Brasil.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto de referência 2021.04681.BD.

Referências

- Aldrete, M. G. (2022). Análisis crítico del discurso con perspectiva feminista para analizar los discursos sobre feminicidio. Una propuesta metodológica de Latinoamérica. *Empiria. Revista De metodología De Ciencias Sociales*, 56, 153–176. <https://doi.org/10.5944/empiria.56.2022.34443>
- Baer, H. (2015). Redoing feminism: digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist Media Studies*, 16(1), 17–34. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1093070>
- Beauvoir, s. d. (1949). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Bonilla, Y., & Rosa, J. (2015). #Ferguson: Digital protest, hashtag ethnography, and the racial politics of social media in the United States. *American Ethnologist*, 42(1), 4–17. <https://doi.org/10.1111/amet.12112>
- Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Castells, M. (2013). *O poder da identidade - A era da informação: Economia, sociedade e cultura - Volume II*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Digital 2024: Brazil. (2024, fevereiro 23). Recuperado de <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil?rq=brazil>
- Durrani, M. (2015, March 26). AN News: “Digital counterpublics: Black Twitter in the aftermath of Ferguson” (University of Pennsylvania).

<http://linguisticanthropology.org/blog/2015/03/26/an-news-digital-counterpublics-black-twitter-in-the-aftermath-of-ferguson-by-marian-durrani-university-of-pennsylvania>

Fantástico. (2024, junho 16). PL sobre aborto em tramitação acelerada na Câmara provoca debate intenso e divide opiniões. *GI*. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/06/16/pl-sobre-aborto-em-tramitacao-acelerada-na-camara-provoca-debate-intenso-e-divide-opinioes.ghtml>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança. (2023). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2024). <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>

Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56–80. <https://doi.org/10.2307/466240>

Gamson, W. A., & Wolfsfeld, G. (1993). Movements and media as interacting systems. *The ANNALS of the american academy of political and social science*, 528(1). <https://doi.org/10.1177/0002716293528001009>

Gracio, R. A. (2015). *Implícito argumentativo*. <https://www.ruigracio.com/VCA/ImplícitoArg.htm>

- Hill, M. L. (2018). “Thank you, Black Twitter”: State violence, digital counterpublics, and pedagogies of resistance. *Urban Education*, 53(2), 286–302. <https://doi.org/10.1177/0042085917747124>
- Kerbrat-Orecchioni, C. (s/d). La polémique et ses définitions. In C. Kerbrat-Orecchioni, *Le discours polémique* (pp. 3-40). Presses Universitaires de Lyon.
- Lazar, M. M. (2018). Feminist critical discourse analysis. In Flowerdew, J., & Richardson, J. E. (Eds.). *The Routledge handbook of critical discourse studies*. Routledge.
- Lazar, M. M. (2007). Feminist critical discourse analysis: Articulating a feminist discourse praxis. *Critical Discourse Studies*, 4(2). <https://doi.org/10.1080/17405900701464816>
- Lazar, M.M. (2005). Politicizing gender in discourse: Feminist critical discourse analysis as Political perspective and Praxis. In M. M. Lazar (Ed.), *Feminist Critical Discourse Analysis*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9780230599901_1
- Lepeck, G. (2021). Dilemas da ciberdemocracia: em qual medida o ciber potencializa a democracia?. *Revista Ciências Humanas*, 14(2). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a732>
- Lessa, M. de M. (2022). Análise de discurso crítica feminista no Brasil. *Revista X*, 3, 682–703. <https://doi.org/10.5380/rvx.v17i3.85197>
- Marzouki, M. (2015). Satire as counter-discourse: Dissent, cultural citizenship, and youth culture in Morocco. *International*

Communication Gazette, 77(3), 282–296. <https://doi.org/10.1177/1748048514568762>

Moussa, M., & Scapp, R. (1996). The practical theorizing of Michel Foucault: Politics and counter-discourse. *Cultural Critique*, 33, 87–112. <https://doi.org/10.2307/1354388>

Montardo, S. P., & Araújo, W. (2013). Performance e práticas de consumo online: ciberativismo em sites de redes sociais. *Revista FAMECOS*, 20(2), 472–494. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2013.2.13078>

Mundt, M., Ross, K., & Burnett, C. M. (2018). Scaling social movements through social media: The case of Black Lives Matter. *Social Media + Society*, 4(4). <https://doi.org/10.1177/2056305118807911>

Nem Presa Nem Morta [@nempresanemmorta] (2023a, junho 4). *Amanhã o Congresso Nacional pode restringir ainda mais o direito ao aborto no Brasil!* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C7z-eJ1v3Qu/?img_index=1

Nem Presa Nem Morta [@nempresanemmorta] (2023b, junho 12). *Precisamos colocar as coisas em perspectiva: além de prejudicar o futuro de muitas meninas* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C8HboorvqJ7/?img_index=1

Nem Presa Nem Morta [@nempresanemmorta] (2023c, junho 14). *Se é urgência que eles queriam, é urgência que entregamos: as feministas tomaras as ruas por todo o Brasil para dizer #PL1904NÃO* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/C8NcUjzPIUf/>

Nem Presa Nem Morta [@nempresanemmorta] (2023d, junho 15). *Há quatro anos, Dr. Olímpio Moraes Filho enfrentou extremistas*

antiaborto que tentaram impedi-lo [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C8PYYSMuJz_/

Shirazi, F. (2013). Social media and the social movements in the Middle East and North Africa: A critical discourse analysis. *Information Technology & People*, 26(1), 28-49. <https://doi.org/10.1108/09593841311307123>

Unicef. (2021). Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contracrianças-adolescentes-no-brasil.pdf>

van Dijk, T. A. (2023). *Social movement discourse. An introduction*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003455486>

van Dijk, T. A. (2006). Ideology and discourse analysis. *Journal of Political Ideologies*, 11(2). <https://doi.org/10.1080/13569310600687908>

Van Dyke, N., & Taylor, V. (2018). The cultural outcomes of social movements. *The Wiley Blackwell companion to social movements*, pp. 482-498). Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781119168577.ch27>

Vegh, S. (2013). Classifying forms of online activism: The case of cyberprotests against the world bank. In M. McCaughey, & M. Ayers (Eds.), *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203954317>

Wang, Q., & Ouyang, H. (2023). Counter-discourse production in social media: A feminist CDA of a Weibo post. *Discourse and Communication*, 17(3), 319–335. <https://doi.org/10.1177/17504813221150187>

- Warner, M. (2002). Publics and Counterpublics (abbreviated version). *Quarterly Journal of Speech*, 88, 413–425. <https://doi.org/10.1080/00335630209384388>
- Whittier, N. (2017). Identity politics, consciousness-raising, and visibility politics. In H. McCammon, V. Taylor, J. Reger, & R. L. Einwohner (Eds.), *The Oxford handbook of U.S. women's social movement activist*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190204204.013.20>
- Whittier, N. (2016). Where are the children?: Theorizing the missing piece in gendered sexual violence. *Gender & Society*, 30(1), 95–108. <https://doi.org/10.1177/0891243215612412>
- Whittier, N. (2009). *The politics of child sexual abuse: Emotion, social movements, and the state*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195325102.001.0001>

A CULPABILIZAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE: A MATERNIDADE DE VIRGÍNIA FONSECA NO *PORTAL UOL*

*Lara Ramalho Loura França¹
Mayra Regina Coimbra²
Deborah Luísa Vieira dos Santos³*

A maternidade continua sendo uma das experiências mais significativas na formação de identidades culturais e nos papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres, mesmo que ainda seja um tema pouco explorado nos estudos feministas e na área da comunicação no Brasil (O'Reilly, 2016). E não só no meio intelectual, falar sobre o

-
1. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ).
lararloura@gmail.com
 2. Doutora e Mestra em Comunicação pela Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora substituta na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).
mayrarcoimbra@gmail.com
 3. Doutora e Mestra em Comunicação, Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF). Diretora da UNIVALE Editora e professora dos cursos de Comunicação da Universidade Vale do Rio Doce.
deborah.santos@univale.br

maternar e tudo que envolve esse assunto ainda carrega muitos estigmas, mesmo que seja algo que naturalmente esteja presente no nosso dia a dia.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Ipsos, entre 23 de dezembro de 2020 e 8 de janeiro de 2021, 46,3% das brasileiras que são mães se incomodam com a sensação de serem julgadas o tempo inteiro. A maternidade carrega consigo o peso das críticas que são destinadas àquelas que não cumprem somente o exercício de ser mãe, como ter uma vida profissional consolidada. E mais que isso, tem também o machismo que define que a mulher precisa ser perfeita em tudo que faz para que consiga a aprovação social.

A *Internet*, hoje, é palco de muitos debates e fonte de informações que antes eram centralizadas em outros canais de informação, como a televisão e o rádio. E são números que crescem a cada ano que passa, o que demonstra uma clara inclinação dos espectadores para obter informações por meio das redes sociais, buscando conteúdos mais cativantes e variados, que englobam áudio, vídeo e texto.

Contudo, com a crescente busca por informações nesses canais, as mulheres e mães, em especial, encontram-se cada vez mais expostas a comentários maldosos e críticas. O meio *online*, muitas vezes, se torna um espaço onde a pressão social e as expectativas impostas à maternidade são ampliadas, gerando um ambiente desigual e cruel para as mulheres, que são comumente confrontadas sobre a maneira como exercem o maternar.

E é por razões como estas que essa pesquisa torna-se importante. Mediante a uma análise das notícias veiculadas no *Portal Uol* e relacionadas à figura da influenciadora digital Virginia Fonseca, será possível

entender o motivo pelo qual as mulheres são tão descredibilizadas e julgadas em relação à maternidade.

O veículo jornalístico e a criadora de conteúdo em questão foram escolhidos devido aos números expressivos de seguidores e, conseqüentemente, por serem muito conhecidos no Brasil. E assim, foi possível analisar 48 matérias durante o período de 7 meses (entre janeiro e junho de 2023), por meio da pesquisa com palavras-chave “Virginia é criticada” no site do *Uol*. Utilizando o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), o objetivo do trabalho foi compreender como e quais são os discursos transmitidos pelo portal, através da figura de Virginia Fonseca.

A maternidade sob olhares sociais: o estigma da mulher-mãe entre espaços públicos e privados

É evidente o quanto a maternidade, objeto deste trabalho, está carregada de estigmas. Goffman (1998), ao apresentar o conceito, explica que em um ambiente social, os indivíduos que dele fazem parte, criam e incorporam normas, consideradas comuns e naturais para os membros desta, estabelecendo um certo tipo de “categoria”. Ao estabelecer essas categorias, fica-se subentendido que nesses ambientes têm grande probabilidade de serem encontrados sujeitos a partir dessas categorizações. Ou seja, as normas instituídas por esse grupo, são requisitos para a identidade social dos mesmos, e fica-se estabelecido os tipos de indivíduos que possam ser encontrados nestes espaços.

Logo, quando um estranho se aproxima e é apresentado a estes nesses ambientes sociais categorizados, os atributos desse estranho são

percebidas por estas pessoas normais (termo exposto por Goffman para definir aqueles que estigmatizam.).

Essas pré-concepções, elaboradas pelos normais, são transformadas em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (Goffman, 1998, p. 5). No entanto, os normais, ignoram tais exigências ou o que elas significam até o surgimento de uma questão que seja efetiva para a realização de suas exigências. É nesse momento que, provavelmente, os normais vão perceber que estavam durante todo o tempo fazendo algumas afirmações em relação àquilo que o indivíduo que está à sua frente deveria ser.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável (...) Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem (...) (Goffman, 1998, p. 6).

A partir dessa explicitação proposta por Goffman (1998) e fazendo um paralelo ao objeto de pesquisa em questão, nota-se que fugir das normas socialmente consideradas normais pode provocar a estigmatização e o preconceito dos sujeitos. Na sociedade contemporânea é possível observar vários estigmas em relação à mulher. Se a mesma decide não ter filhos, este fato é muitas vezes interpretado como uma patologia e/ou anormalidade. Esta mulher é diminuída, vista como uma aberração. Como se não bastasse, o oposto também acontece. A mulher que decide ter filhos, mas não vive plenamente a maternidade e não abandona seu

trabalho para viver em função do filho, também é questionada, atacada e vista com descrédito. Essas mães são tidas como anormais, insensíveis, egoístas e são diminuídas socialmente.

Para Goffman (1998), a sociedade tem papel crucial no estabelecimento desses estigmas, uma vez que é ela quem vai estabelecer os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. A partir disso, pode-se inferir que a relação com a escolha de ser mãe ou não, e a de ser mãe em tempo integral está associada à uma construção social organizada pelas influências familiares, sociais, profissionais, jurídicas, religiosas, políticas e até midiáticas.

Essas instituições sociais criaram o padrão ideal, ou como Goffman (1998) propõe, a ideia de normalidade para toda mulher: casamento e filhos. Lembrando que estes últimos devem ser priorizados em detrimento de todas as esferas sociais. A interrupção dessa categoria tida como ideal, impossibilitaria, para os sujeitos normais - aqueles que estigmatizam - a manutenção de seu interesse materno primário. Isso é percebido no nosso cotidiano, através de produções artísticas e na própria produção de notícias.. A mulher que deixa seus filhos para buscar seus objetivos profissionais é assustadoramente criticada, mas o mesmo não acontece com um pai quando deixa seus filhos com a mãe para ir trabalhar.

Esses estigmas que conseqüentemente geram cobranças aos sujeitos estigmatizados se estendem aos modos de criação, a opção de ter ou não ajuda profissional para cuidar dos filhos, a escolha de fazer ou não fazer uma festa para comemorar o aniversário de seus filhos. Romper com esses modelos impostos socialmente em que as mulheres

são incentivadas a procriar e a viver exclusivamente para os filhos é um processo difícil, uma vez que é algo impregnado e construído socialmente. E esse olhar estigmatizado dos outros tem impacto profundo e acaba sendo perpetuado, o que torna tudo mais difícil de ser alterado.

A questão de direitos entre homens e mulheres é um debate frequente na sociedade. E isso é evidenciado em inúmeros estudos e pesquisas, em que apresentam dados sobre como os gêneros são tratados de forma diferente na sociedade. Uma pesquisa de 2021, da Catho, revelou que as mulheres ganham 34% menos que homens em todos os cargos de liderança e em funções como gerente e diretor, a diferença chega a 24%.

O sociólogo Luis Felipe Miguel, na obra *Feminismo e Política* (2014), reforça esses números ao dizer que a desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente em grande parte das sociedades pelo mundo, se não em todas. “Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie” (2014, p. 11). É nesse contexto que surge o pensamento feminista, que recusa essa compreensão e denuncia a situação das mulheres que sofrem destes padrões de opressão. O pensamento feminista caminha cotidianamente para a produção de uma crítica ampla desta sociedade, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus indivíduos.

Por isso, na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o “patriarcado”, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e

complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia (Miguel, 2014, p. 12).

Miguel (2014) destaca a presença de Simone de Beauvoir (2019) como uma figura central na luta pelo feminismo contemporâneo, principalmente devido à sua obra *O segundo sexo* originalmente publicada em 1949. “Ela se tornou uma espécie de lenda em vida, encarnação da mulher liberada dos constrangimentos da sociedade machista, capaz de fazer o próprio caminho” (Miguel, 2014, p. 16).

A obra de Beauvoir, buscou de maneira impactante compreender a formação social do conceito de “feminino” como um conjunto de imposições e expectativas destinadas a restringir a capacidade de ação independente das mulheres. A célebre frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” comprova a importância da obra, que ajudou Beauvoir a redefinir as fronteiras da política, explorando as interconexões entre o pessoal e o social, o público e o privado que impactam até hoje. “Abrindo caminho, enfim, para o provocativo slogan “o pessoal é político”, que seria a marca do movimento feminista a partir dos anos 1960” (Miguel, 2014).

Ainda que não seja este o objeto de Beauvoir, nesse contexto, é possível associar a citação da autora “Não se nasce mulher, torna-se mulher” com a maternidade. A frase implica desafiar os estereótipos tradicionais associados às mulheres, e neste caso às mães. A frase sugere que o papel da mulher como mãe é adquirido ao longo da vida e não é uma condição fixa desde o nascimento. Isso encoraja a rejeição de expectativas limitadoras e a aceitação de uma variedade de experiências

maternas. O que também propõe que a identidade de mulher e mãe seja fluida e moldada pela vivência. Isso abre espaço para explorar diferentes formas de maternidade, reconhecendo que as mulheres podem definir e redefinir seu papel como mães ao longo de suas vidas. E até mesmo questionar as normas que ditam que toda mulher deve ser mãe e reconhecer que a decisão de ter filhos é uma escolha individual.

De acordo com Miguel (2014), a ideia central e fundante do feminismo vai se delineando pela construção de uma crítica que associa a submissão da mulher à esfera doméstica e, conseqüentemente, à sua exclusão da esfera pública. Flávia Biroli aborda, em seu texto *O Público e o Privado* (2014), a relação dicotômica entre as esferas pública e privada, destacando a importância do pensamento feminista na análise crítica dessa dualidade. Ela argumenta que compreender a construção histórica da fronteira entre público e privado revela implicações diferenciadas para mulheres e homens, questionando a suposta naturalidade e adequação dessa divisão para a construção de relações igualitárias.

Fundamentos como a doutrina cristã foram utilizados para justificar a submissão das mulheres. Falcão (2019) explica que essa visão atribuía à mulher a responsabilidade pelo pecado, reforçando sua posição submissa e como instigadora do mal. Essas ideias, inclusive, perpetuaram a associação da figura feminina à pecadora por longos períodos.

Outra manifestação dessa construção histórica é afirmada por Perrot (2007), em que mostra que desde os tempos da Antiguidade Clássica, a sedentariedade era tida como uma virtude atribuída às mulheres, um dever que as confinava a permanecerem em locais específicos. Isso derivava da crença de que a mulher era potencialmente rebelde e necessitava ser capturada e controlada. No âmbito público, ao contrário do

que foi dito, os homens historicamente ocuparam posições de destaque, exercendo poder e influência em diversas esferas da sociedade. Por outro lado, as mulheres muitas vezes foram relegadas a papéis secundários, enfrentando barreiras para acessar oportunidades iguais.

A influência da biologia na divisão de gêneros também é evidente, como destaca Falcão (2019). A capacidade das mulheres de gerar vida historicamente as relegou à esfera doméstica, enquanto os homens eram direcionados ao trabalho produtivo e à vida pública. Essa percepção e controle do corpo feminino foram peças-chave na manutenção de normas de gênero, limitando as oportunidades das mulheres.

Na modernidade, Biroli (2014) mostra que a esfera pública é baseada em princípios universais, razão e impessoalidade, contrastando com a esfera privada que abriga relações pessoais e íntimas, muitas vezes associadas a estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Como por exemplo nos cenários familiares, em que a expectativa tradicional é de que as mulheres assumam predominantemente as responsabilidades de um lar (filhos, casa, marido), destacando uma disparidade entre as esferas pública e privada em termos de igualdade de gênero. Essa dicotomia ressalta os desafios persistentes que as mulheres enfrentam, mesmo em sociedades que afirmam adotar princípios universais e racionais na esfera pública.

Esses questionamentos acerca do papel da mulher dentro dos espaços, embora tenham evoluído ao longo do tempo, ainda persistem em muitas culturas, criando desafios para a igualdade de gênero. A questão se torna complexa quando observamos como as expectativas de gênero moldam as escolhas e as oportunidades das mulheres. A dualidade entre público e privado muitas vezes coloca as mulheres em uma posição

de equilíbrio delicado, tendo que conciliar carreiras profissionais com responsabilidades familiares.

Contudo, o feminismo, como dito por Biroli (2014) destaca a impossibilidade de dissociar a esfera política da vida social, principalmente quando se trata da construção de uma democracia, enfatizando a necessidade de abandonar a visão de esfera privada e pública como lugares e tempos distintos na vida dos indivíduos. É por isso que a crítica feminista, conforme apresentada pela autora, destaca que a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada.

Questões como violência doméstica e estupro no casamento são exemplos nos quais a intervenção na vida privada é necessária para garantir a cidadania e integridade física das mulheres. “O mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público” (Biroli, 2014, p. 23).

A discussão sobre violência contra a mulher destaca a dificuldade de tematizar a violência doméstica e o estupro no casamento devido à tradicional separação entre vida pública e privada. Casos esses que crescem a cada dia e representam estatísticas que são a realidade do país. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro da Segurança Pública, o feminicídio teve um aumento de 6,1% de 2021 para 2022, de 1.347 para 1.437 casos no Brasil. Os estupros também representaram crescimentos e 88,7% das vítimas se identificavam pelo sexo feminino. Além disso, obtiveram-se avanços legais impulsionados pelo movimento feminista, como a Lei Maria da Penha no Brasil, mas ainda são encontrados

impases persistentes na luta contra a violência de gênero, relacionados à construção institucional, tolerância cultural e desafios morais.

É por estas e outras questões que lutas feministas precisam persistir. Reconhecemos os avanços, mas ainda há muito o que lutar. A pluralidade democrática requer um espaço livre de violência, constrangimentos à autonomia e desigualdades de gênero, questionando sempre a dualidade convencional entre o público e o privado.

Conceituando a maternidade: antes e depois da mídia

Historicamente, o valor do relacionamento mãe-criança variou, moldado por discursos e práticas científicas (Moura e Araújo, 2004). As pesquisadoras Solange Maria Sobottka Rolim de Moura e Maria de Fátima Araújo (2004) afirmam que, até o século XVIII, a família era centrada no homem, com o casamento arranjado por motivos econômicos, sem ênfase no amor ou no cuidado infantil. Mas foi só a partir da década de 1770, como destaca Badinter (1985), que as mulheres foram compelidas a assumir a responsabilidade de serem mães antes de tudo, criando assim o mito que persiste até os dias de hoje: o do amor instintivo e inato de toda mãe por seu filho. Esse discurso foi reforçado por preocupações demográficas e pelo liberalismo, que alteraram a percepção da maternidade e da família.

E é aí que nasce um discurso que ainda assola a sociedade, vindo de médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia, da época em questão. Segundo as autoras, eles enfatizavam a importância da mulher se dedicar aos cuidados com os filhos e que essa abordagem era a mais “natural”, considerando que apenas a mulher poderia gestar e dar à luz, tornando, assim, a educação e os cuidados com os filhos

inerentes à tal “natureza feminina”. O que relaciona-se também com a gravidez, que por muito tempo - e arrisca-se dizer que até hoje existam declarações assim - foi considerada uma dádiva de Deus, divindade dos céus. E o contrário, a infertilidade, tida como um castigo aquela pessoa.

De acordo com Maria de Jesus Correia (1998), enquanto algumas mulheres encontraram alegria e realização ao abraçar a maternidade como uma atividade valiosa, outras, sob pressão ideológica, se sentiram obrigadas a ser mães, resultando em sentimentos de culpa e frustração. Essa dicotomia no século XIX não permitia uma categorização intermediária entre mães boas e ruins, contribuindo para desafios psicológicos tanto para as mães quanto para as crianças.

Na Primeira Guerra Mundial, mulheres descobriram novas capacidades, conquistando independência profissional, o que alterou a relação com os homens. Isso impulsionou o feminismo, com as mulheres entendendo que a maternidade deveria ser uma escolha. E foi nos anos 60, que a pílula anticoncepcional trouxe ao mundo uma chance das mulheres serem ainda mais independentes e fazer jus ao movimento feminista que estava em voga na época.

Atualmente, há uma tentativa de afastar da associação direta feminino-maternidade, “estamos já distantes do tempo em que realizar o Feminino passava pela realização do Materno” (Correia, 1998, p. 370). Contudo cresce outros problemas advindos dessa relação, com o papel da mulher em outras esferas da sociedade e a corrida para a realização de todas as atividades. E é a *internet*, que nos dias atuais, é a responsável por amplificar cada vez mais esses desafios e promover muitos debates.

As redes sociais tornaram-se um grande fórum em que as pessoas, de alguma forma, se sentem livres para compartilhar e até mesmo

palpitar em vidas alheias. Além disso, o tema “maternidade” é bastante discutido nessas plataformas, seja em forma de criação de conteúdo como também em discussões em grupos ou páginas. Contudo, tudo isso tem um lado negativo: o grande contingente de informação e compartilhamento, que tem sido mais frequente na atualidade, acaba interferindo no modo de pensar e lidar da sociedade com o “ser mulher”.

Um exemplo disso é a pesquisa conduzida pela psicóloga Bruna Monteiro Hallak, que empregou a psicanálise como base teórico-prática. O estudo analisou entrevistas qualitativas realizadas com 10 mães de crianças com até cinco anos de idade que são consumidoras de conteúdo sobre maternidade em plataformas de redes sociais. Dessa forma, observou-se que as mães ao adotarem a experiência de outras mães como seu “ideal do eu”, as consequências enfrentadas por elas incluem sentimentos de culpa, frustração, comparação e angústia. Isso ocorre quando deparam-se com padrões de perfeição que são amplificados pelo imaginário exagerado nas redes sociais.

Com a amplitude e aumento do interesse das pessoas por essas mídias digitais, temas que antes raramente eram discutidos em veículos tradicionais acabaram sendo mais difundidos. É o que argumenta Braga (2021), em relação à maternidade: “atualmente é possível encontrar uma quantidade expressiva de páginas, canais, *blogs* e *sites* onde as mulheres argumentam a opção de não ter filhos/as ou ainda sobre o arrependimento de ser mãe” (Braga, 2021, p. 29). Discussões essas que ainda são cercadas de tabus e controvérsias, mas que mesmo assim representam uma grande evolução para a sociedade, para que diferentes mulheres sejam cada vez mais refletidas nesse ambiente e se desprendam da culpa de não desejar maternar.

Ainda sobre a maternidade, é preciso destacar o papel da mídia nessa construção e sua relação com a representação das mães. Diante do seu papel de construção social, a mídia escolhe algumas figuras que se destacam em diversos aspectos para elevar à condição de heróis, transformando-os em padrões de comportamento. O que pode-se facilmente relacionar com o trabalho de *digital influencer* (influenciador digital) que está cada dia mais presente nas redes sociais. Esses profissionais que também podem ser chamados de *creators* (criadores de conteúdo) ou, simplesmente, blogueiros representam uma transformação no trabalho com a *Internet*. Além de mostrar o dia a dia nas redes, tornam-se um meio de influência para aqueles que seguem o conteúdo produzido, muitas vezes, por um aparelho celular.

Aqui, pode-se citar a presença das mães influenciadoras digitais, que vem representando muitas mulheres que antes não tinham voz ativa ou destaque no contexto social, muito por conta do patriarcado e do machismo vigente. Braga (2021) explica que, o desenvolvimento das redes foi o que motivou cada vez mais as mulheres a criarem e manterem seus próprios perfis, páginas e canais nas principais redes sociais. E, dessa forma, compartilham suas experiências, vivências e momentos da maternidade e tudo que gira em torno desse assunto. O que hoje é um grande sucesso no meio digital.

Ao acompanhar a vida e a rotina de mulheres que dividem e compartilham a maternidade, o público deslumbra, se inspira e se conecta e se enxerga através do que é exposto. As mães criam identificação e projetam suas vidas a partir das dores e amores que são por elas compartilhadas. É importante destacar que, o movimento “maternidade real” surgiu e se popularizou no Brasil em 2016. Tudo começou quando um

desafio no *Facebook*, com a *hashtag* #desafiodamaternidade, se tornou viral, encorajando mulheres a compartilharem momentos felizes com seus filhos. No entanto, a natureza do conteúdo mudou quando Juliana Reis, ao ser convidada a participar, optou por mostrar também as dificuldades enfrentadas por ser mãe, criando o “desafio da maternidade real” (Lauxen & Quadrado, 2018, pp. 3-4).

De acordo com Arcoverde (2023), apesar dos avanços e conquistas das mulheres, as mesmas ainda enfrentam muitos obstáculos. Essas limitações podem ser gerais, aplicando-se a todas, ou específicas, variando de acordo com fatores como raça, sexualidade e transexualidade. E, as redes sociais representam um palco para disputas morais relacionadas a essas limitações. Por isso, pode-se afirmar que “ainda existem jeitos de ser mulher mais aceitos socialmente do que outros” (Arcoverde, 2023, p. 5).

Maternidade em rede: julgamentos e narrativas na era digital

O objetivo desta pesquisa é compreender, através da metodologia da Análise de Conteúdo, quais e como são as críticas atribuídas à mulher que é mãe, a partir da figura da influenciadora Virgínia Fonseca, no *Portal Uol*.

Nascida em 1999 nos Estados Unidos, Virgínia Pimenta da Fonseca Serrão Costa é influenciadora, *youtuber*, empresária e apresentadora. Hoje, Virgínia é casada com José Felipe Rocha Costa e possui três filhos, Maria Alice (3 anos), Maria Flor (1 ano) e José Leonardo (0 anos), e mora em Goiânia com a família. Ela conta com mais de 49 milhões de seguidores no *Instagram* e 11 milhões no *Youtube*, números que crescem a cada dia e que sempre são comemorados em seu perfil.

Ela é bem presente nas redes sociais, filma o dia a dia das filhas, rotina de exercícios físicos, de trabalho e da família no geral.

O site Uol Notícias pertence à empresa brasileira de conteúdo online Uol, sendo o primeiro portal virtual do Brasil, fundado em 1996. O portal ocupa a quarta posição entre os mais acessados. Segundo uma pesquisa da Rock Content, as visualizações mensais chegam a 356,5 milhões e, cada usuário gasta, em média, 15 minutos de consumo. Além disso, é o maior conteúdo em língua portuguesa do mundo, de acordo com os dados do próprio site.

Por meio de uma influenciadora que está em evidência na mídia, o intuito é identificar os aspectos que são abordados em reportagens/artigos/notícias quando se trata do ser feminino que vive a maternidade. Para a análise, escolhemos 48 matérias, que compreendem o período de janeiro de 2023 a julho de 2023, todas elas do Portal *Uol*. A escolha dessas matérias se deu por uma busca dentro do site através das palavras chaves “Virgínia é criticada”.

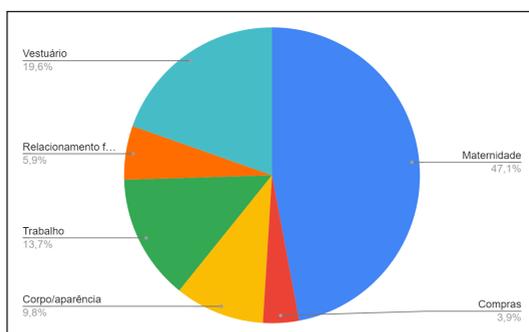
O uso destas palavras-chave se deu como uma forma de filtrar a busca por matérias que tivessem relação com a produção de sentidos sociais sobre a *influencer*, uma vez que a pesquisa se concentra em compreender as diferentes formas em que a mulher é julgada pela sociedade, com destaque para a maternidade. Entre as temáticas criticadas estavam: maternidade, corpo/aparência, trabalho, vestuário, compras e relacionamento familiar.

A análise das matérias revela um destaque significativo para temas relacionados à maternidade, constituindo a grande maioria, representando 47,1% (24 matérias) do total de conteúdos. Essa predominância de críticas à maternidade levanta inquietações pertinentes sobre como

essas narrativas podem impactar a percepção pública das mães e contribuir para a construção social de estereótipos negativos. O que pode não apenas marginalizar mulheres-mães, mas também influenciar a sociedade a internalizar ideias preconcebidas sobre a maternidade, contribuindo para um ambiente em que estas pessoas são frequentemente julgadas e culpabilizadas. Esses dados podem ser observados no gráfico a seguir:

Figura 1

Temáticas em que Virgínia é Criticada



Elaborado pela autora.

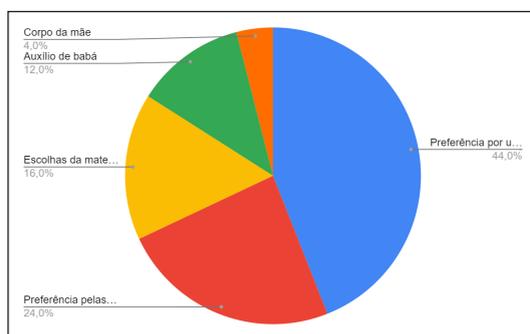
A produção de sentido do maternar: uma análise do Portal Uol

Para a realização da Análise de Conteúdo, foram designadas categorias e indicadores para análise das matérias do Portal Uol. Essas categorias foram criadas a partir dos elementos em comum na fase de pré-análise, sendo elas: 1) Preferência por uma das filhas: as matérias em que Virgínia é criticada por preferir uma filha em detrimento de outra; 2) Auxílio de babá: matérias em que a influenciadora é criticada por contar com ajuda de babá no cuidado com as filhas; 3) Escolhas

da maternidade: matérias em que ela é criticada pelas escolhas que faz na maternidade; 4) Preferência pelas babás: matéria que ressaltam a preferência das crianças pela babá; 5) Corpo de mãe: matérias em que a influenciadora é criticada pela incompatibilidade pela imagem representada e à imagem de mãe. A categorização proposta pode ser verificada nas matérias do Portal Uol no gráfico que se encontra abaixo:

Figura 2

Categorias e Indicadores das Matérias do Portal Uol



Elaborado pela autora.

Preferência por uma das filhas. Dentre as matérias aqui analisadas, a “Preferência por uma das filhas” foi a temática mais recorrente, com 11 matérias veiculadas no *Portal Uol*, durante o período escolhido, que corresponde a 44%. Esse número é representativo quando percebemos que a sociedade perpetua estigmas e preconceitos e tem a mídia como amplificadora desses discursos. As pessoas se sentem no direito de julgar a mulher e a mãe, atribuindo-lhe culpa o tempo todo, qualquer que seja seu posicionamento na forma de executar a maternidade. Este número é representativo porque Virgínia Fonseca, além de mãe, é também uma

grande profissional. Apresentadora e empresária, dona de duas grandes empresas, a *We Pink* e Talismã Digital, mas o que incomoda o público são as fotos que ela posta com suas filhas e as festas realizadas para comemorar a vida delas, por exemplo.

Em algumas das matérias analisadas com manchetes como: “Virginia Fonseca compartilha momento especial e é criticada por ausência da filha caçula: ‘Meu deus’ ”, “Virginia Fonseca é criticada ao aparecer com Maria Alice na praia: ‘Só tem uma filha’ ” e “Virginia mostra momento especial com a filha mais velha e é criticada: ‘Cadê a Maria Flor?’”, a primeira publicada em 03/01/2023 e as duas últimas em 06/01/2023, o portal *Uol* discorre sobre a *digital influencer* ter postado fotos somente com a primogênita e os seguidores terem deduzido que ela goste, de certa forma, mais dela do que da caçula.

Nesse aspecto, as críticas estão muito atreladas a alguns atos que são vistos pelas pessoas como se a influenciadora estivesse valorizando uma filha em detrimento da outra. A realização de festas mais simples para Maria Flor, de um ano, e comemorações mais luxuosas para Maria Alice, de dois anos, são exemplos disso. É importante ressaltar que essa é uma das pautas que mais geraram conteúdo para o veículo analisado. Ao todo foram cinco manchetes que incluíam o tamanho dos eventos da família, o que poderia sugerir a preferência por uma das filhas.

Além disso, os comentários que são deixados pelo público - alguns citados mais acima - evidenciam a polarização existente entre a maternidade e as mídias sociais. As pessoas se sentem no direito de dizer o que querem, sem se preocupar com quem está por trás da tela. Assim como argumenta Fenton (2012), a *Internet* se firma como meio para disseminação de discursos de ódio e violências. Este espaço amplifica e

faz com que aqueles que não tem voz e poder nos meios de comunicação tradicionais consigam expressar suas opiniões. Muitas destas críticas, se não a maioria delas, acabam vindo de mulheres, que também são mães, indicando uma perpetuação de preconceitos e estigmas, que indicam um enraizamento social problemático (Goffman, 1998).

Preferência pelas babás. Com seis matérias (24%), o tema em questão foi o segundo em número de críticas acerca da maternidade de Virginia. O assunto é frequentemente debatido não só por conta da *digital influencer* possuir babás para o auxílio no cuidado de suas filhas, mas também por um acontecimento em específico: um vídeo em que a filha mais velha, Maria Alice, pede o colo da babá depois de tomar uma vacina. A crítica, que está abordada em todos os conteúdos selecionados nesta análise, girou em torno da criança supostamente preferir a profissional do que a própria mãe. Isso gerou muita polêmica e comentários nas redes sociais, como o do jornalista Evaristo Costa: “Já ouviram falar: mãe é quem cria?”, em uma postagem na rede social X (antigo *Twitter*).

O problema central da questão está no fato de que , frequentemente, mulheres, e em especial mães, enfrentam uma análise mais rigorosa e críticas exacerbadas em comparação com os homens e pais. O julgamento público sobre as escolhas de maternidade, como ter babás, muitas vezes recai desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto homens raramente enfrentam críticas semelhantes em relação à paternidade. Na ocasião, Evaristo foi duramente criticado pela exposição de sua opinião. Tal fato o obrigou a se retratar publicamente em uma postagem em seus *stories*, no *Instagram*: “Quem sou eu para julgar”.

É importante apontar que mesmo que as imagens em questão mostrem somente um pedaço do momento da vida dessas pessoas, o estereótipo de que a mãe é perfeita e que tem que dar conta de tudo, é constantemente propagado no meio digital. Esta categoria também nos permite observar que existe uma tendência de estigmatizar as mães que buscam assistência externa, como se a decisão de ter uma babá fosse um sinal de incapacidade ou falta de dedicação à maternidade. Assim, a análise de estigma de Goffman (1988) oferece uma perspectiva importante para compreender como as mulheres-mães são frequentemente submetidas a pressões sociais e estereótipos, mantendo o conceito de que devem atender a um ideal de maternidade que, na prática, pode ser inatingível e prejudicial ao bem-estar das mães e de suas famílias. O ideal de mãe “super heroína”, que precisa dar conta de tudo e todos.

Escolhas da maternidade. A temática em questão é representada por quatro matérias, que equivalem a 16%. Dentre elas: uma sobre a festa de batizado das filhas, duas sobre o nome do futuro filho do casal e um artigo de opinião que cita a questão de Virginia ser criticada pelas festas que faz para as filhas. Contudo, é importante pontuar que estas, são decisões que podem e devem ser tomadas tanto pelo pai quanto pela mãe, porém na maioria das vezes são atividades atribuídas às mulheres. Como no caso das críticas feitas a Virginia, com manchetes que só se destinam a ela, como se fosse só ela a responsável por todas as escolhas. Ou, a acusação de que a *influencer* é a culpada pelos supostos erros. Como é percebido na manchete “Qual vai ser o nome do próximo filho de Virginia e Zé Felipe? Influenciadora foi criticada por escolha”.

Os textos analisados chamam atenção, pois trazem discussões que são feitas nas redes sociais, em publicações que foram realizadas pela criadora de conteúdo. Contudo, o veículo midiático traz críticas que atingem somente à mulher, como pode-se observar na manchete: “Virginia é criticada por festa ‘exagerada’ após batizado das filhas: ‘Inadequada para isso’ ”, sem mencionar José Felipe que é o pai das crianças. Além disso, enfatiza-se no texto que o evento foi organizado somente por ela, relacionando-a também com as supostas falhas, sempre com o uso do pronome “ela” .

É como se mesmo que a mulher tenha tido muitas conquistas, com o passar do tempo, em relação a papéis sociais, ainda há muitos estereótipos a serem quebrados. Principalmente quando se trata de desigualdades entre o sexo masculino e o feminino, que podem e são disseminadas facilmente na mídia contemporânea (Cruz et al., 2021).

Auxílio de babá. Virginia Fonseca, em suas redes sociais, não esconde que possui ajuda de babás para o cuidado de suas filhas. Contudo, esse auxílio é frequentemente debatido na mídia, como os conteúdos aqui analisados. Foram veiculadas manchetes que geralmente representam a indignação dos internautas em relação a ajuda das profissionais com as crianças, como uma matéria veiculada dia 27/02/2023: “Virgínia Fonseca é criticada por levar babás em viagem de férias: “Terceirizou a maternidade”.” Sobre esse assunto, foram veiculadas três matérias durante o período analisado, o que representa 12%.

No contexto da maternidade, as mães muitas vezes enfrentam estigmas associados à ideia de que devem ser capazes de “dar conta de tudo” sem ajuda externa. E quando as mães buscam auxílio, como

Virginia que conta com o das babás ou o compartilhamento de responsabilidades com outros membros da família, as mesmas podem enfrentar estigmas que as rotulam como “menos mães”. Isso sugere que, ao buscar apoio, as mães estão de alguma forma falhando em cumprir o papel tradicional atribuído a elas.

Essa condenação nas redes, como acontece com Virginia Fonseca, pode-se relacionar com o fenômeno chamado “*mom-shaming*” que se refere à prática de criticar ou julgar as escolhas, decisões ou comportamentos de uma mãe, muitas vezes de maneira negativa ou condenatória pode ser interpretado como uma forma de estigmatização. Mães que não seguem as normas sociais impostas são frequentemente estigmatizadas publicamente, seja por escolhas de parentalidade, estilo de vida ou aparência física.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, embora tenha sido um avanço significativo em termos de igualdade de gênero, também levanta questões complexas sobre a divisão de responsabilidades domésticas e cuidado com os filhos. A sociedade muitas vezes negligencia o fato de que os pais também compartilham a responsabilidade pela criação dos filhos.

Corpo da mãe. Mesmo tendo somente uma matéria (4%) relacionada a esse assunto, é um tópico extremamente importante e considerado um tabu social. O corpo materno é sempre carregado de muitos julgamentos, cobranças e é como se fossem feitos somente para a procriação. E não só os daquelas que são mães, os corpos femininos no geral sempre são questionados. De acordo com Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo*, “o corpo da mulher é um objeto que se

compra: para ela, representa um capital que ela se acha autorizada a explorar” (1967, p. 170).

A única notícia deste tópico, então, é acerca de uma foto que Virginia Fonseca postou em seu perfil no *Instagram*, em que ela está deitada na cama coberta somente por um lençol. O que gerou uma série de comentários em relação ao corpo seminudo da *digital influencer*, como traz a seção pais&filhos: “Respeito pelo Zé Felipe nada, né? Isso não é atitude de mulher casada e mãe“ e “Só quem tem um pouco mais de entendimento espiritual sabe que quem tem propósito de Deus, assim como ela tem, não pode fazer esse tipo de conteúdo. Deus não se agrada. Você é linda, Virginia, não precisa disso. Deus te abençoe”.

As críticas dirigidas às mães que escolhem compartilhar imagens que fogem do estereótipo da “mãe recatada” muitas vezes derivam de uma visão conservadora e limitada sobre o papel da mulher na sociedade. Esses julgamentos refletem um padrão duplo que exige das mães um comportamento impecável e ao mesmo tempo ignora as individualidades e a autenticidade que cada mulher carrega consigo. O que só reforça o debate acerca dos estigmas atribuídos aos corpos femininos discutidos previamente acima.

Conclusão

Considerando todo o conteúdo analisado e as teorias aqui expostas, pode-se afirmar que Virginia Fonseca teve sua maternidade questionada em diversos momentos e a mídia, mais precisamente o portal *Uol*, esteve no papel de amplificar e intensificar esses debates. Além disso, é importante ressaltar que absolutamente todas as matérias

apresentadas são construídas a partir de críticas disseminadas nas redes sociais, principalmente de comentários em *posts* do *Instagram*. Contudo, nenhum destes textos divulga a quantidade de julgamentos recebidos, em números, e se realmente são muitas pessoas comentando sobre o assunto.

Pode ocorrer, dessa forma, ao noticiar em grandes veículos algo que está em discussão em *chats* da *Internet*, a reafirmação de estigmas e até mesmo torná-los maiores do que já são. A mídia, como construtora de realidades, cumpre o papel de dar visibilidade para pessoas, coisas e também reafirma padrões e preconceitos. Ao trazer discussões que estavam restritas no espaço do *Instagram* e reproduzir repetidamente as críticas e discursos preconceituosos sem questioná-los, a mídia está contribuindo para a perpetuação de padrões machistas e patriarcais da sociedade. Foi possível perceber com esse trabalho que apesar de todos os avanços, há questões que são latentes e profundas. As críticas à Virgínia se deram em relação à: a maternidade, o corpo, as roupas, os sentimentos e emoções. O destaque destas críticas se deu à maternidade.

Conforme se observa na análise, a sociedade espera que a mulher seja a todo momento perfeita, cuide de tudo ao mesmo tempo e dê conta dela, da família, do marido, dos filhos, da casa, das festas. Ao ser uma mãe *digital influencer*, que expõe seu cotidiano na *Internet*, ela precisa ainda se atentar para publicar e compartilhar conteúdos relacionados aos filhos de forma igual, para que além de todas as cobranças, não seja sugerida uma preferência por uma delas. Ou seja, há uma pressão significativa sobre as mulheres na sociedade para atender a expectativas elevadas e muitas vezes contraditórias.

Essa discussão é crucial para o campo da comunicação, pois destaca a importância de reconhecer e desafiar os estereótipos de gênero

presentes na sociedade. Ao sensibilizar todos para a diversidade e complexidade das experiências femininas, a comunicação pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma narrativa mais respeitosa e empática, e que as mulheres possam expressar sua individualidade livre de estigmas e discriminações. E viver uma maternidade em que seja sempre capaz de fazer as escolhas que achar necessárias para seus filhos e família.

Referências

- Almeida, M. (2023, 14 de Julho). Qual vai ser o nome do próximo filho de Virginia e Zé Felipe? Influenciadora foi criticada por escolha. *Caras*. <https://caras.uol.com.br/atualidades/qual-vai-ser-o-nome-do-proximo-filho-de-virginia-e-ze-felipe-influenciadora-foi-criticada-por-escolha.phtml>
- Arcoverde, M. R. (2023). “Bebê Tube”: A vida espetacular de mães “influenciadoras” nas redes sociais digitais. Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado : o mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). *Feminismo e política*. Boitempo Editorial.
- Comunicação, C. (2021, 11 de Março). Desigualdade de gênero no mercado de trabalho. *Carreira & Sucesso*. <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/>

- Correia, M. de J. (1998). Sobre a maternidade. *Análise Psicológica*, 16(3), 365–371. <http://hdl.handle.net/10400.12/5739>
- De Beauvoir, S. (1949). *The Second Sex*. Vintage Books.
- Falcão, P. (2020). Mulheres e espaço público: invisibilidade social feminina e o direito ao voto no Brasil. *Mosaico*, 11(17), 245. <https://doi.org/10.12660/rm.v11n17.2019.80333>.
- Fenton, N. (2012). The internet and radical politics. In J. Curran, N. Fenton, & D. Freedman (Eds.), *Misunderstanding the internet* Routledge.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação deteriorada*. LDC
- Hub, V. I. U. (2021, 30 de Junho). Conectadas e engajadas: a geração de mães consumidoras de conteúdo digital. *Gente | Uma Conexão Globo*. <https://gente.globo.com/conectadas-e-engajadas-a-geracao-de-maes-consumidoras-de-conteudo-digital/>
- Lauxen, J., & Quadrado, R. P. (2018). Maternidade sem romantismos: alguns olhares sobre as maternidades e os sujeitos-mãe na contemporaneidade. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos Em Cultura E Sociedade*, 4. <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.775>
- Moura, S. M. S. R. de, & Araújo, M. de F. (2004). A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 24(1), 44–55. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>

O'reilly, A. (2016). *Matricentric feminism : theory, activism, and practice*. Ontario Demeter Press.

Oliveira-Cruz, M. F. de, & Mendonça, M. C. de. (2021). *Maternidade nas mídias*. FACOS-UFSM.

Perrot, M., & Corrêa A. M. S. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.

Redação AnaMaria. (2023, 27 de fevereiro). Virgínia Fonseca é criticada por levar babás em viagem de férias: “Terceirizou a maternidade.” AnaMaria. <https://revistaanamaria.com.br/noticias/famosos/virginia-fonseca-e-criticada-por-levar-babas-em-viagem-de-ferias-terceirizou-a-maternidade.phtml>

Redação Contigo. (2023, 3 de Janeiro). Virginia Fonseca compartilha momento especial e é criticada por ausência da filha caçula: “Meu deus.” *Contigo!* <https://contigo.uol.com.br/noticias/famosos/virginia-fonseca-compartilha-momento-especial-e-e-criticada-por-ausencia-da-filha-cacula-meu-deus.phtml>

Redação Estado de Minas. (2023, 11 de agosto). Pesquisa revela impactos das redes sociais nas maternidades contemporâneas. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2023/08/11/interna_bem_viver,1544483/pesquisa-revela-impactos-das-redes-sociais-nas-maternidades-contemporaneas.shtml

Redação Pais&Filhos. (2023, 5 de Abril). Virginia é criticada após mostrar momento entre filhas: “”Pegou do colo das babás pra tirar foto”. <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/virginia-e-criticada-apos-mostrar-momento-entre-filhas-pegou-do-colo-das-babas-pra-tirar-foto>

Ribeiro, K. (2023, 9 de Julho). Virginia é criticada por internautas após postar foto seminua: “Não é atitude de mãe”. *Pais&Filhos*. <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/virginia-e-criticada-por-internautas-apos-postar-foto-seminua-nao-e-atitude-de-mae/>

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À ATIVIDADE JORNALÍSTICA E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL: A “VAZA JATO” NO JULGAMENTO DO HC Nº 164493/PR

*Thiago Luiz dos Santos¹
Yann Diego Souza Timótheo de Almeida²*

O art. 6º do Código de Ética do Jornalismo Brasileiro estabelece, como deveres do jornalista: a divulgação dos fatos e das informações de interesse público (inciso II), não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha (inciso VI), defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito (inciso X). No que tange à sua responsabilidade profissional, o art. 12

-
1. Pós-graduado pela Escola Paulista de Direito (EPD).
Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ES) e Advogado.
thiago.dos.santos.academico@gmail.com
 2. Doutor em Ciências Sociais pela UNISINO. Advogado.
Diretor Regional da ABRACRIM-MT no Vale do Araguaia. Coord. Jurídico da Aliança Nacional LGBTI+ de Mato Grosso.
yann3diego@gmail.com

estatui que este deve: buscar provas que fundamentem as informações de interesse público (inciso II) e defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural (VII). Diante disto e das disposições criminais inerentes à invasão de dispositivos eletrônicos privados, como estes deverão proceder no caso de fonte anônima que entregue informações obtidas mediante esta atividade ilícita?

À luz do supracitado e aparente dilema, o presente trabalho analisa o papel do jornalismo como instrumento de promoção da justiça social, tendo como exemplo privilegiado de análise a atuação do The Intercept Brasil na série de reportagens Vaza Jato. Elege-se este evento como expoente porque a atividade jornalística do veículo trouxe à tona diversas conversas, pouco republicanas e afrontosas aos direitos e garantias fundamentais, entre membros do Ministério Público e do Poder Judiciário com a finalidade de instrumentalizar o processo em detrimentos de pessoas pertencentes a determinadas filiações político-partidárias e de interferir nos resultados eleitorais do pleito de 2018. Contudo estas informações foram obtidas por meio da invasão aos dispositivos eletrônicos de tais agentes públicos e entregues, por fonte até então anônima, ao grupo jornalístico.

Diante disto, a primeira parte deste trabalho se propõe a analisar a importância da atividade jornalística para a defesa do interesse público, da Constituição, da democracia e dos direitos e garantias fundamentais. A segunda perquire a licitude (ou não) da divulgação, pelos jornalistas, de informações obtidas de fonte anônima que alega tê-las obtido mediante prática ilegal, à luz, principalmente, da ADPF nº 601. A terceira, enfim, examina a existência de relevância da série de reportagens Vaza Jato para o Habeas Corpus nº 164493/Paraná, que

culminou no reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da suspeição do juiz da operação Lava Jato, assim como na inocência do então réu, permitindo-o participar e vencer o pleito eleitoral de 2018.

As hipóteses trabalhadas são: (i) o jornalismo é imprescindível à defesa do interesse público, da Constituição, da democracia e dos direitos e garantias fundamentais; (ii) é lícita a divulgação, pelos jornalistas, de informações obtidas de fonte anônima que alega tê-las obtido por meio de prática ilegal; e (iii) a Vaza Jato desempenhou papel relevante para o resultado do julgamento do Habeas Corpus nº 164493/Paraná. O trabalho se deu pelas vias da revisão bibliográfica de obras redigidas por doutores e/ou doutorandos, sozinhos ou em coautoria, e da análise da ADPF nº 601 e do Habeas Corpus nº 164493/Paraná, empregando-se o método dialético para tanto.

A importância da atividade jornalística para a proteção e o exercício da democracia

O jornalismo e a democracia entabulam relação dialética, interpenetrando-se como elementos essenciais à existência um do outro. Ao intermediar o acesso à informação de qualidade e monitorar e publicizar as ações das pessoas públicas, o primeiro auxilia a população na elaboração do seu julgamento sobre os assuntos inerentes à vida pública e na tomada de decisão consciente referente às escolhas políticas (Nascimento et al., 2023, p. 57). Por outro lado, seu regular funcionamento somente é possível em países que protejam a independência da atividade jornalística, o que é viabilizado em regimes democráticos que respeitem as liberdades dos que a exercem (Nascimento et al., 2023, p. 58). A existência harmônica de ambos viceja quando ele responde às demandas sociais

dentro de parâmetros éticos e normativos que contribuam para o perfeito funcionamento da segunda (Nascimento et al., 2023, p. 59).

Em verdade, a imprensa é um dos sustentáculos do regime democrático, desde que sua ação se pautar na ética e vise construir tanto a cidadania quanto uma cultura de respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos (Paulino et al., 2022, p. 45). Sobraçada nestes pilares, ela se apresenta como baluarte do direito à informação e à comunicação (art. 220 da CRFB/88), albergando a pluralidade de opiniões e pensamentos, sempre tendo como limite do aceitável o respeito à Constituição e à democracia (Paulino et al., 2022, p. 45). Por isso, a imprensa livre e democrática não deve servir de difusora de informações falsas ou discursos de ódio, devendo escolher o seu rechaço no lugar de aceitá-los em nome do exercício de uma suposta liberdade de expressão, que, na verdade, se usa dos instrumentos constitucionais para erodir a ordem jurídica e democrática em vigor (Paulino et al., 2022, pp. 45-46).

Para o exercício deste papel de especial relevância à democracia, é necessário entender os desdobramentos desta atividade, sendo o primeiro deles o *newsmaking*, relacionado com procedimentos pertinentes a ideia de obtenção da maior objetividade possível das informações prestadas, levando o jornalista a adotar as cautelas necessárias à verificação dos fatos, tais quais a confirmação das informações, apresentação de pontos de vista diversos sobre o tema, busca por provas auxiliares, indicação da fala de terceiros mediante reprodução literal entre aspas e afins (Moraes Júnior & Antonioli, 2016, p. 46). Outro desdobramento desta atividade é o *gatekeeping*, que é a lida do profissional com os interesses pessoais, empresariais e institucionais no trabalho de apuração e definição do critério de noticiabilidade dos fatos, elegendo aqueles que merecem

ser noticiados e, assim, ingressar na esfera pública do debate (Moraes Júnior & Antonioli, 2016, pp. 47-49). Com o advento da internet e, especialmente, das mídias sociais e da comunicação simultânea ao redor do globo, o papel de *gatekeeper* também passa a adquirir feições de *gatewatching*, pois o povo, antes apenas destinatário, também passa a contribuir com a produção das informações, movendo os jornalistas, que também se transformam em curadores das informações, trabalhando-as em esforços colaborativos com o seu público e avaliando a qualidade do que é produzido tanto nesta colaboração quanto pelo próprio público, isoladamente (Moraes Júnior & Antonioli, 2016, p. 48).

Os susoditos desdobramentos da atividade jornalística podem ser entendidos como motivos para que Stuart Mill, em nome liberdade de pensamento e discussão, a defenda como uma das principais salvaguardas contra governos corruptos e/ou tirânicos (Mill, 2011). Ao dar voz às pessoas e publicizar os acontecimentos, os jornalistas preservam o mercado de ideias que possibilita ao seu público trocar o erro pela verdade, caso seu mister resulte no esclarecimento de fatos e divulgação de acontecimentos relevantes à formação de opinião; ou a hipertrofiar a verdade, acrescentando-lhes novos vieses e perspectivas de observação (Mill, 2011). Trazendo fatos à luz e dirimindo dúvidas que pairavam sobre determinados acontecimentos, permite ao povo o amplo debate e discussão sobre tais, ampliando o próprio conceito que a pessoa tem de mundo, pois, de acordo como filósofo: “para cada indivíduo, o mundo é aquela parte do mundo com a qual ele entra em contact” (Mill, 2011).

Assim, enquanto uma sociedade livre se torna ambiente favorável ao exercício pleno do jornalismo, este, ao ser desempenhado da forma mais isenta, objetiva e compromissada com a verdade o possível,

constrói e sedimenta os espaços democráticos onde os direitos humanos e a cidadania são protegidos e respeitados (Montipó, 2022, p. 3). Contudo, esta ideia liberal que relaciona a atividade jornalística com a democracia, prezando pelos valores da pluralidade de ideias e convicções aliada à liberdade econômica tem dado lugar à sua congênere neoliberal, que preza pela supremacia do mercado sobre os interesses da sociedade (Montipó, 2022, p. 7). Diante deste processo de virada ontológica da democracia, em curso, o jornalismo, como prática mediadora de sentidos, se apresenta fundamental à melhoria da qualidade democrática porque é, ao mesmo tempo, canal de propagação e participante da construção da cidadania e dos direitos humanos (Montipó, 2022, pp. 4-5).

Em paralelo ao neoliberalismo, a evolução tecnológica foi na contramão das previsões otimistas de Dan Gillmor³, transformando o sonho do espraiamento da produção das informações e da ampliação da democratização da sociedade e das liberdades individuais em concentração dos dados pessoais e da manipulação da vontade da pessoa pelas detentoras das plataformas de mídias sociais, as quais mercantilizam a subversão de regimes democráticos e da vontade popular em prol da ampliação dos seus capitais financeiros e simbólicos. O mercado de

3. Em sua obra “We the media: grassroots journalism by the people, for the people”, Dan Gillmor (2004) apresentou uma visão assaz otimista com a evolução das comunicações digitais, prevendo que cada um dos destinatários da mensagem poderiam se tornar, também, emissores desta, o que geraria, segundo o autor, maior democratização na produção e acesso às informações e construiria uma sociedade pautada em liberdade de expressão e transparência, potencializados pelas tecnologias comunicativas. Para maiores críticas sobre este ponto de vista, vide: Santos, T. L., & Lopes, C. B. (2023). O resgate dos direitos humanos instituintes dos sujeitos de direito como alternativa ao simulacro de democracia criado pelos seres media no Brasil. Em C. Luvizotto, & C. Assis (Ed.), *Seres Mdiativos* (1ª ed., Vol. 1, pp. 186-230). Ria Editorial. <https://www.rieditorial.com/livro/seres-midiativos>.

ideias de Mill, que se sustenta na igualdade das pessoas em expressar ideias e contestá-las se vê erodido pelo poder destas empresas e pelas *fake news* que são nelas veiculadas – e que a elas interessa no cenário da economia da atenção⁴. A divulgação indiscriminada de mentiras tem o poder de extirpação total da verdade na medida em que o mentiroso pode seduzir seus destinatários a acreditar piamente no conteúdo que divulga e, ao final, seduzir-se mediante autoengano, fazendo com que nenhuma pessoa conheça os fatos (Arendt, 2016). Uma vez prevalente, a versão do enganador causa instabilidade política – porque não há substituto para a verdade factual – e condena todos a viverem em realidades paralelas (Arendt, 2016).

Face ao desafio apresentado pelas *fake news*, que atacam o jornalismo como mecanismo de defesa do direito de a sociedade se informar corretamente, passa-se a conceber a atividade jornalística como imbuída do dever de resgatar o factual, abandonando as paixões figadais em prol da racionalidade, averiguando a verossimilhança das informações por meio de processos de *fact checking* (Alencar, 2020, p. 95). Com o advento dos meios digitais e do alastramento de informações produzidas por fontes amadoras, a credibilidade deste mister resplandece na sua capacidade profissional de identificar os falseamentos e esclarecer a população dos efeitos danosos da informação culposa ou dolosamente inverídica (Alencar, 2020, p. 95). Assegurar a veracidade das informações, assim, agrega valor à atividade ao associá-la à verdade, pois quem

4. Para maior aprofundamento sobre o perigo que as *fake news* representam para o debate público, vide: Lopes, C. B., & Santos, T. L. (2020). A liberdade de imprensa e o combate às fake news como condições de preservação do regime democrático em tempos de pandemia. Em M. C. Gobbi, & R. M. A. Simões (Eds.), *Sociedade, ativismo midiático e democracia* (pp. 288-313). Ria Editorial. <https://indd.adobe.com/view/094691d0-89d9-45da-b90c-04df006777cf>.

a exerce tem que estar disposto a avaliar e contradizer informações produzidas por governos e, algumas vezes por seus pares, tornando-se malquisto em seu meio em que pese o múnus público que desempenha (Alencar, 2020, p. 96).

O jornalismo exerce, desta forma, atividade imprescindível à manutenção do regime democrático, sendo base para a construção da liberdade pensamento e da formação de convicções dos indivíduos, informando-os dos fatos relevantes à sua instrução e melhor participação no mercado das ideias defendido por Stuart Mill. Ademais, em tempos de pós-verdade e *fake news*, revela-se baluarte na defesa deste intercâmbio cognitivo ao defender seus participantes das tentativas de erradicação da verdade factual e conseqüente ruína da condução justa e equânime dos negócios públicos pelas vias da política, fazendo-o, principalmente, pelas vias da checagem de fatos. Isto não isenta a atividade jornalística das devidas críticas que lhes devem ser direcionada, principalmente à defesa que a visão ortodoxa defende de neutralidade absoluta dos meios de comunicação e dos profissionais da área e de um suposto agir compromissado apenas com o interesse público, sem almejar a conquista de capitais financeiro e simbólico. Isto mascara, indevidamente, todas as pretensões da imprensa e pode culminar na acomodação da luta pela cidadania ao cingi-la apenas ao voto, não educando os destinatários da mensagem acerca das outras possibilidades de exercício cidadão da democracia, relegando-os o descontentamento passivo.

Portanto, é imperiosa uma leitura crítica da atividade jornalística, pois, ao mesmo tempo em que é essencial à democracia ao tornar públicas as condutas inerentes à condução dos negócios públicos, também se erige em poder simbólico (o quarto poder) ao ter a prerrogativa de

definir o que será ou não publicizado (Temer & Tuzzo, 2020, p. 13). Relatando o que é fato e verdade e apoiando-se no discurso da neutralidade e objetividade, o jornalismo exerce seu poder de pinçar, dentre os acontecimentos cotidianos, aqueles que serão definidos como atuais e relevantes e, portanto, de interesse público, fazendo-o se autolegitimar diante da sociedade (Temer & Tuzzo, 2020, pp. 14-15). No contexto capitalista, desenvolve-se como instituição que visa, além do seu dever público, angariar capital financeiro, para a manutenção de suas atividades e aferição de lucro para os donos dos meios de comunicação, e simbólico, com vistas à hipertrofia de sua força de barganha com as demais instituições do poder (Temer & Tuzzo, 2020, p. 15). Especificamente no caso brasileiro, a mídia ressignifica o conceito de cidadania, desvinculando-o – indevidamente – da fruição de direitos e garantias fundamentais para atrelá-lo ao exercício dos direitos políticos em eleições periódicas, negligenciando, assim, o fato de que cidadania brasileira é privatizada e disponível, portanto, apenas para aqueles que possam comprá-la (Temer & Tuzzo, 2020, p. 15).

Conforme Chantal Mouffe relembra em entrevista a Nico Carpentier e Bart Cammaerts, há que se ressaltar que, mesmo sendo importante para a democracia, o jornalismo é confrontado pela hegemonia de várias formas possíveis e, envolto em ideologia, pode ser dividido pelo pensamento hegemônico como bom/aceitável caso acate os valores de supostas neutralidade e objetividade (Carpentier & Cammaerts, 2006, p. 966). Isto pode resultar no risco de a atividade jornalística degringolar em reprodutora do pensamento hegemônico e em instrumento de manutenção da ordem vigente e pasteurizar o conceito de democracia apenas na possibilidade de as pessoas expressarem, eleitoralmente, suas

preferências políticas (Carpentier & Cammaerts, 2006, pp. 967-968). Portanto, apresenta-se o modelo agonístico de democracia, que faz o outro passar de inimigo para adversário, alargando o conceito de pluralismo ao aceitar como positivo o conflito de ideias, em vez de eliminá-lo em favor de um falso consenso (Carpentier & Cammaerts, 2006, pp. 971-972). Para a construção deste modelo, o jornalismo deverá representar as diversidades e as contingências sociais e políticas, mediante o balanceamento dos conflitos com os consensos, dos problemas com as soluções possíveis, passando a desempenhar o papel de contrapeso às exclusões construídas pelas hegemonias (Carpentier & Cammaerts, 2006, p. 972).

Isto posto, entende-se que a atividade jornalística e a democracia possuem relações intrínsecas e dialéticas, sendo a primeira um dos pilares de construção da segunda e esta, condição da existência em plenitude daquela. O livre e democrático exercício da cidadania depende da informação confiável, objetiva e comprometida com a afirmação dos valores constitucionais, em especial os direitos e garantias fundamentais. Para tanto, a transparência deve ser um valor almejado pelo jornalismo tanto em relação a outrem quanto consigo mesmo, ou seja, os veículos e os profissionais do ramo devem deixar claro as convicções e ideologias adotadas no exercício deste mister, evidenciando que a neutralidade é um ideal que, apesar de imperfectível, deve sempre ser buscado. Além disso, precisa trazer a lume os fatos que ocorrem nos e que interessam aos diferentes segmentos sociais, deixando de ser mera reprodução do pensamento hegemônico para alargar as dimensões do pluralismo, dando espaço ao conflito de ideias ao invés de pretender pasteurizá-las em um falso oximoro de um consenso excludente.

Exposta a importância do jornalismo para a democracia com base em arcabouço teórico de natureza filosófica com viés mais abstrato, importa tratar a sua importância – ainda mais quando exercido de maneira crítica – para a promoção da justiça social. Para tanto, utilizar-se-á o caso da “Vaza Jato”, série de reportagens que resultou na suspeição do então juiz condutor da “Operação Lava Jato” por força de relações pouco republicanas com a Promotoria, derivando na absolvição e possibilidade de participação do absolvido no pleito eleitoral de 2022 e na sua eleição para o cargo de Presidente da República.

A publicação de informações de interesse público obtidas por meios supostamente ilegais diante do princípio constitucional do anonimato das fontes

O presente tópico analisará licitude (ou não) das atividades do veículo de mídia alternativa *The Intercept Brasil* na série de reportagens que ficou conhecida como “Vaza Jato”, que fez emergir a existência de relações pouco republicanas entre o juiz da “Operação Lava Jato” e os membros do Ministério Público. Isto porque o material com o qual os repórteres trabalhou foi obtido de fonte anônima sobre a qual se pairava a suspeita de ter invadido os aparelhos de comunicação pessoal dos membros da operação, configurando-se em atividade ilícita, conforme art. 154-A, do Código Penal (Dec.-Lei nº 2.848/40). Para tanto, esta sessão se dividirá em dois subitens: o primeiro focado no relato da “Vaza Jato”, com base em relatos do seu principal repórter, Glenn Greenwald, em artigos científicos e matérias divulgadas em sítios eletrônicos de empresas jornalísticas; a segunda, no estudo da legalidade (ou não) da forma como esta se deu, com base no estudo do

voto do Ministro-Relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 130, bem como socorrendo-se de pesquisas acadêmicas na área.

Um breve resumo da “Vaza Jato”

Em 09 de junho de 2019, o site de jornalismo investigativo *The Intercept Brasil* publicara sua primeira reportagem sobre conversas estabelecidas entre o juiz e os promotores da Operação Lava Jato – no âmbito da qual Lula fora condenado à prisão – para combinar procedimentos processuais em desfavor de pessoas físicas ou jurídicas determinadas, com objetivos que, em tese, extrapolariam o âmbito da atuação jurídica (Greenwald et al., 2019). Estas informações, segundo noticiam os próprios repórteres envolvidos, foram produzidas à partir de arquivos inéditos enviados por fontes anônimas que revelariam transgressões cometidas pelo sistema de justiça com o objetivo de interferir nas eleições de 2018 em detrimento do candidato que, até então, liderava as pesquisas (Greenwald et al., 2019). O mister do veículo de comunicação seria, assim, apenas obter o material de fonte anônima e informar a sociedade as questões de interesse público nele constantes, utilizando-se de balizas adotadas integrantes da mesma categoria profissional nas democracias do mundo: trazer à tona aquilo que pudesse ser considerado mentira ou transgressão por parte de agentes do sistema de justiça e preservar aquelas se restringiam à esfera privada individual (Greenwald et al., 2019).

Glenn Greenwald, jornalista responsável pela condução dos trabalhos da “Vaza Jato”, relata que fora contatado, em 12/05/2019, por Manuela d’Ávila, com quem tivera contatos esporádicos, solicitando

retorno urgente (Greenwald, 2022, p. 93). Ao fazê-lo, fora informado que a ex-deputada recebera, em sua rede Telegram, mensagem da conta do senador Cid Gomes, mas que, ao respondê-lo, seu interlocutor se identificara como um hacker que tinha o poder de invadir qualquer conta do aplicativo e que o fizera na conta dos agentes públicos que atuavam na Operação Lava Jato, baixando quantidades abissais de arquivos de textos e áudios de conversas estabelecidas entre eles (Greenwald, 2022, pp. 95-96). Por ter desistido do mandato para concorrer às eleições de 2018 e não gozar de imunidade parlamentar, ela entendeu, como melhor medida, encaminhar a fonte anônima aos trabalhos de Grenwald, jornalista premiado com o *Pulitzer* por conta do vazamento de dados dos serviços de espionagem ianques pelo ex-agente Snowden (Greenwald, 2022, pp. 95-96). Estabelecendo contato com a fonte, obteve-se a informação de que ela possuía todos os arquivos, então confidenciais, contendo informações que erodiam o republicanismo dos agentes da referida operação (Greenwald, 2022, pp. 95-96).

Desde a sua criação em 2016, o *The Intercept Brasil* trabalha com a cobertura da Operação Lava Jato tendo em vista a conduta dos agentes nela envolvidos, trabalhando com a hipótese jornalística de que o devido processo legal estava sendo negligenciado e, pautado neste entendimento de realidade, buscou novas informações que pudessem corroborá-la ou denegá-la (Oliveira, 2021, pp. 8-9). Ao se socorrer do fundamento do interesse público na divulgação das informações obtidas, o veículo entende como pressuposto desta atividade o escrutínio delas e verifica se as mesas podem confirmar ou negar sua hipótese inicial (Oliveira, 2021, pp. 8-9). Diante da ordem caótica dos arquivos enviados, o grupo jornalístico se socorre do agir cartográfico, estabelecendo mapa

de conexões entre os eventos neles expostos, conferindo inteligibilidade e produzindo conhecimento sistematizado sobraçado na ordenação de fatos singulares (Oliveira, 2021, p. 11).

Conferindo acesso aos arquivos aos demais participantes do campo jornalístico – como, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo e a revista Veja – e pautado no dever de informar a sociedade das condutas pouco republicanas perpetradas na Operação Lava Jato, o *The Intercept Brasil* promoveu ajuste de foco na proposta ética de sua prática jornalística, colocando a vigilância como valor central desta, articulada com os princípios do interesse público e da transparência (Dalmonte & Queiroz, 2020, pp. 246-247). Superando – mas não negligenciando – os valores da objetividade e da imparcialidade, a vigilância passa a despontar como pedra angular dos demais valores, de tal modo que o jornalismo que se posicione na esfera pública sem ocupar o lugar de observador atento e crítico da realidade encontrará maiores dificuldades para consolidar-se em padrões qualitativos aceitáveis para sua prática (Dalmonte & Queiroz, 2020, p. 246-247). A ação vigilante, responsável por pautar a prática jornalística virtuosa, se dá como condição segundo a qual tanto todos podem interagir com e afetar o jornalismo, quanto se erige em condição fundamental deste (Dalmonte & Queiroz, 2020, p. 247).

Diante da prática, pela fonte do *The Intercept Brasil*, então anônima, de conduta que pode ser incurso no crime tipificado art. 154-A, do Código Penal, por um lado, e do direito-dever à plena informação jornalística e ao dever de proteção e sigilo da fonte, necessária ao jornalismo (arts. 220, §1º e 5º, XIV) que protegem o veículo midiático, passa-se ao exame da hipótese de as divulgações das informações, neste

contexto, poderem ser tipificadas como crime, dada a forma ilícita, em tese, de sua obtenção.

A divulgação, mediante atividade jornalística, de informações obtidas por meios supostamente ilegais à luz da CRFB/88: uma leitura a partir da ADPF nº 601

O presente tópico pretende analisar o teor do voto do Ministro Relator no bojo da ADPF nº 601, tanto no deferimento de liminar em favor da proteção dos repórteres envolvidos na divulgação da “Vaza Jato” (expedida em 07/08/2019) quanto do da decisão final pelo não conhecimento desta (datada de 16/06/2023). Ambas decisões, apesar dos resultados diversos, têm o mesmo fundamento jurídico-constitucional e apontam para importância do trabalho exercido pelo *The Intercept Brasil* na revelação de atitudes pouco republicanas de membros do sistema de justiça pátrio e para a revisitação da opinião pública acerca dos mesmos, refletindo em melhorias democráticas para o país.

Considerando as condutas do governo federal de então, mormente as tentativas de compelir o profissional, pelas vias da persecução criminal, à revelar suas fontes para que respondessem pelo hackeamento dos aparelhos dos membros da Operação Lava Jato ou, alternativamente, tentar fazê-lo responder por concurso no crime de invasão de dispositivo informático (art. 29 c/c 154-A do Código Penal), o partido Rede Sustentabilidade solicitou cautelar para suspensão da eficácia de instauração de inquéritos que investigassem o jornalista Glenn Greenwald por conta das atividades desempenhadas na “Vaza Jato” (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2019, p. 1). Defendeu o cabimento da ação com fundamento no direito à liberdade de expressão,

de informação e de imprensa, inculpidos, respectivamente, nos arts. 5º, IV e IX e 220 da CRFB/88, tendo-os como preceitos fundamentais ameaçados (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2019, pp. 1-3). Arrimado na jurisprudência do STF, o Relator, Ministro Gilmar Mendes, entendeu presentes os pressupostos da concessão da medida liminar solicitada, quais seja, a possibilidade jurídica do pedido (*fumus boni juris*) e o perigo de prejuízo ao direito tutelado inerente à protelação da decisão (*periculum in mora*) (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2019, pp. 3-4).

Em interpretação sistemática do inciso XIV do art. 5º (direto ao sigilo da fonte), do §2º do art. 220 (vedação à censura prévia da manifestação do pensamento e, especialmente, à produção da informação) e de normas internacionais de proteção às liberdades de expressão e de imprensa (art. 19 da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana e art. 13 do Pacto de San José da Costa Rica), bem como cotejando a proteção destes direitos diante do conflito com outros congêneres, o jurista reconhece o jornalismo como umbilicalmente ligado à liberdade de expressão, devendo gozar de atuação livre e desimpedida sempre que almeje ao atendimento do interesse público (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2019, pp. 5-6). Em desdobramento à proteção destes direitos, resguarda-se ao profissional de imprensa o direito de obter, produzir e divulgar fatos e notícias pelas vias que lhe aprouver, obstando o Estado de envidar medidas que, direta ou indiretamente, constringam-no a violar tal prerrogativa mediante a revelação de seu informante, isentando-o de quaisquer sanções diretas ou indiretas pela fruição desta garantia constitucional, sejam elas administrativas, civis ou criminais (*Arguição de Descumprimento de*

Preceito Fundamental 601, 2019, pp. 6-9). Enfim, entendimento em sentido contrário resultaria na afronta a um dos princípios basilares da Constituição e da democracia, posto que tais liberdades (de expressão e de imprensa) devem ser preservadas em prol da coletividade, ainda que afronte os interesses dos detentores do poder (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2019, pp. 10-11).

Destaca-se que, em 16/06/2023 foi proferida, no seio da susodita ADPF, decisão monocrática julgando prejudicada a medida cautelar nele concedida e decretando extinto o processo (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2023). O Ministro Gilmar Mendes reconhece que, à época da concessão da medida protetiva, havia suspeita fundada do manejo de instrumentos processuais penais persecutórios com o fim de constranger Glenn Greenwald no exercício de seu mister jornalístico, afrontando os direitos constitucionais ora debatidos (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2023, p. 3). Evidenciou a riqueza de detalhes do trabalho dele e da equipe do *The Intercept Brasil* que demonstraram, em seu entendimento, o menoscabo com o qual os membros da Operação Lava Jato tratou as garantias constitucionais do devido processo legal e as normas inerentes ao Processo Penal, promovendo, em suas palavras: “a instrumentalização do processo penal para o alcance de objetivos inconfessáveis e perversos, relacionados a um messianismo jurídico incompatível com a ordem constitucional e com qualquer concepção minimamente adequada ao Estado de Direito” (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2023, p. 4). Reconheceu, ainda, a defesa do interesse público e nacional promovido pela série de reportagens “Vaza Jato”, cuja sensibilidade do tema justificou, à época, a concessão da liminar

pretendida (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2023, p. 4). Contudo, como a continuidade processual, atrelada às circunstâncias políticas e sociais, demonstrou a impossibilidade de demonstração concreta dos atos do poder público que feririam ou pudessem ferir direitos fundamentais do jornalista, declarou-se extinta a ADPF, deixando-se aberta a possibilidade de pedido de nova proteção judicial caso as prerrogativas profissionais do pleiteante, arvoradas em um dos principais fundamentos da Constituição e da democracia, sejam violadas ou ameaçadas de violação (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601*, 2023, pp. 5-6).

A análise do tema permite, assim, estabelecer a diferenciação entre as atividades praticadas pela fonte e aquelas inerentes à empreitada jornalística (Fraga & Jacob, 2021, p. 156-160). O julgamento da ADPF nº 130 reconheceu a incompatibilidade da Lei de Imprensa com a ordem constitucional, consolidando a liberdade de imprensa, no contexto da de expressão, como essencial à ordem democrática (Fraga & Jacob, 2021, pp. 156-157). No contexto da atividade jornalística, portanto, inexistem impedimentos para publicação de informações de interesse público entregues por fontes anônimas, sendo constitucionalmente conferido ao jornalista o direito de assegurar o anonimato destas (Fraga & Jacob, 2021, pp. 157-158). Portanto, o repórter ou agência jornalística que publicar conteúdo de conversas de autoridades envolvidas na operação Lava Jato, recebidas de fontes anônimas e desejar preservar o anonimato destas, estará agindo de acordo com o estatuído na CRFB/88 (Fraga & Jacob, 2021, p. 158).

Não obstante, com o julgamento da ADPF nº 130, que declarou a total incompatibilidade da Lei de Imprensa (Lei nº 5.50/67) com o

ordenamento constitucional de 1988, ficou cristalizada, na jurisprudência do STF, a importância da plena liberdade de atuação da imprensa, a qual pode ser restringida apenas pelos mandamentos da própria CRFB/88 (Fraga & Jacob, 2021, p. 157). A atuação jornalística, assim, não deve sofrer quaisquer impedimentos à divulgação de informações de interesse público que lhes fora encaminhada, independentemente do meio, não se configurando crime fazê-lo, ainda mais diante dos deveres éticos desta categoria profissional de publicizar conteúdo de interesse público após aferida sua autenticidade e resguardado, aos envolvidos, o direito de resposta (art. 9º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros) (Fraga & Jacob, 2021, p. 158).

Diante das declarações da pessoa que violou os dispositivos eletrônicos dos envolvidos na Operação Lava Jato segundo as quais as informações foram espontaneamente encaminhadas ao *The Intercept Brasil* sem solicitação de quaisquer contrapartidas, sendo devidamente apuradas e mantidas incólumes pelos jornalistas, tem-se indícios de que o veículo midiático agiu em conformidade aos seus direitos-deveres constitucionais, não se associando às práticas criminosas, em tese, de sua fonte (Fraga & Jacob, 2021, pp. 160-161). Portanto, não se aplica, à mídia divulgadora, a teoria do fruto da árvore envenenada, segundo a qual as reportagens seriam ilegais devido ao fato de a obtenção das informações, pela fonte, ter-se dado mediante conduta que incorreria, supostamente, no art. 154-A do Código Penal (Fraga & Jacob, 2021, p. 161). Deveras, uma “árvore” seria a atividade aparentemente ilícita envidada pelo(s) hacker(s) que obteve as informações mediante violação de dispositivos midiáticos, a qual estaria “envenenada”; a atividade jornalística não seria, neste contexto, “fruto desta árvore”, mas uma

“árvore independente e sadia”, cujas raízes se encontram fincadas no solo do cumprimento de deveres constitucionais de defesa do direito à liberdade de expressão e de comunicação, que só podem ser sustentados pelo direito-dever de informação, por parte da imprensa (Fraga & Jacob, 2021, p. 161). Portanto, a apreciação do conteúdo divulgado mediante a atividade da imprensa não se confunde com a avaliação do mesmo no cerne de um processo penal, de tal modo que sorte de sua licitude não dependerá da vantagem ou desvantagem que cause ao réu (teoria do aproveitamento de provas ilegais, em processo penal, quando resultam em benefício a este), mas apenas da observância dos deveres e responsabilidades constitucionais e éticos do veículo e/ou do profissional de imprensa, sempre visando à preservação do interesse público (Fraga & Jacob, 2021, pp. 161-162).

Compreendida a importância da atividade jornalística para a proteção dos direitos e garantias fundamentais, da Constituição e da democracia, assim como esclarecidas eventuais controvérsias acerca da licitude da conduta do *The Intercept Brasil* na divulgação das informações de interesse público relevante, ainda que obtidas por meio de atividade supostamente ilícita da fonte divulgadora, passa-se à análise da existência de influência (ou não) da série de reportagens Vaza Jato no julgamento do *habeas corpus* nº 164493/Paraná, que resultou na suspeição dos agentes da Operação Lava Jato, absolvendo seu réu e permitindo-o concorrer e vencer as eleições para Presidente da República em 2022.

A “Vaza Jato” e o julgamento do *habeas corpus* nº 164493/Paraná

O último tópico do presente trabalho objetiva realizar uma análise mais empírica da importância da série de reportagens “Vaza

Jato” no julgamento do HC (*Habeas Corpus*) nº 164.493, cuja importância foi exposta ao término do item antecedente. Desta forma se fará necessário o aprofundamento dos estudos dos trechos do referido HC pesquisando pelos termos “vaza jato”, “Glenn”, “Leandro”, “Demori” e “The Intercept”, examinando a abordagem que a Suprema Corte deu para cada uma de suas ocorrências no transcurso do julgamento. O primeiro termo se justifica pelo nome da série de reportagens que deu azo à toda a celeuma; do terceiro ao quarto termos, por serem os prenomes e patronímicos dos responsáveis pelo The Intercept Brasil à época; o quinto e último, para por se tratar do nome da agência responsável pela divulgação dos diálogos privados estabelecidos entre juiz e promotores da Operação Lava Jato. Não foram encontradas ocorrências para “Leandro” nem “Demori”. Não se compilou o termo “Greenwald” porque todas as ocorrências deste se dão em aparição conjunta ao de “Glenn”, evitando redundância de aparições e conclusões. Os dados se encontram compilados nas tabelas a seguir:

Tabela 01

Compilação das aparições do termo “Vaza Jato”

Ocorrência n°(s)	Pág. Inteiro Teor	Ministro votante	Teor do parágrafo
1	235	Ricardo Lewandowski	Nota de Rodapé: Duarte, L. (2020). Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. Mórula, pp. 143-144
2	199-200	Gilmar	Não posso me furtar mais uma vez aqui a fazer referência aos diálogos revelados pela Vaza Jato, ainda que eles – repise-se – sejam totalmente desnecessários para a formulação do juízo de parcialidade do excipiente.

Analisa-se, dos dados compilados, que a o termo “vaza jato” aparece duas vezes em todo o acórdão, sendo a primeira como título de obra literária citada em nota de rodapé pelo Ministro Ricardo Lewandowski e a segunda, em menção do seu par Gilmar Mendes, destacando que, apesar de despicienda à formação do seu entendimento, mereceu sua atenção e menção no voto por ele elaborado. A menção que ele faz dos diálogos vazados concerne à baixa qualidade da delação de Antônio Palocci, assim como demonstram diálogos entre Procuradores nos quais estes aludem terem se reunido com o juiz da causa sobre a insuficiência desta, mas que, mesmo assim, ela poderia ser manuseada como instrumento que havia, supostamente, quebrado o pacto de silêncio do PT (Partido dos Trabalhadores) sobre as acusações de corrupção realizadas no bojo da Operação Lava Jato (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, pp. 92-96). Isto, nas palavras de Mendes: “trata-se de mais um ato que demonstra, de forma inequívoca, a quebra da imparcialidade do excepto” (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 96).

No que concerne às ocorrências verificadas com o vocábulo “Glenn”, verificou-se dez aparições deste em todo o julgamento. Destas, oito constam em citação direta do processo nº 1015706-59.2019.4.01.3400, no qual são julgados os acusados de violar dispositivos eletrônicos dos membros da Operação Lava Jato e, também, o jornalista. Como esta citação serve apenas para endossar a ausência de falsificação das conversas divulgadas pela mídia (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 240). Ademais, a outra utilidade desta pode ser encontrada no não-recebimento da denúncia contra Greenwald, por conta da liminar concedida na ADPF nº 601, que fora trabalhada no tópico 2.2 do presente. Diante destas explicações e da pouca aderência

das ocorrências com o tema proposto, deixar-se-ão de compilá-las na tabela a seguir. Por dever de honestidade e transparência, esclarece-se o número da ocorrência e a página onde esta se encontra: Ocorrência 3 / Pág. 242-243; Ocorrências 4 e 5 / Pág. 243; Ocorrência 6 / Pág. 243; Ocorrências 7 e 8 / Pág. 244; Ocorrência 9 / Pág. 245; Ocorrência 10 / Pág. 247.

Tabela 02

Compilação das aparições do termo “Glenn”

Ocorrência n°(s)	Pág. Inteiro Teor	Ministro votante	Teor do parágrafo
1	205	Gilmar Mendes	Citação direta do manifesto: “Lula não foi julgado, foi vítima de perseguição política”: As recentes revelações do jornalista Glenn Greenwald e da equipe do site de notícias The Intercept, em parceria com os jornais Folha de São Paulo e El País, a revista Veja e outros meios de comunicação, chocaram todos os profissionais do direito. Ficamos chocados ao ver como as regras fundamentais do devido processo brasileiro foram violadas sem qualquer vergonha. Em um país onde a justiça é a mesma para todos, um juiz não pode ser simultaneamente juiz e parte em processos.
2	233-234	Ricardo Lewandowski	Não bastasse o conjunto de fatos heterodoxos e ilícitos referidos na inicial - suficientes, a meu sentir, para demonstrar a suspeição do magistrado então lotado na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba -, entendo que não há como deixar de levar em consideração a espantosa troca de mensagens entre o ex-juiz Sérgio Moro, em pleno exercício da atividade jurisdicional, com procuradores responsáveis pela investigação e promoção da ação penal movida contra ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, amplamente divulgada pela imprensa, a partir de uma série de reportagens realizadas pelo jornalista Glenn Edward Greenwald do periódico eletrônico The Intercept Brasil

A leitura dos parágrafos selecionados denota que, muito embora o STF tivesse citado, no teor do item 5 de seu acórdão, que os diálogos revelados pelo jornalista influenciaram os debates de seus ministros e compuseram o seu entendimento. A citação do manifesto elencado na Ocorrência nº 1 se dá no contexto em que o Ministro Gilmar Mendes critica a opção do então magistrado da Operação Lava Jato em aderir ao governo federal de 2018-2022 na posição de Ministro e, para endossar seu entendimento, se socorre perplexidade com a qual a comunidade acadêmica nacional e internacional lidou com tal cenário (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 205). Ao compor parte de sua argumentação com um manifesto que expõe seu assombro com as violações às regras inerentes ao direito fundamental ao devido processo legal e este o faz com base no trabalho de Greenwald, o Ministro também assume a importância deste para fundamentar, ainda que parcialmente, sem entendimento. Endossa este posicionamento a eleição do repúdio internacional ao excepto como argumento de autoridade e ausência de rechaço ao fato de tal reprimenda de se fundamentar no trabalho do citado jornalista.

Noutro giro, Ricardo Lewandowski também apresenta fundamentação que vai a sentido contrário à desnecessidade de utilização dos diálogos da Vaza Jato como argumento adicional ao reconhecimento da suspeição do magistrado condutor da Lava Jato, qualificando-os como “espantosas” (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 234). No parágrafo seguinte traz quatro condutas contrárias aos deveres da magistratura: (i) adiantar ao promotor o que decidiria, antes de fazê-lo nos autos processuais; (ii) coordenar as investigações do Ministério Público; (iii) vazar estratégias da defesa; (iv) sugestão de estratégias de acusação (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 234). A atividade jornalística de

Greenwald, desta forma, não tem sua importância como apenas mais um argumento para a decisão do Ministro, como também o permite demonstrar a materialidade das condutas do julgador da Operação Lava Jato que consubstanciam a parcialidade do seu julgamento.

Por fim, a compilação das ocorrências do termo “The Intercept” retornou as ocorrências apontadas na tabela seguinte. Pelos mesmos motivos elencados na exposição da Tabela 02, deixa-se de mencionar a ocorrência deste vocábulo quando constantes na citação direta do processo nº 1015706-59.2019.4.01.3400. Pelos mesmos deveres de honestidade e transparência, menciona-se que suas ocorrências foram: Ocorrência 8 / Pág. 244-245. Ademais, como as ocorrências 6 e 7 do termo: “The Intercept” se dá, respectivamente, em moldes idênticos aos da de nº 1 e 2 do “Glenn”, estas foram excluídas tanto da tabela quanto da análise de suas importâncias, porque já feitas no exame das ocorrências tabuladas na “Tabela 02”, evitando-se, assim, tautologias.

Tabela 03

Compilação das aparições do termo “The Intercept”

Ocorrência n°(s)	Pág. Inteiro Teor	Ministro votante	Teor do parágrafo
1	83-84	Gilmar Mendes (Esclarecimento)	A mim, parece-me que isto é só para o fim de justificativa para o <i>fumus boni iuris</i> , uma vez que, de fato, há elementos independentemente dos dados até aqui fornecidos pelo The Intercept. Independentemente disso, estou apenas dizendo de fatos que já constam dos autos, embora, como todos viram, a própria Procuradora-Geral se mostrou bastante preocupada, diz ela: «em dúvida sobre a insuspeição do magistrado, considerando os elementos até aqui divulgados», palavras da Procuradora-Geral.

2	87	Ricardo Lewandowski	Senhora Presidente, saliento que esse habeas corpus foi impetrado muito tempo antes da divulgação, pela The Intercept, daqueles fatos, os quais foram trazidos pela defesa - muito tempo depois - apenas para reforçar a documentação já constante nos autos.
3	87-88	Ricardo Lewandowski	Penso, independentemente dos chamados vazamentos do The Intercept, que podemos examinar a questão da parcialidade da suspeição do juiz Sérgio Moro simplesmente com aquilo que a defesa trouxe para os autos.
4	90	Ricardo Lewandowski (Observação)	Reconheço que Sua Excelência traz argumentos muito sólidos, mas entendo que nós não podemos ficar, data vênia, refêns de uma investigação a ser aberta pela Procuradoria-Geral da República quanto à higidez desses vazamentos do The Intercept.
5	135	Gilmar Mendes (Voto Vista)	Em 16 de março de 2019, ainda antes de serem reveladas as mensagens do The Intercept, o Tribunal julgou o Inq. 4.435-Quarto-AgR – no qual se discutia a extensão da competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns conexos aos eleitorais, prevista no inciso IV do artigo 109 da Constituição Federal e no inciso II do artigo 35 do Código Eleitoral –, oportunidade em que, mais uma vez, não me furtei de denunciar os abusos evidenciados (Inq. 4.435 AgR-quarto, Relator Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 14.3.2019, DJe 21.8.2019).
9	320-321	Nunes Marques	Essas são questões que demandam profunda reflexão do Colegiado: Como fundamentos para a suspeição do ex-juiz Sergio Moro, invocam-se: (i) a acusação de parcialidade em determinadas condutas do ex-magistrado, quando presidia o processo do qual foi extraído o presente HC; e (ii) as provas juntadas de forma superveniente relativas à interceptação de dados telemáticos de autoridades, obtidas e divulgadas por um site da internet denominado The Intercept Brasil.

Observa-se que as ocorrências de números 1 até 5 têm, como ponto em comum, a exposição de argumentos, pelos Ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, da prescindibilidade das revelações realizadas pelo *The Intercept Brasil* para julgar a suspeição do magistrado

excepto e que, portanto, não precisariam esperar a verificação de sua lisura para continuar com o julgamento. A de número 9, por sua vez, se trata do entendimento do Ministro Nunes Marques de que a divulgação de dados pelo referido veículo jornalístico seriam provas de suspeição. No que tange, especificamente, aos fatos trazidos a lume pelo veículo jornalístico, ele pontua que a apreciação do *habeas corpus*: “com base em prova ilícita, desordenaria completamente os ritos e procedimentos da lei processual penal e iria contra toda a jurisprudência consolidada deste Tribunal” (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 377). A tônica de ataque à ilicitude das provas, outrossim, permeia todo seu voto à partir da página 377 do acórdão, podendo ser sumarizada nas frases constantes ao término de seu voto: “Registro: dois erros não fazem um acerto!” e “A prova trazida aos autos é ilícita, ilegítima e imprestável, e, portanto, impossível de ser aproveitada em sede de *habeas corpus*” (*Habeas Corpus 164.493*, 2021, p. 346).

Em que pese o posicionamento dos Ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, a análise das ocorrências 1 e 2 da Tabela 2, que têm teor idêntico às de 6 e 7 da Tabela 3 (ora examinada), demonstram a influência e importância da atividade jornalística do *The Intercept Brasil* para o levantamento de argumentos materiais e de autoridade para a declaração da suspeição do então magistrado condutor da Lava Jato. Reforça a importância desta o fato de o próprio Ministro Nunes Marques ter dedicado parcela relevante do seu voto para discutir o teor da combater a forma como tais elementos foram trazidos a julgamento. No que concerne à eventual ilicitude da prova e dos diálogos expostos na Vaza Jato, apresenta-se, como respeitosa discordância ao entendimento deste, as argumentações colacionadas no item 2.2 do presente trabalho.

Deveras, a influência da série Vaza Jato é perceptível na reversão que operara no posicionamento dos diversos atores envolvidos no contexto da operação Lava Jato, (Lima & Pilau, 2022, p. 183). Antes dela, procuradores e juízes fundamentavam suas ações na legitimidade do sistema de justiça, após sua publicação tiveram que passar a se defenderem de acusações de parcialidade e possibilidade de responsabilização via procedimentos investigativos (Lima & Pilau, 2022, p. 183). Enquanto isso, o ex-acusado passa da posição de réu para vítima de um sistema persecutório injusto e eivado de vícios (Lima & Pilau, 2022, p. 183).

O supracitado cenário influenciou, ademais, o STF, de modo que a Vaza Jato inaugurou novas possibilidades que permitiram uma conjuntura favorável ao julgamento da incompetência do ex-magistrado da causa (Lima & Pilau, 2022, p. 183). Com votos favoráveis à suspeição deste pelos Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Carmem Lúcia e contrários à esta, mas esposando a incompetência, dos Ministros Luiz Edson Fachin e Kássio Nunes Marques, a 2ª Turma do STF declarou o réu inocente e elegível e que as ações penais, contra ele instauradas, sequer deveriam ter existido (Lima & Pilau, 2022, pp. 184-185). O papel da Vaza Jato é notável nas citações que Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski fazem no transcurso de seus votos e na alteração da posição de Carmem Lúcia que, mesmo não se referindo a elas, passou a votar pela parcialidade do magistrado excepto (Lima & Pilau, 2022, pp. 185-187).

Destarte, entende-se que o trabalho do The Intercept Brasil foram essenciais ao desnudamento das finalidades pouco republicanas e afrontosas aos direitos e garantias fundamentais da utilização do processo judicial, pelos agentes de justiça envolvidos na Operação

Lava Jato. Por intermédio da série de reportagens Vaza Jato, a atividade jornalística do veículo reposicionou os papéis das pessoas nela envolvidas e trouxe uma nova perspectiva desta que influenciou a opinião e o debate público. Apesar de formalmente negada pelo STF, influenciou os posicionamentos desta corte no reconhecimento da suspeição do magistrado da causa, constando nas ponderações dos Ministros e nas fundamentações dos votos destes, assim como na alteração do voto da Ministra Carmem Lúcia. Tudo isso reforça a defesa do interesse público, dos direitos e garantias fundamentais e da promoção da justiça social por parte do jornalismo, justificando, lautamente, todas as garantias e proteções constitucionais ao exercício do dever-direito que lhe incumbe a CRFB/88 e debatidas no decorrer deste trabalho.

Conclusão: *quis custodiet ipsos custodes?*

Tendo em vista todas as exposições realizadas no presente trabalho, conclui-se pela afirmação de todas as hipóteses nele trabalhadas. Isto resulta na afirmação da imprescindibilidade da atividade jornalística para a defesa do interesse público, a Constituição, a democracia e dos direitos e garantias fundamentais. Por consequência, a divulgação de informações que concirnam às aspirações da coletividade e ao salutar e livre debate da coletividade deverão ser divulgadas, ainda que a fonte do profissional as obtenha de maneira ilegal, conforme debates realizados no seio da APDF nº 601. Correndo-se o risco ser tautológico, mas visando o esclarecimento dos posicionamentos, repisa-se que tal publicação somente é possível se a ilegalidade for exclusivamente da fonte, não podendo o jornalista participar da prática criminosa nas formas concorrenciais previstas no art. 29 do Código Penal. Enfim, embora

negada pelo STF, houve influência significativa da série de reportagens publicadas no contexto da Vaza Jato na fundamentação e – até mesmo – na mudança de posicionamento da Corte sobre a suspeição do juiz titular da operação Lava Jato e consequente absolvição, elegibilidade e sucesso do acusado nas eleições de 2018.

Os debates realizados na redação destas linhas demonstram que a justiça é construída e disputada para além dos espaços do Direito e que este está assaz longe de ser apenas aquilo que os tribunais dizem que ele o é; e s espaços comunicacionais e midiáticos se mostram outro importante campo desta lide. Em verdade, de um lado a grande mídia operou, reiteradas vezes, como amplificadora dos (des)mandos dos agentes públicos da operação Lava Jato e da construção imagética de uma corrupção endêmica e incurável pelas vias da (assaz) criminalizada política. Entretanto, por outro fulgurou o *The Intercept Brasil*, com ousadia e coragem ímpares para, mediante prestação de múnus público, centralizar o debate público e mostrar, parafraseando Nunes Marques, que o erro de uma suposta corrupção não justifica a obliteração dos direitos e garantias fundamentais. A justiça promovida foi para além da pessoa do acusado, resultando em discussão pública sobre os pés de barro dos ídolos da operação Lava Jato e dos prejuízos que esta causou para a economia e para a política.

Reafirma-se que imprensa deve ser livre e seus profissionais precisam exercer seus direitos de forma desimpedida, encontrando apenas na CRFB/88 suas balizas e limites. Todavia, estes direitos têm, por pressupostos de existência e validade a fruição sempre em nome do cumprimento de seus deveres para com o interesse público, não podendo ser arguidos como salvaguarda de discursos e práticas que

elidam a democracia, atentem contra direitos e garantias fundamentais ou façam tábula rasa da Constituição. Trata-se de relação dialética na qual o dever move ao exercício de direitos e estes precisam ser plenamente respeitados para que aqueles sejam adimplidos.

Derradeiramente, para que, justamente, a imprensa não volte a servir de microfone da hegemonia e instrumento das classes dominantes, socorre-se do brocardo latino: “*quis custodiet ipsos custodes?*”, ou, “quem vigiará os vigilantes?”. Isto porque, o jornalista titular da Vaza Jato tem, recentemente, apresentado acusações duvidosas contra ações tomadas Ministro do STF na defesa do regime democrático brasileiro e em favor daqueles que, pelas vias econômicas, políticas, comunicacionais ou factuais, atentam contra a democracia. A pergunta sobre quem deverá ser o *ombudsman* da imprensa enquanto esta exerce o papel de uma das guardiãs da democracia, da Constituição e dos direitos e garantias fundamentais é espinhosa e lança o desafio para aqueles que, ao lerem este trabalho, se sintam impelidos a respondê-lo.

Referências

Alencar, M. T. (2022). da pós-verdade a pós-imprensa: a crise do jornalismo na era da desinformação. *Cadernos Cajuína: revista interdisciplinar*, 5(1), 88-101. <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v5i1.353>.

Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro* (8ª ed.). Perspectiva.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601 (2019, 07 de agosto). Decisão cautelar que concede proteção ao jornalista Glenn Greenwald contra a instauração de processos criminais em represália

à série de reportagens “Vaza Jato” Supremo Tribunal Federal. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5734322>.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 601 (2023, 16 de junho). Decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes, revogando a medida cautelar concedida em 07 de agosto de 2019 e declara extinto o processo. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5734322>

Carpentier, N., & Cammaerts, B. (2006). Hegemony, democracy, agonism and journalism: an interview with Chantal Mouffe. *Journalism Studies*, 7(6), 964-975. <https://doi.org/10.1080/14616700600980728>

Dalmonte, E., & Queiroz, C. C. (2020). A vigilância como prática e valor jornalístico na cobertura da #VazaJato. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(2), 238-250. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n2p238>.

Fraga, P. F. & Jacob, I. F. (2023). A vaza jato e a liberdade de expressão. *Revista Científica Sophia*, XIII(1), 152-172.

Gillmor, D. (2004). *We the media: grassroots journalism by the people, for the people*. O'Reilly Media.

Greenwald, G. (2022). *Em defesa da democracia: minha batalha por justiça e liberdade de expressão no país da lava jato*. Autonomia Literária.

Greenwald, G., Reed, B. & Demori, L. (2019, 9 de junho). As mensagens secretas da Lava Jato. Parte 1. *The Intercept Brasil*. <https://www>.

intercept.com.br/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/

Habeas Corpus 164.493 (2021, 09 de março). Reconhece a parcialidade do magistrado da causa e concede ordem de habeas corpus ao impetrante. Supremo Tribunal Federal. <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=756048250>

Lima, A., & Pilau, L. (2022). Os usos da vaza jato. *Revista de Ciências Sociais*, 53(2), 153-196

Lopes, C. B., & Santos, T. L. (2020). A liberdade de imprensa e o combate às fake news como condições de preservação do regime democrático em tempos de pandemia. Em M. C. Gobbi e R. M. A. Simões (Ed.), *Sociedade, ativismo midiático e democracia* (1ª ed., Vol. 1, pp. 288-313). Ria Editorial. <https://www.riaeditorial.com/livro/sociedade-ativismo-midiatico-e-democracia>

Mill, S. (2011). *Sobre a liberdade*. Nova Fronteira.

Montipó, C. M. (2022). Qualidade no jornalismo e democracia: uma revisão sistemática de literatura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 20(1), 55-67. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2023.e91885>

Moraes Júnior, E., & Antonioli, M. E. (2016). Jornalismo, cidadania e direitos humanos: a experiência democrática na percepção de repórteres. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 10(2), 137-154.

Nascimento, T., Lycarião, D., & Ferreira, C. R. (2023). Qualidade no jornalismo e democracia: uma revisão sistemática de literatura.

Estudos em Jornalismo e Mídia, 20(1), 55-67. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2023.e91885>

Oliveira, F. M. (2021). Da crise à mediação qualificada: apontamentos a partir da #VazaJato como ciberacontecimento jornalístico. *Revista Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, 10(1), 1-19.

Paulino, F. O., Carvalho, M. M. de, Dutra, L. P., & Oliveira, K. C. S. de. (2022). Observatórios extremistas & fake news: imprensa e democracia sob ataque. *Ámbitos Revista Internacional de Comunicación*, 57, 32-48. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2022.i57.02>

Temer, A. C. R. P., & Tuzzo, S. A. (2020). Jornalismo, cidadania e questões sociais em uma perspectiva midiática. *Cambiassu: Estudos em Comunicação*, 15(25), 5-20.

A REPRESENTAÇÃO MEDIÁTICA DA MULHER NA IMPRENSA MOÇAMBICANA

Bento Matias Faustino¹
Mauro de Souza Ventura²

Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado obstáculos, discriminação e lutas pela igualdade de oportunidades em relação ao trabalho e à cultura. Historicamente, as mulheres foram relegadas a papéis tradicionais como cuidadoras do lar e da família, o que lhes impediu acessar o mercado de trabalho e participar de forma activa da vida cultural e social. A cultura, muitas vezes moldada por visões patriarcais, reforçou essas barreiras, dificultando o reconhecimento do potencial e das capacidades das mulheres em diferentes áreas.

-
1. Doutorando do PPGCom, Faculdade de Arquitectura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru, Brasil.
Docente na Escola Superior de Jornalismo -Moçambique.
b.faustino@unesp.br
 2. Jornalista, Livre-docente em Jornalismo e professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
ms.ventura@unesp.br

De acordo com Scott (1989), é importante estudar o género para entender a importância dos papéis sexuais e do simbolismo sexual em diferentes sociedades e épocas. O estudo do género ajuda a manter a ordem social e a identificar como esses papéis funcionam para promover mudanças sociais. Além disso, o estudo do género permite analisar as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicações biológicas simplistas e destacando as construções sociais das ideias sobre os papéis de género. Estudar o género também contribui para uma análise mais ampla e crítica das relações de poder e das desigualdades persistentes entre mulheres e homens na sociedade.

Nesse contexto, a pesquisa sobre a representação da mulher nos meios de comunicação tem recebido uma atenção crescente, tanto a nível nacional quanto internacional. Em Moçambique, essa questão é de particular importância devido às complexidades sociais, culturais e políticas que permeiam a sociedade. Neste contexto, a realização desta pesquisa sobre a representação da mulher moçambicana nos meios de comunicação é justificada pela forma como as mulheres são retratadas nos media em Moçambique e como essa representação reflecte as percepções sobre os papéis de género na sociedade.

A representação feminina é um tema central na luta pela igualdade de género e na desconstrução de estereótipos que limitam as mulheres. A forma como as mulheres são retratadas na sociedade, na media e na cultura influencia directamente a percepção e o tratamento que recebem. Portanto, é fundamental questionar e ampliar as representações femininas, garantindo que sejam autênticas, diversas e inclusivas, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária para todos (Ruggiero & Rahme, 2019).

Moçambique enfrenta desafios significativos em termos de igualdade de género, incluindo altos índices de violência contra as mulheres, desigualdades na educação e no emprego, e sub-representação das mulheres em posições de liderança. A media desempenha um papel importante na perpetuação ou na desconstrução dessas desigualdades. Portanto, uma análise da representação da mulher nos meios de comunicação pode ajudar a identificar estereótipos prejudiciais e práticas discriminatórias que precisam ser abordadas para promover a igualdade de género em Moçambique.

Todavia, as mulheres têm desafiado essas limitações ao longo dos anos, expandindo seus espaços de actuação, exigindo direitos iguais e lutando por uma maior representação na cultura e no mercado de trabalho. Todavia, apesar dos movimentos feministas estarem a ser fundamentais nesse processo, promovendo a conscientização sobre questões de género, combatendo a discriminação e impulsionando mudanças significativas na sociedade, apenas três em cada dez funcionários de rádios comunitários e estações de televisão são mulheres, o que indica que as mulheres ainda têm uma representação média baixa em todos os sectores dos órgãos de informação. Os jornais impressos têm menor equilíbrio de género do que as outras redacções, com quase duas mulheres por cada dez funcionários (Afonso, 2023).

A divisão sexual do trabalho que resulta em desigualdades significativas entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na esfera doméstica. Constituem as motivações para a realização desta pesquisa, com vista a conscientização sobre as questões de género e buscando mudanças estruturais para alcançar a equidade, bem como a desconstrução dos estereótipos de género, a redistribuição das responsabilidades

domésticas e a promoção da igualdade de oportunidades para mulheres exporem as suas opiniões na esfera pública.

Para Segato (2012) as relações de género têm um grande impacto na estrutura social, afectando as interacções entre homens e mulheres e definindo papéis, expectativas e poder na sociedade. A investigação das relações de género mostra que as mulheres continuam sofrendo desigualdade e subjugação, principalmente devido às hierarquias coloniais contemporâneas. É fundamental compreender e discutir essas relações para apoiar a igualdade de género e a autonomia das mulheres.

Identidade e género nos meios de comunicação

Os meios de comunicação influenciam significativamente a percepção da realidade ao moldar opiniões e crenças por meio das informações que fornecem. Ademais, desempenham um papel crucial na reprodução de valores e normas de género, ao reflectir e reforçar estereótipos e desigualdades sociais na representação das mulheres (Souza, 2014).

No entanto, West e Zimmerman (1987) argumentam que as identidades de género são frequentemente consideradas constantes, mas podem ser adaptadas. Isso sugere que o género não é uma característica inata, mas uma representação social moldada por interacções e contextos culturais. A flexibilidade e adaptabilidade das identidades de género, portanto, destacam a natureza fluida e social dessa construção, desafiando a noção de que o género é uma característica fixa e imutável.

Neste contexto, o uso do genérico masculino na linguagem dos media contribui para a invisibilidade das mulheres ao representar a norma como masculina e as mulheres como excepções. Isso reflecte valores

herdados na linguagem e reforça a ideia de que o masculino é mais dominante e representativo. Essa prática linguística pode desqualificar e desvalorizar a presença e a importância das mulheres, perpetuando a invisibilidade e a sub-representação feminina nos conteúdos jornalísticos (Souza, 2014).

A representação mediática do gênero, conforme abordada por Souza (2014), revela desigualdades profundas na forma como homens e mulheres são retratados nos media. O uso do genérico masculino na linguagem dos media contribui para a marginalização das mulheres, perpetuando desigualdades de gênero e reforçando a ideia de que o masculino é a norma. Promover uma representação mais equitativa e diversificada nos media é essencial para desconstruir esses padrões e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A linguagem mediática desempenha um papel significativo na invisibilidade das mulheres, frequentemente utilizando o genérico masculino e perpetuando estereótipos de gênero. Essa prática contribui para a falta de representação e reconhecimento das mulheres na sociedade. Ademais, a falta de controle e acesso das mulheres à comunicação as coloca em desvantagem global, limitando sua participação e influência nos meios de comunicação. Os meios de comunicação são agentes importantes na (re)produção de valores e normas de gênero, influenciando a forma como as mulheres são percebidas e tratadas na sociedade (Souza, 2014).

A sub-representação das mulheres na imprensa contribui para a invisibilidade das questões de gênero. Segundo Sousa (2014), a invisibilidade e a sub-representação das mulheres em posições de destaque e poder reflectem estereótipos profundamente enraizados na sociedade.

Além disso, a invisibilidade das mulheres nos meios de comunicação é um problema persistente, evidenciando uma desigualdade na representação de gênero.

Estereótipos de Gênero na Media

A desigualdade de gênero na sociedade é causada por construções sociais, culturais e históricas que atribuem a homens e mulheres diferentes expectativas e valores. Essas normas mantêm a hierarquia de gênero e beneficiam os homens mais do que as mulheres. Scott (1989) sustenta que a desigualdade social é influenciada por elementos financeiros, históricos e estruturais, e está baseada em questões de gênero e raça, que determinam o status e as oportunidades das pessoas.

Segato (2012) entende que as estruturas de gênero são alteradas pelas intervenções coloniais e modernas no mundo rural, bem como a dualidade e o binarismo do gênero. A intervenção colonial e contemporânea estabelece uma hierarquia entre o espaço doméstico e o espaço público, criando uma dualidade hierárquica em que os homens dominam o espaço público e as mulheres são restritas ao espaço doméstico. Esta divisão binária de espaços e papéis de gênero representa a projecção eurocêntrica das instituições modernas sobre o mundo rural, contribuindo para a desigualdade de gênero e mantendo a dominação colonial e moderna.

A discussão sobre gênero como uma categoria teve início mais recentemente, com destaque para o surgimento do termo “gênero” entre as feministas americanas que buscavam enfatizar o carácter social das distinções baseadas no sexo. Isso representou uma rejeição ao determinismo biológico implícito em termos como “sexo” ou “diferença

sexual”. O termo “género” também ressaltou o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Sua utilização cresceu em um contexto de efervescência epistemológica entre pesquisadores em ciências sociais, reflectindo uma evolução dos paradigmas científicos em direcção a paradigmas literários (Scott, 1989).

Contemplando, Lelo (2019) a discussão sobre género como uma categoria inicia-se quando se reconhece que o género não é apenas uma questão biológica, mas sim um construto social que influencia as relações de poder, as identidades e as práticas sociais. Essa abordagem destaca a importância de analisar como as noções de masculino e feminino são construídas e como influenciam as experiências e oportunidades das pessoas na sociedade.

Ainda de acordo com Lelo (2019) a categoria de género é construída como uma forma primária de dar significado às relações de poder e como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. É utilizada como uma descrição substantiva, equivalente à mulher ou à diferença sexual percebida empiricamente, e como uma categoria analítica que busca compreender as assimetrias e iniquidades ligadas ao género no campo jornalístico. A construção da categoria de género também envolve a análise das práticas profissionais, das condições de trabalho e das representações simbólicas que operam a partir de uma perspectiva masculina imposta como norma.

Scott (1989) considera género como uma categoria baseada nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de significado nas relações de poder. É um elemento constitutivo das relações sociais e está relacionado às representações de poder. A organização das relações sociais muda de acordo com as representações de poder,

mas essa mudança não necessariamente segue uma única direção. Essa definição enfatiza a importância do gênero na estrutura social, na distribuição de poder e na compreensão das identidades subjectivas de homens e mulheres como construções sociais.

Souza (2016) explica que a representação de gênero na mídia fortalece os padrões sociais predominantes, com mulheres frequentemente sub-representadas e estereotipadas. A linguagem jornalística, que privilegia os homens como sujeitos, contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero e da marginalização das mulheres. Além de reflectir e reforçar a colagem cultural das mulheres na área da reprodução, essa representação limitada também fortalece as estruturas patriarcais e a desigualdade de gênero na sociedade.

A esse respeito, Araújo e Ventura (2023) afirmam que a representação de gênero é um sinal da desigualdade de gênero na sociedade, especialmente em desporto como o futebol. O discurso especializado promove estereótipos feministas e diminui a visibilidade e o reconhecimento das atletas, colocando as mulheres em uma posição subalterna. A pesquisa enfatiza a importância de questionar e dismantlar essas representações mediáticas para promover uma abordagem mais equitativa e justa das mulheres no desporto.

Deste modo, Araújo e Ventura (2023) afirmam que a análise de gênero é crucial para entender as experiências das mulheres no jornalismo e no desporto, pois é usada para projectar relações sociais entre os sexos, justificar razões biológicas e concentrar-se nas construções sociais. Os autores enfatizam a necessidade de visibilidade, profissionalismo e estrutura para as mulheres no desporto, enfatizando a discussão política sobre as diferenças de sexo e a luta contra a violência e a discriminação.

Segundo Souza (2014) a sociedade concebe os estereótipos de género como dispositivos de enquadramento inicial e ordenamento social que influenciam a participação das mulheres jornalistas no espaço público. Os estereótipos são vistos como mecanismos patriarcais que reproduzem a tipificação e a subvalorização do trabalho feminino, resultando em assimetrias de género nos lugares de decisão e representação.

De acordo com Duarte e Spinelli (2019), os estereótipos de género constituem representações simplificadas e rígidas de características atribuídas a homens e mulheres, influenciando suas identidades e comportamentos. Essas concepções preconcebidas são disseminadas pela sociedade por meio de costumes, media, religião e outros canais, reforçando desigualdades e discriminações. Os estereótipos podem restringir oportunidades e liberdades individuais, perpetuando normas sociais baseadas em género.

Diante desta realidade, Duarte & Spinelli (2019) compreendem que a representação feminina é moldada por estereótipos de género que atribuem características como fragilidade, passividade e submissão às mulheres. Tais representações reforçam a desigualdade de género, restringindo oportunidades e perpetuando a subordinação das mulheres na sociedade. A luta contra esses estereótipos é essencial para promover a igualdade de género e a desconstrução de padrões prejudiciais.

A representação das mulheres na imprensa moçambicana é limitada na esfera pública, resultando em uma sub-representação persistente. Conforme discutido por Ruggiero & Rahme (2019), a sub-representação de género na media constitui um fenómeno que espelha a ausência de equilíbrio na visibilidade e na representatividade de homens e mulheres. Além disso, as mulheres são objectificadas e frequentemente associadas

a consequências negativas, tais como a perpetuação de estereótipos de género, o impacto negativo na auto-estima e na imagem corporal das mulheres, bem como a contribuição para a cultura do estupro e a violência de género.

Género e Movimentos Feministas em Moçambique

O feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade de género, lutando contra a discriminação, o sexismo e a opressão baseada no género. Defende os direitos das mulheres em diversas esferas da sociedade, incluindo políticas, económicas e culturais. O feminismo também promove a autonomia feminina, a liberdade de escolha e a desconstrução de estereótipos de género, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. É um movimento diverso, que abrange diferentes correntes e perspectivas, mas que tem em comum o objectivo de empoderar as mulheres e promover a equidade de género em todas as áreas da vida (Ruggiero & Rahme, 2019).

A presença de homens em quase todos os segmentos sociais da sociedade, tem levado a uma discussão mais concentrada sobre o tema do género, o que contribui para que o feminismo encare vários obstáculos para a imposição do género, pois as mulheres sempre foram socializadas para cuidar e servir seus lares, mas quando buscam autonomia e independência dos papéis tradicionais de género, muitas vezes são subjugadas e repreendidas, porque acredita-se que sua independência financeira e o sucesso no trabalho ameaçam o tradicionalismo patriarcal. Essa dicotomia mostra a persistência de estruturas sociais e culturais que aumentam a desigualdade de género e limitam a verdadeira liberdade e autonomia das mulheres.

De acordo com Gasparetto & Amâncio (2017) a divisão social do trabalho em Moçambique está intrinsecamente ligada ao problema de género. O país permitiu que os homens assumissem o poder em detrimento das mulheres tanto durante a era colonial quanto após a independência. A formação de hierarquias de género levou à preferência do homem por uma família nuclear. As políticas de exploração e modernização influenciadas por correntes socialistas e protestantes mostraram semelhanças nas questões de género, mantendo padrões de desigualdade tradicionais. Até hoje, o país ainda apresenta diferenças significativas entre as áreas matrilineares e patrilineares, facto que afecta as dinâmicas de poder e as relações de trabalho entre homens e mulheres.

Ao mesmo tempo em que a luta pela igualdade de género, começou a se espalhar em todo o mundo, em Moçambique, a luta pela igualdade de género também começou com o Movimento Feminista, que visava acabar com as desigualdades e injustiças sociais, incluindo a inclusão de mulheres como agentes de mudança na luta armada. Parafraseando Amélia et al. (2011), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi fundada em 1972 e tem desempenhado um papel importante na luta pela igualdade de género em Moçambique, abordando a desigualdade social e protegendo os direitos das mulheres em várias áreas, como educação, saúde, trabalho e controlo sobre seus corpos e sexualidade.

Como afirmado por Amélia et al. (2011) a participação das mulheres na luta armada foi vista como um sucesso porque aumentou a compreensão política da guerra e a adesão das mulheres ao movimento de libertação. No entanto, alguns homens que viam as mulheres como as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas resistiram a essa participação. No entanto, as mulheres persistiram em defender seu direito

à luta armada, o que levou à evolução dos movimentos feministas em Moçambique e à conquista de espaços de igualdade e empoderamento para as mulheres na sociedade.

Entretanto, após a independência, surgiram associações de mulheres que lutam para educar a sociedade sobre questões de género, aumentar a participação das mulheres na política e na economia do país e exigir mudanças legislativas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Como resultado, foram aprovadas normas como a Lei da Família e a Lei Contra a Violência Doméstica (Amélia et al., 2011). Além de desafiar os sistemas de poder existentes, a resistência das mulheres em Moçambique ajuda a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos, onde as vozes e contribuições das mulheres são reconhecidas e valorizadas em sua totalidade (Gasparetto & Amâncio, 2017).

O Fórum Mulher é uma rede de organizações não-governamentais sem fins lucrativos e de direito privado que foi fundada em 1993. A organização define-se como sociedade civil, a partir de uma perspectiva feminista, com o papel de mediadora entre sociedade civil e Estado nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres. Seu objectivo é lutar contra os princípios e práticas socioculturais que consideram as mulheres inferiores, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre homens e mulheres, tendo como denominador comum o respeito pelos direitos humanos e a melhoria da posição das mulheres na sociedade.

O Fórum Mulher trabalha para garantir um desenvolvimento justo e equitativo em todas as esferas da sociedade por meio de uma rede de organizações que não são influenciadas por ideologias, políticas

ou crenças religiosas. A agremiação valoriza e respeita a diversidade cultural, étnica, religiosa e política. Luta pela defesa dos seus princípios e valores para ver a sua missão cumprida.

A OPHENTA, Associação Moçambicana da Mulher e Apoio a Rapariga foi fundada em Nampula em 2016 por uma das integrantes que usou sua experiência de violência no território e seu conhecimento e experiência profissional em desenvolvimento comunitário e género para em defesa da própria vida e existência e para promover os direitos humanos das mulheres e a igualdade de género na província. Em língua Emakua, OPHENTA significa “amar” e cuidar, e esse sentimento está forte nas pessoas e na forma como a organização age e se comporta.

A Rede de Mulheres Parlamentares de Moçambique, Fórum Mulher e Desenvolvimento, Associação Mulheres Moçambicanas na Energia (MWE), Associação de Mulheres nos Negócios formais e informais (FEMME), Associação das Mulheres de Moçambique (FEMME) e Movimento Artivista, são apenas alguns exemplos de movimentos feministas em Moçambique, e há muitos outros grupos e organizações formados por mulheres que trabalham para promover a igualdade de género e os direitos das mulheres em diferentes aspectos da sociedade.

Metodologia

A presente pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa, caracterizada pelo foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, abordando aspectos da realidade que não são susceptíveis à quantificação (Prodanov & Freitas, 2013). A pesquisa qualitativa privilegia o aprofundamento do entendimento sobre um grupo social ou uma organização, desconsiderando a necessidade de representatividade

numérica e concentrando-se em elementos da realidade que não podem ser mensurados quantitativamente (Gerhardt & Silveira, 2009).

Foram analisadas dez edições dos jornais impressos *O País* e *Notícias*, publicadas na primeira quinzena de Abril. A análise contemplou a identificação de temas recorrentes, a presença de estereótipos de género e a representação das mulheres em diferentes papéis e contextos.

Resultados e Discussão

No jornal *O País*, foram analisadas 73 matérias de cinco edições publicadas na primeira quinzena de Abril de 2024. Quanto à autoria das matérias, observa-se a predominância de jornalistas do sexo masculino. Ao todo, foram identificadas 121 fontes, distribuídas da seguinte forma: 92 homens e 29 mulheres. Dessa maneira, verifica-se uma tendência a uma maior visibilidade masculina no espaço do jornal, seja de forma directa ou indirecta.

No contexto das funções desempenhadas nas reportagens jornalísticas, se analisou um grupo específico de 29 mulheres mencionadas, tendo se observado que 16 delas foram identificadas como testemunhas oculares dos eventos reportados. Além disso, 7 mulheres foram categorizadas como fontes primárias, ocupando cargos de relevância governamental. Outras 6 mulheres foram destacadas nas notícias devido ao protagonismo em assuntos directamente relacionados a elas próprias. Esses dados indicam uma diversidade de papéis desempenhados por mulheres em diferentes capacidades informativas dentro do contexto jornalístico estudado.

Geralmente, as narrativas em que mulheres são mencionadas como testemunhas oculares estão frequentemente associadas a contextos

domésticos, tais como reportagens sobre inundações, o Dia da Mulher Moçambicana, trabalho informal, e participação em eventos ou cerimónias fúnebres. Esta tendência reforça estereótipos que limitam a percepção da mulher ao âmbito privado, subjugando suas contribuições e experiências a esferas consideradas tradicionalmente como de menor visibilidade ou importância pública. Souza (2014), entende que essas representações reducionistas não apenas reforçam desigualdades de género, mas também contribuem para a objetificação e marginalização das mulheres, as limitando a papéis tradicionais e superficiais, minando a sua representação e contribuição em diversos contextos.

No jornal *Notícias*, foram analisados 181 textos provenientes de cinco edições publicadas na primeira quinzena de Abril de 2024. A autoria dos textos revelou que estes não são individualmente assinados. Do total de 175 fontes identificadas, 78 mulheres e 97 homens. Este levantamento indica uma tendência para um equilíbrio na representação de género, porém com uma predominância de visibilidade masculina no espaço editorial do jornal, tanto de maneira directa quanto indirecta.

Na presente análise, observa-se que das 78 mulheres examinadas, uma distribuição funcional específica emerge. Um total de 39 mulheres foram identificadas como testemunhas oculares, caracterizadas por seu papel em fornecer relatos directos e pessoais de eventos ou circunstâncias. Adicionalmente, um grupo menor, composto por 4 mulheres, actuou na capacidade de porta-vozes, desempenhando o papel de representantes autorizadas ou intermediárias em contextos comunicativos formais ou informais.

Além disso, destacam-se 25 mulheres que foram categorizadas como fontes primárias ocupando posições dentro do governo. Este grupo

desempenha funções cruciais dentro da estrutura governamental, fornecendo informações de primeira mão e influenciando decisões políticas e administrativas. Notavelmente, uma mulher foi identificada como sendo um assunto próprio, estando assim directamente relacionados a ela própria. Essa distribuição funcional das mulheres examinadas ilustra diferentes papéis e responsabilidades dentro de contextos variados, reflectindo a diversidade de suas contribuições e influências em diferentes esferas da sociedade e do governo.

A análise das matérias dos jornais “Notícias” e “O País” revela uma persistente prevalência de estereótipos de género. Observa-se que, na maioria dos casos, as mulheres continuam a ser predominantemente associadas a actividades domésticas. Além disso, as mulheres que são destacadas como fontes para discutir temáticas mais amplas geralmente ocupam cargos no governo. Isso indica uma sub-representação que para Ruggiero & Rahme (2019), as mulheres são frequentemente retratadas de forma marginalizada, com menos espaço, voz e protagonismo em comparação aos homens. Essa sub-representação contribui para a perpetuação de estereótipos de género, desigualdades estruturais e limitações nas oportunidades e na valorização das experiências femininas. Igualmente, Souza (2014), sustenta que os media ao perpetuar estereótipos, contribui para essa invisibilidade e para a sub-representação das mulheres.

Butler (1990), argumenta que o género é performativo e socialmente construído. Ao retratar a mulher como incapaz de discutir temáticas dominantes da esfera pública, ambos meios de comunicação acabam reforçando a ideia de que certos conhecimentos ou competências são inerentemente masculinas. Goffman (1979) complementa esta visão ao afirmar que essa dependência reflecte a desigualdade de poder entre os

gêneros, onde a mulher é vista como menos informada ou competente em determinadas áreas. De maneira similar, Beauvoir (1970), argumenta que as mulheres são vistas como “o outro” na sociedade, uma visão que é reforçada pelos meios de comunicação analisados.

Conclusão

As mulheres enfrentam barreiras para serem fontes de informação devido à falta de representatividade e à vitimização. Há uma tendência de serem solicitadas apenas para temas considerados femininos. Além disso, as representações predominantemente na esfera privada também contribuem para essas barreiras. Ademais, a maioria das matérias foca nos desafios das mulheres e não destaca suas conquistas devido a uma tendência de vitimização e representação desfavorável das mulheres na mídia.

Neste contexto, a presença das mulheres na mídia ainda está profundamente enraizada em papéis tradicionais. Pois, a mídia frequentemente mantém estereótipos que prejudicam a visibilidade e a compreensão das habilidades e contribuições das mulheres à sociedade. Os homens ainda dominam os espaços públicos e discursivos, enquanto a representação feminina é frequentemente restrita ao âmbito privado.

A partir das análises realizadas, pode-se inferir que a representação das mulheres em posições de autoridade ou como especialistas tende a estar associada predominantemente a figuras políticas ou ocupantes de cargos governamentais. Este padrão revela uma dualidade significativa, evidenciando que, embora algumas mulheres obtenham visibilidade em esferas de poder, a maioria permanece marginalizada nas narrativas quotidianas. Esta dinâmica reforça a persistência de

estereótipos que limitam o papel das mulheres predominantemente ao âmbito doméstico, desvalorizando suas contribuições em outros contextos sociais e profissionais.

A representação das mulheres nos meios de comunicação em Moçambique desempenha um papel crucial na configuração das normas sociais e das relações de poder de género na sociedade contemporânea. Esta influência bidireccional não apenas reflecte as estruturas existentes, mas também as perpetua, moldando assim as percepções colectivas e individuais sobre o papel e a posição das mulheres na sociedade. Conforme argumentado por Butler (1990), a media não apenas transmite significados culturais pré-existentes, mas também os reitera e os legitima, contribuindo para a reprodução das relações de poder.

Referência

- Afonso, M. (2023, Abril 21). *Carta de Moçambique*. cartamz: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/13516- apenas-28-por-cento-de-mulheres-se-encontram-na-midia-em-mocambique>
- Amélia, L., Araujo, S., Domingos, M., Jaime, U., Marques, S., Menezes, C., Meque, P., Monjane, V., Muthemba, L., Nhachote, R., Siteo, Y., & Uaciquete, M. (2011). *Movimento Feminista em Moçambique*. <http://www.nawey.net/wp-content/uploads/downloads/2012/11/Movimento-Feminista-em-Moçambique.pdf>
- Butler, J. (1990). *Gender trouble : feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Duarte, G., & Spinelli, L. M. (2019). Estereótipos de género, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais & Humanas*, 32(2).

- Farias, S. S., & Martins, A. d. (2018). *Invisibilidade feminina e representações sociais de gênero em tecnologia e ciências*. Actas do 12º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde.
- Gasparetto, V. F., & Amâncio, H. P. (2017). *Gênero e Feminismos em África: Temas, problemas e perspectivas analíticas*. Simpósio Temático: leituras e olhares de (e) sobre África em perspectiva de gênero. Trajetórias, construções e percursos. Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero, 11.
- Ruggiero, A. S., & Rahme, A. M. (2019). Representação feminina em tempos de exceção. *REVISTA ARA*, (6).
- Scott, J. W. (1989). *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*". *Gender and the* (C. R. Dabat, & M. B. Ávila, Trans.). Columbia University Press.
- Souza, J. (2014). *A invisibilidade das mulheres nos media: quando a representação de gênero define o sexo da notícia*.
- Stankiewicz, J. M., & Rosselli, F. (2008). Women as Sex Objects and Victims in Print Advertisements. *Sex Roles*, 58, 579–589.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing Gender. *Gender and Society*, 1(2), 125-151.

SILAS MAFALAIÁ E TWITTER: O DISCURSO E A FÉ

Maria Luiza Santos Nunes¹
Daniel Dantas Lemos²

Atualmente, as mídias e redes sociais têm assumido um papel cada vez mais determinante e influenciador na nossa sociedade. O advento da era digital possibilitou o acesso à informação e a livre participação social, que só não é plena por questões de desigualdades sociais. Como resultado, não apenas as grandes mídias tiveram livre acesso a opiniões, mas também, todas as esferas da sociedade. Muito desse acesso, possibilitou a propagação de informações verdadeiras ou não, estereótipos reforçados, preconceitos, repressão, incitação à violência e etc.

-
1. Graduada em Comunicação Social/Radialismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
Mestranda no PPG em Estudos da Mídia (PPGEM) da UFRN.
maria.nunes.364@ufrn.edu.br
 2. Mestre e Doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN.
Docente do Departamento de Comunicação Social e do PPGEM) da UFRN.
daniel.lemos@ufrn.br

Os discursos são aparatos para a permanência do sistema patriarcal, inclusive em alguns discursos do universo cristão evangélico que conta com o auxílio de uma retórica que desperta o medo do pecado, do inferno e noções de polarização entre Nós e Eles (van Dijk, 2015.p. 248). Obviamente, essa relação é direta, visto que “o núcleo dessas crenças nos permite agir, interagir e comunicar de forma significativa com outros membros da mesma cultura” (van Dijk, 2015, p. 246). As redes sociais são um meio de comunicação hoje indispensável na realidade brasileira, fazem parte do que somos e do que construímos enquanto sociedade. São muitos perfis de homens evangélicos nas redes, que têm como o intuito, suspeitamos, manter o homem em sua base controladora, desconsiderando o importante papel exercido diariamente por mulheres das múltiplas jornadas que elas enfrentam. O que ressalta a afirmativa de Gonzaga (2022) que reitera que, se de um lado a comunicação tem potencial positivo para obtenção dos direitos, do outro, a mesma comunicação pode caminhar em um sentido inverso.

No ambiente da comunicação acelerada, a fake news, torna-se ferramenta estruturada e industrializada. Segundo Meneses (2018), as fake news inserem-se num movimento mais vasto de desinformação que marcou a Internet na segunda década do século XXI. “O conceito de fake news”, dizem Recuero e Gruzd (2019, p. 32), “é hoje sinônimo de desinformação, utilizado livremente pelos veículos noticiosos para indicar rumores e notícias falsas que circulam, principalmente, na mídia social” (Recuero & Gruzd, 2019, p. 32).

Isso nos provoca um questionamento que visa compreender se as falas do líder evangélico Silas Malafaia, está diretamente ligada a questões do discurso de poder (van Dijk, 2015), atrelado a estratégia de

retardar avanços sociais voltados às minorias (mulheres, LGBTQIAPN+ e pretos) através da manipulação discursiva.

Independentemente da vertente cristã, o comprometimento já implícito em suas doutrinas está enredado por uma verdade defendida e sustentada através da Bíblia e de reflexões expressas por seus líderes. Diante disso, a atual postura de alguns líderes, demonstram controvérsias que precisam ser observadas, visto que envolvem e influenciam milhares de pessoas. Como os atores tendem a compartilhar informações baseadas em suas próprias crenças e percepções, especialmente em contextos polêmicos, a mídia social tende a apresentar redes de conversação extremamente polarizadas. (Recuero& Gruzd, 2019, p. 33)

Esse cenário é ampliado significativamente, projetado nas redes sociais, e germinado dentro e fora das plataformas. Sem tratar especificamente sobre o discurso religioso, ainda que estejamos supondo ser possível encontrar nele o mesmo mecanismo, Antunes Júnior (2016, p. 24) destaca a dinâmica de amedrontar e dar segurança no consumo da mídia, conforme vê-se a seguir:

No papel midiático, este jogo duplo se divide entre o jornalismo e a publicidade, cabendo ao primeiro geralmente ser o portador das más notícias, e à segunda a apresentação das soluções disponíveis a quem pode pagar para evitar o pior. Esta dinâmica “solução-ameaça” está presente principalmente nas mensagens estereotipadas. (Antunes Júnior, 2016, p. 94)

Será que as Escrituras Cristãs sustentam o surgimento do patriarcado a partir do mito criador do mundo no Gênesis, idealizando a dominação masculina? Visto que ao perpassar diversas passagens

bíblicas (Gênesis 1:26-27)³, (Gênesis 2:15)⁴, (Gênesis 6:9)⁵, (Jó 14:1)⁶, (João 1:6-7)⁷, (Efesios 2:15)⁸, etc. é notável a hegemonia masculina predominar por tantas narrações, saberes, da comunicação com o divino e de certa maneira, a figura que detém autoridade para julgar. Enquanto a figura da mulher bíblica (Gênesis 2:18)⁹, (Gênesis 3:16)¹⁰, (Provérbios 12:4)¹¹, (Provérbios 14:1)¹², (Provérbios 21:19)¹³, (Provérbios 31:30)¹⁴,

-
3. 26 E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.27 E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.
 4. 15 E tomou o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavar e o guardar.
 5. 9 Estas são as gerações de Noé. Noé era homem justo e perfeito em suas gerações; Noé andava com Deus.
 6. 1 O homem, nascido da mulher, é de poucos dias e farto de inquietação.
 7. 6 Houve um homem enviado de Deus, cujo nome era João.7 Este veio para testemunho, para que testificasse da luz, para que todos cressem por ele.
 8. 15 Na sua carne desfez a inimidade, isto é, a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças, para criar em si mesmo dos dois um novo homem, fazendo a paz
 9. 18 E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele.
 10. 16 E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.
 11. 4 A mulher virtuosa é a coroa do seu marido, mas a que o envergonha é como podridão nos seus ossos.
 12. 1 Toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos.
 13. 19 É melhor morar numa terra deserta do que com a mulher rixosa e irritadiça.
 14. 30 Enganosa é a beleza e vã a formosura, mas a mulher que teme ao Senhor, essa sim será louvada.

(Efésios 5:22-24)¹⁵, (1 Timóteo 2:9-15)¹⁶, (1 Timóteo 3:11)¹⁷, (Tito 2:3-5)¹⁸, (1 Pedro 3:1-6)¹⁹, entre outros, é designada a submissão, submetida a escravidão sexual e doméstica/familiar, facilmente substituída por outras.

No Antigo Testamento são predominante as imagens de Deus relacionadas ao poder masculino: Rei, Senhor, Pai, Poderoso, Deus guerreiro (...) e nas narrativas da Criação sobressai uma visão de supremacia masculina e subordinação da mulher na ordem da criação. (Santos, 2018, p. 8)

-
15. 22 Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; 23 Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. 24 De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos.
16. 9 Que do mesmo modo as mulheres se ataviem em traje honesto, com pudor e modéstia, não com tranças, ou com ouro, ou pérolas, ou vestidos preciosos, 10 Mas (como convém a mulheres que fazem profissão de servir a Deus) com boas obras. 11 A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. 12 Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. 13 Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. 14 E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. 15 Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação.
17. 11 Da mesma sorte as esposas sejam honestas, não maldizentes, sóbrias e fiéis em tudo.
18. 3 As mulheres idosas, semelhantemente, que sejam sérias no seu viver, como convém a santas, não caluniadoras, não dadas a muito vinho, mestras no bem; 4 Para que ensinem as mulheres novas a serem prudentes, a amarem seus maridos, a amarem seus filhos, 5 A serem moderadas, castas, boas donas de casa, sujeitas a seus maridos, a fim de que a palavra de Deus não seja blasfemada.
19. 1 Semelhantemente, vós, mulheres, sede sujeitas aos vossos próprios maridos; para que também, se alguns não obedecem à palavra, pelo porte de suas mulheres sejam ganhos sem palavra; 2 Considerando a vossa vida casta, em temor. 3 O enfeite delas não seja o exterior, no frisado dos cabelos, no uso de jóias de ouro, na compostura dos vestidos; 4 Mas o homem encoberto no coração; no incorruptível traje de um espírito manso e quieto, que é precioso diante de Deus. 5 Porque assim se adornavam também antigamente as santas mulheres que esperavam em Deus, e estavam sujeitas aos seus próprios maridos; 6 Como Sara obedecia a Abraão, chamando-lhe senhor; da qual vós sois filhas, fazendo o bem, e não temendo nenhum espanto.

Essa escravidão, substituição e objetificação do corpo se estende em uma continuidade ao longo da história, se redefinindo e materializando em corpos e raças estabelecidas por uma igreja europeia que se torna algoz e perseguidora. A questão aqui, se apresenta como uma reflexão sobre o controle de corpos que respaldadas por uma escritura cristã, se mostra embasada a práticas de perseguição e opressão de culturas e corpos, que continuam para além dos séculos, mudando seus mecanismos mas com os mesmos alvos.

Este trabalho se propõe utilizar a Análise de Discurso Crítica (ADC) como abordagem teórico-metodológica, referindo-se a conceitos como o de manipulação, buscando investigar a manutenção da dominação do machismo que abordamos neste trabalho. van Dijk (2015) defende o conceito de manipulação como prática discursiva de grupos dominantes que servem à reprodução de seu poder. No discurso os grupos dominantes manipulam, por exemplo, fornecendo informações, educação, instrução que tem como objetivo influenciar o conhecimento, as crenças e (indiretamente) as ações dos receptores (van Dijk, 2015, p. 237). A partir do debate sobre discurso e poder em van Dijk (2015) percebemos que no âmbito das redes sociais, as fake news e o discurso religioso contribuem, conseqüentemente, a polarização política e social. van Dijk (2015) argumenta que as estruturas discursivas polarizadas desempenham um papel crucial na expressão, na aquisição, na confirmação e, portanto, na reprodução da desigualdade social (van Dijk, 2015, p. 14).

O objeto a ser analisado são as manifestações discursivas e enunciados de Silas Malafaia sobre as temáticas relacionadas a mulheres, machismo e misoginia na Plataforma X (Twitter). A observação desse

processo comunicacional visa analisar se os discursos produzidos pelo líder religioso violam e/ou atacam os direitos humanos e/ou sociais. Esta proposta de pesquisa tem como objetivo analisar a estratégia discursiva por parte do líder evangélico (Silas Malafaia) nas redes sociais, notadamente na Plataforma X (Twitter), com relação a questões relacionadas a minorias da sociedade brasileira. Buscaremos investigar se seu discurso está como ferramenta para fomentar seguidores e alimentar o discurso público da religião por parte do pastor; assim como pretendemos descrever a utilização de elementos de abuso de poder discursivo pelo líder, notadamente, machismo, racismo e LGBTFobia; e também contribuir com o debate público a fim de estabelecer práticas de enfrentamento à violência discursiva no âmbito da religião e das redes sociais.

O Twitter

As redes sociais, com seu papel influenciador, propagam não apenas informações e conhecimento e/ou promovem conexões, mas reforçam estereótipos que são capazes de consolidar preconceitos e repressões, inclusive de sujeitos que são inferiorizados e discriminados socialmente. Biroli (2011) reitera que estereótipos e realidade alimentam-se um do outro, confirmando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos.

Popularmente conhecido como o Twitter - e atualmente chamado de “X” desde que foi adquirido por Elon Musk -, “foi criado pela empresa Obvious, em 2006, e é caracterizado como microblog que permite aos usuários enviar ou receber atualizações que contenham, no máximo, 140 caracteres” (Rosseto et al., 2013, p. 197). Além disso, tem, como Gonzaga (2022) expressa, alta taxa de atualizações e facilidade

na publicação e compartilhamento de mensagens. Tornou-se, segundo Lemos (2008), uma forma de informação, relacionamento e socialização. Rosseto et al. (2013, em Recuero (2009) afirma que:

há quatro valores que podem ser construídos pelas redes sociais: a visibilidade (que auxilia a manutenção de laços sociais e faz tornar-se conhecido), a reputação (as impressões que um ator social tem do outro), a popularidade (descrita pelo número de comentários e tamanho da audiência) e a autoridade (quantidade de citações, menções ou retweets, além da capacidade de gerar conversações). (Rosseto et al., 2013, p. 203)

A plataforma permite, diz Gonzaga (2022), que nos expressemos em um mesmo ambiente virtual que uma figura pública, como permite também essa aproximação através de interações. Além disso, a rede também possibilita a articulação do perfil dos usuários com outros perfis, garantindo novas conexões. Recuero & Zago (2009) afirmam que o Twitter é um espaço no qual se busca e se repassa informação.

Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo que haja uma pluralidade com relação aos usuários, isso não faz com que seja um ambiente virtual democrático nos discursos. Lemos (2008) diz que não basta as ideias estarem lá depositadas, é preciso que elas circulem, que elas tomem corpo, que elas reverberem. Com isso, não se constrói apenas com base em interações firmadas em informações verdadeiras, mas também possibilita a disseminação de mentiras, capazes de consolidar inúmeras hostilidades.

O Twitter também abriu uma janela para uma possibilidade de interação jornalística. Lemos (2008) demonstra que o uso do serviço como ferramenta jornalística, é adotada por vários profissionais de mídia.

Também ressalta que essa característica apresenta o Twitter como uma rede social capaz de reverberar diversos tipos de temas e discussões difundindo-se por outros meios de comunicação. Esse desenvolvimento da rede social, traz, como dito anteriormente, interações e conexões entre pessoas não sendo necessário serem de uma mesma bolha virtual e/ou contexto social, e garanta uma inovação também na maneira de nos comunicarmos: “o mundo digital proporciona, portanto, uma nova forma de relacionamento, com novas condições de produção e que dão origem a novas linguagens e discursos diferenciados” (Lemos, 2008, p.654).

Contudo, é importante vislumbrarmos que é o discurso que traça e permeia toda a trajetória de qualquer interação social e virtual. Lemos (2008) afirma que o discurso é produto e processo. Dentro dessa interligação é que observamos o estabelecimento de debates e discursos que possivelmente possam ser problematizados em análise, tendo como objeto a ser observado o discurso produzido pelo perfil do pastor Silas Malafaia, compartilhado e seguido por muitos usuários que dentro dessa rede de interação, fomentam a vinculação desses sentidos produzidos.

O líder e pastor Silas Malafaia

Silas Lima Malafaia é um pastor protestante neopentecostal brasileiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Silas Malafaia Oficial, 2024), é palestrante, conferencista, produz livros, CDs e DVDs com suas pregações. Em 1999, fundou a editora Central Gospel, que hoje é a segunda maior editora evangélica do país. Popularizou-se entre os evangélicos e não-evangélicos, através do programa de televisão Vitória em Cristo (no ar desde 1982), apresentado por ele.

A principal característica pentecostal é a crença na ação do Espírito Santo nos dias atuais, tal qual como descrita em textos do antigo testamento, manifesta em curas, milagres e principalmente na glossolalia, ou seja, o dom de falar em línguas estranhas. O termo Pentecostal é derivado de Pentecostes, vocábulo grego que descreve a festa judaica das semanas, evento que comemora a descida do Espírito Santo sobre os cristãos, conforme descrito no livro bíblico de Atos. (Koren, 2016, p. 32)

Tornou-se uma referência no segmento evangélico, através dos seus posicionamentos expressados em seu programa televisivo e na internet, através da plataforma do *Youtube e das redes sociais Facebook, Instagram e Twitter* (Plataforma X). Continua seu trabalho de evangelização e posicionamento, ganhando alguns destaques por expressar falas polêmicas, regadas por um argumento supostamente cristão, em proteção ao valor da família tradicional heteronormativa e da moral cristã.

Quanto às interações de Malafaia no Twitter, segundo Cesar & Saldanha (2019), tratam-se da rede social a que o pastor recorre mais vezes, especialmente para discutir temas políticos, por conta do imediatismo característico devido ao número de caracteres reduzidos. Tornou-se uma influência na bancada evangélica no Congresso Nacional, mesmo sem ocupá-la de fato, através dos seus posicionamentos. Também vale ressaltar que já transitou entre diferentes posições políticas²⁰, de acordo

20. O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus apoiou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2002, e na reeleição em 2006. Malafaia permaneceu ao lado do PT até 2010, quando passou a apoiar o candidato José Serra (PSDB). “Seu rompimento se deu por acreditar que a legenda estava deixando de lado os interesses de líderes evangélicos no Congresso Nacional.” O apoio ao PSDB, iniciado em 2010, durou até a campanha presidencial de 2014, quando o líder neopentecostal brevemente rompeu com a legenda para apoiar a candidatura de Marina Silva (REDE). Em 2018, Malafaia rompeu de vez com o PSDB. Seu novo candidato, desta vez pelo PSL, foi Jair Bolsonaro, assíduo apoiador de pautas ultraconservadoras.

com seus interesses e interesses do seu núcleo cristão. É válido evocar que as formas interacionais do posicionamento e discurso do pastor também foram se adaptando de acordo com as necessidades atribuídas pelo avanço da tecnologia: de 2002 a 2006 não havia o impacto da internet e das redes sociais e muito provavelmente, a conversação do pastor era no seu programa televisivo e no púlpito de sua igreja. Bem como, em 2010, já existindo as plataformas online, não havia a força e influência que carregam a partir de 2014.

Silas Malafaia não é a única personalidade no segmento cristão evangélico brasileiro, entretanto, atualmente seu destaque está diretamente ligado ao seu posicionamento associado à extrema-direita brasileira, pertencente à grande e volumosa bancada evangélica e outros cristãos taxados de conservadores (Rocha et al., 2023, p.126). Sempre em defesa da família tradicional, da moral cristã e da evangelização da palavra de Cristo, demonstra “opiniões controversas referentes às questões políticas, homoafetivas, legalização do aborto e, também, identidade de gênero” (Cesar & Saldanha, 2019, p.186). Ainda sobre os discursos do pastor, todos seriam embasados sobre as escrituras da Bíblias, o que teoricamente, lhe daria a segurança de não estar errado. Além do mais, Koren (2016) ressalta que:

Silas Malafaia utiliza a ciência de forma genérica para defender suas posições embasadas em seus princípios religiosos tentando tornar as suas opiniões válidas para toda sociedade e não apenas para o público religioso. Também utiliza seu “conhecimento científico” para defender o ponto de que suas concepções não se tratam de preconceito, uma vez que o que ele apresentaria “conceitos firmados na base do conhecimento”. (Koren, 2016, p. 57)

Conseqüentemente, sua imagem acaba por deixar outras personalidades cristãs evangélicas estigmatizadas, ainda que pensem diferente das ideias do pastor mencionado. Não apenas isso, individualmente ou em grupos de cristãos progressistas, são hostilizados por aqueles que são seguidores do pastor. Silas Malafaia e outros líderes que também seguem o mesmo segmento conservador, “costumam relativizar a fé desse grupo, acusar suas pregações de ‘falaciosas’” (Amorim, 2017, p 190), consolidando o processo de polarização, marginalizando e atribuindo seus posicionamentos como “do mau” ou “do diabo”. Amorim (20017) argumenta que, o diverso e a discordância, no espectro político, são rejeitados, enquanto as pautas conservadoras são afirmadas e santificadas.

Do mesmo modo que o líder religioso da ADVEC (Assembleia de Deus Vitória em Cristo), se destaca por seus discursos ligados a questões públicas, também se evidencia em conflitos políticos quanto a ideias que sejam opositoras as suas, instantaneamente, polarizando sem ressalvas seus antagonistas, especialmente no que tange à concepção de liberdade de expressão para o Estado Democrático de Direito, e utiliza palavras ofensivas para insultar e atacar a imagem de seus adversários (Cesar & Saldanha, 2019, p.126).

O discurso religioso antes encontrado apenas em templos e espaços específicos do segmento, bem como em canais televisivos, hoje encontra-se viralizado através das redes sociais. Melo (2021) ressalta que, a influência de personalidades ligadas a congregações religiosas tem sido potencializada em função do crescente processo de midiaticização do discurso religioso. Ainda que precisemos, por vezes, fazermos buscas, por outras, eles são compartilhados a ponto de invadirem outras bolhas. Não diferentemente desse padrão, Silas Malafaia se mantém

em evidência muito mais por seus posicionamentos políticos do que pregando a palavra de Deus a todos os povos e criaturas, colocando em dúvida sua função de pastor, visto que, com a ferramenta de compartilhamento em massa nas mãos, prefere, aparentemente, fortalecer a polarização política da sociedade.

O Patriarcado

As redes sociais são meios de comunicação indispensáveis na realidade contemporânea, fazendo parte do que somos e de como nos constituímos como sociedade. Por isso mesmo, o patriarcado, como sistema, se adaptou à modernidade das redes sociais, para manter a sua estrutura social e ideológica controladora. Materializa-se em muitos dos perfis em rede e, aparentemente, demonstra o intuito de manter o homem como arcabouço controlador, amplificando a desigualdade de gênero e desconsiderando o papel exercido diariamente por mulheres nas múltiplas jornadas que enfrentam, sendo esse, apenas um dos problemas enfrentados por nós, que segue sendo ignorado.

Sobre o patriarcado, Saffioti (1987) explica que, o poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Ao percebermos a sociedade patriarcal onde vivemos, constatamos algumas atribuições que nos garantem uma vida baseada no medo e no controle dos nossos corpos. O machismo, fruto do patriarcado, não fere apenas as mulheres como também a toda e qualquer minoria, como LGBTQIAPN+, os indígenas, os periféricos e negros, Álvaro & Araújo (2021) complementam que:

O fortalecimento da colonialidade é reeditado em cores vivas e, com elas, o pensamento elitista, branco e masculino ganha materialidade nos ataques e violências contra alguns sujeitos em particular, como a população negra, especialmente as mulheres e jovens periféricos, e a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). (Álvaro & Araújo, 2021, p. 350)

No contexto da desigualdade social e racial, e as diferentes demandas que essas condições provocam, compreendemos que o patriarcado não contribui apenas para a desigualdade de gênero, como principalmente, fomenta o racismo estrutural. Saffioti (1987) explica, por exemplo, que a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra.

No Brasil, país marcado pela escravidão, - ferida que se escancara na realidade de opressões policiais e controle de corpos pretos e também femininos -, ainda exprime as duras e cruéis chagas produzidas pelo patriarcado legitimado pelo cristianismo. Álvaro & Araújo (2021) evidenciam que falar da mulher e, especificamente, da mulher negra no Brasil remete-nos a tratar das características históricas de nossa formação, identificando os traços do passado que permanecem ainda presentes, mesmo que sob novas roupagens. A colonização e os padrões eurocêntricos desumanizam a mulher, colocando-a em condições históricas à mercê de violências e da inferiorização, danos que são perceptíveis até os dias de hoje, visto que algumas violências são naturalizadas.

a principal marca colonial (...) é extremamente degenerativa, pois desde os primórdios da colonização europeia o gênero feminino é desumanizado e negligenciado em seus aspectos constitutivos e representativos, o que acarreta, no âmbito social, uma naturalização de qualquer tipo de submissão à violência enfrentada pelas mulheres. (Deifeld & Macelai, 2019, p. 98)

Também é elementar abordar que é através da estrutura de poder construída pelo patriarcado que inferioriza e que determina a mulher como propriedade, que fomenta a sociedade a fortalecer a desigualdade de gênero, responsável por consequência, da violência de gênero. Não obstante, esse aprisionamento acometido pelo patriarcado através da escravidão, não é a única maneira de encarcerar seres humanos. Álvaro & Araújo (2021, p. 350) explicam que “o fortalecimento da colonialidade é reeditado em cores vivas e, com elas, o pensamento elitista, branco e masculino ganha materialidade nos ataques e violências contra alguns sujeitos em particular, como a população negra, especialmente as mulheres e jovens periféricos, e a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).”

Compreender o patriarcado, é compreender como funciona essa dominação ultrapassa e invade os limites dos corpos. Saffioti (1987) explica que, o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mas do que isto, ele é também um sistema de exploração (Saffioti, 1987, p. 50). Tendo em vista, que não se trata apenas de trabalho braçal, dentro das inúmeras jornadas de trabalhos que todas as mulheres enfrentam, como também, a exploração psicológica e emocional, que tampouco é levado em conta por causa da objetificação e animalização atribuída à figura feminina. Ainda no campo da exploração, podemos utilizar como exemplo o papel da mulher no ambiente familiar, que cuida de todos os componentes da família e dos serviços domésticos, se anulando consequentemente por falta de tempo.

Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos (...). Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com

dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado. (Oyěwùmí, 2004, pp. 3-4)

Oyěwùmí (2004) argumenta que o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear. Mesmo que nesse vislumbre interpretemos a mulher como coluna principal na estruturação familiar, ela não é vista como tal, sendo subalternizada e diminuída. Santos (2018) reitera que o patriarcado bíblico é inimigo antigo que permanece aterrorizando a vida de mulheres. As relações dentro do sistema patriarcal sobrevivem ao processo de conhecimento e modernidade que nós mulheres e sociedade adquirimos, “mas que essas se concentram na esfera privada, no mundo das relações domésticas” (Rezende, 2015, p. 11).

Outro lugar de violência produzida pelo patriarcado que destacamos é o ambiente cristão. Santos (2018) afirma que não é exagero dizer que a religião bíblica herdada foi o resultado interpretativo de tendências patriarcais que sobrepujaram a memória e herança das dissidências e resistências.

Foi neste clima bíblico-teológico de defesa da doutrina da fé cristã que surgiu (...) uma ideologia da mulher como um ser duvidoso e maligno maquinado a partir da interpretação de determinados textos bíblicos que procuravam justificar uma ordem patriarcal de dominação do homem sobre a mulher através de uma ideologia de demonização das mulheres. (Santos, 2018, pp. 11-12)

Como dito anteriormente, o patriarcado, bem como o racismo, são estruturas legitimadas e utilizadas pela religião cristã a fim de exercer

controle sobre os corpos. Sendo assim, também é possível destacar que a objetificação e animalização da mulher, bem como fazem com a comunidade preta e LGBTQIAPN+, é uma estratégia para legitimar a violência, isto é, tornando-a socialmente aceitável, atribuindo como justificativa, a polarização, o bem contra o mal.

Metodologia

Ao falarmos de redes sociais usadas no Brasil, há uma vasta opção para diversos tipos de pessoas: em maioria, ninguém usa apenas uma. Araújo (2022, p. 35) esclarece que atualmente a maioria de nossas atividades depende de estarmos conectados à internet. Pretendemos examinar, conforme Magalhães, Martins e Resende (2017), “uma grande variedade de aspectos do processo social, (...) a forma como articulam os processos sociais, as instituições” e construir uma Análise de Discurso Crítica no intuito de compreender o uso da retórica do pecado e do machismo estrutural presentes nos tweets produzidos pelo pastor Silas Malafaia.

Propõe-se observar os tweets (da Plataforma X) do perfil de Silas Malafaia, entre o período de 2018 a 2021, filtrando os tweets com o uso de palavras chaves como mulher/mulheres; feminismo; machismo; pecado e patriarcado, buscando discursos que fomentem a polarização, propagação de fake news, machismo e misoginia em sua conta. Entretanto, não foram encontrados tweets utilizando as palavras-chave mencionadas acima, por isso, foram selecionadas novas palavras-chaves que pudessem contemplar a proposta do início da coleta. Para isso, se pesquisou usando as palavras: aborto, ideologia de gênero, gênero, gay, LGBT, fêmea/macho. Os principais critérios utilizados para a seleção

dos tweets foram expressões sexistas com as quais o pastor se expressa e/ou ofensas/xingamentos proferidas pelo líder religioso. Também foram coletados os tweets que o pastor declara opiniões supostamente fundamentadas em Fake News.

Para esse artigo, foram coletados três tweets, dois deles de 2018, que se referem ao período eleitoral presidencial do Brasil, que buscaremos analisar as menções que ele fez à candidata da época, Marina Silva (REDE). Quanto ao terceiro tweet, refere-se a um debate consideravelmente acalorado nas redes sociais, porém pouco explorado e entendido dentro das bolhas, em que o pastor, conceitua de acordo com as suas crenças.

As violências maquiadas, contribuem para a manutenção de um sistema de controle, o patriarcado: responsável pela opressão e violência contra as mulheres. Por isso, se torna primordial a leitura de temas da Análise Crítica do Discurso, Resende e Ramalho (2019); Discurso e Manipulação, van Dijk (2015); patriarcado, Santos (2018), Álvaro & Araújo (2021), Rezende (2015), Oyěwùmí (2004) e Saffioti (1987); biopoder, Foucault (2009) e Mbembe (2018); e sobre Silas Malafaia, Koren (2016), Amorim (2017), Melo (2021). A escolha pela Análise de Discurso Crítica pela perspectiva teórico-metodológica, como mostram Magalhães, Martins e Resende (2017), nos ajuda a debater questões da vida social contemporânea como o sexismo, o controle e a manipulação institucional.

Vale ressaltar que a coleta de dados da pesquisa bem como as imagens foram realizadas antes da suspensão da rede social X no

Brasil²¹. Essa coleta é muito mais ampla, visando o conteúdo de análise de dissertação de mestrado.

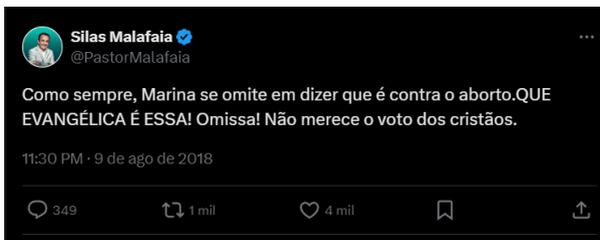
Análises do discurso

A escolha dos tweets analisados neste trabalho se fundamentou através da observação do perfil do pastor, que se destaca no Twitter por utilizar termos como “ideologia de gênero”, “aborto”, “esquerdopata” em seus discursos, além do uso de adjetivos perjurativos para ofender seus oponentes ideológicos. Compreender o uso das redes sociais por parte do pastor, bem como, a influência que seus posicionamentos podem, por ventura, causar em seus seguidores é um dos objetivos de nosso trabalho.

Tuíte 1:

Figura 1

Pastor faz menção ao posicionamento de Marina Silva sobre aborto



Malafaia (2018a).

21. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou no dia 30 de agosto de 2024, a suspensão imediata e completa do funcionamento do X, antigo Twitter, em todo o território nacional até que decisões judiciais da Corte sejam cumpridas e as multas aplicadas sejam pagas. A ordem também valerá até a indicação de um representante da empresa no país. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-determina-suspensao-do-x-antigo-twitter-em-todo-o-territorio-nacional-2/>

Nesta análise, poderíamos levantar o tópico do patriarcado e machismo, visto que Silas, aponta uma omissão por parte de Marina Silva: “Como sempre, Marina se omite em dizer que é contra o aborto.”, como se ele exercesse direitos sobre as vontades dela, de seu corpo e daquilo que acredita. Sobretudo, demonstra entre linhas, o controle sobre corpos femininos como um todo, dado que, entende de aborto, e defende a criminalização, como se o assunto não fosse de interesse exclusivamente das mulheres que engravidam.

Além disso, na parte em que diz: “que evangélica é essa!”, questiona sua conduta cristã, sua fé, apenas por não pensar ou agir como ele, demonstrando mais uma vez, seu papel manipulador através da prática discursiva de grupos dominantes que servem à reprodução do seu poder (van Dijk, 2015, p. 237). Vale ressaltar que o posicionamento de Marina Silva, enquanto pré-candidata à presidência (2018) refere-se ao que é pertinente à sociedade, ainda que o aborto seja um tema referente à saúde pública e a um direito das mulheres que engravidam, ela não deve ser coagida a posicionar-se apenas por vontades exclusivas do pastor Silas Malafaia. Um homem que regula o direito de fala de uma mulher e define a pureza de sua fé.

Neste processo, o pastor define uma polarização “Nós x Eles” em que, ao expressar: “Omissa!”, desqualifica Marina como evangélica e como possível opção de voto dos evangélicos, isto é, encaixa Marina como “eles” na polarização onde “nós” (os cristãos, cidadãos de bem) não estão no mesmo espaço, justamente pela falta de posicionamento que ele a acusa. De fato, renova o estabelecimento de um inimigo ficcional a partir do nós contra eles. Destaca-se também que, ao diminuí-la e questionar sua honestidade, o pastor expressa seu poder pastoral,

definindo-a de acordo com o que ele acredita estar certo. Alvaro & Araújo (2021) explicam que, quando se tem o poder ideológico de criar a história dos sujeitos independentemente deles mesmos, as identidades que lhes são atribuídas são manipuladas. Bem como a imagem que ele cria de Marina Silva frente aos seus seguidores a partir das afirmações produzidas por ele.

Por fim, o último enunciado - “não merece o voto dos cristãos” -, nos provoca o seguinte questionamento: se em teoria, evangélicos votam em evangélicos, visto que Silas Malafaia, como destaca Amorim (2017) tem como marca a imposição de consciência de voto, persuadindo fortemente sua audiência contra pessoas e partidos que apoiem pautas à esquerda ou progressistas, por que, a mudança de posicionamento por parte do pastor ao votar no candidato Jair Messias Bolsonaro em vez de votar na candidata evangélica Marina Silva? Poderíamos observar que, ainda que Marina seja evangélica, é uma mulher negra, nortista, esquerdista e estas características não são representativas à figura do pastor que espelha o patriarcado e a elite branca sudestina. Saffioti (1987) explica a questão a partir do modelo do dominador macho, branco, adulto e rico - deve-se acrescentar a característica de ser heterossexual.

Percebe-se os conceitos de poder (van Dijk, 2015) ao pres-supormos o acesso privilegiado a recursos sociais valorizados que o pastor provavelmente detenha, como por exemplo, riqueza e acesso preferencial. Outro exemplo que destacamos é o próprio pastor que tem seu programa de televisão e milhares de seguidores nas redes sociais, que possibilitam, controle parcial sobre o público em geral (van Dijk, 2015, p. 90), ainda que seja apenas o nicho dele. Outra vez, operando com as formas comunicativas, para manipular os cristãos, seguidores

da mesma vertente que ele, no auge da corrida eleitoral, determinando indiretamente, os candidatos aos quais, cristãos como ele, não votam. Uma vez que o acesso e controle desse grupo, é ao mesmo tempo, um meio da reprodução social desse poder (machista, hétero, branco, cristão).

Tuíte 2

Figura 2

Malafaia chama atenção de seu grupo evangélico com relação ao posicionamento de Marina Silva



Malafaia (2018b).

Mais uma vez, o discurso do pastor inicia convocando o grupo pelo qual tem controle: “atenção evangélicos!”. Para exercer esse controle social sobre os outros, entretanto, os atores sociais precisam satisfazer critérios pessoais e sociais que os permitem influenciar outros (van Dijk, 2015, p. 236), compreendendo o lugar de privilégio (enquanto homem e líder religioso) e sobretudo, sua popularidade (televisiva e digital) não apenas no meio evangélico, Malafaia expressa segurança ao pressupor que de fato vai ser ouvido.

Novamente, em um mesmo período eleitoral (2018), o pastor evangélico ataca mais uma vez a candidata Marina Silva (REDE):

“Marina Silva é mais esquerdopata do que qualquer outra coisa”, atribuindo a ela, o adjetivo pejorativo “esquerdopata”, que geralmente é usado para insultar seus antagonistas políticos e instantaneamente, colocando-a ao lado da esquerda que é compreendida pelo conservadorismo como lado pertencente ao mal e a imoralidade, características abominadas por quem é cristão. Marina Silva torna-se uma inimiga ficcional: mulher, preta, destaque de uma doutrina predominantemente controlada por homens, destaque na gestão pública. Torna-se inimiga, por estar “ao lado” das pessoas que “ameaçam” pessoas como Silas, assim como pessoas que seguem os mesmos fundamentos que ele. Silas recorre tanto à memória de curto prazo, quanto de longo prazo (van Dijk, 2015). Ao utilizar a palavra “esquerdopata”, ele influencia os receptores através das emoções de quem carrega a fé como um lugar inviolável, isto é, ser “esquerdopata” está diretamente “associadas a um evento sobre o qual vimos ou lemos” (van Dijk, 2015, p. 244), ou seja, aos partidos progressistas e tudo que eles defendem, muito mais que isso, estão associados a tudo que o conservadorismo acredita que partidos progressistas defendam.

Malafaia exercendo seu lugar de líder religioso, expressa: “mais uma vez se nega no debate a defender fundamentos da nossa fé”. Em primeiro lugar, destacamos que vivemos em um Estado laico, logo, a fé do pastor Silas Malafaia não deve ser parâmetro, nem exigência que se cobre de um candidato a presidência da república, que vai governar por uma nação plural e diversificada, inclusive, em religiões, e que não coloque as suas individualidades à frente das necessidades do país. Em segundo lugar, entende-se como se o corpo cristão fosse homogêneo, isto é, como se todos os cristãos evangélicos fossem uma unidade. Novamente, esse

discurso fortalece o estereótipo posto sobre os cristãos, que considera que todos compartilham das mesmas opiniões. Essa separação, ataca indiretamente a todos que são e pensam diferente dele.

Ainda que o pastor não seja candidato à presidência da república, tampouco tenha tentado em algum momento, Silas destaca a ausência de posicionamento por parte de Marina Silva em um assunto do qual, ele deseja saber: “não se posicionou sobre aborto e liberação das drogas”. Percebe-se que Silas não está preocupado com a saúde de seus “irmãos e irmãs em Cristo”, socialmente e financeiramente prejudicados. Em seu lugar de privilégio e conhecimento, insiste em sustentar a expressão “liberação das drogas”, como se de fato todas as drogas estivessem para ser liberadas no Brasil. Também exclui discursivamente o fato das drogas serem um problema que assola majoritariamente a juventude negra e periférica, já marginalizada. Assim como o aborto, que é a garantia do controle do corpo que engravida, de ter a liberdade de decidir sobre si mesmo, problema que também abate em maioria, a pré-adolescência e mulheres de baixa renda, bem como, as crianças e mulheres que são estupradas.

Por fim, Malafaia conclui seu post dizendo que Marina Silva é: “dissimulada! uma vergonha!”. Mostrando-se superior a ela, seja por ser pastor e/ou por ser homem. Silas não atua somente sobre um grupo social, mas manipula, controla e representa homens que carregam os mesmo posicionamentos machistas (e racistas), controladores que ele. Utiliza do discurso baseado na memória de curto prazo, por ser um “processo estratégico, no sentido de ser on-line, ser propositalmente direcionado” (van Dijk, 2015, p. 241). Ambos os adjetivos pejorativos “dissimulada” e “uma vergonha”, foram escritos em fontes grandes

(caixa alta), para adquirir a atenção do público, fazendo com que eles deem mais relevância a uma informação do que as outras. Nesse caso, o que ganha destaque, são as ofensas atribuídas a Marina Silva.

Tuíte 3

Figura 3

Pastor Silas faz postagem sobre o termo ideologia de gênero



Malafaia (2021).

Além do conteúdo escrito, este post contém outras informações, que são imagéticas, que precisam ser descritas. Primeiramente, iniciamos analisando o enunciado do tweet que diz: “Você sabe o que é ideologia de gênero? Nós, cristãos, não podemos aceitar essa estratégia que visa destruir a família e erotizar as nossas crianças. Posicione-se contra a

ideologia de gênero!”. Antes de tudo, o pastor indaga se seus seguidores sabem o que é “ideologia de gênero”. O conteúdo das imagens propõe uma breve explicação sobre essa indagação. Primeiramente, notamos novamente, a polarização perceptível nesse post, marcando o “nós”, os “cristão”, contra “eles”, os “anticristãos” que pensam de modo diferente que o pastor. Entende-se com essa separação, que “os outros” é a criação de um inimigo ficcional que é perigo absoluto (Mbembe, 2018), que ameaçam a infância e a estruturação da família tradicional brasileira (heteronormativa e cristã), sendo a favor da ideologia de gênero. Esse inimigo anticristão seria contra os ideais e padrões impostos na estruturação familiar naturalizada que conhecemos, bem como tem o objetivo de destruí-la, demonstrando a relação de inimizade, que justifica o seu enfrentamento e destruição.

Ao partirmos para a análise das imagens, vemos que a primeira (canto superior esquerdo) traz o questionamento -“por que cristãos não devem aceitar a ideologia de gênero?”- , e nos deparamos de antemão com a ideia de existir apenas a heterossexualidade, assim como, a homofobia e transfobia que o conservadorismo cristão demonstra. A segunda imagem (canto superior direito) tenta abordar de maneira didática - “o que é a ideologia de gênero? - A ideologia de gênero é uma crença, e não uma ciência, que afirma que os dois sexos, masculino e feminino, são uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero defende a ausência de sexo e enfatiza a relação entre pessoas do mesmo sexo.”. Sabemos que o pastor Silas Malafaia é seguido e assistido por muitas pessoas, e não podemos inferir que todas estas tenham o mesmo nível intelectual que ele, o que conseqüentemente, provoca um efeito de compreensão equivocado, em que “a materialidade desses enunciados

se assenta sobre a reafirmação da sexualidade hegemônica, ao mesmo tempo em que atribui às demandas feministas e LGBTI, bem como aos estudos de gênero, o status de desvio moral e principalmente de ameaça às crianças, à família e à sociedade” (Moreira & César, 2019, p. 7).

A terceira imagem (canto inferior esquerdo) apresenta a justificativa da razão em que cristãos devem ser contra a ideologia de gênero: “por que cristãos devem ser contra essa ideologia? - A ideologia de gênero cumpre os interesses dos esquedopatas, que entenderam que o último reduto de autoridade é a família. Então, eles trabalham para destruir a família a fim de conseguirem exercer domínio sobre a sociedade de modo mais fácil. Fazem isso porque existe uma autoridade estabelecida no seio familiar, instituída por Deus.” Ainda na discussão sobre inimigo ficcional, o pastor novamente utiliza do termo pejorativo “esquedopata”, para definir uma separação entre a “família instituída por Deus” e a esquerda, como se não pudessem conviver numa organização que é espacial e cibercultural, ocupando espaços em relegando o outro a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (Mbembe, 2018, p. 39). Algo que deve ser destacado, é a suposta ameaça à destruição das famílias tradicionais, Moreira & César (2019) evocam que é na instituição familiar onde está a origem de todos os sistemas de opressão. No qual também incluímos a origem do patriarcado, responsável pela exploração, exclusão e opressão de diversas minorias (mulheres, LGBTQIAPN+, periféricos e negros), incluindo os diversos tipos de família, que de fato são excluídas e oprimidas nessa afirmação que declara a existência de um padrão familiar. Do mesmo modo, precisamos salientar a outra vez, o uso de “deus” como se o Estado não tivesse outros tipos de fé.

Malafaia emprega todo seu conhecimento científico na quarta e última imagem (canto inferior direito): “como estão implementando essa ideologia? - Ensinando a ideologia de gênero nas escolas para erotizar nossas crianças. Isso é crime, pois o artigo 229 da Constituição Federal diz que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores”. E, de acordo com o artigo 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, “os pais têm o direito de que seus filhos e pupilos recebam educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Pertence aos pais o direito e dever de educar os filhos nas áreas moral e religiosa e não à escola. Fonte: Livro *Silas Malafaia em Foco*”. O evangelista Malafaia argumenta operando um discurso que serve aos interesses dele mesmo, assim como a seu grupo. Evidenciamos algumas questões como a busca pela defesa da família, que elimina a equidade de gênero e a redução da discriminação sexual. É importante deixar claro que tanto a laicidade do Estado, quanto a deslegitimidade da educação, contribuem para o fortalecimento de crenças autoritárias e preconceituosas, “o contrário do que se escreve a posição reservada ao Estado nesse enunciado é a de promover a sexualidade hegemônica” (Moreira & Cesar, 2019, p.9)

Também é relevante abordarmos o tópico “ensinando a ideologia de gênero nas escolas para erotizar nossas crianças”, onde percebemos o controle dos corpos dos indivíduos, do que o pastor é operador, que precisa proteger a família e as crianças, posicionando-se. Reforçamos o argumento de que as instituições de ensino infanto-juvenil têm mostrado papel importantíssimo na defesa e prevenção contra exploração sexual infantil e abusos, ou seja, a escola tem papel fundamental na proteção e conscientização das crianças as quais para o pastor, serão

mais protegidas no seio da ignorância familiar que muitas vezes é também origem das violações dos corpos. Novamente, a sexualidade surge como alvo de vigilância (Foucault, 1979), não apenas sobre os corpos da sua bolha, como também no corpo daqueles que uma vez ele definiu como inimigos.

Contudo, diante desses diversos discursos, percebemos a dimensão de dominância e manipulação apresentada por van Dijk (2015), em que implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso (van Dijk, 2025, p. 234). Silas Malafaia é a representação de uma instituição que exerce poder social dentro de um grupo (os evangélicos e cidadãos de bem) que, ao impor o posicionamento aos seus, os receptores são incapazes de entender as intenções reais ou de perceber todas as consequências das crenças e ações defendidas pelo manipulador (van Dijk, 2015, p. 235). Com isso, é possível perceber que o pastor que guia seu pastoreio, leva-os a uma organização que fortalece violências e desigualdades.

Considerações finais

Ao compreendermos que o papel do patriarcado em nossas vidas, influencia negativamente na sobrevivência em sociedade e que sobretudo, fomentam diversos tipos de violências e explorações, concluimos que diante do importante papel que as redes sociais apresentam na nossa contemporaneidade, vale ressaltar que o uso indevido dela para disseminar equívocos fortalecem ainda mais a brutalidade que sofremos diariamente.

Diante disso, o papel do pastor Silas Malafaia, que deveria expressar seu papel de líder evangélico, contribui com a disseminação

de preconceitos e manipulações dentro do seu nicho. Sua representatividade permite que seu discurso permanece em circulação por tempo indeterminado, o que favorece a captação de um público amplo e diversificado.”(Melo, 2021, p. 68). Konde (2020) afirma que o sujeito da ação política é alguém que quer conhecer o quadro em que age, quer poder avaliar o que pode e o que não pode fazer, mas, ao mesmo tempo, é um sujeito que depende, em altíssimo grau, de motivações particulares - suas e dos outros - para agir.

Dito isso, é importante observar que através da religião, o pastor manipula discursivamente o seu público, não apenas através das redes sociais, como também pelo programa televisivo que possui e certamente em seu púlpito na igreja.

Referências

Álvaro, M. C., & Araújo, N. S. (2021). Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. *Tensões Mundiais*, 17(33), 349-370.

Amorim, A. L. T. de. (2017). *Poder e violação de direitos humanos no discurso pentecostal: uma análise da atuação político-midiática de Silas Malafaia e Marco Feliciano nas redes sociais online* [Tese de doutorado,. Universidade Federal de Pernambuco].

Antunes Junior, F. S. (2016). *A retórica do medo: uma análise neurolinguística da mídia* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].

Araújo, E. R. (2022). *A Retórica Bélica da IURD: Um estudo sobre as postagens da Igreja Universal do Reino de Deus no Twitter*

[Dissertação de mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná].

Bíblia. (1990). *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos* (I. Storniolo, Trad.). Paulus.

Biroli, F. (2011). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 71-98.

César, L. de O., & Saldanha, P. G. (2019). Pastor Silas Malafaia e o uso estratégico das mídias digitais: o novo púlpito religioso no cotidiano midiático. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*, 13(1), 172-190. <https://www.reciis.icict.fiocruz.br>

Deifeld, A. G., & Macelai, B. L. (2019). *As implicações da colonização para a institucionalização da violência de gênero na América Latina: contributos do pensamento decolonial* (Vol. 3). Editora Centro de estudos Jurídicos (CEJUR).

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org. & Trad.). Edições Graal.

Gonzaga Junior, C. A. (2022). *Desinformação e fake news como modos de negação comunicacional da cidadania: um estudo do perfil @jairbolsonaro* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Konder, L. (2020). *A questão da ideologia*. Expressão Popular.

- Lemos, L. (2008, março 27-29). *O poder do discurso na cultura digital: o caso twitter*. Apresentado na 1ª Jied- Jornada internacional de Estudos do Discurso, Maringá, PR, Brasil.
- MBembé, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (R. Santini, Trad.). N-1 edições.
- Moreira, J., & César, M. R. de A. (2019). Ideologia de Gênero: uma metodologia de análise. *Educação & Realidade*, 44(4), e86456. <https://doi.org/10.1590/2175-623686456>
- Melo, M. S. (2021). A organização argumentativa no aconselhamento do pastor Silas Malafaia sobre o candidato à presidência Fernando Haddad. *Matraga*, 28(52), 66-81.
- Oyěwùmí, O. (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In O. Oyěwùmí (Ed.), *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms* (pp. 1-8). CODESRIA Gender Series.
- Rezende, D. L. (2015). Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, 17, 07-27.
- Rocha, M. S. D., Roberta, K. E., & Moura, J. B. De. (2023). A Argumentação Polêmica Em Pronunciamentos Do Pastor Silas Malafaia. *VERBUM*, 12(1), 124-148.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. Moderna.

Silas Malafaia Oficial. (2024, 14 de junho). Minha História - Silas Malafaia. <https://www.silasmalafaia.com/minha-historia/>

Van Dijk, T. A. (2015). *Discurso e poder* (2ª ed., 2ª reimpressão). Contexto.

Malafaia, S. [@PastorMalafaia]. (2018a, agosto 9). *Como sempre, Marina se omite em dizer que é contra o aborto. QUE EVANGÉLICA É ESSA! Omissa! Não merece o voto dos cristãos.* [Post]. X. https://x.com/i/bookmarks?post_id=1027743994082721792

Malafaia, S. [@PastorMalafaia]. (2018a, agosto 18). *ATENÇÃO EVANGÉLICOS ! Marina Silva é mais esquerdopata do que qualquer outra coisa.* [Post]. X. https://x.com/i/bookmarks?post_id=1030655802091208705

Malafaia, S. [@PastorMalafaia]. (2021, julho 13). *Você sabe o que é ideologia de gênero? Nós, cristãos, não podemos aceitar essa estratégia que visa destruir a* [Imagem anexada]. [Post]. X. <https://x.com/PastorMalafaia/status/1414962923454279684>

O COLETIVO FILHAS DA MÃE E A ECOLOGIA DAS MÍDIAS

Cosette Castro¹

O Brasil é um país em rápido processo de envelhecimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), há 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no país, sendo 17,8% mulheres. Elas e eles representam 16% da população e até 2030, de acordo com projeção do Instituto, haverá mais pessoas idosas do que crianças no país. A projeção para 2070 é que 37,8% da população tenha mais de 60 anos. Apesar desta realidade e das projeções, o país segue fazendo de conta que é um país jovem e, mesmo que o Estatuto da Pessoa Idosa tenha completado 21 anos, até hoje não foi totalmente implementado. Tampouco há orçamento federal que contemple as necessidades das

1. Doutora em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Pesquisadora externo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
cosettecastro2012@gmail.com

pessoas idosas e os diferentes tipos de envelhecimentos existentes nos mais de 5 mil municípios do país.

Esse apagamento estrutural das pessoas idosas inclui o silenciamento do Estado e sua não corresponsabilidade na prevenção de doenças entre os 60+ no período compreendido entre os anos 2016-2022. A invisibilidade encontra eco no meio social e se reflete nos meios de comunicação impresso e digitais, principalmente em tempos muitos aparelhos tecnológicos, de conexões desiguais, pela falta de letramento digital e compreensão de textos impressos e online, e de proliferação de notícias falsas (*fake news*). Nesse sentido, o Coletivo Filhas da Mãe, grupo de apoio a mulheres que cuidam familiares com demência criado em dezembro de 2019, vem se colocando como um representante da voz de mulheres invisibilizadas no cuidado familiar, expandindo a narrativa dessas mulheres sem remuneração para outros espaços e grupos sociais.

Sobre o Etarismo

O etarismo² no Brasil está presente no cotidiano e as pessoas idosas em geral são tratadas de forma condescendente ou infantilizadas, mas se trata de um fenômeno mundial. À questão da idade e aos preconceitos relacionados, é preciso incluir outras categorias interseccionais (Crenshaw, 1989). Entre elas as questões de raça, gênero, classe social, local de moradia, nível educacional, etc, para compreender as diferentes dimensões das violências, inclusive a política. E também para

2. Também chamado de idadismo, ageismo e velhofobia. É compreendido neste texto como o preconceito, a discriminação e os estereótipos que se baseiam na idade de uma pessoa.

compreender as transversalidades com outros setores, como a economia, o meio ambiente, as tecnologias da informação e comunicação (TICs), a educação, a cultura e a saúde, entre outros.

No que diz respeito ao preconceito por idade, já em 2008, o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman afirmava que na contemporaneidade ocidental existe um fascínio pelo que é novo e descartável em detrimento ao que é considerado velho e durável. Para Goldani (2010), o envelhecimento tem sido visto na sociedade ocidental como algo ridículo, feio e assustador. E estudos da teoria das representações sociais, por exemplo, apontam que o processo de envelhecimento estaria marcado por conotações negativas relacionados à figura da pessoa idosa sozinha, doente e dependente, o que aumentaria a rejeição ao que significa a velhice (Daniel et al., 2015).

Ao lado dessa população em processo de envelhecimento, cuja expectativa de vida é de 79 anos para mulheres e 74 anos para os homens, há ainda no país outros 55 milhões de pessoas na faixa dos 50 anos ou mais (IBGE, 2023). E, junto aos dois grupos sociais etários que somam 87 milhões de pessoas, há um exército invisível e não remunerado de mulheres que cuidam seus familiares.

No Brasil, dados da pesquisa “Cuidado Verbo Transitivo” coordenada por Camarano e Pinheiro (Orgs, 2023) mostram que 86% do cuidado sem remuneração é realizado por mulheres de diferentes gerações. Em países como o Brasil, a atividade de cuidado começa ainda na infância, por volta dos nove, 10 anos, com o cuidado doméstico e cuidado de irmãos menores ou pessoas idosas. Segue pela adolescência e juventude gerando consequências na formação e qualidade de vida das novas gerações. O cuidado sem remuneração realizado pelas mulheres é

invisível e desvalorizado e não para no decorrer da vida, ultrapassando os 60 anos ou mais.

No que diz respeito às gerações mais jovens, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), 9,8 milhões de pessoas, entre 15 e 29 anos, não concluíram a educação básica e não frequentam escolas. Eles fazem parte da geração “Nem Nem”, que embora não estejam na escola e não estejam trabalhando no mercado formal, constituem um exército invisível de jovens que realizam cuidado doméstico ou familiar gratuito. Elas³ e eles sobrevivem de pequenos trabalhos informais, mas esses dados sobre cuidado gratuito ao lado da informalidade ainda não são computados nas pesquisas.

Nesta reflexão são consideradas cuidadoras sem remuneração as pessoas que cuidam gratuitamente familiares, entre eles filhos, pessoas enfermas, pessoas com deficiência (PCD), agregados (enteados e afilhados) e pessoas idosas com autonomia. As mulheres também cuidam de pessoas dependentes. Entre elas, as pessoas com doenças sem cura, como é o caso das demências, sendo o Alzheimer o tipo mais comum e o que mais atinge as mulheres⁴.

Dados os novos arranjos familiares e afetivos, as amigas e vizinhas foram incluídas nesta reflexão na categoria cuidadoras não remuneradas. Amigas e vizinhas acolhem 4,8 milhões de pessoas idosas que vivem sozinhas e sem familiar próximo no Brasil (IBGE, 2023).

3. Mais elas do que eles. As jovens representam 65% da geração Nem Nem.

4. Síndromes neurodegenerativas progressivas que tiram a autonomia física e mental e não têm cura. Segundo o Relatório Nacional Sobre Demências 2024, cerca de 2,7 milhões de pessoas já foram diagnosticadas com algum tipo de demência, mas 80% dos casos ainda esperam diagnóstico. 75% das pessoas diagnosticadas são mulheres.

Essas pessoas muitas vezes se tornam a família adotiva, ainda que em caráter informal, não sendo reconhecidas em hospitais e outros estabelecimentos como acompanhantes. Em tempos de longevidade, as pessoas que cuidam sem remuneração sofrem sobrecarga física e emocional, o que vem causando o adoecimento de mais uma geração da mesma família, ou de amigas e vizinhas. Uma das consequências em termos socioeconômicos é a sobrecarregada do Sistema Único de Saúde (SUS).

Levando em conta o processo de envelhecimento, o processo de longevidade e o aumento dos casos de demências no Brasil, em dezembro de 2019 foi criado no Distrito Federal o Coletivo Filhas da Mãe. Trata-se de uma rede de apoio a mulheres que cuidam familiares, assim como a amigas e vizinhas cuidadoras sem remuneração. O grupo aceita homens que cuidam, mas eles representam apenas 10% das pessoas envolvidas. O movimento social se tornou conhecido nacionalmente por desenvolver projetos a partir da pergunta “Quem Cuida de Quem Cuida?”, deslocando a perspectiva de cuidado focado na doença para a promoção de saúde. No decorrer de quatro anos, o grupo de acolhimento propôs pesquisas, atividades, guias para a população, políticas públicas e projetos de lei no âmbito do autocuidado e do cuidado coletivo para as pessoas que cuidam sem remuneração, incluindo em projetos de lei as pessoas que cuidam profissionalmente.

A realidade de quem cuida, por exemplo, foi estudada no “Perfil das Pessoas Idosas com Demências e Perfil dos Cuidadores no Distrito Federal” (IPEDF, 2022), que contou com a participação de 608 pessoas que cuidam, sendo 86% mulheres cuidadoras, divididas em 1. familiares, 2. particulares e 3. que trabalham em Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs). Segundo o estudo encomendado ao

IPEDF pelo Coletivo Filhas da Mãe em parceria com o Fórum Distrital da Pessoa Idosa em 2021, as mulheres cuidadoras familiares, o grupo mais representativo do estudo estão envelhecendo, adoecendo, empobrecendo e estão endividadadas. As 608 pessoas que participaram usam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste texto, leva-se em conta a centralidade do cuidado nos diferentes setores da vida social e sua transversalidade em diferentes setores, como a economia, a educação, a cultura, a saúde, a tecnologia, o mundo digital e o meio ambiente, em permanente diálogo.

Sobre a Questão do Cuidado Coletivo

Embora a noção de cuidado aqui seja pensada como um ponto estrutural da vida social, a realidade mostra que o cuidado doméstico e de pessoas é invisibilizado e, majoritariamente, sem remuneração. Por outro lado, o cuidado oferece, se pensado como política pública estruturante, a possibilidade de sair da Sociedade da Violência em que o Brasil se encontra para construir uma Sociedade do Cuidado, com apoio, políticas públicas e corresponsabilidade do Estado, interligando diferentes dimensões da vida cotidiana, entre elas o mundo digital. Não se trata de algo fácil, já que vivemos em uma Sociedade da Violência, principalmente contra as mulheres de todas as idades, entre elas as mulheres idosas. As mulheres cuidadoras familiares representam mais de 90% das pessoas que cuidam no Brasil, representando 86% trabalho gratuito, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2023).

Parte-se do princípio, como o fez Pautassi (2007), que toda pessoa tem o direito a ser cuidada, tem o direito a cuidar e tem o direito ao

autocuidado. São direitos humanos⁵. A esses três direitos fundamentais, é preciso incluir mais um, fundamental em tempos de internet e mídias sociais digitais. Trata-se do direito à informação, como um direito fundamental, estrutural e urgente diretamente relacionado a questão do cuidado.

O baixo nível de conhecimento sobre o mundo digital não está restrito a pessoas com pouca escolaridade. Ele ocorre em todas as classes sociais e as dificuldades aumentam de acordo com idade. Com isso, as notícias falsas (*fake news*, em inglês), que confundem e dispersam a população, encontram um campo fértil para se proliferar, particularmente na maior rede social digital do Brasil, o WhatsApp (Cetic.br, 2023).

Essa falta de cuidado coletivo ocorre em todos os momentos do ciclo de vida. Seja na falta de creches públicas (cuidado na primeira infância) que impedem as mães estudarem ou participarem plenamente do mercado de trabalho. Seja na falta de flexibilidade de horários para mães e pais com filhos pequenos, com filhos com deficiência ou outro tipo de necessidade especial, seja para mulheres que cuidam seus pais. Ou na falta de implementação do Estatuto da Pessoa Idosa, que fragiliza a qualidade de vida das pessoas com 60 anos ou mais.

Neste momento, é o momento de resgatar a origem latina da palavra cuidado: “cura”. Cura em um sentido mais amplo do que a questão vinculada diretamente à saúde. Cura é vista aqui em um sentido coletivo, pela possibilidade de pensar e propor desde e nas comunidades

5. Não é por acaso que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados a PEC 14/2024. Ela inclui o cuidado na Constituição Federal ao lado de direitos fundamentais, como os direitos à saúde, à moradia e à educação. Embora estejamos na segunda década do século XXI, o cuidado ainda não é reconhecido como um direito básico de brasileiras e brasileiros.

e territórios políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população em todo o seu ciclo de vida. Neste sentido, além de refletir sobre o autocuidado, essencial para a sobrevivência e para ter disponibilidade física e emocional para a vida em comunidade, é preciso resgatar a dimensão política do cuidado.

Não se trata da dimensão política partidária, mas da dimensão coletiva, de cura em comunidade, desde o território. Essa dimensão política, de convivência e respeito pela diferença, de caráter intergeracional, vem perdendo força na disputa pelo projeto de futuro que diferentes grupos querem para o Brasil. Principalmente em uma sociedade que aplaude o individualismo, a meritocracia, os corpos perfeitos e a juventude, como sinônimos de sucesso e projeto de vida.

Desde o ponto de vista do mundo do trabalho, pensar a produção do cuidado é observar o cuidado como mais do que uma simples atividade realizada no âmbito doméstico. Cuidado como produção é um trabalho não remunerado realizado majoritariamente por mulheres que são invisibilizadas, estão empobrecidas, endividadas e que, frente à sobrecarga, adoecem física e emocionalmente.

De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado em 2023, se o trabalho de cuidado não remunerado feito por mulheres fosse contabilizado, acrescentaria 13% ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O trabalho gratuito realizado pelas mulheres desde a infância e que segue após os 60 anos, beneficia municípios, estados/distrito federal e o governo federal. Eles economizam 365 dias ao ano, deixando de se responsabilizar pelo cuidado coletivo da população.

Esse exemplo vindo do Estado constitui uma violência estrutural⁶ contra as mulheres e naturaliza os demais tipos de violência. Assim sendo, enquanto não é aprovada a Política Nacional de Cuidados⁷ integrais às mulheres que cuidam, como cultivar o cuidado e estimular uma Sociedade do Cuidado, apesar das desigualdades? As redes sociais locais e os grupos de acolhimento são um primeiro e importante passo como iniciativa dos movimentos sociais para promoção de cuidado coletivo e autocuidado entre pessoas cuidadoras (com ou sem remuneração), principalmente aquelas em processo de envelhecimento, levando em conta as diretrizes da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁸. Desde dezembro de 2019 o Coletivo Filhas da Mãe está presente nas redes sociais digitais: WhatsApp, Instagram, Facebook, X, YouTube e, desde março de 2021, no jornal Correio Braziliense, no Blog Coletivo Filhas da Mãe publicado duas vezes na semana.

A Experiência do Coletivo Filhas da Mãe

O Coletivo Filhas da Mãe que atua no Distrito Federal, ao mesmo tempo em que desenvolve campanhas nacionais, começou suas atividades pouco antes da Pandemia de Covid-19, reunindo cuidadoras familiares de pessoas com demência. Mal teve tempo de criar e organizar

6. Neste texto a violência estrutural é entendida como a restrição ao acesso a direitos básicos decorrentes da estrutura do sistema econômico, social e político tornando as vítimas mais vulneráveis a dor, a fome e até a morte, perpetuando um sofrimento evitável.

7. Conheça o Projeto de Lei da Política Nacional de Cuidados. <https://drive.google.com/file/d/1y3cnJjAKdsML5Ar-C0mN55u1rhicqKp8/view>

8. Documento disponível na página da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

o primeiro bloco de carnaval do Brasil que leva para as ruas da Capital Federal temas relacionados ao envelhecimento saudável e ativo, às demências e a invisibilidade do cuidado familiar gratuito.

Foi através de atividades de arte e cultura que as pessoas que cuidam participaram durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020 de oficinas de 1. estandarte, 2.tiaras, 3.customização de camisetas, 4. samba no pé e 5. coreografia.

Foto 01

*Oficina de Estandarte e Flores de Papel
com frases sobre cuidado/2023*



Arquivo pessoal

Essas atividades gratuitas tiveram como objetivo tornar o Coletivo Filhas da Mãe conhecido dentro e fora do Distrito Federal, ocupar as ruas da Capital Federal e ampliar o público, incluindo também jovens adultos. As oficinas seguem ocorrendo anualmente, como as que aconteceram em 2023 e 2024.

Em 2020 foram realizadas duas etapas preparatórias para as atividades de rua⁹:

- 01 Esquenta Carnaval na rua no bairro Asa Sul¹⁰;
- 01 Esquenta Carnaval em Clube, no bairro Asa Sul

Dias depois ocorreu o Esquenta Carnaval¹¹ na Asa Norte seguido de desfile em forma de cortejo nas ruas do bairro Asa Norte, em parceria com o maior bloco da Saúde Mental do Distrito Federal, o Bloco do Rivotrio.

Foto 02

Cortejo nas ruas do bairro da Asa Norte



O Bloco Filhas da Mãe saiu pela primeira vez às ruas em março de 2020. Na foto durante o cortejo da Asa Norte, além das cuidadoras familiares, aparecem dois pacientes com demência em fase inicial. (Arquivo Pessoal).

9. Com o fim da pandemia essas atividades voltaram a ser realizadas.

10. Cena do Esquenta Carnaval 2020 na Asa Sul. <https://www.youtube.com/watch?v=9R4PoQdq110>

11. Cena do Esquenta Carnaval 2020 na Asa Norte. <https://www.youtube.com/watch?v=MGLERnPdq6o>

Um dos diferenciais da parceria é realizar atividades pré-carnavalescas e sair em cortejo nas ruas da cidade no primeiro sábado após o carnaval evitando que os blocos fiquem superlotados e possam assustar ou estressar as pessoas que participam. Pelo mesmo motivo são evitados carros de som e música muito alta. No decorrer das atividades há participação de artistas apoiadores e *play list* de marchinhas de carnaval tradicionais. As fanfarras de bandas de carnaval apoiadores puxam o cortejo.

Estar na rua com marchinha própria “Ninguém Solta Não de Ninguém”, composta por André Barbosa Filho, lembrando no refrão “eu te cuido, tu me cuidas. Quem haverá de cuidar? Tu não solta a minha mão, Tua mão não vou soltar” contribuiu para o Bloco de Carnaval Coletivo Filhas da Mãe ganhar visibilidade nacional e ser multiplicado através de fotos e vídeos nas redes sociais digitais. As atividades pré-carnaval mostram que, apesar dos desafios da demência, as pessoas que cuidam familiares e pessoas diagnosticadas na primeira fase, podem praticar autocuidado, e ocupar as ruas da cidade, resgatando o direito ao riso, à alegria e a brincadeira.

Com a chegada da pandemia por Covid-19, durante os anos 2020, 2021 e metade de 2022 o Coletivo Filhas da Mãe foi preciso se adaptar atuando on line incentivando a vida digital, repassando informações diárias a pessoas que, apesar de terem acesso a internet e a celulares não sabiam, como utilizar as plataformas e serviços. Através do WhatsApp informações básicas sobre uso de internet, esclarecimentos sobre a importância da vacina e como checar as informações on line foram repassadas diariamente.

Em junho de 2020 foi criada a campanha on line “Filhas da Mãe Contam Histórias”¹² para ensinar e estimular às pessoas cuidadoras a produzirem vídeos de até dois minutos no celular. A proposta do projeto, que contou com voluntárias e voluntários na fase de edição final dos vídeos, foi ampliar a visibilidade das pessoas que cuidam, majoritariamente mulheres, de diferentes idades, inclusive com 60 anos ou mais.

Dos 35 vídeos recebidos durante a realização da campanha, 33 vídeos foram enviados por mulheres de diferentes lugares do Brasil. Elas receberam informações e aprenderam como produzir conteúdos audiovisuais digitais e assinaram um termo de aceite de divulgação gratuita dos vídeos. A campanha durou 03 meses e os vídeos foram divulgados em grupos de WhatsApp, no Instagram, no Facebook e estão disponíveis no Canal do Youtube Filhas da Mãe Coletivo. A partir de 2021, a campanha “Filhas da Mãe Contam Historias” passou a ser apresentada na forma de texto e divulgada no Blog do Coletivo Filhas da Mãe no Correio Braziliense. Em 2024, os textos seguem sendo publicados. Em quatro anos, 150 pessoas de diferentes regiões do país contaram historias divididas em três categorias: alegres, tristes ou desafiadoras.

Em 2021, frente a onda de notícias falsas sobre vacinas e os baixos índices de vacinação no país, novamente o Coletivo Filhas da Mãe incentivou a produção de vídeos de 01 minuto nos celulares com a Campanha “Vacinas Já!” em defesa das vacinas e do Sistema Único de Saúde (SUS). Pessoas de diferentes regiões do país e de diferentes idades participaram do projeto e aprenderam a gravar os depoimentos.

12. Com edição final realizada pelo Coletivo Filhas da Mãe. Campanha disponível no Canal do Youtube Filhas da Mãe Coletivo. <https://www.youtube.com/watch?v=oKcIl6fMybM>

Depois das gravações e edição final, os vídeos foram postados diariamente nas redes sociais digitais do Coletivo Filhas da Mãe: grupos de WhatsApp, no Instagram, no Facebook e estão disponíveis no Canal do Youtube Filhas da Mãe Coletivo¹³.

Foto 3

Campanha 2024 para convidar as cuidadoras familiares a enviarem suas histórias



Ainda em 2021, o Coletivo Filhas da Mãe apoiou e participou da campanha mundial “Velhice Não é Doença”, com cards de apoio, lives, textos no Blog do Coletivo Filhas da Mãe no jornal Correio

13. Os depoimentos foram realizados por pessoas 60+, como no link <https://www.youtube.com/shorts/hNJanq5uAqs>, com jovens adultas. https://www.youtube.com/shorts/ctn_ffRF_E e com pessoas jovens adultas

Braziliense e nas redes sociais digitais. Nesses textos passou a discutir sobre o processo de envelhecimento que o país está vivenciando, com seus 32 milhões de pessoas idosas (IBGE, 2023), a questionar sobre o mito do país jovem e a incentivar as relações e projetos intergeracionais.

No mundo presencial, desde 2021 a rede de apoio participa anualmente da campanha mundial de conscientização sobre a violência contra as pessoas idosas, com projeções nos principais prédios públicos federais (Congresso Nacional, Biblioteca Nacional e Museu da República) e do governo distrital em Brasília (Câmara Legislativa do Distrito Federal e Palácio Buriti/Governo Distrital). A proposta do projeto, realizado em parceria com o Fórum Distrital em Defesa da Pessoa Idosa, é chamar atenção da população sobre os diferentes tipos de violência contra pessoas idosas, em especial as mulheres, as maiores vítimas da violência, de acordo com os dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em 2023.

Foto 04

Projeções no Museu da República em Brasília em 2023



Arquivo Pessoal.

Com as atividades familiares e sociais voltadas para o mundo online durante a pandemia, nos anos 2020¹⁴, 2021 e 2022 a coordenação e voluntários do Coletivo Filhas da Mãe organizaram, realizaram e apresentaram ao vivo seis (06) Saraus Virtuais de Música (brasileira), Poesia (escrita por mulheres), além de oferecer informações sobre demências e rotinas de cuidado, dando voz às cuidadoras familiares¹⁵. As poesias previamente selecionadas em cada Sarau foram de poetisas de língua portuguesa ou espanhola propostas pela equipe de organização ou por pessoas do Coletivo Filhas da Mãe.

Foto 05

IV Sarau Virtual Realizado em 2021



Na foto participantes do Brasil (DF e SP) e de Portugal. (Arquivo Pessoal).

14. Link para o II Sarau Virtual do Coletivo Filhas da Mãe: <https://www.youtube.com/watch?v=ANnrivvo3KA>
15. Cena dos Saraus Virtuais produzidos pelo Coletivo Filhas da Mãe em 2021. <https://www.youtube.com/watch?v=44UNk-HAA9A>

Dois desses Saraus Virtuais, que duravam em média 2h30, foram dedicados ao Carnaval nos anos 2021 e 2022. Antes de começar as atividades, as pessoas participantes recebiam informações sobre como utilizar e participar de salas virtuais.

Participaram dos Saraus Virtuais voluntários da área da saúde, músicos e poetisas do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Distrito Federal, no Brasil, e também de Portugal e Espanha. Cada Sarau Virtual envolvia em média, oito a 10 voluntários na produção e edição do Sarau e também os convidados voluntários. Cerca de 300 pessoas em média assistiram cada Sarau Virtual no decorrer das semanas de sua apresentação¹⁶.

Ainda no período pandêmico, o Coletivo Filhas da Mãe realizou Rodas de Conversas virtuais mensais, com 1h30 de duração, coordenadas por uma cuidadora familiar e/ou uma profissional da saúde. Tratava-se de um espaço seguro, não gravado, onde as mulheres participantes podiam contar seus medos e dificuldades no cuidado familiar, sem receio que a informação saísse da sala virtual. O sofrimento mental foi um dos temas recorrentes, assim como dúvidas sobre as fases das demências e cuidados relacionados a cada etapa. Entre 2020 e 2023 foram realizadas 48 Rodas de conversa, onde as participantes aprenderam a parte técnica, sobre como participar e conviver em uma sala virtual, e também a praticar a escuta atenta sobre as dores e problemas de outras mulheres. Ao todo, foram 72 horas de conversa e escuta ativa on line.

A partir de 2021, a coordenação do Coletivo começou um novo projeto no mundo digital, desta vez com a participação semanal no

16. Os Saraus Virtuais estão disponíveis no Canal do Youtube Filhas da Mãe Coletivo.

Jornal Correio Braziliense através do Blog Coletivo Filhas da Mãe. O Blog, mais em espaço de expressão no mundo virtual, amplia o contato com as pessoas que cuidam familiares, com pesquisadoras e pesquisadores, instituições públicas e movimentos sociais, entre outros grupos. Entre março de 2021 e setembro de 2024 foram publicados 388 artigos semanais.

Desde 2021 Blog¹⁷ abre as portas mensalmente para convidadas e convidados de todo país para refletir

1. sobre cuidado e autocuidado,
2. sobre envelhecimento ativo e saudável, respeitando as diferentes velhices, experiências e corpos,
3. sobre demências,
4. sobre inclusão social e digital e
5. sobre políticas públicas.

E, como apontado anteriormente, abre as portas do Blog para que cuidadoras familiares contem suas histórias.

Em dezembro de 2022, a coordenação do Coletivo Filhas da Mãe lançou uma Coletânea, em parceria com o Portal Edições, com os melhores artigos publicados no Blog, criando mais um espaço de divulgação, possibilitando que os textos saíssem do mundo virtual para o mundo impresso.

Um dos aprendizados mais significativos desse período vivendo e sobrevivendo no mundo virtual foi a importância das atividades em

17. Link para o Blog: <https://blogs.correio braziliense.com.br/coletivo-filhas-da-mae/>

rede e a realização de parcerias nas diferentes regiões do país e também no exterior, tendo em vista o bem comum, a circulação de informações sobre demências e prevenção de doenças, assim como a promoção da saúde e a solidariedade.

Para Finalizar

Desde os estudos de comunicação e da ecologia das mídias, esse sistema complexo que vem analisando desde uma análise interdisciplinar as mudanças que as mídias vêm passando, o Coletivo Filhas da Mãe incluiu o direito à informação como essencial para a construção de uma Sociedade do Cuidado. Uma sociedade a ser desenvolvida desde uma perspectiva interdisciplinar, intergeracional e transversal sobre o cuidado que inclui equidade de gênero, raça, idade, igualdade social, cuidado com meio ambiente e corresponsabilidade na divisão das atividades do cuidado. Desde esse ponto de vista, o cuidado sem remuneração é considerado trabalho, como propõe o projeto de lei da Política Nacional de Cuidados recentemente encaminhada ao Congresso Nacional e é corresponsabilidade de todos: homens, família, empresas, sociedade e, principalmente do Estado.

Este estudo situado na quarta onda do feminismo, selecionou projetos de ativismo digital desenvolvido pelo Coletivo, também conhecido como ciberfeminismo. Levamos em conta que o conjunto de seus projetos e ações possibilitou ao Coletivo Filhas da Mãe receber em 2023 com o prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos no âmbito regional por suas ações no âmbito virtual e presencial em prol da saúde física e mental das pessoas que cuidam, no incentivo ao envelhecimento

saudável e ativo e no estímulo a uma Sociedade do Cuidado que promova as relações intergeracionais e o fim das desigualdades.

Referências

Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria*. Jorge Zahar.

Camarano, A. A., & Pinheiro, L. (Orgs), (2023). *Cuidar Verbo Transitivo*. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11842/35/Cuidar_Verbo_Transitivo_Book.pdf

Cetic.br. *TIC Domicílios 2023 – Indivíduos 2023*, 09 de novembro). <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/individuos/J5/>

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1(8), 1-8. <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>

Daniel, F., Antunes, A., & Amaral, I. (2015). Representações sociais da velhice. *Análise Psicológica*, 33(3), 291-301. <https://doi.org/10.14417/ap.972>

FGV IBRE. (2023, 10 de novembro). *Quanto Vale o Amor Materno? Apenas Abraços e Beijos?* <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quanto-vale-o-amor-materno-apenas-abracos-e-beijos>

Goldani, A. M. (2010). *Desafios do “preconceito etário” no Brasil*. *Educação e Sociedade*, 31(111), 411-434. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200007>

- IBGE. (2023, 20 de outubro). *Síntese dos Indicadores Sociais do Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>
- INEP. (2024, 14 de julho). *Censo Escolar 2023*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-apresentam-dados-do-censo-escolar-2023>
- IPE-DF. (2022, 30 de junho). *Perfil da Pessoa Idosa com Demência e o Perfil de Cuidadores no Distrito Federal*. <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/RELATO%CC%81RÍO-PERFIL-DOS-CUIDADORES-E-DE-PESSOAS-IDOSAS-COM-DEME%CC%82NCIA.pdf>
- OPAS. (2022, 10 de dezembro). *Década do Envelhecimento Saudável*. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52902>
- Pautassi, L. (2007). *El cuidado como cuestión social desde o enfoque de derechos*. CEPAL.

DA MÍDIA POPULAR À MÍDIA MASSIVA: A CUNHÃ PORANGA COMO FIGURA DO EMPODERAMENTO FEMININO

Onan Ferreira da Silva¹
Maria Cristina Gobbi²

Se por uma perspectiva os estudos sobre indústria cultural foram protagonizados pela Escola de Frankfurt, por meio de pensadores como Theodor Adorno e Max Horkheimer, pelos idos da década de 1940, cujos conceitos serviram de base para a teoria crítica da sociedade capitalista (Adorno, 1986). Por outro, refletindo hoje, na segunda década do século XXI, sobre a presença dos meios de comunicação e de uma parcela da população que não tem acesso a eles, como as informações chegam à casa dessas pessoas? E quem não tem acesso a uma televisão?

-
1. Mestrando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). onan-ferreira.silva@unesp.br
 2. Bolsista de Produtividade do CNPq. Pesquisadora Livre-Docente pela UNESP. Bolsista Fapesp (Processo 2022/08397-6). Professora Associada da FAAC-Unesp. Orientadora do projeto de mestrado. cristina.gobbi@unesp.br

A internet num mundo contemporâneo? Pois bem, a cultura popular, que pode ser definida como um conjunto de costumes, tradições e manifestações (dança, festa, literatura, música, arte, folclore etc.) específicas de uma região ou país, produzidas e protagonizadas pelo povo, têm um papel essencial na divulgação de informações para a promoção de debates na sociedade. É também por meio de manifestações populares que as classes subalternas pautam suas ideias e discutem assuntos desde a mesa do almoço à conversa na praça.

Desta forma, este texto tem como objetivo apresentar a figura da Cunhã Poranga presente no festival do Boi Bumbá de Parintins como ferramenta de comunicação e de estudo do empoderamento feminino. A problemática tem como foco: Como essa figura feminina tomou rumos jamais esperados após o desenvolvimento de uma brincadeira de rua que atualmente se transformou em um dos espetáculos mais prestigiados do mundo? Dois pontos merecem destaques. O primeiro faz referência ao cenário dos estudos sobre os processos de comunicação na América Latina no contexto do protagonismo das mulheres e do quanto tem sido sistematicamente invisibilizado. “As contribuições das mulheres para os estudos comunicativos latino-americanos, além de pouco estudadas, referenciadas e significativamente fragmentadas, estão diluídas em temas e/ou períodos específicos” (Gobbi, 2023, p. 167).

O outro é o Festival de Parintins. Uma festa popular brasileira. Criada em 1965 o festival é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é celebrado anualmente no Amazonas, região Norte do Brasil, mais especificamente na cidade de Parintins. Como afirma Cavalcante (2000, p. 25), o festival “alcançou nos últimos anos dimensões massivas,

conjugando, de modo inesperado e criativo, padrões e temas culturais tradicionais a procedimentos e abordagens modernizantes”, atraindo milhares de pessoas de diversas partes do país e do exterior.

Tendo o entendimento que a Cunhã Poranga é um item julgado dentro do espetáculo do boi bumbá, durante o Festival, esta figura tem como critérios de avaliação: performance e indumentária, habilidade e consciência dos movimentos durante apresentação, domínio e expressão corporal, percepção e domínio do espaço cênico.

A expressão indígena ‘Cunhã Poranga’ significa na língua Tupi Guarany: mulher bonita. Vale salientar que esta figura não existia na brincadeira dos bois até o ano de 1988. Este termo substituiu a Miss do Boi, no qual era um item feminino, mas que não correspondia ao cenário e nem aos discursos do boi bumbá de Parintins.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo, por meio do acompanhamento de diversas edições da festa, foi possível reunir informações para a discussão desse estudo. Apresentaremos a cidade de Parintins, o desenvolvimento do festival desde a brincadeira de rua ao grande evento realizado na arena do bumbódromo, a inserção da figura da Cunhã Poranga e toda sua colaboração para além da mídia popular e suas interações na mídia massiva podendo ser apontado como um sujeito utilizado na colaboração para o empoderamento feminino.

Parintins e o Festival

Parintins é um dos municípios do estado do Amazonas, localizado na ilha Tupinambarana, próximo à fronteira com o Pará. É uma cidade pequena, que forma a região conhecida como médio Rio Amazonas. O município está a 369 km da capital, Manaus. A população é estimada

com pouco mais de 96.000 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022.

O acesso a cidade, saindo da capital do Estado, somente é possível por meio aéreo, com uma viagem que dura em torno de 55 minutos, ou fluvial, com duração de 16 a 19 horas descendo o Rio Amazonas. A cidade de Parintins é considerada a segunda mais populosa do Estado, e possui uma rica cultura. É conhecida pelo festival dos bois-bumbás ou o Festival Folclórico de Parintins, evento este que é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Festival Folclórico de Parintins no ano de 2024 realizou a sua 57ª edição. O evento é o duelo entre os bois Caprichoso, representado pelas cores azul e branco, e o boi Garantido representado pelas cores vermelho e branco. Os bois-bumbás realizam espetáculos teatrais na arena do bumbódromo, espaço criado no ano de 1988, denominado com referência aos respectivos bumbás.

O Bumbá de Parintins é um processo ritual amplo, articulando diferentes níveis e dimensões de cultura e acompanhando no tempo o movimento da sociedade que o promove. Formas artísticas, grupos e camadas sociais diferenciados nele interagem. É mais um dos fascinantes lugares de tensa e intensa troca cultural, tão característicos da cultura brasileira. (Cavalcanti, 2000, p. 1020)

Antes da festividade se tornar ponto central da economia de Parintins e uma das maiores manifestações culturais do país, a origem do evento se limitava as ruas da antiga e pacata cidade. A brincadeira do boi-bumbá tem para mais de cem anos, com a realização das saídas nas ruas. Estas saídas são resultado das promessas dos fundadores dos bois-bumbás.

Esses cortejos por sua vez, são marcados pela encenação de um Auto do Boi, uma brincadeira que teatraliza a “morte e ressurreição” do animal.

O tema da morte e ressurreição do bem precioso sugere o núcleo de um enredo dramático assim explicitado: era uma vez um precioso boi que um rico fazendeiro deu de presente a sua filha querida, entregando-o aos cuidados de um vaqueiro de confiança (Pai Francisco, representado como um negro). Pai Francisco, entretanto, mata o boi para satisfazer o desejo de sua mulher grávida (Mãe Catirina). O fazendeiro percebe a falta do boi e manda o vaqueiro chefe investigar o ocorrido. O crime é descoberto e, depois de alguns percalços, chamam-se os indígenas para ajudar na captura de Pai Francisco. Trazido à presença do fazendeiro, ele é ameaçado de punição. Desesperado, ele tenta, e ao final consegue ressuscitar o boi, com o auxílio de personagens que variam: o médico (e/ou) o padre (e/ou) o pajé. (Cavalcanti, 2000, p. 1023)

Como discorre Maria Celeste Cardoso (2013), a história central baseia-se na mesma dos autos antigos, porém, há diferenças marcantes que demonstram as mudanças ocorridas com acréscimos de elementos amazônicos, principalmente a inclusão do caboclo, a maior participação dos indígenas e o aparecimento do pajé. O que na versão original, o boi é ressuscitado pelos médicos. Na brincadeira do boi-bumbá, quem ressuscita o boi é o pajé.

Ou seja, no Auto do Boi de Parintins, nota-se uma particularidade. Em Parintins, houve a inserção de uma figura bastante presente no contexto amazônico, o indígena. E com o passar dos anos a brincadeira de ruas da cidade foi apropriando discursos e utilizando dos cenários para além de um simples auto do boi. Com este Auto do Boi, podemos observar a tríade cultural do branco, negro e o próprio indígena, o qual se tornou base dos diálogos para a recriação anual da festa.

No ano de 1965, com a colaboração da Juventude Alegre Católica (JAC), organizaram a brincadeira de rua para que tomasse formato de festival. Coincidentemente com a construção da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, surgiu a ideia de preparar uma quermesse com o objetivo de angariar recursos para a diocese com a finalidade de construir um novo prédio da igreja. O evento contava com as apresentações de quadrilhas, pássaros e encerravam com os bois-bumbás. Com a aprovação da festa, assim começou a disputa dos bois e, conseqüentemente, o gosto da torcida do público, seja Garantido ou Caprichoso.

Com o crescimento dessa disputa, houve a necessidade de criar um espaço para a realização do evento que atendesse a expectativa tanto do público que havia aumentado, quanto para a mobilização cênica, coreográfica e alegórica que o espetáculo dos bois organizava. Então no ano de 1988, o bumbódromo era inaugurado pelo governador da época, Amazonino Mendes. Nesse momento a cultura folclórica do boi foi se caracterizando, aos poucos, como um misto de cultura popular e cultura de massa.

Nesse contexto, podemos afirmar que os bois-bumbás parintinenses ingressaram no mercado imitando personagens do cinema norte-americano, da tourada espanhola, do Carnaval carioca ou dos concursos de beleza feminina da TV. O exemplo que lhes custa mais caro é o da criação das tribos de tontos, dos filmes caubóis dos estúdios de Hollywood, que se misturavam aos elementos do imaginário dos migrantes nordestinos, dos caboclo-ribeirinhos e dos indígenas amazônicos. (Nogueira, 2013, pp. 16-17)

Em uma análise do Festival Folclórico de Parintins, nos últimos anos, é perceptível notar que as apresentações acompanham as mudanças e formatos de exibições, transformações nos espaços sociais da cidade

e as diversas formas de experimentação. Isto nos leva a refletir sobre as demandas sociais que, de alguma forma, reverberam nos meios massivos, e que por meio da cultura popular essa discussão é utilizada como dispositivo do folclore e chega ao público. São assuntos como: a preservação do meio ambiente, direitos dos povos originários, racismo, homofobia, machismo, feminismos, intolerância religiosa, enfim, diversos diálogos que a festa propõe abordar por meio da arte.

Pautas sociais que produzidas e protagonizadas pelo povo, têm um papel essencial na divulgação de informações para a promoção de debates na sociedade. É também por meio de manifestações populares que as classes subalternas pautam suas ideias e discutem assuntos desde a mesa do almoço à conversa na praça. E no meio dessa “brincadeira” alguns personagens ganham visibilidade, aparecem mais no espetáculo e se tornam influência com capacidade de conduzir de alguma forma debates importantes levantados por classes marginalizadas. Como por exemplo, a figura da cunhã poranga, objeto de estudo desta pesquisa.

Na atualidade a figura da Cunhã Poranga carrega uma responsabilidade para além da arena do bumbódromo, consigo estão aspectos nos quais englobam a consciência acerca da luta pelos direitos das mulheres. No cenário político observamos a condição do empoderamento feminino, a indígena mulher destaca-se à frente da sua época, evidenciando um caminho as demais mulheres na luta contra o machismo que impera na sociedade atual. Com isso, dentro de uma manifestação da cultura popular a figura da Cunhã Poranga se torna uma das principais representantes desse legado.

A brincadeira de boi-bumbá e a inserção da Cunhã Poranga

Como já mencionamos a brincadeira do boi-bumbá tem sua origem nas ruas da cidade de Parintins. De acordo com os relatos escritos em livros em relação aos primeiros passos dos bois na cidade, esses cortejos eram feitos ainda de forma muito precária, com falta de energia elétrica e sem aportes eletrônicos, os bois faziam seus percursos a luz das porongas (espécie de vela utilizada nos interiores do Amazonas) e ao toque de tambores. Ao som das toadas de desafios (toada é o ritmo musical do boi-bumbá) os brincantes dançavam nesses cortejos, e por vezes, acabavam em brigas.

No ano de 1988, com a inauguração de um espaço para realização da festa dos bois-bumbás, a arena passa a se chamar de Bumbódromo. Segundo Wilson Nogueira (2014), com o bumbódromo o festival apresenta um novo momento, a ideia de uma certa “racionalização”, um aprofundamento para a concretização dos espetáculos, e assim pôr em sintonia com as exigências da indústria do entretenimento.

A festa passou por certas modificações até chegar na estrutura que possui nos dias de hoje, como por exemplo, a inserção das mulheres como itens. Nos primeiros momentos da brincadeira, justamente pelas constantes brigas que aconteciam, a mulher era proibida de participar, pois o ambiente que se tinha era de certa forma agressivo para um elemento de aparência frágil.

Essa mulher do período da festa de rua ficava apenas a acompanhar o caminho que o boi fazia de um lugar da cidade até a casa de alguém que o convidasse, e lá eram feitos os momentos de cantigas e brincadeiras, até esse momento a mulher é uma brincante oculta, invisível e de presença incômoda, e que tinha

como função apenas cozinhar para os brincantes ou desfilas sem muita visibilidade nesse momento. (Silva, 2019, p. 10)

Ao longo do tempo, a mulher foi adquirindo espaço. E então, passaram a participar ativamente da disputa do festival realizadas nos tablados. E desta vez, como integrantes e componentes, ou seja, concorrendo nas avaliações durante as apresentações dos bois. O item Cunhã Poranga foi uma proposta feita pela folclorista Odinéia Andrade, na época membro do Conselho de Artes do boi Caprichoso em meados dos anos 90. Não se tratava inicialmente de um novo item, mas a substituição de uma figura já existente chamada Miss do Boi,

nem sempre esta mulher que participava tinha os traços que se assemelhavam com as indígenas. No ano de 1999 foi estabelecido por acordo com a Comissão de Arte do Bumbá Garantido e Conselho de Arte do Caprichoso, que fariam a mudança na nomenclatura, pois antes a moça era chamada de miss do boi, sendo então substituído pelo personagem Cunhã Poranga. Essas modificações foram justificadas para adequação ao Festival à perspectiva do discurso regional, pois o contexto amazônico era explorado nas temáticas e a referência de cultura indígena do evento e também objetivando no impacto da criação desta personagem para o Festival (Santos, 2022, p. 18)

Notamos que a figura da Cunhã Poranga entra em cena na reconfiguração da miss do boi, item feminino que evidencia a beleza da mulher e sua expressão corporal dentre os povos originários. Ou seja, sua participação no evento se distinguiria pela dança empolgante com alusão aos traços marcados da mulher indígena dentro da festa, pois no festival não havia mais lugar para personagens que não eram condizentes com o caráter regional que foi adotado pelos bois-bumbás.

Para Ana Lúcia Santos (2022) a representatividade ganhou espaço importante dentro do espetáculo em virtude da atenção direcionada ao papel e a exigência da estética atribuída ao modelo do espetáculo contemporâneo. Em outras palavras, com as normas definidas e afinadas com os discursos do festival, a inserção da mulher que representaria a figura da Cunhã Poranga no folguedo de Parintins auxiliou no resgate da herança dos povos tradicionais amazônicos, exaltou costumes e crenças. Fazendo assim despertar um sentimento de pertencimento, de nativista, por vezes negado, em decorrência de uma visão preconceituosa a respeito dos indígenas

A representação da Cunhã Poranga ainda por volta dos anos 1990 e 2000 era de uma visão sexualizada como forma de atração para a festa do boi-bumbá. Na década de 90, já explodia no país os grupos de swings/axémusic que tinham dançarinas que também eram expostas como se estivessem numa vitrine no mercado. A imagem da mulher nesse momento não era visualizada apenas para embelezar a festa, mas como parte de um “comércio”, uma vitrine viva.

A Cunhã Poranga: da mídia popular à mídia massiva

Dentro do espetáculo, a apresentação da Cunhã Poranga se transformou num capítulo à parte, tanto por conta da sua performance, beleza, sensualidade, garra e coragem de “indígena guerreira”, quanto pela sua destreza, sedução no olhar e ousadia para se arriscar em alegorias gigantescas, sendo levantada a metros de altura na arena do bumbódromo.

No contexto do festival ela representa uma indígena guerreira, mas essa mulher quando analisada dentro de um contexto social,

idealizada como a moça mais bonita da ilha, desperta nas outras a vontade de ser igual. Prova disso é a quantidade de moças que se inscrevem nas disputas para a escolha do item. Também na atualidade, com o advento da internet, a mulher que chega ao cargo, e neste contexto é possível afirmar que a Cunhã Poranga passa a ter a visibilidade para além da arena do bumbódromo. Nas redes sociais, o item passa a ter admiradores que acompanham sua rotina pessoal e profissional.

Com os noticiários mostrando a Marcha das Mulheres Indígenas, a pauta indígena a respeito de territórios, saúde e direitos, se tornou importante dentro do contexto social e cultural. O festival acompanhou essa mobilização a favor da luta das mulheres, que se estende por mais de anos. A conquista das mulheres de espaços políticos no Brasil também reflete na imagem da Cunhã Poranga dentro do folguedo, como afirma Maysa Oliveira (2023). Para o autor,

Nunca antes na história a pauta indígena esteve em tanta evidência no Brasil, associada à pauta climática e ambiental e com lideranças femininas indígenas compondo espaços estratégicos nas mais esferas de poder. Como exemplos, o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, liderado pela Ministra Sônia Bone Guajajara, uma mulher indígena; a presidência da Fundação Nacional Indígena ocupada, pela primeira vez na história, por uma mulher indígena, Joênia Wapichana; e no Congresso Nacional, a Deputada Federal Célia Xakriabá, uma mulher indígena representando uma “Bancada do Cocar”. (Oliveira, 2023, p. 17)

Nota-se que nas últimas dez edições do Festival de Parintins, o item Cunhã Poranga vem ganhando visibilidade para além da arena do bumbódromo. Acompanhando as pautas sociais veiculadas pelas grandes mídias, a festa levantou uma bandeira de grande repercussão

como, por exemplo, a Marcha de Indígenas Mulheres. Uma mobilização que desde o ano de 2019 vêm lutando para a promoção da igualdade de gênero, a defesa dos direitos das mulheres e a preservação das culturas indígenas, entre outras.

Na história dos povos indígenas sempre houve a importante participação das mulheres. E no movimento indígena também. Por isso é fundamental reconhecer que a luta destas mulheres por respeito e dignidade nas relações de gênero deve ser entendida como uma contribuição ao movimento, pois para descolonizar é necessário romper com toda situação de violência e injustiça contra mulheres. Refletimos em nossos encontros como as mulheres estão situadas no caminhar do movimento indígena e como vamos romper com a cultura da colonização presente até hoje em nossas terras (Ramos & Silva, 2019, p. 9)

Esta mobilização política apoiada ao discurso artístico cultural do boi-bumbá de Parintins, põe em evidência a representação da indígena mulher que se faz presente em um local onde sempre a mulher esteve, mas que não havia o reconhecimento como uma figura importante da festa. Com o crescimento do Festival Folclórico de Parintins, a mulher se torna visível e hoje é um item de avaliação indispensável para o evento. De acordo com Luísa Silva (2019), a mulher passa a fazer parte da atividade, como um item cultural indispensável. Sendo externado para todos na figura do que ela representa no festival, que vai desde a ajuda na divulgação de vários setores que contribuem para a renda da cidade, como também pode se apropriar de discursos para “levantar bandeiras” das pautas da realidade social.

Por conta dessa ligação discurso e realidade natural fica o questionamento sobre essa representação que vai além do espaço

do bumbódromo, mas que torna-se realidade de vida dessas mulheres intituladoas itens, a transformação a qual ela passa pra ocupar tal posto, torna o discurso de mulher bela como discurso de uma mulher cuja realidade é especificamente essa, não se levando em consideração o discurso oculto de ser humano que cumpre as exigências midiáticas para se manter ideal em um determinado espaço. (Silva, 2019, p. 13)

Nos cargos de Cunhã Poranga atualmente no festival temos, pelo boi Garantido, Isabelle Nogueira, e pelo boi Caprichoso, Marciele Albuquerque. A imagem que a figura da Cunhã Poranga transmite atualmente é a representação da mulher indígena como resistência viva. Da mitologia à realidade, a capacidade de guerrear, ser animal e flor ao mesmo tempo transcende as gerações, seja na luta a favor dos territórios indígenas, pela floresta, família ou mesmo trabalho.

Com toda a ideia de empoderamento feminino atual, a mulher indígena se destaca à frente da sua época, levando para as demais mulheres o caminho a ser seguido contra o machismo que ainda impera na sociedade. E o item Cunhã Poranga se apresenta como um dos principais vetores desse legado.

Marciele Albuquerque Cunhã Poranga do boi Caprichoso é uma indígena do povo Munduruku, de 30 anos, nascida na cidade de Juruti, interior do Pará. A Cunhã é formada em Administração, e participa como ativista de ações que debatem fome, mudanças climáticas e o futuro da Amazônia em vários lugares do mundo. Em sua rede social, Instagram, possui mais de 700 mil seguidores, onde compartilha seu dia a dia, sendo momentos com a natureza e hábitos do seu povo e da região amazônica temas sempre presentes em suas postagens. Como ativista, em outubro de 2023, esteve em Roma, na Itália, participando da

Conferência da Juventude pelo Clima, evento promovido pelo Fórum Mundial de Alimento (FAO).

Isabelle Nogueira Cunha Poranga do boi Garantido, tem 31 anos, nascida na capital Manaus, Amazonas. Sua formação é em Letras, especialização em Espanhol. Trabalha como dançarina e influenciadora digital. A item no ano de 2024 participou de um *reality show* de grande audiência do Brasil, o “Big Brother Brasil”. Com toda a visibilidade que a Cunha possui sendo parte do Festival de Parintins e somados a grande repercussão que foi sua trajetória no BBB, já foi convidada várias vezes para diálogos sobre a Amazônia, bem como participar de vídeos sobre as questões climáticas etc. Em setembro de 2024, esteve em Nova York, nos Estados Unidos, discursando sobre a Amazônia na Semana do Clima. No seu Instagram possui mais de 6 milhões de seguidores, e compartilha sua vida pessoal, sua agenda pós-BBB e seus projetos a respeito da Amazônia.

Enfatizando um ponto importante, a mulher que passou a ter o aspecto de beleza, força, sedução obtidos para a comercialização do festival, não fica somente no discurso da arena. Não basta apenas ter beleza e afins. Assim como no bumbódromo, as atividades cotidianas e sociais também trazem uma contribuição social enorme. Sua visibilidade reforça a importância do debate a respeito das questões de gênero, violências, pautas ambientais, atenção sobre os territórios, entre outras. Cria-se a possibilidade de torná-la, a partir desta função, uma ferramenta para politização de discursos que vêm sendo trabalhadas por mulheres indígenas nas bancadas políticas e em movimentos como a Marcha de Mulheres Indígenas. Como nos mostra Gobbi (2023), estamos falando

da arte e da cultura como dispositivo político, para reivindicação, de ação, de comunicação e de conhecimentos. E Silva (2019), reforça que:

Ao ser produzido um discurso no qual a mulher representa uma imagem de beleza, e que de certa forma apresenta uma imagem desnuda possibilita que muitos olhares em sua maioria sejam voltados para ela, o que fica implícito nesse discurso é que ao se informar isso, ignora-se a possibilidade de existência de assim como admiração, uma ideia de comercialização do corpo, fica então deste ponto um questionamento ao ser discutido, que corresponde a qual ideia tem-se de representação, uma mulher que representa um todo, ou só a personagem dentro do espetáculo? E como isso tem refletido na sociedade. (Silva, 2019, p. 15)

E o Festival Folclórico de Parintins, com toda sua relevância tanto para a cultura popular quanto para a promoção de debates, chega ao ápice com a possibilidade de realinhar causas como a luta dos povos originários, e reverenciar atores e atrizes sociais presentes na brincadeira do boi-bumbá, mas que, ao longo das edições, estavam invisibilizados e em segundo plano. A figura da Cunhã Poranga, possibilita discussões importantes trazendo pontos de interesse da mídia massiva. Como diz Maysa Oliveira (2023), há muitas mulheres indígenas, e nesse estudo temos a figura de Marciele Albuquerque, do povo Munduruku, que tem atuação significativa. Isabelle Nogueira também, apesar de não ser uma nativa. Ambas vêm tecendo, por meio de suas vozes e da cultura transmitida, redes comunicativas horizontais de resistência, e isso gera impacto na participação e representação política, construindo pontes de diálogos dos povos originários com a sociedade brasileira e internacional e, reforçando a importância dos espaços de divulgação, mas principalmente possibilitando um conhecimento mais amplificado

e esclarecido sobre essa parte da população brasileira, que mesmo a partir dos esforços, continua ainda invisibilizada.

Então, por meio da cultura popular, e refere-se aqui o boi-bumbá na representatividade da Cunhã Poranga, existe esse processo comunicativo, no qual por meio de sua dança, encenação, e discursos funcionam como ponte de comunicação com o público. Cristina Gobbi (2023) afirma que as manifestações da cultura, tornam-se meios importantes na construção dos processos comunicativos, de acordo com a autora, a incorporação de atributos que possibilitam demonstrar as composições locais, participativas e interativas, nos múltiplos cenários globalizados.

Na apresentação de uma Cunhã Poranga, não se mostra apenas a beleza, seus passos marcados e uma mulher guerreira. Existe nesta manifestação cultural toda uma ancestralidade, costumes, falas e posicionamentos que estão além de uma festa. É um momento no qual, dentro da arena do bumbódromo, o esforço aparece manifesto, igualmente, na preocupação com notas dos jurados para tornar seu bumbá campeão. Mas que com o uso das tecnologias por meio de, por exemplo, sua rede social intensifica e amplifica o discurso de pertencimento de uma Amazônia pouco conhecida e protegida, mas muito esquecida, explorada e deturpada nos livros de história. E neste sentido, como afirma Gobbi (2023, p. 169),

Na atualidade, evidenciam-se ações e formas de apropriações da cultura popular pelos meios de comunicação massivos, nem sempre perceptíveis aos menos atentos. São costumes, credos, ritmos, cores, sabores e outras formas de participação social, presentes em manifestações culturais diversas e que repercutem intensamente nas camadas mais populares.

E para a autora (2023) a presença feminina contribui para reforço dos laços identitários e sociais da comunidade, estendendo-se a observar os processos de comunicação estabelecidos a partir das demandas sociais. Ou seja, como já foi mencionada anteriormente, quando os meios massivos noticiam pautas importantes e atuais, como no caso a questão do território indígena, problemas ambientais, direitos dos povos originários, feminismos etc., reverberam nas manifestações populares e resultam na fácil absorção ao conhecimento do público. Assim também, como discursos apresentados nas mídias populares são apresentados e debatidos nas mídias massivas.

Considerações Finais

Com o intuito de apresentar a figura da Cunhã Poranga presente no festival do Boi Bumbá de Parintins como ferramenta de comunicação e de estudo do empoderamento feminino, esta pesquisa a partir de levantamentos bibliográficos e da pesquisa de campo, no acompanhamento de diversas edições da festa, pode-se articular uma linha do tempo da brincadeira de bois nas ruas. Do mesmo modo, a inserção da mulher como item Cunhã Poranga na festa e sua colaboração para além da arena do bumbódromo, como na promoção de debates sobre gênero, ancestralidade, preservação ambiental e outras questões sociais.

Houve a possibilidade de trazer uma figura da festa que ao longo da brincadeira era invisibilizada, e que por muito tempo também utilizado para atender as expectativas da Indústria Cultural. Atualmente esse item vem colaborando com conhecimento sobre os povos originários representados na figura do item e nas formas e costumes evidenciados durante sua apresentação, e tem influenciado outras mulheres - fora da

cultura dos povos originários – a evidenciem sua cultura, seus costumes e seus territórios em espaços amplos e diversos para e na sociedade.

A presença marcante de mulheres no discurso do festival em Parintins reforça a visibilidade, a força e o papel importante que há muito tempo as mulheres indígenas vem realizando. Da luta incessante pelo direito as terras e à vida, de resistência para existir, mesmo com as dificuldades que enfrentam e também em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos etc.

Como foi possível observar a mulher sempre se fez presente na festa, mas não tinha visibilidade e reconhecimento. E, por sua vez, essa “invisibilidade” sempre foi propagada pelo olhar colonizador, se fazendo presente nas salas de aula, que não mostravam esse lugar da cultura indígena, da mulher, dos povos originários e de sua cultura, que existem muito antes da chegada dos portugueses e espanhóis em terras latino-americanas.

Podemos mostrar também que por meio da cultura a figura da Cunhã Poranga, criada dentro de uma manifestação popular, evoluiu não somente para a inserção feminina, mas também nas pautas, nos discursos, reflexões e debates, replicando e ecoando nas classes subalternas aonde o acesso da grande mídia não chega. É nesta perspectiva que a presente pesquisa caminha trazendo a representatividade da mulher no contexto cultural de uma cidade do interior do Amazonas, podendo tornar a interação de politização de temas confrontando discursos preconceituosos – colonialistas, no qual se utiliza do povo para torná-los plurais e massificados.

A mulher com a visibilidade no item “Cunhã Poranga” assume também o compromisso e a responsabilidade com as demais mulheres

na sociedade. O prestígio que as mesmas têm, as coloca num lugar onde seu posicionamento é relevante dentro da comunidade. Assim, podemos dizer que a figura da Cunhã Poranga da mídia popular à mídia massiva contribui no cenário atual para o empoderamento feminino, na resiliência de uma sociedade mais justa e plural.

Referências

Adorno, T. W. (1986). Indústria cultural e sociedade. In G. Cohn (Org.), *Theodor W. Adorno. Sociologia*. Ática.

Cardoso, M. C. D. S. (2013). *Cancioneiro das toadas do boi-bumbá de Parintins*. Editora UEA.

Cavalcanti, M. L. V. de C. (2000). O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, VI(suplemento), 1019-1046.

Gobbi, M. C. (2023). Mulheres comunicativo-midiáticas na América Latina. Produção de conhecimento. In M. C. Gobbi, O. de Moraes, R. M. A. Simões (Coords.), *Reflexões midiáticas* (p. 167). Ria Editorial. <https://www.riaeditorial.com/livro/reflexoes-midiaticas>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Gov.br - População Parintins, 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/panorama>

Nogueira, W. D. S. (2013). *A espetacularização do imaginário amazônico no boi-bumbá de Parintins*. Editora UFAM.

Nogueira, W. D. S. (2014). *Boi – Bumbá – Imaginário e espetáculo na Amazônia*. Valer Editora

Oliveira, M. L. (2023). Protagonismo feminino e etnomídia indígena no Brasil. Produção de conhecimento. In M. C. Gobbi, O. de Moraes, R. M.A. Simões (Coords.), *Reflexões midiáticas* (p. 167). Ria Editorial. <https://www.riaeditorial.com/livro/reflexoes-midiaticas>

Ramos, E. U., & Silva, F. B. (2019). O movimento das mulheres indígenas em Pernambuco. In C. L. Mendonça, & M. Schillaci (Coords.), *Mulheres Indígenas da Tradição*. <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf>

Santos, A. L. C. D. (2022). *Corpo, cultura e poder: as várias representações da cunhã poranga do festival de Parintins*. Editora UFAM.

Silva, L. G. M. (2019). *A representação da mulher no Festival de Parintins*. Editora UEA.

ANÁLISE DO HORROR EM JUNJI ITO: O CORPO DESMEMBRADO DE TOMIE SOB A ÓPTICA DA MONSTRUOSIDADE FEMININA

*Nathalia Figueiredo de Oliveira Brito¹
Marcelo Bolshaw Gomes²*

Tomie, obra do renomado autor de horror Junji Ito, é um mangá composto por 21 contos publicados entre 1987 e 2000. Tomie é o título do mangá e o nome da personagem principal dos 21 contos do autor e ilustrador Junji Ito. Com sua narrativa centrada no brutal assassinato e renascimento incessante de sua protagonista, o mangá chegou ao Brasil em 2021, dividido em dois volumes pela editora Pipoca & Nanquim. Ito, reconhecido por seu uso constante do grotesco e de elementos gore,

-
1. Doutoranda em Estudos da Mídia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN
natfbrito@gmail.com
 2. Doutor em Ciências Sociais
Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN
marcelobolshaw@gmail.com

utiliza Tomie para explorar temáticas perturbadoras que dialogam com a violência contra a mulher, a obsessão pela beleza e juventude, e a objetificação feminina.

O primeiro conto recebe o mesmo nome do mangá e da personagem e foi originalmente publicado em 1987 em uma revista japonesa. Para a construção da análise pretendida para este artigo, “Tomie” será considerado o assassinato original e a origem do monstro infinito que aterroriza os dois volumes da obra. Desde o começo, Tomie é descrita como uma jovem muito bela desejada por muitos homens, consequentemente despertando a inveja de outras mulheres.

Em “Tomie”, a personagem namora um colega de classe, mas mantém um caso com o seu professor. Em uma excursão fora de sala, ela pressiona o amante para que assuma a relação, afirmando estar grávida. O namorado os flagra conversando e a menina grita para que todos escutem que ela teria ido para a cama com o professor. Irritado, Ken-ichi puxa a garota pelo braço. Ao se soltar e tentar se afastar, Tomie acaba por escorregar e cair do morro em que estava.

O namorado prontamente deseja chamar a polícia para pedir socorro, mas o professor o impede, argumentando que Ken-ichi seria culpado e que isso destruiria o seu futuro. Interessado em encobrir os rastros de seu caso com a aluna, o professor acaba por convencer todos os alunos a ocultar o acidente. E, também, o corpo. Todos os meninos da sala tiram as roupas e pegam ferramentas para cortar a garota em pedaços, dos quais cada um dos integrantes da sala iria se desfazer. Entretanto, Tomie ainda estava viva e acorda com o choque ao começarem a desmembrá-la. O amante, por sua vez, desfere um golpe em

seu pescoço para finalizá-la e incita os alunos a continuarem o que estavam fazendo.

Um assassinato brutal e inúmeros cúmplices. As meninas da turma, que odiavam a garota, buscaram justificar o crime argumentando que não valia a pena Ken-ichi pagar com o seu futuro pela vida de uma menina que era tão detestável com todos. Até mesmo a única amiga de Tomie, Reiko, foi conivente com a ocultação. O professor, uma figura de autoridade, incitou seus alunos a cometerem um crime para protegê-lo da repercussão de ter um caso com uma aluna e engravidá-la. Para garantir o silêncio de todos, ele deu a cada aluno um pedaço do corpo de Tomie para que jogassem fora. Para Reiko, foi entregue o coração da dita melhor amiga.

Feito este panorama, pode-se ressaltar que as principais temáticas da obra são a objetificação da mulher e a violência. Estes são assuntos recorrentes nos dois volumes de Tomie, assim como a obsessão com a beleza e a juventude e o ciclo de abuso que é formado através do renascimento do monstro que a personagem se torna. A obra oferece uma abordagem desconfortável, gráfica e perturbadora das consequências de uma sociedade que é conivente com a violência contra a mulher. Por estas razões, esta pesquisa coloca Tomie como objeto central da pesquisa.

A metodologia deste artigo se baseia na análise de conteúdo, um método qualitativo que permite examinar de forma profunda os significados subjacentes nos textos e nas representações visuais da obra, contribuindo para a compreensão das representações sociais e culturais refletidas na narrativa de Tomie. Serão abordados aspectos como a construção da monstruosidade feminina, a violência e a retaliação, e a relação entre beleza e poder.

A Violência e a Retaliação de Tomie

Tomie é apresentada como uma jovem bela, desejada por muitos homens e alvo de inveja de outras mulheres. No primeiro conto da obra, também intitulado “Tomie”, a personagem é brutalmente assassinada por seu professor e colegas de classe, que tentam ocultar o crime. O desmembramento da personagem e a subsequente distribuição de seus pedaços são seguidos por um evento sobrenatural: o renascimento de Tomie, agora como um ser infinito e indestrutível. Esse ciclo de violência e renascimento transforma Tomie em um símbolo de retaliação e fúria feminina, alimentada pela brutalidade que sofreu.

A violência sofrida por Tomie é um ponto central na construção da narrativa. Sua morte inicial envolve múltiplos personagens — tanto homens quanto mulheres — e revela as camadas de conivência e cumplicidade na violência contra a mulher. O professor, figura de autoridade, manipula os estudantes a cometerem o crime hediondo, usando o medo e a coerção. Esse ato de silenciamento e aniquilação de sua autonomia ecoa as formas como a sociedade frequentemente reprime mulheres que se recusam a se conformar a certos padrões.

No entanto, Tomie desafia essa tentativa de apagamento ao renascer incessantemente. Cada vez que é assassinada, ela retorna mais forte e mais aterrorizante, como uma encarnação da fúria feminina que não pode ser contida. A tentativa de fragmentar e controlar Tomie, por meio do desmembramento e dispersão de seus pedaços, falha constantemente, e ela ressurgue com uma força imparável. Esse ciclo de renascimento simboliza uma retaliação contra seus algozes, uma recusa em ser eliminada e uma constante ameaça àqueles que tentaram destruí-la.

A dualidade de Tomie como monstro e vítima é essencial para entender como a sociedade demoniza mulheres que desafiam padrões, resultando na criação de desejos violentos e monstrosidades furiosas. O ressurgimento de Tomie a partir de seus restos mortais ao longo dos contos representa a natureza cíclica da violência, assim como reforça a utilização dos elementos do horror e do grotesco para chocar com as imagens brutais de crimes de feminicídio.

Os homens que se envolvem com Tomie geralmente têm uma predisposição à transgressão. Aqueles com forte moralidade ou que realmente amavam outras mulheres parecem imunes ao charme da personagem, sugerindo que Tomie atua como um catalisador para as tendências destrutivas dos homens. No conto “Garotinho”, essa influência é ainda mais perturbadora, pois Tomie corrompe uma criança, levando-a a agir de maneira violenta, o que reforça a ideia de que a violência e o desejo são contagiosos e devastadores.

A retaliação de Tomie, portanto, vai além de sua própria sobrevivência; ela se torna uma figura que personifica a fúria feminina diante das opressões sofridas. Sua capacidade de retornar à vida não é apenas um elemento sobrenatural, mas também uma metáfora poderosa para a resiliência e a recusa em ser silenciada. Tomie se recusa a aceitar a vitimização passiva, e cada um de seus renascimentos é um ato de resistência contra a tentativa de apagá-la e controlá-la.

Monstruosidade Feminina e Corpo Abjeto

Para aprofundar a análise da representação da monstruosidade feminina iniciada com Creed, será utilizado o livro “The Monstrous-Feminine in Contemporary Japanese Popular Culture” de Rachel Dumas

(2018), que discorre acerca do conceito aplicado à cultura japonesa, explorando os contextos históricos que resultaram na representação monstruosa das mulheres na cultura popular japonesa. Seu livro aborda as implicações que tais representações acarretam na percepção e no tratamento das mulheres no Japão. Ademais, as suas ideias da desconstrução das idealizações sociais para o gênero feminino se relacionam também com a teoria da fúria feminina apresentada por Greer (2020) em seu livro “The Female Eunuch”, ocasionada pela reação furiosa da mulher com as imposições sociais, que é explorada no horror da obra Tomie. “O horror emerge do fato que a mulher se desvinculou de seu papel tradicional feminino” (Dumas, 2018, p. 24). Dumas promove a representação do poder da mulher e a utilização da monstruosidade feminina como meio de crítica e de subversão das normas sociais.

Em busca de explorar os aspectos do horror e a construção social envolta nele, será utilizado Jeffrey Jerome Cohen e o seu artigo “Monster Culture (Seven Theses)”. A concepção de que o monstro é “a personificação de um certo momento cultural - de um tempo, um sentimento e um lugar. O corpo do monstro literalmente incorpora medo, desejo, ansiedade e fantasia, lhe dando vida e uma independência inquietante. O corpo monstruoso é cultura pura. Um construto e uma projeção, o monstro existe apenas para ser lido” (Cohen, 1996, p. 4). A construção de um corpo monstruoso oferece uma leitura de um tempo e um contexto de produção, assim como os ideais culturais de uma sociedade. Tomie nasce de uma sociedade tradicionalista e que enraíza a ideia da figura feminina como impura (Buruma, 2015). A personagem é concebida como uma shojo, termo que corresponde ao arquétipo de uma garota bela e jovem cuja representação erótica tem crescido desde os anos 80

no Japão (Dumas, 2018), que acarreta numa “construção da shojo como uma fonte de prazer proibido” (p. 27). A objetificação da mulher jovem acarreta em um desejo proibido que é expresso de maneira extremamente violenta na obra de Ito.

A utilização dos elementos do horror e do grotesco no mangá Tomie é fundamental para a representação da monstruosidade feminina e, especificamente, da figura da shojo, uma jovem idealizada pela sua beleza e pureza. No entanto, Junji Ito subverte essa imagem ao associar a beleza de Tomie ao monstruoso e ao abjeto, criando um contraste perturbador entre a aparência desejável e o comportamento aterrorizante da personagem. O horror gráfico, com suas imagens impactantes de desmembramento, mutilação e renascimento incessante, transforma a shojo em uma figura de horror que desafia os ideais de feminilidade estabelecidos pela sociedade. A representação da jovem mulher como simultaneamente atraente e monstruosa reforça a ideia de que o desejo masculino pela beleza é profundamente conectado ao medo do que essa beleza e poder feminino podem representar.

A dualidade de Tomie como monstro e vítima é essencial para entender como a sociedade demoniza mulheres que desafiam padrões. O ressurgimento de Tomie a partir de seus restos mortais representa a natureza cíclica da violência e o uso do grotesco para expressar a brutalidade dos crimes cometidos contra ela. A cada renascimento, Tomie encarna o medo e o fascínio que a sociedade sente pela mulher que se recusa a ser subjugada.

Junji Ito passou mais de uma década criando os contos de Tomie, evidenciando a relevância dessa temática. Mesmo mais de 20 anos depois, o tema da monstruosidade feminina continua atual e instiga os leitores

a debater sua relevância na sociedade contemporânea. A representação de Tomie como um ser que transcende a morte e a limitação do corpo está em linha com o conceito de abjeção de Julia Kristeva (1982), que define o abjeto como aquilo que “perturba identidade, sistema, ordem”.

A obra de Ito também explora a relação entre beleza e monstruosidade. A cada vez que é desmembrada, Tomie renasce ainda mais bela e menos humana. Essa combinação de beleza extrema e horror reflete a obsessão da sociedade pela juventude e perfeição, enquanto desumaniza a figura feminina. Em “Cabelo”, Miki, uma personagem que deseja o cabelo sedoso de Tomie, acaba sendo consumida pelo próprio desejo, ilustrando como a obsessão com a beleza pode levar à perda de identidade e à destruição pessoal.

Nas mulheres, a beleza gera inveja. Nos homens, a beleza gera desejos. E, de ambos, há a projeção dos sentimentos em violência. É isto que leva à formação de um ciclo de busca, apreensão e destruição. O objeto de desejo é a beleza e a juventude. Mas a própria obsessão com a bela e jovem mulher desumaniza a figura feminina, uma vez que a reduz a uma coisa bonita, negando todos os outros aspectos de sua personalidade. Tomie é extremamente bela e tem uma péssima personalidade, mas ainda assim gera enorme desejo em todos os homens que colocam os olhos nela.

Posteriormente, essa personalidade cruel de Tomie é utilizada como justificativa para a violência que a acomete a cada conto. A sociedade sempre busca encontrar razões para que as mulheres sejam merecedoras dos atos violentos que as acometem, atribuindo-os às roupas que elas utilizam, à maneira como se portam, entre outros fatores. A criação de uma feminilidade monstruosa pressupõe que os homens possuem o

direito de retaliar violentamente. Portanto, o mangá torna evidente esse comportamento ao representar a repetitividade dos eventos em cada um dos contos que compõem a história.

No conto “Garotinho”, Tomie assume a figura de uma mãe manipuladora, corrompendo uma criança inocente e destruindo a relação dele com sua verdadeira mãe. Esse é um dos momentos mais impactantes do mangá, pois expõe a monstruosidade de Tomie de uma forma que transcende as relações românticas ou de desejo, atingindo também as relações familiares e o instinto protetor. A discrepância deste conto para os outros é que o garotinho foi a vítima mais inocente de Tomie. Apesar de não ter cometido nenhum ato violento antes de conhecê-la, o garoto passa a se portar de maneira agressiva, o que corrobora a ideia do ciclo de abuso, levando à corrupção de uma criança que nem sequer entendia de desejos sexuais, mas enxergava a personagem como mãe.

Essa representação de Tomie como um ser abjeto está profundamente ligada às ideias de Kristeva, que argumenta que o abjeto é algo que “não respeita limites, lugares, regras” (Kristeva, 1982). A abjeção de Tomie está presente não só em sua habilidade de se regenerar, mas também em seu poder de corromper e desestabilizar a ordem social estabelecida. Ao se tornar um ser que não pode ser destruído, Tomie desafia as normas e limites impostos às mulheres, tornando-se uma ameaça constante e imprevisível.

A utilização de elementos do horror e do grotesco no mangá Tomie contribui para a representação monstruosa da shojo e reflete as construções sociais em torno da monstruosidade feminina. O horror gráfico é uma maneira eficaz de promover discussões sociais, por utilizar imagens chocantes e extremas para representar problemas culturais.

A representação do corpo no mangá Tomie é influenciada por conceitos culturais de beleza no Japão, e reflete as construções sociais do ideal de perfeição física. A transformação de Tomie ao longo dos contos reflete a perda progressiva de humanidade e estabelece uma relação entre a beleza e a monstruosidade, refletindo as construções sociais em torno da relação entre gênero, sexualidade e monstruosidade. O desmembramento de Tomie está ligado à coisificação e tipificação do corpo feminino fetichizado na sociedade, resultado de uma cultura que promove a sexualização da mulher.

Fragmentação e Objetificação do Corpo Feminino

A análise da fragmentação e objetificação do corpo feminino em Tomie está profundamente ligada ao ato do desmembramento da personagem e à culpabilização da vítima pela violência sofrida. A narrativa justifica o brutal ato do desmembramento ao construir a ideia de que as ações de Tomie — sua beleza, comportamento provocador e poder de manipulação — fazem com que ela mereça o destino que lhe é imposto. A sociedade representada no mangá demoniza Tomie não apenas por sua aparência ou atitude, mas por sua recusa em se submeter a normas sociais estabelecidas, que ditam como uma mulher deve se comportar para ser digna de respeito e proteção.

Ao ser desmembrada, Tomie é reduzida a pedaços de carne, uma metáfora direta para a coisificação do corpo feminino que reflete o desejo masculino de controlar e possuir. Cada parte do corpo de Tomie é distribuída entre seus algozes, simbolizando como a objetificação da mulher a fragmenta em pedaços que são passíveis de controle e domínio. Essa divisão física também reforça a tentativa de eliminar sua

autonomia e individualidade, uma vez que o corpo feminino é tipificado e fetichizado, negando qualquer humanidade que Tomie pudesse ter.

A fragmentação do corpo de Tomie, portanto, não é apenas uma violência física, mas uma representação das formas simbólicas de violência que as mulheres enfrentam ao serem objetificadas. A culpabilização da vítima é evidenciada no fato de que as justificativas para o assassinato e desmembramento da personagem estão sempre enraizadas em sua suposta imoralidade e em como ela desafiou as expectativas sociais. Assim, a violência se torna, aos olhos dos algozes e da sociedade ao seu redor, uma consequência aceitável — até mesmo inevitável — do comportamento da vítima, colocando sobre a mulher a responsabilidade pelas atrocidades que sofre.

Essa culpabilização e fragmentação ressaltam o ciclo de violência culturalmente justificado que permeia a narrativa de Tomie. A cada renascimento, Tomie volta mais bela e menos humana, reforçando o contraste entre o desejo que desperta e o horror que causa. A relação entre beleza e monstrosidade se torna uma forma de crítica à objetificação e desumanização do corpo feminino, revelando como a beleza é simultaneamente adorada e temida em uma sociedade que não sabe lidar com a autonomia feminina.

Conclusões

O mangá Tomie, de Junji Ito, oferece uma análise inquietante sobre a monstrosidade feminina, a objetificação e a violência contra a mulher. A obra utiliza o horror gráfico e o grotesco não apenas para chocar, mas também para trazer à tona discussões sociais importantes sobre o papel das mulheres em uma sociedade patriarcal. Tomie é uma

representação poderosa da fúria feminina: uma personagem que, apesar de ser constantemente desmembrada e atacada, renasce ainda mais forte, desafiando qualquer tentativa de apagamento.

A personagem de Tomie revela as complexas relações entre beleza, poder e monstrosidade. A obsessão pela beleza e juventude é retratada como um catalisador para a violência, tanto pela forma como homens e mulheres a desejam, quanto pela forma como essas características são temidas e odiadas. O ciclo de renascimento de Tomie simboliza a resistência feminina diante da opressão, evidenciando que as tentativas de silenciar e destruir o feminino apenas reforçam sua presença e poder.

A análise das representações de Tomie como vítima e monstro demonstra como a violência contra a mulher é legitimada e perpetuada por uma sociedade que insiste em culpabilizá-la pelas agressões sofridas. Cada renascimento da personagem é um ato de resistência e uma crítica direta ao sistema patriarcal que tenta controlar e subjugar a autonomia feminina. A construção da monstrosidade de Tomie desafia os ideais tradicionais de feminilidade, subvertendo a imagem da jovem bela e pura ao transformá-la em um ser temido e indestrutível.

A teoria da monstrosidade feminina, abordada por Barbara Creed, é essencial para compreender a figura de Tomie, que encarna a fúria e a vingança contra uma sociedade que a castrou simbolicamente. A obra também dialoga com as ideias de Julia Kristeva sobre o abjeto, representando Tomie como algo que perturba a ordem e desafia os limites impostos às mulheres. Ao explorar esses conceitos, Junji Ito transforma Tomie em uma figura que é simultaneamente fascinante

e aterrorizante, expondo as contradições e os medos que permeiam a visão social sobre o feminino.

Além disso, a análise da fragmentação e objetificação do corpo de Tomie reflete a maneira como a sociedade tipifica e fetichiza o corpo feminino, reduzindo-o a pedaços que podem ser controlados e possuídos. A violência física sofrida por Tomie é uma metáfora da violência simbólica que muitas mulheres enfrentam diariamente, sendo julgadas e desumanizadas por não se conformarem aos padrões estabelecidos.

O horror presente em Tomie não se limita ao sobrenatural, mas é, sobretudo, um reflexo das realidades sociais e culturais que cercam as mulheres. Ao longo dos 21 contos que compõem a obra, Junji Ito cria uma narrativa perturbadora que denuncia a misoginia, a violência e a convivência social em relação ao sofrimento das mulheres. Tomie, em sua infinita capacidade de renascer, simboliza a resiliência do feminino e a impossibilidade de se erradicar a autonomia e a força das mulheres.

Por fim, a obra de Junji Ito se destaca por sua capacidade de utilizar o gênero do horror para questionar e criticar as estruturas de poder que legitimam a opressão feminina. Tomie não é apenas um monstro ou uma vítima, mas uma força que representa a resistência e a complexidade do feminino. Seu renascimento constante é um lembrete de que a violência não pode destruir o que é inerentemente indomável: a capacidade das mulheres de resistir, retaliar e reescrever sua própria narrativa.

Com isso, Tomie se torna não apenas uma personagem icônica do horror, mas também um símbolo poderoso da luta contra a opressão e pela afirmação da identidade feminina. Para aprofundar a análise da obra, também será utilizado o conceito de “Gender Trouble” de Butler

(2006), que faz a ligação entre gênero e sexualidade, assim como questiona as normas sociais construídas pela cultura patriarcal que tem raízes profundas na história. Para a pauta acerca da preocupação social com a beleza e a demonização do que é tido como feio para a sociedade, será utilizada a obra “Women and Other Monsters” da pesquisadora Jess Zimmerman.

A “beleza é uma moeda, mas também uma linha de base: o lugar em que você deve se encontrar para ser notado, a coisa que te torna real” (Zimmerman, 2022, p. 24). A sociedade enxerga a beleza como o aspecto mais importante para uma mulher e a preocupação em ser bela e ser vista pelos outros está representada tanto na personagem Yukiko, que aparece no conto “Tomie - Parte 2 - Hospital Morita” do volume 1, quanto na personagem Miki, do conto “Cabelo” do volume 2.

Yukiko é uma menina que está no hospital por conta de uma doença renal e acaba sendo trocada por seu namorado pela monstruosa Tomie, que visita Yukiko e a diminui pela sua aparência física. Tomie acaba por ser assassinada pelo namorado da menina, que recebe o seu rim. Entretanto, a personagem começa a sofrer mudanças físicas e se torna cada vez mais parecida com Tomie. Até mesmo a sua personalidade muda e ela se torna mais arrogante.

Já Miki tem uma grande insegurança por conta de seu cabelo crespo e decide implantar os longos cabelos sedosos de Tomie, que sua amiga Chie encontrou em uma caixinha de madeira ao mexer nas coisas de seu pai. Os fios de cabelo, entretanto, se alojam em seu cérebro e por todo o seu corpo, fazendo-a ser capaz de ver e se comunicar com Tomie. Gradualmente, o cabelo consome a garota, para no final consumi-la. Diferente de Yukiko, Miki acaba perecendo sem se tornar uma das cópias

de Tomie. No entanto, ambas as personagens são tomadas pela sua obsessão com a beleza que acabam por perder as próprias identidades.

O ciclo de renascimento de Tomie é uma crítica à incapacidade da sociedade de lidar com a autonomia e o desejo feminino. A cada tentativa de eliminá-la, novos conflitos surgem, revelando a natureza insaciável do controle e da violência que os homens exercem sobre ela. Tomie desafia os limites entre vítima e monstro, e sua presença constante tensiona a idealização da beleza feminina, transformando-a em um objeto de horror.

A monstrosidade feminina é conceituada pela professora australiana Barbara Creed (1993), que descreve o horror em que “a mulher é transformada em um monstro psicótico porque ela foi simbolicamente castrada”. Essa teoria é pertinente para entender Tomie, que, a cada renascimento, reafirma sua fúria e busca vingança contra aqueles que a violentaram. No conto “Garotinho”, além de corromper o filho, Tomie seduz e desaparece com o pai, destruindo a família e deixando a mãe sozinha com uma criança perturbada.

A teoria de Creed é reforçada pela maneira como Tomie se apresenta como uma figura que desafia o patriarcado e as normas impostas às mulheres. Ela é uma mulher que, apesar de ser constantemente atacada, não só sobrevive, mas retorna ainda mais forte, subvertendo a ideia de que a violência pode silenciar ou controlar o feminino. Ao invés disso, cada tentativa de eliminá-la só contribui para aumentar seu poder e seu alcance, mostrando que o horror feminino é indomável e incontrolável.

Tomie não é a representação de uma mulher maldosa, mas a representação da maneira como os homens enxergam as mulheres para justificar seus atos terríveis: a criação de uma monstrosidade feminina

que dá ao homem o direito de retaliar violentamente. A monstruosidade feminina em Tomie é uma crítica à sociedade que não protege as mulheres e as culpabiliza pelas violências sofridas.

Para compor uma análise mais ampla, também serão utilizados conceitos da teoria feminista, como os apresentados por Judith Butler em “Gender Trouble” (1990), que questiona as normas sociais e culturais que moldam as expectativas de gênero. A preocupação com a beleza e a demonização do “feio” são elementos centrais na narrativa de Tomie e se refletem nas personagens que sucumbem ao desejo de se parecer com ela, como Yukiko e Miki.

A personagem Tomie personifica os medos e desejos de uma sociedade que objetifica e demoniza o corpo feminino. A utilização do horror e do grotesco por Ito não é apenas uma forma de entreter, mas também uma ferramenta para subverter normas sociais e criticar a violência sistemática contra as mulheres. A cada conto, Tomie ressurge, bela e aterrorizante, lembrando aos leitores que a violência não silencia o poder feminino, mas o alimenta, transformando-o em uma força imparável de resistência e retaliação.

Tomie é uma figura paradoxal: ela é ao mesmo tempo uma vítima da violência e uma instigadora de caos. Essa dualidade é essencial para entender a complexidade do horror feminino na narrativa de Junji Ito. Ela representa o medo e a fascinação que a sociedade sente em relação a mulheres que desafiam os papéis estabelecidos. Ao mesmo tempo em que é alvo de violência brutal, Tomie também é a responsável por semear a destruição ao seu redor, subvertendo o arquétipo da mulher frágil e indefesa.

A sua beleza é uma ferramenta de poder que a personagem utiliza para manipular os homens, expondo as vulnerabilidades e desejos mais profundos deles. Tomie não se encaixa em padrões de comportamento que buscam domesticar a mulher — ao invés disso, ela exerce sua vontade de forma livre, sem se importar com as expectativas sociais. A beleza de Tomie desperta um desejo incontrolável nos homens, que rapidamente se transforma em obsessão e violência, evidenciando a dualidade entre desejo e destruição.

A complexidade de Tomie está na maneira como ela desafia os limites entre vítima e monstro. A cada renascimento, ela demonstra uma força inquebrável e uma resiliência que transcende a brutalidade que sofreu. Sua beleza, ao mesmo tempo em que é um atributo que a torna desejada e admirada, também é o que faz dela um alvo de violência, revelando a fragilidade dos homens que a desejam, mas não conseguem controlá-la. A dualidade de Tomie, portanto, não apenas enriquece a narrativa do horror feminino, mas também reflete as tensões e contradições sociais em torno do poder, desejo e autonomia feminina.

Referências

Buruma, I. (2015). *A Japanese mirror: Heroes and villains of Japanese culture*. Atlantic Books.

Butler, J. (2006). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.

Cavallaro, D. (2009). *Anime and the visual novel: Narrative structure, design and play at the crossroads of animation and computer games*. McFarland.

- Creed, B. (1993). *The monstrous-feminine: Film, feminism, psychoanalysis*. Routledge.
- Cohen, J. J. (1996). *Monster culture* (Seven theses). In J. J. Cohen (Ed.), *Monster theory: Reading culture* (pp. 3-25). University of Minnesota Press.
- Dumas, R. (2018). *The monstrous-feminine in contemporary Japanese popular culture*. Palgrave Macmillan.
- Ito, J. (2022). *Calafrios*. Pipoca e Nanquim.
- Ito, J. (2020). *Fragmentos do horror*. Darkside.
- Ito, J. (2022). *Sensor*. Pipoca e Nanquim.
- Ito, J. (2021). *Tomie Vol. 1*. Pipoca e Nanquim.
- Ito, J. (2021). *Tomie Vol. 2*. Pipoca e Nanquim.
- Greenwood, F. (2014). The girl at the center of the world: Gender, genre, and remediation in bishōjo media work. *Mechademia Second Arc*, 9(1), 237-252. <https://doi.org/10.1353/mec.2014.0004>
- Greer, G. (2020). *The female eunuch*. HarperCollins.

- Kristeva, J. (1984). *Powers of horror: An essay on abjection*. Columbia University Press.
- Kundera, M. (2014). *A festa da insignificância*. Companhia das Letras.
- Napier, S. J. (2005). *Anime from Akira to Howl's moving castle: Experiencing contemporary Japanese animation*. Palgrave Macmillan.
- Taylor, T. R. (2022). Gendered violence and the abject body in Junji Ito's Tomie. In J. Darowski & F. G. P. Berns (Eds.), *Critical approaches to horror comic books: Red ink in the gutter* (pp. 78-88). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003261551-9>
- Zimmerman, J. (2022). *Women and other monsters: Building a new mythology*. Beacon Press.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO ILIMITADA? UM ESTUDO SOBRE A ACEITAÇÃO SOCIAL E A NÃO PUNIÇÃO JUDICIAL DOS DISCURSOS DE NIKOLAS FERREIRA E JAIR MESSIAS BOLSONARO

Agnes Faria¹

Um dos temas mais debatidos nos setores político e social é sobre a liberdade de expressão versus o discurso de ódio, sendo a primeira desdobrada em diferentes modalidades, como a liberdade de imprensa e religiosa (Freitas & Castro, 2013). Segundo Warburton (2020, s.p.), “o termo ‘liberdade de expressão’ detém o mérito de se relacionar com a ideia do indivíduo se comunicar por um dos meios mais diretos e pessoais atualmente disponíveis: por meio da voz”.

1. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação.
Universidade Estadual Paulista (UNESP).
agnes,faria@unesp.br

Ao longo da história, a tal liberdade já foi discutida e desenhada em diferentes constituições e declarações, o que levou a uma difícil delimitação da prática. Dentro deste complicado cenário, surge a problemática do discurso de ódio. De acordo com Trindade (2022, s.p.), as falas com conotações de ódio são caracterizadas:

pelas manifestações de pensamento, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação, raça, lugar de origem ou classe. Tais discursos podem ser manifestados verbalmente ou por escrito.

Ademais, para Butler (2021), a intolerância discursiva não se origina apenas das próprias palavras, mas também do modo de endereçamento. A autora explica que isso ocorre porque o insulto adquire proporções diferentes ao longo do tempo.

Dito isso, uma das maiores discussões é sobre a linha tênue entre a defesa da liberdade de expressão e a aceitação do discurso de ódio voltado às postagens em redes sociais. Através da Internet, uma das maiores tecnologias de comunicação já inventadas, o homem comete atividades ilícitas, propaga mensagens de conteúdo prejudicial e viola o direito dos demais usuários (Silva et al., 2011). Contudo, um ponto que não é muito debatido é sobre esse limiar nas postagens e discursos de figuras públicas, especialmente de políticos. Fantinati (1990) comenta que as falas de políticos se diferem daquelas vindas de outros funcionários públicos. Isso porque, enquanto juízes e burocratas se apoiam em um linguajar técnico, as manifestações orais de políticos podem ser baseadas em um viés informativo, de propaganda e, até mesmo, representativo de valores ideológicos e interesses.

Nesse contexto, o trabalho em questão tem como objetivo entender o motivo da aceitação social e da não punição judicial das falas transfóbicas e misóginas, respectivamente, do deputado federal Nikolas Ferreira e do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Para isso, serão utilizados levantamentos bibliográficos e a metodologia do estudo de caso. Vale ressaltar que o artigo irá levar em conta o cenário social brasileiro de mulheres cisgêneros e de pessoas transgêneros, bem como os estudos sobre liberdade de expressão e discurso de ódio.

Metodologia

Para uma assertiva elaboração e discussão, o artigo terá como base o estudo de caso na vertente de Yin (2001). Segundo o autor, esse tipo de metodologia investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o real podem não estar claramente evidentes.

De modo geral, o estudo de caso em caráter exploratório será utilizado para investigar o motivo da aceitação social e da não punição judicial do discurso transfóbico e misógeno, respectivamente, do deputado federal Nikolas Ferreira e do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, levando em conta o cenário brasileiro atual, bem como as pesquisas sobre liberdade de expressão e discurso de ódio.

Ao longo da aplicação metodológica, as preocupações básicas descritas por Yin (2001) serão colocadas em prática, sendo elas: a condução de uma pesquisa rigorosa, a tentativa de não confundir com casos de ensino, a sabedoria para chegar a conclusões generalizadas, o gerenciamento do nível de esforço e a compreensão sobre a vantagem comparativa desse tipo de metodologia. Ademais, o artigo em questão

busca trabalhar com os cinco componentes essenciais do estudo de caso ensinadas por Yin (2001): as questões de um estudo, as proposições do estudo, as unidades de análise, a lógica que une os dados às proposições e os critérios para interpretar as descobertas.

O primeiro componente diz respeito às perguntas que envolvem o estudo de caso, como “quem?”, “o que?”, “onde?”, “como?” e por que?”, sendo as duas últimas questões as mais importantes dentro do estudo de caso exploratório. O segundo refere-se aos campos que merecem atenção dentro do estudo. O terceiro é o caso em si. O quarto e o quinto elemento foram os menos desenvolvidos até os dias atuais. Contudo, eles representam as etapas de análise dos dados obtidos (Yin, 2001).

Para encerrar o tópico de apresentação da metodologia, é preciso destacar a importância do estudo de caso:

Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para compreensão que temos de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos [...] Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. (Yin, 2001, p. 21)

A liberdade de expressão por diferentes óticas e seus limites no Brasil

Ao longo dos anos, declarações, emendas e pactos contribuíram para a tentativa de definir o que seria a liberdade de expressão. Muitas definições se aproximam uma das outras, contudo, como lembra Costa (2013), cada uma delas provém de um contexto social diferente, como veremos abaixo:

O primeiro ato legal a abordar a questão da liberdade de expressão é a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia, de 12 de junho

de 1776. Em seu artigo 14º é expresso que “a liberdade de imprensa é um dos mais fortes baluartes do Estado e só pode ser restringida pelos governos despóticos” (Estados Unidos, 1776). Contudo, foi na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 26 de agosto de 1779, em pleno contexto da Revolução Francesa, que a concepção sobre a liberdade de expressão ganhou destaque. No artigo 4º da Declaração é expresso que:

A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites podem ser determinados apenas pela Lei. (França, 1779)

Por fim, uma das mais importantes manifestações sobre a liberdade de expressão para o território nacional está contida na Constituição Federal. Elaborada em 5 de outubro de 1988, três anos após o fim do regime militar no Brasil, a CF discorre em seu artigo 5º, § 4º “que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*).

Feito um resumo sobre tais óticas, é preciso citar que o Brasil é herdeiro de diferentes concepções e tendências constitucionais, em que a liberdade de expressão é vista tanto do ponto do liberalismo quanto da justiça (Costa, 2013). Segundo a autora isso ocorre pois a noção de liberdade individual como um direito humano foi consolidada através do advento da burguesia, especialmente devido ao movimento iluminista, um precedente da Revolução Francesa que trouxe à sociedade ideias de liberdade, igualdade e racionalidade.

Dentro desse cenário de liberalismo e justiça, a liberdade de expressão no Brasil pela CF assume a posição principal no rol dos direitos, isto é, uma vantagem na ocorrência de conflitos com outros princípios. Já em casos de embate entre liberdade de expressão, direitos de personalidade e, até mesmo, a própria dignidade humana, o desfecho dependerá de diferentes critérios de análise (Filho, 2016).

Ainda, discursos violadores da verdade factual com objetivo de atacar grupos sociais, étnicos, religiosos e políticos como regra não se encontram tutelados pela liberdade de expressão, quando configurarem um discurso de ódio ou implicarem em evidente discriminação e violação da dignidade humana. (Filho, 2016, p. 139)

Apesar da posição descrita acima, o trabalho da justiça pode ser dificultado na identificação do discurso de ódio. Isso porque tais expressões podem vir disfarçadas com máscaras políticas, científicas, acadêmicas, contidas ou humorísticas, o que indica a extrema complexidade do tema (Andrade, 2021). No caso do humor, o autor cita que a linha que separa as piadas do incitamento ao ódio é a mais tênue de todas, pois muitas intervenções humorísticas já são carregadas de controvérsias, mesmo que não se encaixem como algum tipo de discriminação.

Um breve parâmetro sobre a situação das mulheres cisgênero e das pessoas transgênero no Brasil

Antes de iniciar o estudo de caso, um ponto importante é retratar o contexto social das mulheres cisgênero e das pessoas transgênero no Brasil. Por isso, serão apresentados alguns dados que ilustram a violência contra essas pessoas.

No que diz respeito às mulheres cisgênero, apesar dos grandes avanços da luta feminista, o Brasil ainda perpetua uma cultura machista e misógina. Essa afirmação pode ser provada de diferentes formas, mas, em especial, através do número de feminicídios. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, 3878 mulheres foram assassinadas em território nacional, sendo que 1341 foram mortas por razão de gênero, o que, segundo a Organização das Nações Unidas, se configura como feminicídio.

Embora os números sejam espantosos, nos últimos anos, diversas medidas que visam a segurança do público feminino já foram colocadas em prática. A Lei nº 11.340, conhecida popularmente como a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Por sua vez, a Lei nº 13.104, denominada Lei do feminicídio, sancionada em 2015, previu o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, além de incluí-lo no rol de crimes hediondos.

Em relação ao contexto das pessoas transgênero, o mesmo ainda é extremamente delicado. Segundo os dados divulgados pelo Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), em 2022, 151 pessoas trans foram assassinadas no território nacional. Ainda conforme a pesquisa, pelo décimo ano seguido, o Brasil se configurou como o país que mais mata pessoas desse gênero.

Ainda sobre a temática, diferente das mulheres cisgênero, as pessoas trans não possuem leis que as protejam da violência. No caso, os únicos atos legais que tentam garantir os direitos desses indivíduos são o Decreto nº 8.726, sancionado em 2016, que reconhece a identidade de gênero e permite o uso do nome social no âmbito da administração

pública, e a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 270, sancionada em 2018, que também permite o uso do nome social de usuários dos serviços judiciários e profissionais dos tribunais brasileiros.

De modo geral, a vida das mulheres cisgênero e das pessoas trans no Brasil ainda é uma pauta moldada pela violência. Contudo, muitos estudiosos acreditam que as falas e os comportamentos agressivos contra essas minorias foram agravados nos últimos anos. Segundo Paula e Sant’ana (2022), a ascensão da extrema direita, liderada por Jair Messias Bolsonaro no ano de 2018, foi um dos maiores agravantes. Isso porque tanto o ex-presidente quanto uma porcentagem de seus seguidores difundiam ideias negacionistas e fundamentalistas.

Trajetória política de Nikolas Ferreira e Jair Messias Bolsonaro

Um outro ponto importante antes de iniciar o estudo de caso, é o conhecimento sobre a trajetória dos políticos citados. Para isso, serão utilizadas informações do “camara.leg”, que é o website do câmara dos deputados, e do portal da InfoMoney.

Atualmente, Nikolas Ferreira é deputado federal pelo PL - MG (Partido Liberal de Minas Gerais) Na sua atuação como deputado, ele já participou de diferentes atividades parlamentares, como Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Comissão de Comunicação, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Comissão de Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência, Comissão de Administração e Serviço Público e Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC -MG), o político já possuiu outro cargo

público. De 2020 a 2022, Nikolas Ferreira foi vereador da cidade de Belo Horizonte pelo PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro).

Entre tantas ações parlamentares, o deputado federal que se diz cristão e conservador, contudo, ganhou destaque por seus comentários em redes sociais e em encontros políticos, no qual ofendeu outras figuras públicas e pessoas comuns. Em um dos seus tuítes, Nikolas Ferreira chamou o presidente Lula de ladrão. Em outro, ele expôs fotos pessoais de Alexandre de Moraes, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sobre Jair Messias Bolsonaro, o mesmo foi presidente da república entre 2019 e 2022. Durante os dois primeiros anos de mandato, era membro do PSL (Partido Social Liberal). Já nos dois anos finais ficou sem partido. Para concorrer às eleições presidenciais de 2023, Bolsonaro se filiou ao PL (Partido Liberal). Contudo, perdeu a disputa para Luís Inácio Lula da Silva, membro do PT (Partido dos Trabalhadores). Em 2023, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o ex-presidente da república se tornou inelegível, isto é, foi impedido de se candidatar a cargos públicos.

Mas antes dos eventos citados acima, Jair Messias Bolsonaro já possuía uma carreira pública. Entre 1979 e 1981, ele foi capitão da reserva do exército brasileiro. De 1989 a 1991 foi vereador do Rio de Janeiro pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Na câmara dos deputados, Bolsonaro possuiu sete mandatos como deputado federal do Rio de Janeiro. O primeiro deles em 1991, pelo PDC. O segundo em 1995, pelo PRP (Partido Republicano Progressista). O terceiro em 1999, pelo PPB (Partido do Povo Brasileiro). O quarto em 2003, também pelo PPB. O quinto em 2007, pelo PP (Partido Progressista). O sexto em 2011, também pelo PP. O sétimo em 2015, mais uma vez pelo PP.

Contudo, assim como o deputado federal Nikolas Ferreira, Jair Messias Bolsonaro não chamou atenção pelas suas participações políticas, mas, sim, por suas opiniões e ações polêmicas. Em 1998, o ex-presidente publicou um artigo defendendo pena de morte, prisão perpétua, regime de trabalho forçado para condenados e redução da maioria penal. Também nos anos 90, veio à tona a sua suposta prática de nepotismo. Nos anos 2000, ele defendeu o regime de tortura e, em 2011, se opôs à Comissão da Verdade, que investigava as violações dos direitos humanos ocorridos de 1946 a 1988. Em 2020, durante o seu mandato como presidente da república, ele foi contra publicamente às medidas de proteção para a Covid -19, bem como desdenhou da gravidade da doença. Ademais, Bolsonaro incentivou atos antidemocráticos de seus apoiadores, chamou o sistema de voto eletrônico de “farsa” e teve inúmeras falas desrespeitosas com outros políticos.

Análise e discussão sobre os discursos de Nikolas Ferreira e Jair Messias Bolsonaro

O primeiro discurso a ser investigado dentro da metodologia do estudo de caso é de autoria do deputado federal Nikolas Ferreira. Em 08 de março de 2023, data conhecida pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, o político citado teve falas transfóbicas em um plenário na Câmara dos Deputados. Durante sua apresentação, o deputado federal vestiu uma peruca loira e alegou que, mesmo não sendo uma mulher, ele poderia falar por elas. Isso porque, de acordo com ele, nos dias atuais, qualquer pessoa poderia escolher o seu próprio gênero. Tal explanação diz respeito ao contexto das pessoas transgênero, que não se identificam com o sexo biológico. Ademais, Nikolas

Ferreira comentou que indivíduos desse gênero tentam roubar o lugar das mulheres cisgênero. Por fim, o deputado federal disse que poderia ser acusado de transfobia “apenas” por não concordar com a escolha da transexualidade.

Após esse discurso, o Governo Federal pediu a cassação do mandato do deputado federal. A solicitação foi realizada por meio de uma nota técnica do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No texto, foi afirmado que o deputado federal teve falas transfóbicas, o que feriu o direito da liberdade de expressão. Contudo, o político continuou com o seu mandato intacto. Isso porque o relator do processo, o deputado Alexandre Leite (União Brasil - SP) mudou o seu voto de última hora após “uma melhor reflexão”. Com isso, o processo foi arquivado.

Os demais discursos a serem investigados são de autoria do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Em 2003, o político, que na época era deputado federal, em meio a uma discussão com a atual deputada federal Maria do Rosário, disse que só não a estuprava porque ela não merecia. Em seguida, a chamou de “vagabunda”. Os ataques ocorreram no Salão Verde da Câmara após a deputada acusar Jair Messias de ser “estuprador” e de incitar a violência sexual.⁸ Em dezembro de 2014, durante um plenário na Câmara dos Deputados, Bolsonaro voltou a dizer que não estuprava a deputada porque ela não merecia.

Após repetidas falas misóginas, Maria do Rosário apresentou uma queixa-crime contra Jair Messias Bolsonaro. Em 2016, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal instaurou uma ação penal. Já em 2019, o processo foi suspenso, pois o político se tornou presidente da república, o que lhe permitiu imunidade temporária por crimes anteriores ao mandato.

Por fim, em junho de 2023, o ministro Dias Toffoli determinou que a ação voltasse a tramitar na 1ª Instância da Justiça do Distrito Federal.

Após a ilustração dos discursos, os próximos passos são análise e discussão. Dentro dos componentes do estudo de caso, os mesmos irão se entrelaçar conforme a escrita. Nesta investigação, a pergunta metodológica respondida será “por que?” Em um primeiro momento, há os discursos transfóbicos e misóginos, respectivamente, de Nikolas Ferreira e Bolsonaro, mas sem nenhum contexto. No entanto, à luz dos tópicos trazidos acima, como a liberdade de expressão, os discursos de ódio, o currículo dos deputados e, especialmente, o contexto das pessoas trans e das mulheres cisgênero no Brasil, é possível uma discussão elaborada.

Em primeiro lugar, o território nacional possui uma cultura misógina e transfóbica enraizada, consequência esta que pode ser observada nos dias atuais. Afinal, como dito anteriormente, o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, bem como possui altas taxas de feminicídio. Com isso, é presumível que o discurso misóginos e transfóbico também esteja enraizado na cultura brasileira. Em segundo lugar, nos últimos anos, o país enfrentou um retrocesso social muito grande, especialmente devido ao conservadorismo cultural e religioso da extrema direita, o que aumentou a propagação de discursos de ódio. Ademais, mesmo que as falas do ex-presidente Bolsonaro não se encaixem na linha de tempo citada, o processo movido contra ele, sim. Em terceiro lugar, devido aos motivos descritos no tópico 3, há uma dificuldade em estabelecer um limite para a liberdade de expressão, bem como entender quando as falas se enquadram como discurso de ódio.

No parágrafo acima, foi aplicado um dos componentes do estudo de caso, sendo este a lógica que une os dados às proposições (os

principais aspectos dos discursos). Uma outra questão a ser discutida é o critério para interpretar as descobertas. No caso, a inserção da autora em estudos sociais e comunicacionais, bem como o auxílio de diferentes referências bibliográficas, fez com que o preceito do trabalho fosse baseado no entrelace entre sociedade, cultura e política.

Um último aspecto a ser discutido é sobre o porquê da aceitação social e a não punição judicial das falas transfóbicas e misóginas dos políticos citados. Na verdade, uma possível resposta está contida na junção de diferentes fatores. Em um primeiro momento será discutida a questão da aceitação.

O contexto social brasileiro, regado por racismo, misoginia e transfobia, juntamente com o retrocesso social que o país sofreu, já abrem margem para que as falas que atacam as minorias sejam aceitas por boa parte da população, como algo comum e, até mesmo, necessário.

Além disso, a dificuldade para se delimitar a prática da liberdade de expressão também auxilia na aceitação dos discursos. Isso porque há uma crença de que todos têm o direito de expressar qualquer tipo de pensamento como bem entender. Afinal, “cada um tem a sua opinião”. Ainda sobre essa questão, muitos indivíduos acreditam que palavras soltas não são prejudiciais, pois a violência só é enxergue por eles quando expressa de maneira física. Por fim, a difícil identificação do discurso de ódio, devido ao mascaramento de viés político, também se torna um grande aliado para o acolhimento das falas preconceituosas.

Vale ressaltar que alguns dos motivos expressos para a aceitação dos discursos se enquadram melhor no caso do político Nikolas Ferreira. Contudo, eles não deixam de fazer jus ao posicionamento social relacionado às falas misóginas de Bolsonaro. Isso porque tal manifestação

oral é lembrada até hoje e divide opiniões. Por um lado, há aqueles que a entendem como uma incitação grave ao abuso sexual. Por outro, há quem concorde com as palavras do ex-presidente ou, até mesmo, acredite que o discurso não foi violento devido a não exteriorização física.

No que diz respeito a não punição judicial dos discursos, os casos dos políticos possuem aspectos que os igualam e que os diferenciam. Em ambas as situações, a falta de medidas judiciais está ligada à complexidade da limitação da liberdade de expressão no âmbito jurídico, fruto das distintas concepções e tendências internacionais que auxiliaram na formação do direito à liberdade de expressão no Brasil. Outro ponto são os próprios ideais de quem irá julgar os casos - tema este que não será debatido no artigo.

Para finalizar a análise, o que distingue os casos de não punição são as formas solicitadas de punição e o contexto em que os políticos estavam inseridos. Enquanto Nikolas Ferreira sofreu um processo de cassação do mandato, Jair Messias Bolsonaro recebeu uma petição de queixa-crime. No caso, tais denúncias são julgadas de maneiras distintas. Ademais, um dos motivos que levaram a não punição do ex-presidente está relacionado à sua imunidade temporária enquanto representante máximo da república.

Considerações finais

No decorrer bibliográfico do artigo, foi possível observar as dificuldades judiciais para a delimitação da liberdade de expressão, bem como o cenário social de mulheres cisgênero e pessoas transgênero - tópicos extremamente relevantes para a discussão que veio a seguir.

Já dentro da investigação sobre os motivos que levam a aceitação social e a não punição judicial dos discursos transfóbicos e misóginos, respectivamente, do deputado federal Nikolas Ferreira e do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, as possibilidades teóricas apresentadas giravam em torno da junção de diferentes fatores, como a raiz transfóbica e misógina do país, a dificuldade de delimitação da prática da liberdade de expressão e o aumento do conservadorismo brasileiro nos últimos anos.

O problema inicial da pesquisa foi resolvido em partes, pois o questionamento sobre a aceitação social dos discursos conseguiu chegar a resultados satisfatórios, mesmo que ainda haja outras possibilidades de descobertas e explorações. Contudo, a não punição judicial das falas é uma temática complexa de ser abordada. Logo, o artigo optou por explorar essa parte de forma menos intensa. Os resultados, então, focaram na delimitação legal da liberdade de expressão e nas formas de julgamento dos casos, apesar de terem sido citados outros dois pontos.

De modo geral, o artigo se pautou em generalizações para explicar os motivos que levam a aceitação social e a não punição judicial dos discursos dos políticos citados. Vale ressaltar, porém, que as pessoas não são iguais, e o objetivo do trabalho não foi igualá-las. Apesar disso, para o estudo de caso, assim como para outras metodologias, não é possível trabalhar com individualidades. O que se pode oferecer é um panorama sobre os acontecimentos e seus contextos.

Por fim, é importante ressaltar a profundidade que envolve os estudos sobre liberdade de expressão e discurso de ódio. A temática, que pode ser investigada de maneiras distintas, apresenta não somente um viés político, como também perspectivas sociais, culturais

e comunicacionais. Portanto, é fundamental que o tema seja trabalhado nas mais diferentes áreas.

Considerações finais

Andrade, A. G. C. (2021). Liberdade de expressão e discurso de ódio. *Revista da EMERJ*, 23(1), 9-34.

Benevides, B. G. (2022). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo* (1st ed.). Editora Unesp.

Câmara dos Deputados. Jair Bolsonaro. <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>

Câmara dos Deputados. Nikolas Ferreira. <https://www.camara.leg.br/deputados/209787/biografia>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidente da República.

Costa, M. C. C. (2013). Liberdade de expressão como direito: história e atualidade. *Nhengatu*, 1(1).

Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia. (2024). Universidade de São Paulo.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (2024). Universidade de São Paulo.

Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril de 2016.

Fantinati, C. E. (1990). Sobre o discurso político. *Alfa: Revista de Linguística*, 34, 1-10.

Filho, I. R. (2016.). Estado democrático de direito e os limites da liberdade de expressão na constituição federal de 1988. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, 8(14), 112-142.

Freitas, R. V., & Castro, M. T. (2013). Liberdade de expressão e discurso de ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. *Sequência*, (66), 327-355.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). 16o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União.

Lei no 13.104, de 9 de março de 2015. Diário Oficial da União.

Organização das Nações Unidas. (2013). Declaração de Viena sobre o feminicídio.

Paula, L., & Sant'Ana, C. G. (s.d.). A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. *Dialnet*, 19(1), 7555-7574.

Resolução nº 270, de 11 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros

Silva, R. L., Nichel, A., Martis, A. C. L., & Borchardt, C. K. (2011). Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, (2), 445-468.

Trindade, L. V. (2022). *Discurso de ódio nas redes sociais* (1st ed.). Editora Jandaíra.

Warburton, N. (2020). *Liberdade de expressão: uma breve introdução* (1st ed.). Editora Dialética.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2nd ed.). Bookman Editora.

MACHO, MASCULINO, HOMEM: O PAPEL DO CONSERVADORISMO E DAS PAUTAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO DISCURSO POLÍTICO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

*Francisco Arrais Nascimento¹
Isadora da Silva Prestes²*

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou um processo de ascensão de movimentos políticos de direita e extrema-direita, refletindo tendências globais de uma guinada conservadora em diversos países. Esse fenômeno no Brasil está intrinsecamente ligado a um retorno de pautas que promovem valores conservadores, especialmente no que diz respeito a questões de costumes, moralidade e governança. A ascensão da direita no cenário político brasileiro tem sido marcada pela defesa de valores tradicionais, como a família heteronormativa, o patriotismo, o

-
1. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). francisco.arrais.nascimento@gmail.com
 2. Publicitária. Mestranda em Comunicação na Univ. Estadual Paulista (UNESP). isadora.prestes@unesp.br

nacionalismo e a preservação de certos padrões morais, frequentemente sustentados por bases religiosas, notadamente o cristianismo evangélico.

Partindo-se do pressuposto de que gênero e sexualidade são modalidades de um mesmo processo social, imbuindo-se do entendimento infiltrado na cultura brasileira por meio do processo de colonização e de dominação euroamericana, se pode inferir que tal entendimento ancorado na negação, além de conduzir ao erro cria uma zona cinzenta de entendimento que borra as fronteiras entre os conceitos, uma vez que, “gênero e sexualidade podem ser entendidos como categorias de produção da diferença” (França, 2019, p. 45) apresentando construções sociais distintas que se relacionam, tendo seu entendimento muitas vezes alocados enquanto sinônimos, o que não se configura enquanto uma compreensão verossimilhante (Nascimento, 2021).

Assim, ao inferir que a sociedade brasileira está inserida em um sistema de saber/poder patriarcal, que utiliza-se do sexismo enquanto estratégia/método de docilização dos corpos, autorizando um comportamento machista (Foucault, 1987a; Hartmann, 1984 [1979]; Nunes, 2016; Sau, 2000) como forma de empreender a vontade dos grupos hegemônicos, ou seja, utilizar-se de uma complexa engenharia que agrega tecnologias (Lauretis, 1994), sistemas (Foucault, 1987b, 2000; Nunes, 2016; Rubin, 2017) e dispositivos de controle social (Foucault, 2020a, 2020b).

Ao vislumbrar tal entendimento, se pode suscitar a percepção de que existem discursos hegemônicos que regulam, normatizam, instauram normas e produzem “verdades” e assim prevalecem e são perpetuados. Fischer (2001, p. 199) ressalta que, “o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder”. Assim, se o poder produz “verdades”

se pode dizer que “a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente” (Foucault, 2020a, p. 11).

Diante disso, ao voltar-se para as questões político-partidárias e conseqüentemente para a polarização que vem emergindo tanto no cenário tanto nacional³ quanto global e estabelecer diálogo com Luvizotto (2022) e Pleyers (2020) ao afirmarem que, o ambiente digital é um campo de batalha onde narrativas e contranarrativas sociais disputam poder (Jelin, 2002) e estabelece um regime de visibilidade que possibilita que tais narrativas e/ou contranarrativas possam auferir *status* de verdade. Compreende-se que a ascensão da extrema direita na América e na Europa tem sido um fenômeno marcante e multifacetado, influenciado por uma combinação de fatores econômicos, sociais e culturais.

As redes sociais desempenharam um papel crucial na disseminação das ideias de extrema direita, permitindo que esses grupos alcançassem um público amplo e diversificado. Plataformas como Facebook, X e YouTube foram usadas para difundir teorias da conspiração, notícias falsas e narrativas de polarização. Diante disso, indaga-se: Qual o papel do conservadorismo e das pautas de gênero e sexualidade no discurso político da extrema direita no Brasil? Diante disso, objetiva-se compreender como as narrativas que impulsionam o conservadorismo e o engajamento de pautas que envolvem gênero e sexualidade tem sido utilizados pela extrema direita no Brasil para impor e/ou influenciar padrões comportamentais da população mais jovem. Para tanto, a pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e cunho documental, ancorada em cartografia de sentimentos, tendo por espaço de coleta a plataforma

3. As eleições de 2018 que culminaram na eleição do Candidato Jair Messias Bolsonaro, na época filiado ao Partido Liberal (PL).

instagram e como amostra políticos brasileiros como Nikolas Ferreira (PL) e Carla Zambelli (PL). Utilizando-se do método arbóreo de Pinto Molina (1992) e na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), além da mineração de textos para identificar as principais assuntos e argumentos proferidos pelos atores analisados.

Aspectos Metodológicos

Com base em uma abordagem qualitativa, buscaram-se, segundo Minayo (2000, p. 21) respostas às questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes. De acordo com Gil (2019, pp. 62-63), a pesquisa documental, na qual ancora-se o estudo aqui apresentado, proporciona algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Assim, ao adotar os procedimentos metodológicos necessários para obter respostas aos questionamentos que comumente emergem do processo investigativo e atender aos objetivos supra citados pelo pesquisador, elegendo-se como método a Cartografia (Cartografia de documentos e Cartografia de sentimentos) (Rolnik, 2016).

Ressalta-se que, devido à impossibilidade de acesso à plataforma X, suspensa em todo o Brasil desde 30 de agosto de 2024, esta pesquisa, que inicialmente visava analisar os tweets publicados entre 1º e 30 de junho de 2024 nos perfis oficiais dos políticos brasileiros

Nikolas Ferreira (PL), Carla Zambelli (PL) e Érika Hilton (PSOL), será redirecionada para a análise dos conteúdos publicados no Instagram das parlamentares durante o mesmo período.

Resultados e Discussão

O discurso reducionista da então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil Damares Alves “meninas vestem rosa, meninos vestem azul⁴⁷” se tornou um símbolo poderoso das narrativas conservadoras e machistas no Brasil contemporâneo, especialmente após ser proferida por figuras políticas em defesa de uma visão tradicional e binária de gênero. Tal afirmação encapsula o discurso conservador que tenta reforçar uma divisão rígida entre papéis de gênero, marcando um retrocesso diante das conquistas dos movimentos feministas e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais, Arromânticas, Agênero, Pansexuais, Polisssexuais e não-cis que não se considere trans ou ainda qualquer uma das definições atribuídas na sigla - LGBTQIAPN+ nas últimas décadas. A insistência nesse tipo de narrativa não é apenas uma questão estética ou de gosto, mas revela uma tentativa de restaurar e naturalizar uma ordem social que já está sendo desafiada por novas dinâmicas sociais e culturais. Esse fenômeno tem implicações profundas no cenário sociopolítico brasileiro, refletindo tanto um conservadorismo smoral

4. Ver Clarissa Pains. “Menino veste azul e menina veste rosa’, diz Damares Alves em vídeo”. (Jornal O Globo. (3 jan. 2019). *Menino veste azul e menina veste rosa’, defende a ministra Damares* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=XneG8mC5CGo>)

quanto a resistência a transformações que promovem a igualdade de gênero e a diversidade.

A frase em questão representa uma visão reducionista e ultrapassada, associando cores a gêneros de forma determinista. Esse discurso ignora o fato de que os papéis de gênero, assim como as escolhas estéticas, são construções sociais e não realidades imutáveis. Ao insistir em uma divisão binária e rígida entre o que é masculino e feminino, esses políticos buscam reafirmar normas que limitam a liberdade de expressão individual e mantêm as relações de poder tradicionais. Essa narrativa, ao mesmo tempo que se apresenta como uma defesa de “valores familiares” ou da “ordem natural”, serve para deslegitimar os esforços de quem luta por uma sociedade mais inclusiva e plural.

Um dos principais efeitos desse tipo de discurso é a perpetuação de estereótipos de gênero que, historicamente, restringiram as oportunidades e liberdades das mulheres e de indivíduos que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Ao sugerir que meninas e meninos devem seguir regras estéticas e comportamentais distintas desde cedo, essas narrativas reforçam a ideia de que homens e mulheres possuem papéis sociais predeterminados, o que colabora para a manutenção de desigualdades de gênero. Essas falas conservadoras ajudam a perpetuar a subordinação feminina e a subvalorização das mulheres em diversas esferas, desde o mercado de trabalho até o ambiente familiar, além de negarem a legitimidade de identidades e expressões de gênero que fogem ao binarismo tradicional.

No contexto sociopolítico contemporâneo, a defesa de ideias como “meninas vestem rosa, meninos vestem azul” surge como parte de uma reação conservadora ao avanço de pautas progressistas. A ascensão

de movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e outros grupos que lutam por direitos e representatividade tem provocado, em muitos setores da sociedade, uma resistência significativa. Essa reação, liderada por políticos de direita e extrema-direita, se apoia em uma retórica que busca desqualificar essas demandas sociais, associando-as a uma “ideologia” que supostamente ameaça a estrutura familiar e os valores tradicionais. O que está em jogo, na verdade, é uma disputa por poder e controle: ao tentar naturalizar e cristalizar papéis de gênero, o conservadorismo procura manter as hierarquias sociais que privilegiam homens heterossexuais e cisgêneros.

É importante destacar que essas narrativas conservadoras encontram eco em um contexto de polarização política, em que a busca por simplificação e polarização de discursos é uma estratégia eficaz para conquistar apoio popular. Frases como “meninas vestem rosa, meninos vestem azul” apelam para um senso comum e um imaginário popular que se sente ameaçado pelas mudanças sociais. Ao se apropriar dessa linguagem simplificada e aparentemente inofensiva, políticos conservadores conseguem mobilizar uma base de eleitores que teme a perda de seus privilégios culturais e sociais. Esse tipo de retórica é eficaz por seu apelo emocional, mas também é perigoso, pois promove a desinformação e o preconceito, reforçando estruturas de poder que impedem o avanço da igualdade.

No entanto, é preciso também compreender que esse tipo de narrativa não resiste ao escrutínio da realidade contemporânea. A sociedade brasileira, especialmente as gerações mais jovens, tem se tornado cada vez mais aberta à diversidade e mais crítica em relação às normas tradicionais de gênero. A ideia de que meninas e meninos devem

se comportar de maneira distinta, com base em regras impostas, está sendo amplamente contestada, tanto no nível cultural quanto acadêmico. A pluralidade de identidades e expressões de gênero e a desconstrução dos estereótipos de masculinidade e feminilidade são avanços que já não podem ser ignorados, apesar das tentativas de setores conservadores de impor retrocessos.

Dessa forma, o uso de falas como “meninas vestem rosa, meninos vestem azul” no discurso político contemporâneo está diretamente ligado a um movimento de resistência às mudanças sociais e culturais que promovem a igualdade e a inclusão. Esse discurso conservador, embora tente se apresentar como defensor de valores tradicionais, é, na verdade, uma tentativa de reverter conquistas democráticas que ampliam o espaço de cidadania para todos. Ao insistir em uma visão estreita e excludente de gênero, políticos conservadores não apenas negam a realidade da diversidade humana, mas também promovem uma visão de sociedade que reforça desigualdades e hierarquias, em vez de buscar justiça e equidade.

Diante disso, se pode inferir que, O conservadorismo político, especialmente nas vertentes de direita e extrema-direita no Brasil, tem exercido uma influência significativa sobre as pautas de gênero e sexualidade. Esse movimento político tem adotado uma postura contrária ao avanço de direitos e ao reconhecimento de identidades que desafiam a visão tradicional de gênero e orientação sexual, contribuindo para um cenário de polarização e debates intensos sobre esses temas. A relação entre o conservadorismo e as pautas de gênero e sexualidade se baseia na reafirmação de valores moralmente rígidos, que se alinham à defesa de uma família tradicional e da cisnormatividade, enquanto combatem

aquilo que consideram ameaças a essa estrutura, como os direitos LGBTQIAPN+, a ampliação de direitos reprodutivos e a educação sexual.

O conservadorismo de direita se apoia em princípios morais, muitas vezes vinculados a correntes religiosas cristãs, que defendem a manutenção de papéis de gênero fixos e binários. Nesse sentido, as expressões e vivências de sexualidade que fogem à heteronormatividade são vistas como uma transgressão aos valores tradicionais. Políticos conservadores têm, assim, se posicionado contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção por casais homoafetivos e o reconhecimento de identidades transgênero. Esse posicionamento vai além de uma simples oposição: há uma tentativa de reverter conquistas de direitos e, frequentemente, uma mobilização política baseada no medo do que chamam de “ideologia de gênero”.

O conceito de “ideologia de gênero” tornou-se central no discurso conservador brasileiro. Segundo essa narrativa, haveria uma tentativa sistemática de “destruir” a família e a inocência das crianças ao promover uma visão pluralista de gênero, especialmente nas escolas. A educação sexual, que visa esclarecer e preparar jovens para uma convivência mais igualitária e respeitosa, é comumente retratada como uma ameaça à moralidade, ao passo que movimentos de extrema-direita e grupos religiosos trabalham para barrar ou reverter qualquer iniciativa de ensino sobre gênero e diversidade sexual.

No entanto, a argumentação conservadora muitas vezes se apoia em distorções e na criação de uma ameaça fictícia. A dita “ideologia de gênero” não é um projeto organizado de subversão, mas sim uma busca por maior inclusão e reconhecimento da diversidade humana. Grupos conservadores, ao resistirem a essa pluralidade, recorrem a discursos

que reforçam a cis-heteronormatividade como padrão e limitam o espaço de discussão sobre a dignidade e os direitos das pessoas que não se encaixam nesses moldes. Essa resistência conservadora, então, tende a alimentar preconceitos e marginalizar ainda mais grupos vulneráveis, que já enfrentam altos índices de violência, discriminação e exclusão social no Brasil.

Por outro lado, o conservadorismo político de direita e extrema-direita articula essas pautas de gênero e sexualidade com o que chama de “defesa da família”. A visão de família, nessa perspectiva, é limitada ao modelo nuclear tradicional: homem, mulher e filhos. Qualquer tentativa de expandir ou modificar essa concepção é vista como uma ameaça aos pilares da sociedade. Nesse sentido, a defesa da família funciona como um escudo retórico para justificar a exclusão de outras formas de organização familiar, como as formadas por casais LGBTQIAPN+ ou arranjos alternativos que fogem à normatividade.

No debate sobre o direito ao corpo, o conservadorismo também atua de maneira incisiva, sobretudo no que tange aos direitos reprodutivos. O aborto é um tema central nesse embate, com a direita conservadora se posicionando contra qualquer flexibilização das leis que permitam a interrupção legal da gravidez. Ao mesmo tempo, nega-se a discutir políticas de planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva, o que contraria diretrizes de organismos internacionais de saúde que defendem a autonomia das mulheres e das pessoas com capacidade de gestar sobre seus corpos.

Diante disso, a resistência conservadora às pautas de gênero e sexualidade no Brasil não deve ser vista apenas como uma disputa política. Ela reflete uma tentativa de manter estruturas de poder e

controle sobre os corpos, as identidades e as vidas que escapam à norma tradicional. O discurso de direita e extrema-direita, ao se posicionar de forma combativa contra a diversidade, acaba por perpetuar uma cultura de exclusão e violência, particularmente contra minorias sexuais e de gênero.

Logo, se pode empreender que, A interseccionalidade entre conservadorismo, machismo e a atuação política de figuras como Nicolas Ferreira, Carla Zambelli e Damares Alves revela como essas forças se interconectam e reforçam discursos que perpetuam opressões históricas em relação ao gênero e à diversidade. Esses políticos são emblemáticos de uma vertente ideológica que articula valores conservadores com um posicionamento machista, ao mesmo tempo em que se opõem às pautas progressistas de inclusão social e defesa dos direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+.

Nicolas Ferreira, deputado federal, construiu sua imagem pública sobre uma postura abertamente conservadora, utilizando-se frequentemente de discursos que invalidam os movimentos feministas e LGBTQIAPN+. Em episódios notórios, como o discurso no Dia Internacional da Mulher, ele ironizou a luta das mulheres trans, reafirmando uma visão biológica e essencialista do gênero que está em sintonia com a agenda conservadora. Essa retórica busca desacreditar a luta por reconhecimento e igualdade de direitos, ao mesmo tempo que reflete a perpetuação de estereótipos de gênero e a defesa de uma estrutura patriarcal, típica do machismo estrutural.

Da mesma forma, Carla Zambelli e Damares Alves, enquanto representantes femininas no cenário político, contradizem a expectativa de que a presença de mulheres no poder automaticamente impulsiona

pautas feministas. Ao contrário, ambas se inserem em uma narrativa conservadora que reforça valores tradicionais de família, religião e moralidade, frequentemente à custa de direitos reprodutivos e das pautas de igualdade de gênero. A atuação de Damares, enquanto ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, foi marcada por uma visão moralista que tende a limitar a autonomia das mulheres sobre seus corpos, reforçando um papel social feminino restrito à maternidade e à vida familiar tradicional.

Essa articulação política conservadora e machista não se dá de maneira isolada; ela se coloca como uma reação aos avanços de pautas progressistas que desafiam o status quo. Nesse cenário, Erika Hilton, primeira mulher trans eleita deputada federal, emerge como um contraponto. Sua atuação política está enraizada na defesa dos direitos das minorias, particularmente da comunidade LGBTQIAPN+, das mulheres e dos negros, desafiando as narrativas que tentam restringir esses grupos a papéis sociais pré-determinados. Hilton simboliza uma nova forma de fazer política, que compreende as complexidades das opressões interseccionais e luta por um país mais inclusivo e igualitário.

O conservadorismo de figuras como Ferreira, Zambelli e Damares, ao ser interseccionado com o machismo, se revela como uma força que, ao tentar preservar tradições e valores considerados “naturais” ou “corretos”, impede o avanço de políticas mais inclusivas e progressistas. Essa interseção é particularmente evidente no ataque constante às pautas de gênero e na defesa de uma moralidade que hierarquiza corpos e identidades, mantendo a supremacia de certos grupos em detrimento de outros. O contradiscurso de Erika Hilton, por outro lado, representa uma ruptura com essa lógica, propondo uma política que reconhece a

pluralidade de experiências e a necessidade de transformar as estruturas de poder que marginalizam e silenciam vozes dissidentes.

Portanto, o confronto entre esses grupos políticos evidencia uma disputa não apenas ideológica, mas estrutural, que envolve uma compreensão sobre quais corpos, identidades e subjetividades são legitimamente reconhecidos e protegidos pela esfera política. De um lado, há a manutenção de uma ordem conservadora e patriarcal; de outro, o clamor por justiça social e igualdade de direitos, particularmente pelas mãos daqueles historicamente excluídos dos espaços de poder.

Por fim, o argumento central dos conservadores de que a defesa da família e dos valores tradicionais é essencial para a ordem social esbarra na necessidade contemporânea de se construir uma sociedade mais plural, inclusiva e justa. A diversidade de gênero e sexualidade é uma realidade que não pode ser suprimida por discursos retrógrados. A luta por direitos não deve ser vista como uma ameaça, mas como uma ampliação de dignidade e respeito. Ao combater essas pautas, o conservadorismo político limita o progresso social e perpetua uma cultura de intolerância, que contradiz os princípios democráticos de liberdade e igualdade.

Assim, o conservadorismo de direita e extrema-direita no Brasil desempenha um papel fundamental na oposição às pautas de gênero e sexualidade, mas essa oposição também revela o temor de mudanças profundas em uma sociedade que cada vez mais busca incluir e reconhecer as diferenças. A luta por esses direitos continuará a ser um dos principais campos de batalha no cenário político brasileiro, refletindo tensões entre o conservadorismo e os anseios por uma sociedade mais igualitária.

Conclusão

O embate entre conservadorismo, extrema direita e pautas de gênero e sexualidade no Brasil reflete um conflito profundo e complexo entre diferentes visões de mundo. De um lado, estão os defensores de valores tidos como tradicionais e religiosos que veem nas mudanças sociais uma ameaça à estrutura familiar e aos seus princípios morais. Do outro, estão os movimentos progressistas que lutam pela igualdade, pelo reconhecimento dos direitos humanos e pela inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O conservadorismo empregado nas pautas políticas tem se manifestado em debates sobre educação, direitos LGBTQIAPN+, igualdade racial e questões de gênero. Políticos de direita têm frequentemente atacado o que chamam de “ideologia de gênero”, criticando políticas educacionais que promovem uma visão pluralista de gênero e sexualidade. A defesa da “família tradicional” aparece como um eixo central, e medidas progressistas, como a legalização do aborto ou a descriminalização das drogas, são vigorosamente combatidas por esses grupos.

Além das pautas morais, o conservadorismo da direita também se reflete em questões econômicas e de segurança pública. Há uma insistência em modelos econômicos liberais, com foco na diminuição do papel do Estado na economia, privatizações e reformas trabalhistas que buscam desregulamentar o mercado de trabalho. O discurso da extrema-direita frequentemente apela para uma noção de “ordem” e “disciplina”, reivindicando soluções mais duras para o combate ao crime e exaltando as forças de segurança como defensoras dos “valores da nação”. Esse enfoque se concretiza na defesa do armamento civil,

com o argumento de que o cidadão deve ter o direito de proteger sua propriedade e sua família.

A ascensão da direita, portanto, não se restringe a uma resposta a problemas econômicos, mas é uma reação a transformações sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas. A globalização, a ampliação dos direitos civis para minorias e o avanço das tecnologias de comunicação deram maior visibilidade a pautas progressistas, gerando um contramovimento que busca resgatar valores vistos como ameaçados.

Esse cenário também é impulsionado por uma crescente desconfiança nas instituições democráticas, exacerbada pela polarização política. Narrativas que alimentam o medo da corrupção, a ineficácia do Estado e a ameaça ao modo de vida tradicional têm se mostrado eficazes para mobilizar eleitores insatisfeitos com a política tradicional. Movimentos de extrema-direita se apresentam como uma ruptura necessária, utilizando-se de uma retórica agressiva e simplificada para prometer soluções rápidas e definitivas para problemas complexos.

A emergência da extrema-direita no Brasil é, assim, um fenômeno multifacetado, no qual o conservadorismo desempenha papel central. Ele opera tanto no campo das ideias e valores morais quanto nas políticas públicas, propondo uma resistência ao que seus adeptos consideram ser uma erosão dos fundamentos da sociedade. Entretanto, essa resistência frequentemente ignora a complexidade das transformações sociais contemporâneas e se ancora em discursos polarizadores que promovem a divisão social e minam o debate democrático.

Logo, a ascensão da direita e extrema-direita no Brasil não pode ser dissociada da revalorização do conservadorismo em várias esferas políticas. Enquanto esse movimento busca reafirmar um conjunto de

valores considerados tradicionais e imutáveis, ele também gera tensões profundas com visões mais progressistas e pluralistas da sociedade, criando um campo de batalha ideológico que reflete as disputas mais amplas do mundo contemporâneo.

Em suma, a insistência em discursos como “meninas vestem rosa, meninos vestem azul” revela mais do que uma simples preferência por normas tradicionais: ela expressa um projeto político que visa manter intactas as estruturas de poder baseadas na opressão de gênero. No contexto atual, esse tipo de narrativa enfrenta, por um lado, o apoio de setores conservadores que temem as mudanças, e, por outro, a resistência crescente de movimentos sociais que buscam construir uma sociedade mais justa, plural e livre de preconceitos.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 197-223, <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>.

França, I. L. (2019). Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. *Margem esquerda*, 33, 45-52.

Foucault, M. (1987a) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.

Foucault, M. (1987b). *A arqueologia do saber*. Forense – Universitária.

Foucault, M. (2000). *Microfísica do poder*. Graal.

Foucault, M. (2020a). *História da sexualidade 1 - a vontade de saber*. Paz e Terra.

Foucault, M. (2020b). *História da sexualidade 4: as confissões da carne*. Paz e Terra.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Hartmann, H. (1984 [1979]). The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In A. Jaggar, & P. Rothenberg (Orgs.), *Feminist Framework. Alternative theoretical accounts of the relations between women and men*. McGraw-Hill.

Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI.

Lauretis, T. de. (1994). A tecnologia do gênero. In H. B. de Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rocco.

Luvizotto, C. K. (2022). Comunicação Digital e Cidadania: A Atuação de Movimentos Sociais e Contramovimentos Durante a Pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática*, 17(1), 61–72.

Minayo, M. C. de S. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.

Nascimento, F. A. (2021). *Nomear, classificar, existir: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a organização do conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista].

Nunes, D. M. (2016). *O pensamento feminista na economia: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Pinto Molina, M. (1992). *El resumen documental: principios e métodos*. Pirâmide.

Pleyers, G. (2020). A pandemia é um campo de batalha. Movimentos sociais no bloqueio da COVID- 19. *Journal of Civil Society*, 16(4), 295–312.

Rubin, G. S. (2017). *Políticas do sexo*. Ubu.

Sau, V. (2000). *Dicionário ideológico feminista I*. Icaria.

PAUTAS LGBTQIA+ E AGENDAMENTO MIDIÁTICO: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO ‘MÊS DO ORGULHO’ NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1

Juliana Ferreira Cavalcanti¹
Laerte José Cerqueira da Silva²

O jornalismo se constituiu como atividade remunerada no século XIX devido a um intenso processo de urbanização, escolarização, industrialização, avanços tecnológicos e regimes políticos nos quais o princípio de liberdade de imprensa era fundamental. No século XX, através da internet, a profissão entra na era tecnológica, a partir dos anos 1970, com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (Marcondes Filho, 2002).

-
1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/UFPB).
juliana.ferreiracavalcanti@gmail.com
 2. Doutor em Comunicação.
Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB.
laerte.cerqueira@academico.ufpb.br

Os espaços digitais destacam o webjornalismo (jornalismo praticado na web) caracterizado pela hipertextualidade (Canavilhas, 2014) e outras propriedades que facilitam a produção e disseminação de informações.

A web amplia a presença midiática de grupos sociais como a comunidade LGBTQIA+³, cuja sigla abrange orientações sexuais, identidades e expressões de gênero não hegemônicas, historicamente marginalizadas e sinaliza um esforço contínuo para promover inclusão e igualdade (Gonçalves, 2017). O jornalismo insere este movimento na agenda social ao ressaltar suas vitórias e reivindicações enquanto decide quais pautas serão discutidas pelos veículos.

A mídia potencializa as discussões no espaço público ao apresentar conteúdos sobre a população LGBTQIA+, indo além das pautas hegemônicas, ou seja, pautas que reforçam o lugar de legitimidade dado a determinados discursos hegemônicos na sociedade. Neste caso, o discurso capaz de transformar a experiência heterossexual burguesa em pretensamente universal, inferiorizando ou invisibilizando outras possibilidades de experiência social (Santana, 2018).

A visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na imprensa pode ser relacionada aos pressupostos da Teoria do Agendamento (*Agenda Setting*), que destaca o papel da mídia na disseminação das informações na contemporaneidade (Castro & Porto Junior, 2018). O artigo de McCombs e Shaw (1972) introduziu este conceito hoje utilizado em vários contextos, demonstrando que a comunicação midiática é capaz de agendar os temas que são objeto do debate público.

3. Consideramos as siglas LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, LGBT+ e LGBTI+, conforme Reis (2018) e Quinalha (2022).

Os estudos sobre agendamento midiático defendem que um objeto importante para a agenda da mídia torna-se importante para a agenda do público. Assim, a representação da realidade apresentada pela mídia constitui uma importante projeção dos acontecimentos na opinião pública, oferecendo temas que se tornam objeto de reflexão (Castro & Porto Junior, 2018).

Considerando as inovações tecnológicas e sociais que afetaram as produções jornalísticas e que a *Agenda-Setting* representa uma redescoberta do poder do jornalismo para selecionar acontecimentos ou temas noticiáveis e enquadrar estes acontecimentos e/ou temas (Traquina, 2020), este trabalho busca compreender a cobertura jornalística relacionada às temáticas LGBTQIA+ durante o ‘Mês do Orgulho’, em junho de 2023 e 2024, no portal de notícias G1. O objetivo é ressaltar os recortes, enquadramentos e temas visíveis nas matérias que destacaram a população LGBTQIA+ nos períodos investigados.

Esta pesquisa é baseada na Teoria do Agendamento que evidencia o poder da mídia para influenciar a agenda pública, destacando determinados temas e influenciando a percepção pública sobre esses temas (McCombs & Shaw, 1972). Além da *Agenda-Setting*, a fundamentação teórica apresenta discussões sobre webjornalismo (Canavilhas, 2014), descrevendo as funcionalidades da *web* para a produção noticiosa; a origem do movimento LGBTQIA+ no Brasil (Quinalha, 2022) e sua presença midiática; a compreensão dos corpos e identidades como potências políticas (Preciado, 2011) e a representatividade para além da visibilidade, buscando a inclusão de modo mais plural e efetivo (Quinalha, 2022).

Empiricamente, 84 produções jornalísticas publicadas em junho de 2023 e 2024 foram divididas em categorias para a análise e interpretação dos dados a partir da metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). A categorização semântica foi utilizada para classificar os elementos das matérias em quatro categorias temáticas correspondentes a junho de 2023 e cinco relacionadas a junho de 2024. A pesquisa concluiu que o G1 desempenhou um papel significativo na visibilidade das questões LGBTQIA+ durante o ‘Mês do Orgulho’ nos dois anos.

A trajetória da comunidade LGBTQIA+ é marcada por lutas contra preconceitos e interdições aos seus direitos. Por isso, as atividades jornalísticas têm um papel fundamental na promoção de um olhar diverso e respeitoso. Através das ferramentas do webjornalismo, as questões de gênero e sexualidade podem ser ampliadas no espaço público. Já a Teoria do Agendamento demonstra como a mídia pode influenciar a agenda pública ao destacar temas importantes, promovendo inclusão e igualdade.

Webjornalismo: conceito e características

A *World Wide Web* é uma rede de abrangência mundial baseada em hipertexto, multimídia e sistemas de recursos para a internet, que permite a visualização de documentos por interfaces gráficas chamadas *websites (sites)*, que reúnem em uma página diferentes arquivos (texto, imagem, vídeo, áudio) por meio de *hyperlinks (links)*. A *Web* se tornou a estrutura fundamental do webjornalismo⁴ para todas as fases da produção noticiosa (Canavilhas, 2014).

4. Será adotado o termo webjornalismo para designar o jornalismo que se faz na *Web* e para a *Web* (Canavilhas, 2014).

O webjornalismo possui como principal característica a hipertextualidade. Isso significa que na *web*, o texto se transforma em um hipertexto: uma tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos (unidade informativa composta por textos, palavras, páginas, imagens fixas ou em movimento, sons, gráficos, etc) ligados através de hiperligações (*links*). O hipertexto permite ao usuário seguir diversos itinerários de leitura, no qual cada bloco informativo tenta situar o leitor no contexto do documento. Já as hiperligações, ao unirem os blocos informativos, podem cumprir funções específicas no hipertexto, como a contextualização do relato (Canavilhas, 2014).

Além da hipertextualidade, o webjornalismo se destaca pela multimidialidade, pois a *Web* permite explorar na narrativa todos os tipos de linguagem, combinando simultaneamente múltiplos formatos comunicativos como a escrita, a linguagem fotográfica, a criação sonora e a narrativa audiovisual (Salaverría, 2014). Outra característica é a interatividade: “capacidade gradual que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores tanto na seleção de conteúdos (interatividade seletiva) como em possibilidades de expressão e comunicação (interatividade comunicativa)” (Rost, 2014, p.55).

A memória também é um recurso do webjornalismo pois as redes digitais disponibilizam espaço virtualmente ilimitado para o armazenamento de informação que pode ser produzida, recuperada, associada e colocada à disposição do público (Palacios, 2014). A memória nos conteúdos jornalísticos entra em ação através do relato da atualidade: como ponto de comparação do evento presente com eventos passados (recentes ou remotos); como analogias; convites à nostalgia, ou por meio da apresentação do presente como elemento para desconstruir

e tornar a construir, sob novos fatos, os acontecimentos do passado (Palacios, 2014).

As publicações no webjornalismo também se diferenciam pela instantaneidade em publicar, consumir e, sobretudo, em distribuir conteúdos (Bradshaw, 2014). As produções ainda são caracterizadas pela personalização que conduz a novas opções de consumo de informações para os usuários (Lorenz, 2014), a exemplo dos *blogs* especializados.

Por último, o webjornalismo é caracterizado pela ubiquidade, que no contexto da mídia, implica que qualquer pessoa, em qualquer lugar, possui acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real (Pavlik, 2014).

Diante do exposto, pode-se concluir que a web é indispensável para o jornalismo contemporâneo, desde a concepção de pautas, construção de narrativas, divulgação e circulação dos conteúdos (Ferrari, 2009). No webjornalismo, a atualização das publicações ocorre ininterruptamente podendo incluir textos, fotos, gráficos, vídeos, áudios e ilustrações na mesma cobertura (Salaverría, 2014). O texto não é mais definitivo, pois novas informações enriquecem a matéria, através de comentários nas redes sociais e demais espaços de participação do público (Rost, 2014).

Neste contexto, o G1 é o portal de notícias do *Grupo Globo* e entrou no ar no dia 18 de setembro de 2006 como a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da *Globo* criada e pensada para o jornalismo digital. Atualmente, possui redações em todos os Estados brasileiros e publica notícias factuais e reportagens especiais utilizando imagens, vídeos exclusivos, infográficos, mapas e recursos visuais interativos. O portal possui versões para *desktop* e dispositivos móveis; aplicativos

para os sistemas operacionais *IOS* e *Android* e perfis nas principais redes sociais (Memória Globo, 2022).

Hoje, além dos meios tradicionais (jornais, rádio e televisão), os veículos produzem para múltiplos formatos adaptados às mídias digitais, plataformas e tecnologias usadas para criar, distribuir e compartilhar informações. Essas mídias abrangem *sites*, redes sociais, aplicativos, *podcasts* e plataformas de *streaming*. Desse modo, o webjornalismo ampliou narrativas, permitindo uma maior presença de diferentes personagens e temas na agenda social. Entre os exemplos, destaca-se o movimento LGBTQIA+.

Movimento LGBTQIA+ no Brasil: história e presença midiática

Até o século XX não existiam movimentos LGBTQIA+ específicos no Brasil, embora no cenário internacional já houvesse mobilização política registrada desde o século XIX (Quinalha, 2022). No dia 28 de junho de 1969, a luta desta população ganha espaço no mundo, pois nesta data a comunidade gay de Nova York, liderada por mulheres transgêneros, resistiu às investidas policiais no Bar *Stonewall*. A rebelião ficou conhecida como *Revolta de Stonewall* e deu origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, iniciando uma série de protestos e atividades que atualmente acontecem em junho e fazem parte do ‘Mês do Orgulho’ (Reis, 2018).

Na década de 1970, a militância por direitos civis se tornou intensa no Brasil, defendendo mudanças sociais, a reconfiguração dos papéis sexuais e novos modelos de configuração familiar (Santana, 2018). Em 1978, surge o jornal *Lampião da Esquina*, que discursava de forma politizada sobre a sexualidade e funcionou até 1981. Naquela época,

os jornais e panfletos, na maior parte das vezes artesanais e modestos, quase sempre clandestinos, ao difundir informações possibilitaram que “identidades individuais e coletivas fossem constituídas mesmo em tempos de enorme conservadorismo moral” (Quinalha, 2022, p.106).

O *Lampião da Esquina* foi o primeiro jornal de alcance nacional feito por homossexuais que nasceu com a proposta de quebrar o padrão da imprensa tradicional, que retratava essa população de forma pejorativa. Inclusive, em 1979, mulheres lésbicas foram convidadas para escrever uma matéria especial para este veículo, a primeira em que elas comentavam coletivamente sobre sua homossexualidade (Rodrigues, 2018).

O movimento lésbico brasileiro organizava grupos e impressos desde 1978, mas em 1981, o Grupo Lésbico Feminista cria o primeiro jornal direcionado a este público no país, o *Chana com Chana*, voltado à divulgação de atividades e reflexões de militantes lésbicas. Em 1987, a publicação foi extinta e em 1988, foi lançado o *fanzine Um Outro Olhar*, marcando a continuidade dos ativismos lésbicos através de boletins e revistas nacionais e internacionais (Santos, 2018).

A partir das últimas décadas do século XX, a imprensa brasileira - impulsionada pelas organizações LGBTQIA+ - passou a elevar a voz do movimento, e nos anos 2000, são criadas outras revistas que continuaram imprimindo as identidades da comunidade (Rodrigues, 2018). Desde então, muitos veículos surgiram e direitos foram adquiridos.

A identificação da comunidade também sofreu alterações e atualmente as siglas LGBTQIA+ e LGBTQIAPN+ são as mais utilizadas para descrever o movimento, contemplando três conceitos: orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. A orientação sexual é a capacidade do indivíduo ter atração emocional, afetiva ou sexual

por pessoas de gênero diferente, mesmo gênero ou mais de um gênero. Existem quatro orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo gênero (homossexualidade), pelo gênero oposto (heterossexualidade), por dois ou mais gêneros (bissexualidade) ou por nenhum ou praticamente nenhum gênero (assexuais). A identidade de gênero é a convicção íntima que uma pessoa tem de si ao se entender como sendo do gênero masculino, feminino, agênero, de gêneros não binários ou alguma combinação de dois ou mais gêneros, independente do sexo biológico. A pessoa pode ser cisgênero quando se identifica com o gênero atribuído no nascimento ou transexual se possuir uma identidade de gênero diferente do sexo designado com base nos órgãos sexuais. E a expressão de gênero é como a pessoa se manifesta publicamente, através do nome, vestimenta, cabelo, comportamentos, voz e/ou características corporais e da forma como interage com outras pessoas (Reis, 2018).

Dito isto, segue abaixo a identificação das letras da sigla LGBTQIAPN+ (Reis, 2018):

- L: Lésbica: mulher (cisgênero ou transexual) que é atraída afetiva e/ou sexualmente por outras mulheres;

- G: Gay: homem (cisgênero ou transexual) com práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outros homens;

- B: Bissexual: pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros;

- T: Transgênero/ Transexual/ Travesti (pessoas trans): possuem identidade de gênero diferente do sexo do nascimento;

- Q: *Queer*: não define gênero nem orientação sexual e não se enquadra na noção binária de homem/mulher. A letra “Q” também se refere a *questioning* (questionamento de gêneros);

- I: Intersexual/ Intersexo: pessoa que nasce com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou padrão de cromossomos que não podem ser classificados como masculinos ou femininos;

- A: Assexual: não sente atração sexual pelo sexo/gênero oposto ou semelhante. A letra “A” inclui ainda os aromânticos (sem interesse em relacionamentos românticos), agênero (ausência de gênero, gênero neutro ou ausência de identidade de gênero) e aliados (pessoas que promovem os direitos e a inclusão LGBTQIA+);

- P: Pansexual: orientação sexual no qual as pessoas podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de identidade de gênero ou sexo biológico;

- N: não-Binário: pessoa que pode se reconhecer nos gêneros feminino e masculino ao mesmo tempo, mas podem não se identificar com nenhum destes dois rótulos. Ou então, às vezes se sentir como homem e outras vezes como mulher;

- + (sinal de mais): incorpora outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não se encaixam no padrão heterocisnormativo.

Desde o início do século XXI, o movimento LGBTQIA+ brasileiro construiu uma nova identidade caracterizada principalmente por: presença marcante na mídia; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei; respostas diante da exclusão de organizações religiosas; criação de redes de grupos ou associações em âmbito nacional e local; e organização de eventos de rua, como as manifestações no Dia do Orgulho LGBTQIA+ (Moraes & Soares, 2013).

Segundo Quinalha (2022), não há clareza sobre o destino dos direitos LGBTI+ no Brasil, especialmente com a expansão do

neoconservadorismo, coalizão de forças intelectuais e políticas que defende as tradições morais e avançou nas Jornadas de Junho (2013), culminando na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República (2018). Apesar desta guinada conservadora, o movimento identitário se mantém presente nas coberturas midiáticas e potencializou-se pela emergência de uma nova geração de ativistas que cresceu conectada às redes sociais e foi introduzida na luta política na década de 2010 (Miskolci, 2021).

Nesta década de 2020, a comunidade LGBTQIA+ segue combatendo desigualdades. Na internet, as urgências de gênero e sexualidade são ampliadas através de pesquisadores, artistas, influenciadores e narrativas jornalísticas que relacionam as demandas do movimento com questões políticas, econômicas e outros aspectos, além de reconhecer comemorações como o Mês do Orgulho LGBTQIA+.

No entanto, ao longo dos anos, as produções jornalísticas foram orientadas pela heteronormatividade, uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual, mas também cisgênero (heterocisnormatividade). A heteronormatividade determina que o padrão heterossexual (arranjos familiares formado por mulher, homem e filhos) é o único válido socialmente e, portanto, não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante a sociedade. Este princípio é a base de argumentos discriminatórios contra pessoas LGBTI+, principalmente os relacionados à formação de família e expressão pública. Quando a heteronormatividade é associada a marcadores sociais como raça, gênero, classe e idade, resulta em valores sociais que assumem uma hierarquia, produzindo relações de

desigualdade, bem como masculinidades, feminilidades, sexualidades e arranjos familiares periféricos (Reis, 2018).

O próximo tópico traz considerações acerca do posicionamento da imprensa em relação aos avanços e problemáticas do movimento LGBTQIA+.

Movimento LGBTQIA+ como pauta

O jornalismo tem a potencialidade de apresentar uma sociedade plural, interpretar disputas e conflitos, além de questionar posições centrais e marginais. Entre as temáticas que podem ser exploradas a partir desta capacidade estão as questões de gênero e sexualidade, porém, nas narrativas jornalísticas, a heterossexualidade é abordada como referência e na maioria dos conteúdos, se dá ressonância a sentidos hegemônicos de gênero, especialmente a cultura masculina (Gonçalves, 2019).

Um dos grupos que se destacam a partir destes debates é o movimento LGBTQIA+, segmento que desafia perspectivas e ideologias hegemônicas sobre sexo, desejo, afeto, corpo, identidade, diferença e sustenta novos questionamentos sobre o papel político e coletivo da orientação sexual e da identidade de gênero como componentes da dignidade humana (Gonçalves, 2017). Se por um lado, a mídia se tornou uma fonte para a comunicação do universo, linguagens, experiências e acontecimentos deste grupo, contribuindo para o reconhecimento da comunidade, ao mesmo tempo, a imprensa hegemônica propagou discursos a favor de um modelo heterocisnormativo de sociedade, reforçando estereótipos sociais que prejudicam esta população.

Em diversas narrativas, pessoas LGBTQIA+ estão associadas ao ‘engraçado’, à prostituição, drogas, promiscuidade, criminalidade,

doenças, além de sofrerem uma exposição que viola a intimidade e desrespeita a identidade de gênero e a orientação sexual. Neste cenário, Gonçalves e Medina (2018) descrevem seis recursos para uma correta cobertura jornalística envolvendo esta comunidade. O primeiro é o desejo de exercitar o olhar plural no cotidiano como forma de compreensão das desigualdades sociais, através da busca pela diversidade e cruzamento de marcadores de diferença (raça/etnia, nação/localidade, classe social, gênero, geração/idade, deficiência). O segundo é o cuidado de identificar que as pessoas que vivem experiências de gênero e sexualidade não hegemônicas compartilham experiências de injúria e impeditivas da livre expressão e uso do corpo. O terceiro é o olhar para além das armaduras identitárias, na expectativa de acessar outras práticas e complexidades, ser solidário e respeitoso com a identidade de gênero e orientação sexual do outro, através do uso do nome e formas de tratamento que a pessoa reivindica para si. O quarto é a construção de um diálogo sincero e sensível sem invadir a intimidade, julgar, diminuir ou desqualificar a pessoa LGBTQIA+, ou seja, se permitir conhecer o indivíduo, ouvir e dialogar, como meio para desarmar ideologias. O quinto é a atenção de conferir o conteúdo com as pessoas envolvidas e se perguntar se esta produção contribui positivamente para o reconhecimento dos dilemas, respeito e dignidade da comunidade. O sexto é a postura crítica de evidenciar que não existe sexualidade normal, natural ou legítima e que a heterossexualidade não ocupa essa posição.

Alguns discursos sofreram modificações a partir da criminalização da homofobia/transfobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019. Além disso, a representatividade LGBTQIA+ foi incorporada pelo jornalismo na medida em que os veículos divulgam serviços e

eventos, mas também apresentam histórias de superação e denunciam atos de violência.

A representatividade caracteriza um passo além da visibilidade, buscando a inclusão de modo mais plural e efetivo. Ela pode ser definida como “a diversidade somada a um compromisso real em incluir, alterando a história de apagamento e estigmatização que marca os grupos subalternos” (Quinalha, 2022, p. 170). Através deste deslocamento de expectativas, pessoas que nunca tiveram referências LGBTQIA+ podem se identificar.

Vale lembrar ainda que a heterossexualidade se estabelece na sociedade como um regime político e não apenas como uma prática sexual. Isso viabiliza a criação de meios de controle que determinam quem está dentro ou fora da ‘normalidade’. Ao trazer o conceito de sexopolítica como uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo, Preciado (2011) sustenta que o sexo (órgãos e práticas sexuais; códigos de masculinidade e feminilidade; identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais, instrumentos de controle dos corpos e vivências. Ao mesmo tempo, esse controle favorece o empoderamento e reforço político daqueles considerados ‘anormais’ no padrão normatizado.

Assim, os corpos e identidades dos ‘anormais’ podem ser compreendidos como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo. Este fato está relacionado a maior presença LGBTQIA+ na imprensa através de conteúdos jornalísticos com enquadramentos mais sensíveis, fontes diferenciadas, estratégias narrativas mais plurais e atenção às questões de gênero e sexualidade.

O jornalismo tem uma importância fundamental para visibilizar as vitórias do movimento LGBTQIA+ e aproximar as suas reivindicações do público enquanto decide quais questões devem ser discutidas pelos veículos. Porém, é preciso informar com o devido traço histórico e social que marcam as relações e não moldar o discurso jornalístico na aparição do subalternizado, do abjeto, do que precisa ser visibilizado como estranho para justificar sua presença enquanto notícia (Santana, 2018).

Isso está relacionado ao agendamento midiático, contextualizado a seguir.

Discussões sobre o Agendamento Midiático

As pesquisas sobre o agendamento (*Agenda Setting*) demonstram que a comunicação jornalística tem a capacidade de agendar os temas que são objeto do debate público. A teoria defende que “os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas” (Pena, 2015, p.142).

Em 1922, o livro *Public Opinion*, de Walter Lippmann, já destacava o papel da imprensa no enquadramento da atenção do público em direção a temas impostos por ela como de maior interesse coletivo. O autor descreveu a formação da opinião pública e a influência dos meios de comunicação, sugerindo a relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública (Pena, 2015). Em 1963, Bernard Cohen apontava que os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às pessoas o que dizer, mas são bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar (Castro & Pôrto Junior, 2018).

Em 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw criaram o termo *Agenda Setting* (agendamento) para explicar esta dinâmica entre agendas, através do artigo *The agenda-setting function of the Mass Media*, publicado na revista *Public Opinion Quarterly*. As bases teóricas partiram de um estudo de McCombs em 1968 na cidade de *Chapel Hill* (Carolina do Norte) a partir da hipótese formulada por Bernad Cohen. O objetivo era verificar a correlação entre a agenda dos meios de comunicação, a agenda do público e a agenda dos candidatos nas eleições presidenciais (Traquina, 2020).

Durante 24 dias, McCombs aplicou um questionário com 100 eleitores indecisos em relação ao voto e foram escolhidos cinco jornais, duas revistas semanais e noticiários de dois canais de televisão, para apontar os principais temas da agenda da mídia. Foram comparadas as questões mais importantes da campanha para os moradores e o que era veiculado pela mídia. As conclusões apontaram a coincidência entre os assuntos considerados mais importantes pela mídia e os que também eram fundamentais para os eleitores. Em 1972, a investigação foi aprofundada com Donald Shaw, em *Charlotte Ville* (Carolina do Norte), durante cinco meses com 227 eleitores. Naquele ano, o artigo que batiza a *Agenda Setting* foi publicado (Castro & Pôrto Junior, 2018).

McCombs e Shaw (1972) concluíram que:

A existência de uma função de agenda dos meios de comunicação de massa não é provada pelas correlações aqui relatadas. Mas, a evidência está em linha com as condições que devem existir se a definição de agenda pelos meios de comunicação de massa ocorrer. (McCombs & Shaw, 1972, p. 184)

Os autores apontaram ainda:

Em suma, o mundo político é reproduzido de forma imperfeita pelos meios de comunicação individuais. No entanto, a evidência neste estudo de que os eleitores tendem a partilhar as opiniões da mídia sobre o que é importante sugere fortemente uma função de definição de agenda dos meios de comunicação de massa. (McCombs & Shaw, 1972, p. 184)

Assim, foi possível comprovar a correlação entre a ênfase dada a um determinado tópico pela mídia e a percepção do público quanto à importância deste tópico e, com isso, apontar que a mídia determina a agenda para o público. A *Agenda Setting* é uma reação à Teoria dos Efeitos Limitados da mídia cujo auge ocorreu entre os anos 1940 e 1960 e defendia que os meios de comunicação de massa não manipulavam a audiência, promovendo efeitos mínimos no público. A partir da teoria do agendamento, o estudo dos efeitos assume outra direção, pois o objetivo não seria mais analisar o papel da mídia na mudança de opiniões, mas a sua influência na formação e mudança de cognições (Pena, 2015).

Os estudos realizados após *Chapel Hill* trazem referências sobre a capacidade dos meios de comunicação de influenciar a audiência, através de sua agenda. Em um destes trabalhos, David H. Weaver, Maxwell E. McCombs e Charles Spellman demonstram que o agendamento é mais relevante em um grupo mais sensível de leitores, composto por pessoas mais interessadas e indecisas. Segundo os pesquisadores, através do agendamento, os públicos decidem a importância de cada assunto a partir dos julgamentos veiculados pelos *media* noticiosos, incorporando na sua agenda pessoal pesos semelhantes (Castro & Porto Júnior, 2018).

Em outro artigo, McCombs e Shaw sustentam que o agendamento é muito mais que a asserção de que as notícias influenciam aquilo em que as pessoas pensam. Novas investigações explorando as consequências da

Agenda Setting e do enquadramento dos *media* alteraram o pressuposto de Bernard Cohen, pois sugerem que os meios de comunicação, por meio da agenda, não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar. Além disso, mesmo quando os meios de comunicação apresentam uma série de atributos de um mesmo objeto, algum ou alguns deles são priorizados, e isso é fundamental para determinar como a opinião pública vai avaliar esse objeto (McCombs & Shaw, 1993).

A *Agenda Setting* está presente não apenas na determinação do que as pessoas conversam, mas também no que elas pensam sobre determinado assunto. O agendamento pode ser examinado tanto com base na agenda dos meios de comunicação e a importância dada aos temas pelos meios, como a partir da agenda do público e a importância que os temas possuem na memória das pessoas. Desde 1972, a teoria vem incluindo outras perspectivas, como a ideia de que além de agendar a opinião pública, a mídia agenda governantes e outras autoridades. No entanto, não defende que a imprensa pretende persuadir: “a influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade” (Pena, 2015, p. 144).

Os estudos sobre *Agenda Setting* representam uma redescoberta do poder do jornalismo para selecionar acontecimentos ou temas noticiáveis e para enquadrar estes acontecimentos e/ou temas (Traquina, 2020). Esse poder midiático pode ser justificado pelo fato da nossa experiência simbólica ser hoje cada vez mais adquirida de forma indireta, isto é, através de uma mediação, ou mediatização, por meio de dispositivos tecnológicos de comunicação (Castro & Porto Junior, 2018).

Com relação a comunidade LGBTQIA+, o agendamento midiático se concretiza quando o jornalismo pauta debates sobre casamento homoafetivo, retificação de prenome e gênero para pessoas trans, uso dos banheiros adequados às identidades de gênero, mas principalmente ao questionar padrões heterossexuais inseridos em práticas diárias e simbologias que reforçam as definições sobre ‘normalidade’ e ‘anormalidade’ em relação a sexualidade e gênero (Santana, 2018).

O próximo tópico apresenta os resultados da investigação sobre a cobertura jornalística do ‘Mês do Orgulho’ no G1.

Mês do Orgulho LGBTQIA+ no G1

Levando em consideração o objetivo deste artigo de compreender a cobertura jornalística relacionada às temáticas LGBTQIA+ durante o ‘Mês do Orgulho’, em junho de 2023 e 2024, no portal de notícias G1, apresentaremos os procedimentos metodológicos desta pesquisa para, em seguida, apontar os seus resultados.

Buscando ressaltar os recortes, enquadramentos e temas visíveis nas matérias do G1 que destacaram a população LGBTQIA+ nos períodos investigados, a partir das características do webjornalismo e dos pressupostos teóricos da *Agenda-Setting*, foi aplicada durante a análise e interpretação dos dados, a análise de conteúdo, metodologia que, conforme Bardin (2016), pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens visa obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.

A divisão dos componentes das mensagens em categorias é a técnica mais utilizada na análise de conteúdo. A categorização é uma operação de classificação de elementos que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (Bardin, 2016, p. 201). O agrupamento é feito a partir das características comuns dos elementos e neste caso, o critério de categorização é o semântico (categorias temáticas). Esta análise baseou-se na investigação dos temas, ou análise temática, compreendendo as categorias como rubricas ou classes onde estão reunidos um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico (Bardin, 2016).

Para a coleta de dados e definição do *corpus* de análise, foi inserido o termo ‘Mês do Orgulho’ na barra de pesquisa do portal G1. A partir dessas palavras-chaves, foram selecionadas 84 produções jornalísticas com foco no movimento LGBTQIA+ brasileiro, sendo 47 matérias publicadas em junho de 2023 e 37 em junho de 2024. A busca foi realizada em um período de tempo personalizado e contemplou os seguintes intervalos: 01/06/2023 a 30/06/2023 e 01/06/2024 a 30/06/2024.

Em junho de 2023, as produções jornalísticas foram distribuídas em quatro categorias temáticas: Eventos; Homofobia; Representatividade e Direitos e Conquistas. A categoria ‘Eventos’ inclui matérias sobre as comemorações do ‘Mês do Orgulho’ e das 47 publicações selecionadas neste período, 16 estão nessa categoria, entre elas, “27ª Parada do Orgulho LGBTQ+ reúne multidão em SP: ‘Queremos políticas públicas’ é o tema desta edição”. O G1 SP traz entrevistas com participantes e fontes oficiais como a organização do ato e o então ministro dos Direitos

Humanos, Silvio Almeida. Esta cobertura une textos a fotos, vídeos e *hiperlinks* para engajar o leitor, enfatizando a presença de artistas e reivindicações por direitos na assistência social.

A categoria ‘Homofobia’ ressalta a criminalização da homofobia/transfobia, apontando discursos heterocisnormativos visando sensibilizar o público e destacar a necessidade de medidas de proteção e igualdade de direitos. Nove publicações abordaram casos de violência e discriminação contra pessoas LGBTQIA+ em junho de 2023, entre elas “Ótica faz propaganda do Dia dos Namorados com teor transfóbico no mês do orgulho LGBTQIA+ e associação pede providências”.

A categoria ‘Representatividade’ focou na visibilidade das identidades LGBTQIA+ na mídia em nove matérias, entre elas, “Preta e ativista: pela primeira vez BH tem uma mulher trans à frente da Diretoria LGBT+ do município”. Na publicação, o G1 Minas ressalta a presença de pessoas trans fora dos espaços de marginalização.

A categoria ‘Direitos e Conquistas’ contempla conteúdos sobre cidadania LGBTQIA+ e vitórias nos campos familiar, legal e social. Foram 13 publicações envolvendo orientações jurídicas, casamentos e maternidade/paternidade. A matéria, “João Pessoa tem mutirão para retificação de prenome e gênero de pessoas trans” é um exemplo do papel da mídia como provedora de serviços e orientações, uma vez que são informados os procedimentos para que a conquista se torne acessível a outras pessoas interessadas (Santana, 2018).

Em junho de 2023, as matérias citaram órgãos públicos, instituições de apoio à população LGBTQIAPN+; especialistas e personagens com diferentes visões sobre a comunidade. Nas 47 produções, destaca-se a multimídia, devido a utilização de fotos, vídeos,

gráficos, ilustrações e tabelas. Os *hiperlinks* apresentaram a origem do Dia e ‘Mês do Orgulho’, mostraram outros personagens e divulgaram programações. As publicações aplicaram o acionamento da memória (Palacios, 2014), condição para a produção de peças jornalísticas de caráter comemorativo.

Em junho de 2024, por sua vez, foi possível obter três categorias semelhantes a 2023, porém, percebeu-se a necessidade de incluir mais uma categoria para melhor interpretação dos dados, além de alterar o título da categoria ‘Homofobia’. As 37 produções jornalísticas foram categorizadas nos seguintes eixos: Conscientização; Eventos; Combate à LGBTQIA+Fobia (substituindo ‘Homofobia’); Representatividade e Direitos e Conquistas.

Na categoria ‘Conscientização’ estão os conteúdos informativos, voltados à orientação do leitor sobre a identidade e demandas LGBTQIA+. Três matérias compõem a categoria, sendo uma delas “Mais que letras: piauienses da comunidade LGBTQIAPN+ falam de significado de cada letra, identidade e pertencimento”.

A categoria ‘Eventos’ possui 11 matérias direcionadas às comemorações do ‘Mês do Orgulho’, como apresentado em “Vestida de verde-amarelo, Pablo Vittar arrasta multidão de fãs durante a 28ª Parada do Orgulho LGBT+ de SP neste domingo”. Também estão nessa classificação, os conteúdos divulgando apresentações culturais e oficinas sobre direitos e vivências LGBTQIA+.

Em junho de 2024, a expressão homofobia não foi utilizada para anunciar casos de discriminação relacionados a identidade de gênero ou orientação sexual, pois as publicações priorizaram ações de assistência à população LGBTQIA+. Por isso, a categoria ‘Homofobia’ foi

substituída por ‘Combate à LGBTQIA+Fobia’ e nesta nova classificação seis matérias foram selecionadas, entre elas, “Escolas devem combater bullying machista e homotransfóbico, decide STF”.

A categoria ‘Representatividade’ ressaltou a visibilidade LGBTQIA+ na mídia em cinco publicações. Apenas na matéria “Loja do orgulho LGBTQIA+ reúne produtos de empreendedores paraenses em shopping de Belém”, existe uma relação com questões econômicas. Os demais conteúdos enfatizam produções culturais.

Por fim, a categoria ‘Direitos e Conquistas’ possui 12 publicações que destacam orientações jurídicas e cidadania LGBTQIA+, demonstrando avanços nas políticas públicas e reconhecimento dos direitos dessa população. As matérias sobre retificação de nome e gênero na certidão de nascimento de pessoas trans, casamentos, adoções e paternidade/maternidade são a maioria, mas a novidade em junho de 2024 são as publicações sobre inserção no ensino superior e acesso aos serviços de saúde. Este último caso é retratado em “Homens gays e socialmente vulneráveis: quem são os pacientes do 1º ambulatório para idosos LGBTQIA+ do Brasil”.

Em 2024, as matérias também citam órgãos públicos, instituições de apoio à população LGBTQIA+, especialistas e personagens. A multimídia permanece, assim como os *hiperlinks* e o acionamento da memória (Palacios, 2014), característica do webjornalismo que foi reforçada pelo G1 ao citar matérias de meses ou anos anteriores, em intertítulos sobre o ‘Mês do Orgulho’ e nos vídeos explicativos comentando a sigla e os desafios da comunidade. Porém, neste período houve maior ênfase nos personagens, trazendo humanização às narrativas.

Considerando-se que o veículo de comunicação é um fator condicionante para a influência do conteúdo das notícias sobre a audiência e que a *Agenda Setting* é um processo dinâmico no qual as mudanças na cobertura provocam alterações na consciência do público sobre os temas tratados (Castro & Pôrto Junior, 2018), pode-se inferir que o agendamento nas categorias ‘Homofobia’ e ‘Combate à LGBTQIA+-Fobia’ é voltado às denúncias e busca por instrumentos jurídicos para evitar violações de direitos. Nas demais, o agendamento encontra-se na abordagem comemorativa e histórias de superação, citando avanços para o segmento LGBTQIA+, sugerindo um aumento nos debates durante o ‘Mês do Orgulho’, a partir das produções jornalísticas.

Nos períodos investigados, as narrativas indicam que os debates de gênero e sexualidade são ampliados pelo webjornalismo como tópicos relevantes da agenda midiática. Porém, é evidente a necessidade do jornalismo considerar a pluralidade de vozes e ativismos durante todo o ano, através de uma condução noticiosa que não reproduz discursos segregadores.

Conclusão

Compreendendo o papel social, cultural, ideológico, político e econômico do jornalismo, deve-se, neste tópico, reforçar a atual necessidade dos veículos de comunicação de promover as questões de gênero e sexualidade em suas narrativas. Para isso, as coberturas não devem explorar estereótipos e precisam tratar os assuntos de forma contextualizada, abordando os personagens com respeito e estabelecendo conexões com marcadores sociais como classe e raça (Gonçalves & Medina, 2018).

As tecnologias digitais facilitam a participação, produção e disseminação de informações, especialmente através do webjornalismo, caracterizado pela hipertextualidade; multimídia; interatividade; memória; instantaneidade; personalização e ubiquidade. O jornalismo na *web* permitiu que grupos como a comunidade LGBTQIA+ alcançassem maior presença midiática.

Logo, este trabalho teve como objetivo compreender a cobertura jornalística relacionada às temáticas LGBTQIA+ durante o ‘Mês do Orgulho’, em junho de 2023 e 2024, no portal de notícias G1. Além das características do webjornalismo, esta investigação ressalta a Teoria do Agendamento, uma das perspectivas mais importantes para o estudo dos meios de comunicação, especialmente sobre o poder da mídia para influenciar a agenda pública e os efeitos causados na opinião da audiência. McCombs e Shaw (1972), introduziram um conceito que demanda mais pesquisas para integrar ou ampliar a *Agenda Setting* em variados contextos sociais.

Nas produções analisadas, destacam-se os personagens, fontes oficiais, abordagem comemorativa e a resistência LGBTQIA+. Os conteúdos demonstram como o preconceito é resultado de um processo de construção social e cultural, argumento que abre espaço para o debate público e o agendamento midiático. Além disso, as narrativas têm um potencial de reflexão acerca do processo de exclusão construído historicamente à comunidade e ressaltam a importância da rede de apoio familiar, social e institucional.

A categorização das matérias revelou um esforço do G1 em abordar uma variedade de assuntos, desde celebrações e conquistas até desafios enfrentados pelo grupo. Portanto, este artigo ressalta a

importância de conteúdos que valorizem a população LGBTQIA+, apresentando a pluralidade de vozes desta sigla.

No entanto, a pesquisa destacou que o jornalismo pode ainda mais. Um mês é simbólico, mas mudanças de cultura, diluição de preconceitos e quebra de modelos de comportamentos sociais exigem vigilância e ações in (formativas) permanentes. A produção contínua da mídia neste horizonte deve garantir uma condução noticiosa que não perpetue discursos segregadores, o que pode acelerar a transformação social em busca de olhares de igualdade e respeito, desejados por este campo comprometido com o bem-estar social.

Referências

Andrade, J. (2023, 06 de junho) Preta e ativista: pela primeira vez BH tem uma mulher trans à frente da Diretoria LGBTQ+ do município. *GI Minas*. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/06/06/preta-e-ativista-pela-primeira-vez-bh-te-m-uma-mulher-trans-a-frente-da-diretoria-lgbt-do-municipio.ghtml>

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bradshaw, P. (2014). Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 111-136). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf

Canavilhas, J. (2014). Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 3-24). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf

Castro, D. T., & Pôrto Junior, F. G. R. (2018). A hipótese da agenda-setting: introduzindo conceitos. Em G. Pôrto Junior, N. R. Moraes, D. B. Oliveira, & V. J. Santi (Orgs.), *Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo* (Vol. 1, pp. 21-35). Editora Fi /Editora da UFRR. https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_46c1d3a02dee4863a5184cfdc64d364c.pdf

Ferrari, P. (2009). *Jornalismo Digital* (3ª ed.). Contexto.

Ferreira, L. (2024, 28 de junho). Mais que letras: piauienses da comunidade LGBTQIAPN+ falam de significado de cada letra, identidade e pertencimento. *G1 PI*. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/06/28/mais-que-letras-piauienses-da-comunidade-lgbtqiapn-falam-de-significado-de-cada-letra-identidade-e-pertencimento.ghtml>

Gonçalves, G. O. (2017). *Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07112017-152204/pt-br.php>

Gonçalves, G. O., & Medina, C. C. de A. (2018). Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. *Pesquisa em jornalismo brasileiro (Brazilian Journalism Research)*, 14(1), 56-77.

Gonçalves, G. O. (2019). A Lousa de Butler: Notas sobre a inserção dos estudos de gênero no ensino de Jornalismo. *Revista Latino-Americana de jornalismo – ÂNCORA. Estudos feministas e de gênero em jornalismo: história, metodologia e epistemologia*, 6(2), 109-132. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2019v6n2.49576>

G1 PA. (2024, 28 de junho). Loja do orgulho LGBTQIA+ reúne produtos de empreendedores paraenses em shopping de Belém. *G1 Pará*.

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/28/loja-do-orgulho-lgbtqia-reune-produtos-de-empresarios-paraenses-em-shopping-de-belem.shtml>

G1 PB. (2023, 13 de junho). João Pessoa tem mutirão para retificação de prenome e gênero de pessoas trans. *G1 PB*. <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/06/13/joao-pessoa-tem-mutirao-para-retificacao-de-prenome-e-genero-de-pessoas-trans.shtml>

G1 SP. (2024, 02 de junho). Vestida de verde-amarelo, Pablo Vittar arrasta multidão de fãs durante a 28ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de SP neste domingo. *G1 SP*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/02/vestida-de-verde-amarelo-pablo-vittar-arrasta-multidao-de-fas-durante-a-28a-parada-do-orgulho-lgbt-de-sp-neste-domingo.shtml>

Lorenz, M. (2014). Personalização: Análise aos 6 graus. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 137-158). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf

Marcondes Filho, C. (2002). *Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos* (2ª ed.). Hacker Editores.

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. <https://www.jstor.org/stable/2747787>

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: twenty five years in the marketplace of ideas. *Journal of communication*, 43(2), 58-67. https://www.researchgate.net/publication/228007598_The_Evolution_of_Agenda-Setting_Research_Twenty-Five_Years_in_the_Marketplace_of_Ideas

- Memória Globo. (2022, 22 de fevereiro). G1: O portal de notícias da Globo é líder de audiência no jornalismo digital. *Memória Globo*. <https://memoriaglobo.globo.com/produtos-digitais/g1/noticia/g1.ghtml>
- Miskolci, R. (2021). *Batalhas morais. Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Editora Autêntica.
- Moraes, E.C. G., & Soares, M. C. (2013) O movimento homossexual no Brasil: construção da identidade, eventos e visibilidade mediática. *Comunicação & Inovação*, 14(26), 36-44. <https://doi.org/10.13037/ci.vol14n26.1720>
- Paiva, D., & Tito, F. (2023, 11 junho). 27ª Parada do Orgulho LGBTQ+ reúne multidão em SP: ‘Queremos políticas públicas’ é o tema desta edição. *G1 SP*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/11/27a-parada-do-orgulho-lgbt-em-sp.ghtml>.
- Palacios, M. (2014). Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 89-110). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf
- Pavlik, J. V. (2014). Ubiquidade: O 7.º princípio do jornalismo na era digital. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 159-184). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf
- Pena, F. (2015). *Teoria do Jornalismo* (3ª ed.). Contexto.

- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(01), 11-20. <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/>
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. (1ª ed.). Autêntica.
- Ramos, G. (2024, 28 de junho). Homens gays e socialmente vulneráveis: quem são os pacientes do 1º ambulatório para idosos LGBTQIA+ do Brasil. *G1 Campinas e Região*. <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/06/28/homens-gays-e-socialmente-vulneraveis-quem-sao-os-pacientes-do-1o-ambulatorio-para-idosos-lgbtqia-do-brasil.ghtml>
- Reis, T. (Org.), (2018). *Manual de Comunicação LGBTI+* (2ª ed.). Aliança Nacional LGBTI; GayLatino. <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>
- Rodrigues, J. C. (2018). Imprensa LGBT no Brasil. Em M. Caetano, A. Rodrigues, C. Nascimento, & T. E. Goulart (Org.), *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)* (1ª ed, pp. 66-71). Copiart; FURG. https://www.academia.edu/39725535/QUANDO_OUSAMOS_EXISTIR_Interativo
- Rost, A. (2014). Interatividade: Definições, estudos e tendências. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 53-88). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf
- Rufino, S. (2023, 07 de junho). Ótica faz propaganda do Dia dos Namorados com teor transfóbico no mês do orgulho LGBTQIA+

e associação pede providências. *GI RR*. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/06/07/otica-faz-propaganda-do-dia-dos-namorados-com-teor-transfobico-no-mes-do-orgulho-lgbtqia-e-associacao-pede-providencias.ghtml>

Salaverría, R. (2014). Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. Em J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 25-54). Livros Labcom. https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf

Santana, E.L. (2018). *LGBT como pauta do Jornalismo: visibilidades e limitações*. (1ª ed.). Editora Devires.

Santos, L. F. S. (2018). *História do movimento LGBT brasileiro: interpretações sobre as dinâmicas da interação entre o movimento social e o Estado* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Lavras]. <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/39422>

Traquina, N. (2020). *A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. (1ª ed.). Insular Livros.

Vivas, F. (2024, 29 de junho). Escolas devem combater bullying machista e homotransfóbico, decide STF. *GI Brasília*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/29/escolas-devem-combater-bullying-machista-e-homotransfobico-decide-stf.ghtml>

JORNALISMO SUMAÚMA: EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA VIDA NO PLANETA

*Antônio Luiz Ferreira Sousa Filho¹
Ingrid Gomes Bassi²*

A plataforma ‘Sumaúma - Jornalismo do centro do mundo’ (<https://sumauma.com/>), como é identificada no site, foi fundada em 2022 pelos jornalistas Eliane Brum e Jonathan Watts. Com o objetivo de debater sobre temas atuais e contemporâneos, e promover a defesa da democracia, da natureza e da vida. É uma plataforma sem fins lucrativos e se caracteriza como independente, por ser mantida financeiramente via doações da sociedade civil, se apresentam como “jornalistas, nos

-
1. Jornalista pela Faculdade de Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Rondon do Pará, Pará.
antonio.ferreira@unifesspa.edu.br
 2. Doutora em Processos Comunicacionais pela Universidade Metodista de SP. Professora da Faculdade de Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Docente Permanente dos Programas de Mestrado em Educação Inclusiva e Administração Pública da Unifesspa.
ingrid.bassi@unifesspa.edu.br

posicionamos ao lado dos povos-floresta na linha de frente da guerra movida contra a natureza” (Sumaúma, 2024). A “guerra” citada no manifesto da plataforma refere-se aos números alarmantes de desmatamento na região de Altamira, sede do Sumaúma. A cidade figura entre os municípios que mais desmatam no Brasil, chegando a quase 2 mil quilômetros quadrados entre 2013 e 2018 (Lorran, 2019). Altamira é cercada por terras indígenas, abrigando doze etnias: Arara do Iriri, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté, Asuriní, Kuruaya, Juruna, Parakanã, Xipaya, Xikrin do Bacajá, Kayapó, Munduruku e Kararaô (Zhourri, 2012).

Para isso, o problema norteador desta pesquisa visa correlacionar a produção jornalística do Sumaúma com o contexto de grandes problemáticas sociais da região de Altamira, em especial pelo veículo se voltar à ouvir a população diretamente impactada com os problemas socioambientais da Amazônia. Como objetivos foi investigado a estrutura jornalística a partir da análise das reportagens definidas, com atenção às categorias de fontes, aprofundamento e proximidade. Para isso a metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e como corpus da pesquisa foi analisado uma reportagem de cada editoria da plataforma no mês de maio de 2023, exceto das editorias de “Direito da Natureza”, “Entrevista” e “Manifesto” porque não houve a produção de notícias dentro do recorte temporal delimitado, e da editoria “Perspectiva” que é do gênero opinativo, e assim não foi analisada nesta pesquisa.

No referido recorte temporal, selecionamos então cinco textos jornalísticos, um de cada editoria, a partir do critério de seleção da primeira publicação do mês e exclusão das restantes, em razão da profundidade

da análise qualitativa num corpus mais enxuto e, assim, representativo para análise qualitativa. As cinco unidades de registro (Bardin, 1977) foram analisadas a partir de categorias, para aprofundamento da análise de conteúdo, a saber: fontes, aprofundamento e localidade.

Como conceito de fontes, no jornalismo, utilizamos a definição e tipologia de Nilson Lage (2008) as fontes são definidas como: primária, secundária, oficial, oficiosa, independente, testemunhal e expert. Lage (2008) define fontes primárias e secundárias como: “Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais” (Lage, 2008, p. 29). O autor ainda apresenta as fontes oficiais e oficiosas como aquelas mantidas por órgãos governamentais e instituições diversas. Já as oficiosas são vinculadas à entidade ou correlata, mas não estão autorizadas a falar em nome dela. As fontes independentes “são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. (Lage, 2008, p. 28). Ainda sobre as fontes, Lage (2008, pp. 29-30) exemplifica a fonte testemunhal aquela em que pode contar sobre o fato noticiado em razão de ter participado dele, direta ou indiretamente, trazendo suas singulares. As fontes de experts são de especialistas sobre o fato ou acontecimento.

A segunda categoria, aprofundamento, justifica-se como categoria para este estudo para compreensão de como o jornalismo informativo do veículo Sumaúma articula e, por vezes, interpreta o conteúdo noticiado. Nesse sentido, é importante o resgate crítico de Adelmo Genro Filho (1987) sobre a construção da pirâmide invertida na produção da notícia.

Pereira Júnior (2010, p. 54) explica que a pirâmide invertida é: “signo de um relato puramente informativo, sem afetação de sentimentos, opinião, credo ou qualquer outra tendenciosidade”. Na lógica do modelo de notícia da pirâmide invertida é trazido o lide e as complementações informativas por uma decrescente, em que as informações menos importantes ao final, por ventura, podem ser cortadas sem prejuízo de entendimento do texto. Diante da contextualização da pirâmide invertida, as divisões desta categoria de “aprofundamento” são: 1- lead; 2- pirâmide invertida; 3- ganchos; 4- contexto dos sujeitos; 5- foco nas histórias. O “contexto dos sujeitos” e o “foco nas histórias” são duas perspectivas de aprofundamento do texto noticioso que ampliam o poder do leitor para a melhor interpretação dos fatos noticiosos, e segundo a crítica de Genro Filho (1987) são elementos que colaboram para o aprofundamento de situações noticiadas, indo além do lead e da estrutura padrão da pirâmide invertida.

A terceira categoria é sobre a geografia das reportagens selecionadas, titulamos como “localidade”. Nesta, as divisões são: 1- nacional; 2- regional/local. Para o pesquisador em jornalismo regional e de proximidade, Camponez (2012, pp. 36-37), esse jornalismo é conceituado como: “Defendemos uma definição de jornalismo regional a partir do conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar – isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente”. É oportuno investigarmos nas análises como foi pautada as 5 reportagens da análise, se estão alinhadas com fatos nacionais ou mais regionais.

Jornalismo de Direitos Humanos, de Proximidade e Independente

Para esta pesquisa, foi importante trazer os conceitos de Jornalismo de Direitos Humanos, de Proximidade e Independente, estudos que situam o objeto de estudo. Assim, o Jornalismo de Direitos Humanos é uma segmentação do Jornalismo, que trata de situações envolvendo os direitos de homens, mulheres, crianças e de todas as pessoas de todos os gêneros, proveniências, etnias, idades ou religiões (Dias, 2013, p. 7). Essa vertente do jornalismo tem como foco central o combate à violação e/ou o abuso dos direitos humanos verificando e investigando onde e em que circunstâncias esses fatos ocorrem.

Sendo regido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), o jornalismo de direitos humanos caracteriza-se pelas denúncias de abusos desses direitos sobre as vítimas de violência política e de pressões exercidas sobre jornalistas, tendo inspiração a DUDH, apelando para um “papel mais proativo do jornalismo como uma agência que não conhece fronteiras, nem raça, nem idade, nem sexo e nenhuma classe, um jornalismo com rosto humano e para a raça humana” (Selvarajah, 2020, p. 5).

O intuito dos jornalistas não é apenas o de informar o público, é também o de conectar pessoas com diferentes histórias e em diferentes comunidades, promovendo o conhecimento, a compreensão de questões e/ou eventos e a responsabilidade moral, através da educação da audiência e da consciencialização da comunidade sobre os seus direitos, ao investigar e divulgar abusos dos direitos humanos (Shaw, 2012, p. 18).

O papel que este segmento jornalístico desempenha e o modo como encara temáticas é crucial para a divulgação dos fatos como ocorrem e, de certa forma, alertar os indivíduos para o que acontece dentro

das suas comunidades. Assim, o jornalismo acaba tendo influência comunitária pela capacidade de abordar diferentes temas que possam ser discutidos criticamente pelo público, permitindo uma reflexão sobre os vários assuntos e posteriormente uma mudança de paradigma (Miguel & Sousa, 2018, p.2).

Nesse aspecto, a prática do jornalismo de proximidade dialoga de forma estreita com as fontes e o contexto das temáticas abordadas. Essa vertente do jornalismo surge diante da necessidade de cada vez mais os jornalistas estarem perto de acontecimentos importantes para a sociedade local evitando dessa forma, notícias pouco aprofundadas e com a ausência de fontes locais.

A proximidade é entendida com frequência, no jornalismo, numa dimensão essencialmente estratégica, quer seja como valor-notícia orientador dos critérios noticiosos do jornalista, quer ainda como um produto comercial. Como elemento caracterizante do que é notícia, a proximidade é vista como um dos valores centrais do jornalismo, determinante do interesse do público pelas notícias. (Camponez, 2012, p. 35)

Essas características indicam a pensar no jornalista de proximidade como sendo um agente social público, para além de uma testemunha de acontecimentos, para ser um agente capaz de direcionar uma solução para determinados problemas sociais.

Nesse sentido, é importante o veículo ou meio de comunicação em que esse profissional exerça o jornalismo, apresentar poder de independência editorial e mercadológica diante dos fatos. O jornalismo independente é essa atuação jornalística que não esteja ligada a interesses económicos e políticos, assim como a grupos empresariais ou a

patrocínios ligados de certa forma na condução do jornalismo praticado em um veículo de comunicação. Tendo como principal objetivo permitir uma fuga do chamado “velho jornalismo” com uma tentativa de romper com quaisquer dependências financeiras e/ou políticas de um veículo informativo, sendo este, responsável e livre para a sua própria produção. Sendo o papel do jornalismo independente romper obstáculos e dar visibilidade aos “invisíveis”, comumente não pautados no jornalismo comercial.

Na região norte do Brasil há exemplos de veículos independentes além do Sumaúma, como a Agência Amazônia Real, fundada pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, no ano de 2013, possuindo sede na cidade de Manaus, no Amazonas. Outro exemplo de jornalismo independente na Amazônia é a plataforma “Tapajós de Fato”, fundada em 2020 pelos jornalistas Marcos Wesley e Isabelle Maciel, que possui sede na cidade de Santarém, no Pará.

Análises, Resultados e Discussão

Na primeira reportagem a ser analisada “Os defensores não defendidos” produzida pelos repórteres Catarina Barbosa e Talita Bedinelli, publicada na editoria de ‘Diário de Guerra’ no dia 8 de maio de 2023, possui 35 parágrafos e 20 fotografias produzidas por Alessandro Falco. Tem como foco principal a rotina de pessoas que atuam na luta pela Amazônia viva e em pé, além de buscarem defender seus territórios e mostrar as ameaças que essas pessoas enfrentam. Ao longo do texto esses personagens são entrevistados e relatam as dificuldades que encontram na região.

A matéria possui 12 entrevistados, sendo elas: Osvalinda Alves Pereira, Daniel Pereira, Erasmo Theofilo, Natalha Theofilo, M.A, Socorro, Maria Márcia de Mello, S.R, Ione Nakamura (representante do Ministério Público do Pará), Joacy Brito (representante do Programa aos Defensores dos Direitos Humanos e Ameaça por Fação Criminosa), Luciana Cristina Furquim Pivato (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Alane Luzia da Silva (ONG Terra de Direitos).

Na análise, percebemos o número expressivo de fontes primárias e testemunhais, somando oito, a saber: Osvalinda Alves Pereira, Daniel Pereira, Erasmo Theofilo, Natalha Theofilo, M.A, Socorro, Maria Márcia de Mello e S.R. Nesta categoria de análise, visualizamos o aprofundamento com cada história, trazendo a questão da denúncia dessas pessoas e suas famílias, que são perseguidas e cerceadas de uma vida minimamente digna. Mesmo quando são acolhidas pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) o qual em 2019, no estado paraense passou a ser gerido pela “ONG Sociedade, Meio Ambiente, Educação, Cidadania e Direitos Humanos” (SOMECDH), ainda encontram moradias precárias e insalubres, além de terem que viver nesse “outro local” com a subsistência de um salário mínimo.

Para tanto, na segunda categoria de análise, aprofundamento, visualizamos outro modelo de contar sobre os fatos noticiosos, em que o jornalismo do Sumaúma foca no “contexto dos sujeitos” e “nas histórias” e quebra a necessidade da pirâmide invertida, nas reportagens dissertativas tradicionais. Ou seja, é pela problematização das histórias e denúncias locais das oito fontes entrevistadas, com cuidado e observação, inclusive com o fotojornalismo, para comprovar algumas afirmações

e aberrações sociais em que se encontram, que a reportagem cria a narrativa e traz ao leitor esse olhar mais humano e ao mesmo tempo ainda não solucionado pelos poderes públicos e órgãos competentes.

O conteúdo dos ganchos é salientado na discussão que corre nos intertítulos, a saber: “Para sobreviver, é preciso se aprisionar”, “Os corpos vão sendo despedaçados”, “As crianças sofrem mais”, “Eles lutam por terras onde não poderão viver” e “Promessas de reformulação do programa”. A exploração do primeiro gancho, nesta reportagem dá destaque às realidades dos defensores em suas casas, em seus territórios, com medo recorrente e nas casas de “proteção” que são anônimas, mas não oferecem o mínimo para viver com dignidade.

Em “Os corpos vão sendo despedaçados” as histórias narram os problemas dos defensores e suas famílias no atendimento médico ou hospitalar. Muitas doenças foram acometidas pelos componentes tóxicos das empresas implantadas na região, ou pelos agrotóxicos das plantações de monocultura, ou ainda pela agropecuária local. Outro problema, em destaque neste gancho, é o acesso dos defensores aos postos de saúde, hospital e médicos das localidades que estão em comum acordo com os agentes que assolam suas terras e realizam o cerceamento criminoso contra eles, de forma sistemática.

Em “As crianças sofrem mais” verificamos o cuidado do texto em trazer a situação de vida das fontes entrevistadas, em especial o local de acolhimento da família de Theófilo, em que os filhos antes iam pescar com o pai e avós, brincavam no quintal, em meio aos pés de frutas e outras produções de cunho agroflorestal, em seu território na gleba Bacajá. E, que agora sobrevivem num espaço insalubre e sem condições de recreação para as crianças.

No intertítulo: “Eles lutam por terras onde não poderão viver”, o agricultor S.R e sua família lutam pela sobrevivência em suas próprias terras, já judicialmente demarcadas, e se veem com problemas sérios em manterem-se no local, sem proteção efetiva dos órgãos públicos e saírem, assim perderem as terras tão suadas que conquistaram com luta.

No último intertítulo “Promessas de reformulação do programa”, há as contraposições dos órgãos governamentais sobre as propostas de mudança do Programa de proteção aos defensores e suas famílias. A representante do Ministério Público do Pará, Ione Nakamura, fonte oficial, o representante do Programa aos Defensores dos Direitos Humanos e Ameaça por Facção Criminosa, Joacy Brito, também como fonte oficial, a representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Luciana Cristina Furquim Pivato, oficial e Alane Luzia da Silva assessora jurídica da ONG Terra de Direitos, também oficial e especialista.

Caminhando para a última categoria de análise, a geografia das reportagens selecionadas, a “localidade”. Nesta, as divisões são: 1- nacional; 2- regional/local. Nesta reportagem, o texto foca no estado do Pará, sendo, portanto, uma localidade regional/local.

Na segunda reportagem, “Randolfe abandona causa ambiental e crise política cerca Marina”, é produzida pelos repórteres Cláudia Antunes e Rafael Moro Martins e publicada na editoria de ‘Reportagem’ no dia 18 de maio de 2023. Com 23 parágrafos e 6 fotografias, produzidas por Pedro França e Geraldo Magela (Agência Senado), Agência Petrobras, IBAMA e Ricardo Stuckert, a reportagem tem como abordagem principal a reação do líder do governo no congresso, Randolfe Rodrigues, em resposta a decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em barrar a proposta de exploração de petróleo na foz do rio Amazonas.

A matéria traz o posicionamento de 9 pessoas e entidades, são elas: Rodrigo Agostinho (presidente do IBAMA), Randolfe Rodrigues (senador), Davi Alcolumbre (senador), Ricardo Salles (deputado federal), Waldez Góes (Ministro da Integração Regional), Clésio Luís (governador do Amapá), Jean Paul Prates (presidente da Petrobras), Suely Araújo (analista do Observatório do Clima), Alexandre Silveira (Ministro de Minas e Energia) e Luiz Inácio Lula da Silva.

Na categoria de fontes, notamos que o texto é formado por fontes oficiais, sendo também experts, além de oficial, o presidente do Ibama e o analista do Observatório do Clima, por se tratarem de instituições de pesquisas ligadas ao tema da reportagem. Para o aprofundamento da reportagem são utilizados fatos ligados as articulações políticas para a formação do governo federal, em especial, do partido ‘Rede Sustentabilidade’.

A reação do senador Randolfe Rodrigues em resposta à decisão do IBAMA é o ponto central do texto, ao longo da reportagem são abordados fatos como a rotina de entrevista do parlamentar a veículos de comunicação e os recortes de algumas de suas falas durante essas entrevistas.

Político do estado do Amapá e rival de Randolfe, o posicionamento do ex-presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, criticando a decisão do IBAMA, também é pauta no texto, assim como a ironia da oposição à posição de Randolfe é trazida na reportagem com algumas fotos de comentários em redes sociais. Até então reconhecido como

um político preocupado com o tema do meio ambiente, Randolfe foi amplamente criticado e também ironizado nas redes.

Para os ganchos, são utilizados o posicionamento da Petrobras e o desentendimento político no governo Lula, por meio do texto que segue nos intertítulos: “A reação da Petrobras” e “Crise política num governo com dificuldades”. No primeiro são apontados os posicionamentos da empresa Petrobras acerca da decisão desfavorável do IBAMA em negar a exploração da Foz do Amazonas. Também são apontadas as reações dentro do Ministério do Meio Ambiente e a fala da analista sênior do Observatório do Clima, Suely Araújo, que defende o posicionamento do presidente Lula em não interferir na decisão do órgão ambiental.

O posicionamento favorável à exploração no rio Amazonas por políticos do estado do Amapá e do próprio governo estadual é citado nominalmente no texto como em falas de Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, Waldez Góes, ministro da Integração regional e Clésio Luís, governador do Amapá.

No decorrer do texto, no segundo intertítulo é abordada a crise política que foi criada no governo federal com a decisão do IBAMA em negar a proposta de exploração, assim como o problema criado de governabilidade para o governo, já que a exploração da região era defendida por diferentes grupos da classe política federal. O texto também traz bastidores da pressão ao presidente do IBAMA apontando a realização de uma reunião há um dia da decisão do órgão.

Na terceira e última categoria de análise, em que observamos a localidade do tema tratado pelo texto, podemos apontar que a reportagem em questão é de contexto regional, como também local. A reportagem centraliza o tema na importância regional para à Amazônia, em especial

no estado do Amapá, e que tem desdobramento no entorno do estado, pela questão da exploração da foz do rio Amazonas, entre Amapá e Pará.

Notamos, também na análise das categorias, que a reportagem apresenta abordagem aprofundada dos fatos citados, a partir do levantamento de dados colhidos e cruzados da apuração jornalística, inclusive demonstrando o cenário da prática do jornalismo independente, ao realizar críticas argumentativas com dados do IBAMA, ao governo local e ao líder do governo federal, senador Randolfe Rodrigues.

A reportagem “Os maracás não vão abaixar” foi produzida por Ariene Susui e publicada na editoria de ‘Vozes da Floresta’ no dia 23 de maio de 2023. Apresenta 10 parágrafos e 4 fotografias produzidas por Matheus Alves da plataforma Sumaúma. O foco central da reportagem gira em torno da 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), realizado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e as demandas solicitadas pelos povos originários no evento. Assim aborda o posicionamento de lideranças indígenas, a diversidade cultural e a luta enfrentada pelos povos indígenas contra o marco temporal em votação no Congresso e os ataques vindo de pautas do mesmo Congresso Nacional.

A reportagem conta com 5 fontes: o cacique Tucun Gakran (povo Xokleng), cacique Raoni Metuktire Kaiapó, Almir Suruí (povo Suruí), Marciely Ayap (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e Djacir da Silva (liderança do povo Macuxi).

Durante a análise, notamos que todas as fontes ouvidas para a reportagem são primárias e testemunhais, entrevistadas durante a realização da 19ª edição do ATL, em que usam o espaço que tiveram para fazer cobranças de promessas feitas pelo Governo Federal. Em complemento, é importante destacar que a fonte Marciely Ayap da

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, além de primária e testemunhal, é também oficial, por ser representante das organizações indígenas.

Sendo essas cobranças o motivo do aprofundamento do texto, tendo como principal ponto de reivindicação a falta de posicionamento do presidente Lula sobre a tese do Marco Temporal, que reconhece como terras indígenas apenas os territórios habitados por indígenas no ano da promulgação da Constituição Federal em 1988.

A quantidade de terras indígenas demarcadas pelo presidente da República também é alvo de críticas pelas lideranças indígenas ouvidas pela reportagem. Ou seja, a atuação do governo federal nos cinco primeiros meses de trabalho, é analisada de forma despreocupada em relação às lutas dos povos indígenas e, como pontuado, já bastante conversada pela equipe de transição do governo atual. No aprofundamento da reportagem é inserida a descrição das fontes, como ao citar o discurso do líder do povo Kayapó, Raoni Metuktire, características físicas e de posicionamento de Raoni.

Através do líder Kayapó, o texto relembra a atuação do indígena contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, no Pará, e a “traição” dos governos do Partido dos Trabalhadores no apoio e na luta contra o empreendimento, junto aos povos indígenas. O líder Kayapó rememora o pedido para que a comunidade indígena se mantenha unida para cobrar o governo.

O intertítulo “Congresso anti-indígena” aborda a relação dos direitos indígenas com o (não)interesse do congresso nacional. A percepção de lideranças sobre a criação do Ministério de Estado dos Povos Originários e a nomeação de indígenas para gerir órgãos também são

abordados nesta parte. O motivo para a realização do acampamento, mesmo em “um governo que é a favor dos povos indígenas”, é justificado pelas lideranças como sendo um momento para continuar com a luta pelos direitos indígenas.

A presença dessas fontes primárias na reportagem pontua a importância do texto em aprofundar a potencialidade da voz dessas representações, dos indígenas, de suas histórias, lutas, movimentos, pensamento, inclinação e opinião. Quando analisamos a categoria sobre o aprofundamento, visualizamos a preocupação da reportagem em contextualizar as histórias desses sujeitos e o papel deles na discussão sobre o fato noticioso, a respeito da 19ª edição do Acampamento Terra Livre, no momento da votação em relação ao Marco temporal.

Nesse sentido, identificamos o que Adelmo Genro Filho (1987) criticava, sobre o padrão da pirâmide invertida, o qual para o jornalista e pesquisador, a imprensa ao privilegiar as normas do lead, dos acontecimentos e “fatos mais importantes”, e ao escrever de forma decrescente em ordem de importância, costuma negligenciar, por muitas vezes nesse processo, as histórias que envolvem esses personagens na reportagem, fatores essenciais para compreendermos as interações sobrepostas com os fatos, interesses e outras inferências do jornalismo focado em histórias. E nesta reportagem sobre a 19ª edição do ATL, verificamos o jornalismo que traz a história, ou melhor, as histórias.

Na categoria de localidade, por meio da análise observamos que se trata de uma reportagem de caráter nacional, pelo fato de o evento ser realizado na capital do Brasil, e se tratar de uma tema que envolve os povos originários do país, de forma geral. Ao fim da análise, verificamos que na reportagem há características do jornalismo de proximidade, pelo

fato do texto ser embasado por relatos de fontes primárias e na presença de características do jornalismo de direitos humanos ao tratar de reivindicações por direitos indígenas de forma a potencializar suas vozes.

Na reportagem: “Se Lula rifar o meio ambiente, seu governo acaba” foi produzida por uma das fundadoras da plataforma, Eliane Brum e publicada na editoria ‘Nossa Voz’ no dia 25 de maio de 2023. Há 17 parágrafos e 4 fotografias produzidas por Tuane Fernandes (Greenpeace), Julia Prado (MS) e Geraldo Magela (Agência Senado).

A abordagem central do texto é apontar as consequências de um possível sucateamento e perda de poderes do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática (MMA) no governo federal. A jornalista parte da reação do senador Randolfê Rodrigues em criticar a decisão do IBAMA de negar a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, e faz um balanço das dificuldades enfrentadas pelo governo em manter o ministério fortalecido. Por ser um texto do gênero interpretativo a matéria traz declarações públicas da ministra do Meio Ambiente e da Mudança Climática, Marina Silva e do senador Randolfê Rodrigues, sendo ambas fontes oficiais.

Na categoria do aprofundamento do texto, a autora aborda a votação que irá acontecer no Congresso Nacional a qual poderá tirar órgãos do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima e aponta as consequências problemáticas disso. Ainda no aprofundamento, Eliane cita quatro questões, identificadas por ela como “obviedades” que são apagadas, assim como a verdade, no meio das desinformações que circulam pelo país sobre as mudanças climáticas. Na primeira, a jornalista aponta os combustíveis fósseis como os principais causadores da mudança climática e as seus desdobramentos. Também faz um

breve resumo dos eventos climáticos extremos que estão acontecendo no planeta e, se tratando do Brasil, exemplifica casos de catástrofes ocorridas nos estados de São Paulo e no Acre.

A floresta amazônica é o tópico da segunda obviedade, na qual Eliane Brum a descreve como a grande reguladora do clima. Na terceira obviedade a jornalista classifica a possibilidade de criar uma nova área de exploração de petróleo como “a pior ideia do mundo” e define seu confronto como apartidária, já que as consequências de uma nova frente de exploração irão afetar toda a população, independentemente de ideologia política.

Por fim, na quarta e última obviedade tratada por Eliane, o tema é a governabilidade. Brum relembra fatores que levaram o presidente Lula a ter prestígio internacional em seus dois primeiros mandatos, e ressalta que para este terceiro mandato os anseios da sociedade mudaram, apontando o clima como um dos principais fatores que causam fome no mundo.

Como gancho da reportagem, o texto trata da medida provisória que reorganizou os ministérios de Estado, relatada pelo deputado Isnaldo Bulhões (MBD-AL), com o objetivo de retirar poderes dos ministérios do Meio Ambiente e da Mudança do Clima e dos Povos Originários. A jornalista classifica o governo federal como “fragilizado” e critica fortemente as declarações dadas pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, por minimizar as consequências das mudanças feitas pelo congresso nos ministérios de Estado.

Na sequência, problematiza a decisão do senador Randolfe Rodrigues de deixar o partido Rede Sustentabilidade por ser contrário à decisão do IBAMA, passando a defender a exploração na região, isso

tudo com a finalidade futura de viabilizar-se como candidato ao governo do estado do Amapá e, assim, acabou por subestimar os impactos da exploração.

Brum destaca uma fala de Randolfe na qual o senador diz que não há nenhuma ameaça ambiental caso a exploração da foz do Amazonas fosse permitida e se justifica comparando as explorações existentes na costa fluminense e nas costas dos estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte. E define a postura do senador como “assombroso que alguém que um dia tenha se colocado na linha de defesa do meio ambiente fale uma mentira dessas. Descarada – e perigosa.” (Brum, 2023). Em seguida, a jornalista relembra casos ocorridos nas tentativas de exploração na foz do Amazonas e os impactos negativos para a biodiversidade da região, caso o projeto venha a ser aprovado.

Na categoria de localidade, da análise de conteúdo, podemos definir a reportagem como sendo uma pauta nacional, por que nos ganhos do texto são abordados temas ligados a diversas regiões do país, mesmo o foco principal sendo mais local.

Na última análise, da editoria “Rexistência” no dia 29 de maio de 2023, observamos a entrevista ““No garimpo, o que tem dentro das tuas pernas não é teu: tem que dar lucro””, produzida por Marcela Ulhoa, nela há 68 parágrafos e 16 fotografias produzidas por Daniel Tancredi do Sumaúma, de arquivo pessoal e Guilherme Gnipper (FUNAI).

A entrevista é um relato de ‘Patri’ que demonstra sobre os grandes esquemas de atuação de garimpos ilegais nas terras indígenas Yanomami em Roraima. Ao longo da entrevista é possível notar aspectos como a comercialização do ouro ilegal e de mulheres na localidade. O texto tem como fonte única os relatos da mulher ‘Patri’, nome fictício para

proteger sua identidade. Como categoria de fontes, Patri é uma fonte primária e testemunhal, e por meio dos seus relatos o texto da entrevista traz os pormenores da rede estruturada do garimpo ilegal nas terras indígenas, bem como pontua a realidade da prostituição nesse contexto.

No texto há 8 intertítulos, por meio dos relatos nestes intertítulos, visualizamos na categoria de aprofundamento a valoração das histórias denunciadas por meio da entrevista, como fonte primária e testemunhal a perspectiva contada nesses subtextos só poderia ser sistematizada através dessa personagem ocular, em que traz as singularidades da violência, ilegalidade, relações de desigualdade, discriminação dos povos indígenas, aliciamento das comunidades, desumanização com as garotas de programa e descaso total com o viver em sociedade.

Em ‘15 gramas de ouro, um avião clandestino e muitas dívidas’, a personagem relata as dificuldades financeiras que estava enfrentando junto com seu marido e quais situações a levaram a tomar a decisão de ir para o garimpo. Para entrar no garimpo Patri teve que pagar 15 gramas de ouro, cerca de 3 mil reais, e deixar seu filho sob os cuidados de uma vizinha, que também pediu para que o marido dela fosse junto com a personagem. A autora aborda os detalhes do processo da ida da personagem, que foi conduzida até o garimpo em um avião e detalha o antes da partida para o destino.

No intertítulo ‘Sexo com homem fedorento e cheio de cachaça: o que eu fiz?’ os relatos de Patri se referem a sua chegada ao local, bem como os primeiros contatos com as pessoas da sua nova residência. A chefe do cabaré em que Patri escolheu trabalhar é chamada de ‘bruxa’ na reportagem, um nome também fictício, a qual consegue seu lucro com o negócio por meio da exploração das suas funcionárias ordenando-as

a usar das mais diversas estratégias para conseguir tirar dinheiro dos frequentadores do local.

A exploração dentro do garimpo inclui também o acesso à alimentação e à internet, que são pagos em gramas de ouro. E a exploração sexual das funcionárias atinge principalmente as mais novas do local, as quais não recebem o dinheiro diretamente dos clientes, ocorrendo a intermediação da ‘bruxa’. “Eu, por exemplo, transei com quatro caras e praticamente foi de graça. Pra mim nunca chegou nada, e ela disse que pra ela nunca chegou, mas eles juraram, e brigaram com ela, que pagaram até 4 gramas [800 reais] por noite pra mim.” (Patri em Ulhoa, 2023).

O intertítulo ‘Perder dinheiro no Pix ou me arriscar?’, começa com a explicação da prática de ‘bater pano’, que no garimpo refere-se a prática de limpar o ouro com mercúrio e, assim, iniciam o processo de produção do ouro, no relato, Patri diz que nos dias em que essa prática é realizada são os dias com maior movimentação nas cantinas, cabarés, jogos de sinuca e nas realizações de apostas. Em seguida aborda a desvalorização do ouro na região garimpeira, a cobrança por transferências via Pix e as formas de tentar enviar dinheiro para familiares na região urbana.

Em ‘O dia em que o velho me levantou com a faca’, os relatos abordam a segunda ida de Patri ao garimpo e a insegurança vivenciada no local. No episódio abordado pela personagem, um homem desconhecido e bêbado estava dormindo em seu local de descanso e após comunicar isso ao dono do cabaré, ele a recomenda procurar outro local para dormir. Após seguir o conselho, Patri se deita em um local ao lado do seu fuscon, dormitório e local de trabalho das garotas de

programa, quando recebe a proposta para um trabalho. A personagem conta o estado em que seu cliente se encontrava e também a tentativa de ter relações sexuais com ela sem preservativo.

Após o trabalho com esse cliente, Patri relata que já estava quase dormindo, quando percebeu que o homem que estava dormindo em seu fuscon tinha acordado e estava prestes a cometer algo contra ela. O homem tirou Patri do seu dormitório e a ameaçou de morte com uma faca. Depois de presenciar a cena um homem, armado com uma arma de fogo, ordenou que o homem que estava ameaçando Patri, a soltasse e ele obedeceu. “Levantei e fui rapidinho na área onde estavam dormindo os meus patrões, porque era um casal, e expliquei [o que estava acontecendo]. Eles ficaram só sorrindo, achando graça. Aí tu vê a realidade, que tu não é protegida por ninguém” (Patri em Ulhoa, 2023). No parágrafo seguinte, a personagem conta do aviso que recebeu para deixar o garimpo o mais rápido possível, pois caso contrário, seria assassinada.

Depois de comunicar a decisão de deixar o garimpo ao dono do cabaré, Patri cita as explorações que encontrou para deixar o local, como o pagamento de taxa em gramas de ouro. Na sequência, Patri conta que após todo o período no local, estava com 21 gramas de ouro, o equivalente a R\$4.200, e conseguiu quitar a dívida para sair do garimpo, rumo a um novo destino.

No intertítulo ‘Nunca tive um cliente índio’, a personagem explica que existe uma discriminação com as mulheres de programa que se relacionam com os homens indígenas, pelo fato de garimpeiros da região verem os indígenas como “sem higiene e inocentes”. Sobre as

mulheres indígenas, a personagem relata que nunca viu uma indígena se prostituir nos garimpos em que trabalhou, apenas ouviu histórias sobre.

Em ‘Corre, as índias vão nos matar!’ os relatos são sobre um acontecimento depois de duas semanas após Patri chegar ao novo cabaré, onde um grupo de indígenas entraram na área do garimpo para reivindicar algumas questões. As cobranças se referiam a venda de bebidas para os indígenas e uma vez alcoolizados, os homens agiam de forma violenta em suas ‘xapona’ chegando a agredir suas esposas, filhos e seus irmãos. Patri diz que as conversas eram faladas por um indígena que traduzia as cobranças da comunidade.

Em ‘Para os indiozinhos cachaça e cacos de 51’, a personagem narra uma situação em que um garimpeiro jogou uma garrafa de 51 no ar e atirou nela, ocasionando o espalhamento de diversos cacos de vidros pelo local, que resultou em um corte em uma criança indígena de quatro anos. Patri conta o sentimento de amargura em presenciar situações como essas e afirma que, após entrar em um garimpo, as pessoas transformam-se a ponto de perder a própria humanidade.

No intertítulo ‘Quando descobri que os índios têm sentimentos’, Patri descreve uma guerra entre os próprios indígenas, por causa de roubos, que resultou na morte de diversos membros da comunidade e agressões diversas. No intertítulo seguinte ‘Mesmo com a brutalidade, que marca, eu voltei’, Patri se define como uma pessoa ambiciosa, por voltar ao garimpo, mesmo sabendo da falta de respeito pelas mulheres e insegurança vivida no local, ela explica ser atraída pela maior facilidade e rapidez em conseguir rendimentos financeiros no local.

Na categoria localidade, podemos definir a entrevista como sendo regional, pois trata de fatos ocorridos em acampamentos de

garimpos ilegais na terra indígena Yanomami, em Boa Vista, entretanto dizem respeito também a conduta ilegal em outras regiões pelo país, e mesmo pelo mundo, quando descrevem as estruturas e relações sociais estabelecidas no garimpo.

Conclusão

Das cinco reportagens, a primeira trata das péssimas condições de vida e da falta de proteção, das ameaças de morte e do descaso de programas oficiais de proteção para com os defensores da Amazônia no estado do Pará. A forma como o tema é abordado e aprofundado pode ser considerado um texto jornalístico ligado aos direitos humanos, ao passo que traz fontes de organizações do terceiro setor e de especialistas da área para problematizar o contexto dessas famílias cerceadas pelos seus atos de reivindicação local, em especial na luta pelo meio ambiente e pela terra, como camponeses, agricultores e ativistas locais.

Os direitos humanos também são trabalhados na última reportagem da análise, ao apresentar uma entrevista com uma prostituta que descreve a violência, a insegurança e as precárias situações que presenciou em acampamentos de garimpos ilegais dentro de terras indígenas Yanomami. A humanização desses dois textos, por meio da reportagem e do relato da entrevista, também caracterizam o estilo de jornalismo de proximidade, aquele que foi conversar com as famílias e observar suas vidas e cotidianos de forma mais próxima e empática, ou seja, “sentou” com as fontes, conversou com respeito e com atenção, ouvindo os detalhes dos relatos de Patri, tendo inclusive o cuidado de trocar seu nome, em razão dos vários receios de quem mora na “Amazônia sem lei”, do garimpo ilegal das terras Yanomami, como de quem

sabe, também, do perigo das denúncias contra poderosos nos interiores do Pará, como é apresentado nas realidades dos camponeses e ativistas.

De certa forma, os cinco textos trazem ligação com o Jornalismo de Proximidade e de Direitos Humanos, por se preocuparem com o território, com a terra, com o meio ambiente, na atitude de resistência das fontes “em estado de acolhimento” pela perseguição que tem sofrido. Seja também pela denúncia do que tem acontecido nas terras Yanomami, pelo relato de Patri. Além das problemáticas do cenário da política ambiental, no confronto com a análise do Ibama; do posicionamento do presidente se caso não apoiar o ministério do Meio Ambiente e de Mudança Climática e ainda, das discussões acerca do Acampamento Terra Livre.

Através dos cinco textos analisados do Sumaúma, podemos notar a forma diferente como produzem suas reportagens, ao tratar de questões de meio ambiente, povos indígenas e direitos humanos - questões essas pouco trabalhadas pelo jornalismo comercial -, ao dar amplo espaço para fontes primárias na construção de suas reportagens, ao permitir liberdade para seus jornalistas emitirem análises com base na apuração e entrevistas.

As formas como as reportagens são estruturadas, através de denúncias, fontes primárias, análises e pautas pouco presentes no jornalismo tradicional, indicam a busca do veículo para uma mudança de realidade na Amazônia brasileira. Transmitindo por meio da sua atuação independente, as questões gravíssimas enfrentadas pelos amazônidas e principalmente as minorias da região como os indígenas e as pessoas que se arriscam em defender “a floresta em pé”.

Dentre as categorias de análise, observamos no Sumaúma que a maioria das fontes ouvidas para a produção das reportagens são primárias, como lideranças, ativistas ambientais e fontes locais, relatos que contribuem para uma comunicação que dá destaque para as histórias e as narrativas contadas através de suas próprias vivências.

Nos aprofundamentos e ganchos, percebemos a exploração dos fatos apresentados por meio de relatos das fontes, a utilização de decisões governamentais publicadas, posicionamentos de especialistas e empresas, dados de organizações, bastidores políticos, organização política, decisões empresariais e apontamentos interpretativos. Na categoria de localidade, verificamos dentro do recorte analítico, que três reportagens tratam temas regionais, sendo elas: “Os defensores não defendidos” por abordar o cotidiano de ativistas ambientais ameaçados de morte no estado do Pará, “Randolfê abandona causa ambiental e crise política cerca Marina” ao apresentar questões políticas e ambientais relacionadas ao estado do Amapá e “No garimpo, o que tem dentro das tuas pernas não é teu: tem que dar lucro” por apresentar as experiências vivenciadas por uma prostituta dentro de acampamentos de garimpos ilegais nas terras indígenas Yanomami em Roraima.

As outras duas reportagens abordam temas nacionais, como em “Os maracás não vão abaixar”, que trata da realização do Acampamento Terra Livre, marcado por manifestações contra o projeto de lei do Marco Temporal por lideranças indígenas em Brasília. E a última “Se Lula rifar o meio ambiente, seu governo acaba”, escrita pela jornalista Eliane Brum em defesa do meio ambiente e, que aborda ganchos de temas ligados a diversas regiões do país.

Portanto a pesquisa aponta um jornalismo pelo veículo Sumaúma, comprometido na maior parte das fontes entrevistadas, serem sujeitos e protagonistas da região amazônica, como líderes, ativistas locais e trabalhadores autônomos. Outra questão também, são as informações de caráter denunciativo por meio de textos alicerçados em cruzamento de dados do setor público, fontes primárias locais e experts, fatores que legitimam o jornalismo de proximidade e também de independência editorial.

Referências

Antunes, C. & Martins, R. M. (2023, 18 de maio). *Randolfe rifa o meio ambiente e crise política cerca Marina*. Sumaúma. <https://sumauma.com/randolfe-rodrigues-rifa-o-meio-ambiente-e-crise-politica-cerca-marina-silva/>

Barbosa, C. & Bedinelli, C. (2023, 08 de maio). Os defensores não defendidos. *Sumaúma*. <https://sumauma.com/os-defensores-nao-defendidos/>

Brum, E. (2023, 25 de maio). Se Lula rifar o meio ambiente, seu governo acaba. *Sumaúma*. <https://sumauma.com/se-lula-rifar-o-meio-ambiente-seu-governo-acaba/>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barros, R. (2021). Em plena crise energética, Belo Monte gera menos de 3% da energia projetada. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/energia/em-plena- crise-energetica-belo-monte-gera menos-de-3-da-energia-projetada/>

- Camponez, C. (2012). *Ágora Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. LabCom Books.
- Dias, S. S. (2013). *Reporting Human Rights: A Study of Broadcast News Representations and Journalism Practice* [Doctoral Thesis, in Philosophy].
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide invertida – para uma teoria marxista do jornalismo*. Tchê.
- IBGE. (2022). Panorama Altamira/PA. IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>
- Lage, N. (2008). *Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Editora Record.
- Lorran, T. (2019). *Altamira (PA) é a cidade que mais desmata na Amazônia. Veja ranking*. Metrôpoles. <https://www.metropoles.com/brasil/meio-ambiente-brasil/altamira-pa-e-a-cidade-que-mais-sofre-desmate-na-amazonia-diz-inpe>
- Miguel, K. G. & Souza, L. O. (2018). *Jornalismo e Direitos Humanos: o agendamento do tema estupro no portal Campo Grande News (MS)*. Revista Videre.
- Pereira Júnior, L. C. (2010). *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Editora Vozes.
- Rose, T. (2017). A Human Rights-Based Approach to Journalism: Ghana. *The Journal of International Communication*. <https://doi.org/10.1080/13216597.2012.737347>

Selvarajah, S. (2020). *Human Rights Journalism and its Nexus to Responsibility to Protect*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-49072-0_11

Shaw, I. S. (2012). *Human Rights Journalism*. London.

Susui, A. (2023, 23 de maio). Os maracás não vão abaixar. *Sumaúma*. <https://sumauma.com/os-maracas-nao-vaio-abaixar/>

Ulhoa, M. (2023, 29 de maio). No garimpo, o que tem dentro das tuas pernas não é teu: tem que dar lucro?. *Sumaúma*. <https://sumauma.com/no-garimpo-o-que-tem-dentro-das-tuas-pernas-nao-e-teu-temque-dar-lucro/>

Zhourri, A. (2012). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. ABA.

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA, CIDADANIA E IGUALDADE DE GÊNERO

Cristiane Prudenciano de Souza¹
Patrícia Resende Pereira²

A Educação Midiática pode ser considerada como elemento essencial para o pleno exercício da cidadania, pois é uma forma de compreendermos os efeitos das mídias sobre o nosso cotidiano, o nosso comportamento e as nossas vidas. Uma maneira pela qual desenvolvermos a habilidade de consumir, analisar e produzir mídias que nos afetem positivamente, permitindo que consigamos distinguir os conteúdos positivos dos negativos, a partir de uma leitura crítica.

-
1. Doutoranda em Estudos Contemporâneos pelo CEIS20. Universidade de Coimbra, Portugal.
Bolsreira pela FCT-UI/BD/154958/2023.
cpds@uc.pt
 2. Doutoranda em Estudos Contemporâneos pelo CEIS20. Universidade de Coimbra, Portugal.
patricia.resende@student.uc.pt

Como afirmam Cortes et al. (2018) a educação midiática concentra-se em reflexões de ensino e análise sobre, para e através dos meios de comunicação, formando um quadro teórico que considera as ações comunicativas em várias esferas, com o objetivo de levar em conta esse processo tão crucial na vida do indivíduo e promover práticas democráticas onde a cidadania seja praticada. Portanto, a Educação Midiática transcende a habilidade de analisar criticamente as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, tornando-se uma prática política, que garante a participação cidadã, tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo.

Sabendo que, um aspecto crucial na proposta de uma educação cidadã é a igualdade de direitos e oportunidades para o progresso da cidadania, existe um obstáculo a ser eliminado: o estereótipo de gênero. Segundo o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), um estereótipo de gênero se refere a uma visão ou preconceito generalizado sobre as qualidades ou características que homens e mulheres têm ou deveriam ter, bem como as funções sociais que ambos desempenham ou deveriam exercer.

Embora as tecnologias digitais oportunizem novas possibilidades para a participação cidadã e a luta pela igualdade de gênero, também exigem maior monitoramento e ação estratégica para assegurar a proteção dos direitos adquiridos e evitar a consolidação de novas formas de opressão ou desigualdade nesses ambientes. Apesar das plataformas digitais proporcionarem espaços de visibilidade e articulação para as questões feministas e de igualdade de gênero, também servem como palco para expressões de violência de gênero, tais como assédio virtual, propagação de desinformação e manutenção de estereótipos de gênero.

Conforme Magalhães et al. (2021) apesar de termos progredido nas últimas décadas em relação aos direitos humanos e, particularmente, aos direitos das mulheres, ainda existem diversas desigualdades e preconceitos que continuam presentes em nossa sociedade.

Spinelli et al. (2021) consideram a escola e a mídia como duas “agências de socialização”, acreditando que elas podem ser lugares para uma compreensão mais aprofundada do mundo, onde é possível explorar temas e estimular discussões que levem os indivíduos a compreenderem melhor o outro e a diminuir conflitos. Em um mundo cada vez mais interconectado, os alunos buscam constantemente informações nas mídias digitais, que muitas vezes desempenham um papel importante na construção de suas visões de mundo. Incorporar a análise crítica dessas mídias no processo educacional é, portanto, indispensável para formar cidadãos capazes de interpretar e questionar o conteúdo consumido.

Portanto, “o percurso comunicacional engloba a educação e, conseqüentemente, a escola, pois os processos de ensino e de aprendizagem fundam-se nos processos de interação social e de construção de significados” (Spinelli et al., 2021, p. 02).

Destacamos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm sido amplamente divulgados na mídia, nos estudos acadêmicos e nas redes sociais, com metas a serem atingidas até 2030 para combater a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar a saúde e a educação de qualidade.

Em alinhamento com os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução de Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), salientamos a relevância de uma revisão de literatura que trate da educação midiática

de forma tríplice: sua ligação com o desenvolvimento da cidadania e com a promoção da igualdade de gênero no ambiente escolar, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as questões sociais, políticas e educacionais presentes na contemporaneidade.

Sendo assim, a nossa proposta é uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados no Brasil e em Portugal, considerados relevantes para a temática. Utilizaremos a plataforma Scopus e a biblioteca digital SCieLO, através de uma pesquisa descritiva caracterizada por uma revisão bibliométrica com recorte temporal de 2019 até 2024. Dito isso, os objetivos deste artigo são:

1. Considerar as principais linhas teóricas da educação midiática - Analisar e refletir sobre as principais linhas epistemológicas que fundamentam a educação midiática, destacando sua importância na formação do pensamento crítico e na interpretação das mensagens midiáticas;

2. Investigar o papel da educação midiática na construção da cidadania - explorar como a educação midiática pode capacitar os estudantes para uma leitura crítica e ativa na sociedade, incentivando a participação cidadã e a responsabilidade;

3. Estabelecer conexões com o conceito de igualdade de gênero – Através de uma discussão teórica de como a educação midiática pode auxiliar na desconstrução de estereótipos de gênero ;

4. Refletir sobre a aplicabilidade dessas abordagens no ambiente escolar - Analisar as conexões da educação midiática, cidadania e da igualdade de gênero na escola, de acordo com os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero),

10 (Redução de Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Na sequência, apresentaremos da revisão de literatura dividida em 4 tópicos : Educação Midiática, Cidadania, Igualdade de Gênero e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Revisão de Literatura

Educação Midiática

A educação midiática pode ser entendida como o processo de capacitação dos indivíduos para compreender, analisar criticamente e interagir de maneira consciente e ativa com os diversos meios de comunicação. Esse conceito envolve a habilidade de interpretar as mensagens midiáticas, compreender suas intenções e contextos, bem como o desenvolvimento de competências que possibilitam a criação e disseminação responsável de conteúdos. De acordo com Pérez Tornero (2010), a educação midiática é um direito fundamental, assim como a liberdade de expressão e o direito à informação, e constitui-se em um instrumento importante para a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania.

Com o avanço das tecnologias digitais e a facilidade de acesso a informações, a educação midiática tornou-se ainda mais relevante. Ferramentas como smartphones e plataformas digitais possibilitam a circulação instantânea de grandes volumes de conteúdo. Esse contexto exige que os cidadãos estejam preparados e saibam interpretar criticamente as informações a que têm acesso (Aguaded, 2012; Buckingham, 2020). É um processo que envolve o desenvolvimento de habilidades

cognitivas que permitam identificar a autenticidade das fontes, avaliar as intenções por trás de mensagens e reconhecer possíveis vieses e manipulações.

A literacia midiática vai além do simples uso técnico dos meios de comunicação. Ela envolve uma compreensão profunda do papel da mídia na sociedade, capacitando os indivíduos não só para consumir, mas também para produzir e disseminar conteúdos de forma ética e reflexiva. Buckingham (2022), em seu Manifesto pela Educação Midiática, enfatiza a importância e a urgência da compreensão, em vez de apenas do domínio das ferramentas tecnológicas, e sugere que o tema seja incorporado às práticas pedagógicas desde o início da educação básica.

Num contexto globalizado e interconectado, a educação midiática também estimula a participação ativa dos cidadãos nos debates públicos e interculturais, promovendo o diálogo e a troca de informações entre pessoas de diferentes origens e culturas. Esse processo está diretamente ligado à democratização da informação, ampliando o acesso ao conhecimento e fortalecendo as práticas cidadãs em nível local e global. Caracteriza-se assim, elemento fundamental no desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica, fundamentada na capacidade de interagir com o ecossistema midiático de maneira informada e responsável.

O uso das mídias e espaços digitais tornou-se central na vida privada e pública, permitindo desde compras online e interações em redes sociais até o acompanhamento de notícias e participação em debates políticos. A internet e as redes sociais facilitam a comunicação e o engajamento cívico, transformando a forma como a sociedade se organiza e expressa. Esse cenário trouxe benefícios como maior acesso à informação, à educação e à colaboração.

Nesse cenário, a educação midiática desempenha um papel central na formação de cidadãos críticos e engajados. Na sociedade contemporânea, em que a comunicação é globalizada e o acesso à informação se dá de forma acelerada, a capacidade de avaliar, interpretar e questionar os conteúdos midiáticos é uma competência essencial. Ao fornecer as ferramentas necessárias para essa análise crítica, a educação midiática prepara os indivíduos para tomar decisões baseadas em informações e a se engajarem de forma consciente em debates sociais e políticos.

Além disso, a educação midiática é uma ferramenta poderosa para a desconstrução de estereótipos, especialmente em relação às questões de gênero. A mídia desempenha um papel fundamental na perpetuação desses estereótipos, reforçando normas culturais que perpetuam desigualdades de gênero (Louro, 2007). Ao possibilitar uma reflexão crítica sobre os conteúdos midiáticos, a educação midiática pode ajudar a desconstruir essas narrativas e incentivar a igualdade de gênero. É fundamental para preparar os cidadãos para os desafios das novas tecnologias digitais. Embora proporcionem maior acesso à informação e incentivem a participação social, essas tecnologias também apresentam riscos, como a desinformação e a manipulação de dados para fins políticos.

Considerando esses aspectos, destaca-se a centralidade do papel da escola na implementação de programas de educação midiática. Instituições educacionais são espaços privilegiados para promover o desenvolvimento de uma consciência cívica entre crianças e jovens, preparando-os para se tornarem cidadãos globais, críticos e criativos. Magalhães et al. (2021) apontam que, quando a educação midiática é integrada ao currículo escolar, ela pode promover mudanças positivas na

sociedade ao incentivar a reflexão sobre o papel da mídia e seu impacto social. Ao capacitar os cidadãos a interagir de maneira ética e crítica com os meios de comunicação, a educação midiática contribui para o fortalecimento das práticas democráticas e para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e reflexiva.

Cidadania

O conceito de cidadania tem evoluído ao longo dos tempos, refletindo as transformações políticas, sociais e culturais das sociedades. Em seu livro “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, de 2020, José Murilo de Carvalho explora como a cidadania no Brasil foi sendo construída ao longo do tempo, enfatizando a necessidade de uma participação mais ativa e consciente dos cidadãos na vida pública, além do simples cumprimento dos deveres formais. Ele reitera que, na contemporaneidade, a cidadania ultrapassa a ideia tradicional de pertencimento a um Estado-nação e o simples cumprimento de deveres cívicos, como votar e pagar impostos. Ela abrange um conjunto mais amplo de direitos, deveres e práticas sociais que envolvem a participação ativa dos indivíduos na vida pública e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A cidadania contemporânea é, portanto, vista como um processo dinâmico, no qual o cidadão desempenha um papel ativo e crítico na formulação de políticas, no monitoramento das ações governamentais e na defesa de direitos humanos e sociais. Como aponta Costa & Ianni (2018) a cidadania refere-se ao status dos indivíduos que pertencem a uma comunidade e são reconhecidos por ela. Além disso, envolve os direitos e deveres que um cidadão possui em relação à sociedade em

que vive. De forma histórica e ampla, a cidadania está ligada a uma dimensão espacial, que se relaciona com a interação dos indivíduos em um determinado território e sua organização sociopolítica.

Transcrevendo a pesquisadora Marilena Chauí, “A cidadania não se reduz ao ato de votar e ser votado, mas inclui a participação ativa e consciente na vida pública, na elaboração e fiscalização das leis e na condução dos interesses da coletividade” (Chauí, 1999, p. 45).

Um aspecto importante da cidadania hoje é seu caráter globalizado. Com o aumento da interconectividade e da globalização, os cidadãos não estão mais limitados ao seu espaço geográfico para exercer sua cidadania. As novas tecnologias e os meios de comunicação digital permitiram a emergência de uma cidadania global, onde indivíduos podem se engajar em questões que transcendem fronteiras nacionais, como o meio ambiente, os direitos humanos e a igualdade de gênero. Held (1995), discute como a globalização e as interconexões internacionais estão moldando novas formas de cidadania, onde as ações locais e globais estão interligadas, e como os indivíduos podem participar de questões globais de maneira ativa e consciente. Esse novo paradigma redefine o que significa ser cidadão em um mundo globalizado, onde as ações locais têm impacto global e vice-versa.

Além disso, a cidadania na contemporaneidade envolve a compreensão dos direitos civis, políticos, sociais e culturais, bem como a responsabilidade de lutar pela igualdade e pela justiça. Em um cenário de profundas desigualdades sociais e desafios democráticos, a cidadania ativa exige uma postura crítica diante das estruturas de poder e um compromisso com a transformação social. Para os pesquisadores Silva & Muzzatto (2021), esse processo inclui o engajamento em práticas que

promovam a igualdade de oportunidades e o combate a discriminações de gênero, raça e classe social, buscando ampliar os espaços de participação e representação de todos os grupos da sociedade. Concluem que a eficácia da cidadania democrática está condicionada à superação de um desafio, uma vez que, embora se manifeste como um imperativo civilizatório, enfrenta também significativos obstáculos, reflexos de um modelo de sociabilidade excludente.

Relação entre Educação e Exercício da Cidadania. A educação desempenha um papel fundamental na formação do cidadão crítico e participativo. Historicamente, a escola tem sido vista como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das competências necessárias para o exercício da cidadania, capacitando os indivíduos a compreenderem seus direitos e deveres e a se engajarem de forma ativa nos processos sociais, políticos e econômicos. A educação para a cidadania não se restringe ao ensino de conteúdos formais, mas envolve a promoção de valores como respeito, solidariedade, justiça e igualdade, essenciais para a construção de uma sociedade democrática.

Em um mundo cada vez mais interconectado, a educação deve preparar os indivíduos para serem não apenas cidadãos de seus países, mas cidadãos globais, conscientes de seu papel em um contexto globalizado. Cabe salientar que a relação entre educação e cidadania também está diretamente conectada ao conceito de cidadania global, Santiago, M., Vargas Antunes, K. C., & Akkari, A. (2020) que visa promover uma mentalidade aberta e inclusiva, em que os indivíduos são incentivados a pensar criticamente sobre questões globais, como desigualdade, paz e direitos humanos, e a atuar de maneira responsável no mundo.

De acordo com a pesquisadora Lopes (2015), a relevância da educação midiática e sua conexão com as práticas de cidadania tem sido amplamente reconhecidas desde a Declaração de Grünwald sobre Educação para os Media (UNESCO, 1982). Essa importância tem sido explicitamente incorporada ao discurso de várias instituições e organizações internacionais, como a UNESCO, o Conselho da Europa e a União Europeia, bem como de grupos da sociedade civil, como o Center for Media Literacy. Além disso, esse tema tem sido abordado por diversos pesquisadores e acadêmicos renomados, incluindo os espanhóis José Manuel Pérez-Tornero e José Ignacio Aguaded Gómez, os britânicos Sonia Livingstone e David Buckingham. Em Portugal, destacam-se os trabalhos de Manuel Pinto e Sara Pereira, ambos da Universidade do Minho, e Vítor Reia-Baptista, da Universidade do Algarve. No Brasil, os investigadores Kelley Dias Gasque, da Universidade de Brasília e Ismar de Oliveira Soares, da Universidade de São Paulo, têm contribuído para pesquisas que abordam como o letramento informacional pode ser implementado na educação básica. Soares tem promovido um campo de estudo que combina educação e comunicação, e atuou na formulação de políticas públicas relacionadas à educação midiática no país.

A educação midiática, como parte do processo educacional mais amplo, torna-se uma ferramenta crucial na preparação de cidadãos conscientes. Ao fornecer as competências necessárias para interpretar e avaliar criticamente os meios de comunicação, a educação midiática capacita os indivíduos a exercerem sua cidadania de forma mais plena e ativa, promovendo uma participação mais informada e crítica nos debates públicos e na tomada de decisões coletivas. Dessa maneira, a educação não apenas molda o conhecimento, mas também fortalece as

práticas cidadãs em um mundo cada vez mais mediado pela informação e pelo digital.

Igualdade de Gênero

Nos estudos feministas da década de 1970, o termo “gênero” foi amplamente utilizado e, até hoje, é comumente confundido com “sexo”. Enquanto “sexo” se refere às distinções biológicas entre macho e fêmea, “gênero” está relacionado às construções sociais que determinam diferentes papéis e comportamentos para homens e mulheres ao longo de suas vidas. Conforme Rabelo (2010), o conceito de gênero destaca o aspecto social dessas diferenças e rejeita a noção de que as relações entre os sexos são exclusivamente baseadas em fatores biológicos.

De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero desafia o determinismo biológico associado às noções de masculino e feminino, enfatizando que as distinções entre os sexos possuem um caráter essencialmente histórico. Conforme Santana (2023) as relações de poder entre homens e mulheres estabeleceram uma hierarquia social que sustentou a ideia de superioridade masculina. As distinções biológicas entre os sexos serviram como base para a construção de discursos fundamentados em uma visão biomédica e essencialista de gênero, que vinculavam os comportamentos de homens e mulheres às suas características biológicas, com ênfase nos hormônios. Essa visão, ainda enraizada nas instituições sociais, reforça as desigualdades e contribui para a perpetuação dos estereótipos de gênero. Louro (1997) complementa que, além das características associadas aos gêneros, o que realmente importa para a criação das desigualdades é o valor que se atribui a essas características.

A igualdade de gênero, portanto, refere-se ao princípio de que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos, oportunidades e tratamento em todos os aspectos da vida, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais. De acordo com Rios (2006), o direito democrático à sexualidade implica a possibilidade de exercê-la livremente, dentro de um contexto emancipatório que rejeita preconceitos e discriminações. Assim, é essencial que políticas públicas promovam a igualdade de gênero, garantindo espaços seguros e inclusivos para todas e todos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define a igualdade de gênero como um estado em que as diferenças biológicas entre os sexos não resultam em discriminação, e onde as funções e responsabilidades atribuídas a homens e mulheres são determinadas por suas capacidades e escolhas individuais, e não por normas ou estereótipos de gênero.

A importância da igualdade de gênero reside na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos possam contribuir de maneira plena e equitativa para o desenvolvimento social e econômico. A superação das desigualdades de gênero está diretamente ligada ao fortalecimento dos direitos humanos, à redução das disparidades socioeconômicas e à promoção da justiça social.

Em muitos contextos, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, como salários desiguais, discriminação no mercado de trabalho e falta de representação política, o que impede sua plena participação nas esferas públicas e privadas. A avaliação da aptidão ao trabalho não deve ser baseada em critérios como gênero, nacionalidade, idade, ideologia, orientação sexual ou crença religiosa. Em um grupo heterogêneo de trabalhadores, qualquer tratamento diferenciado só será

considerado legítimo se houver uma justificativa clara relacionada à profissão ou uma previsão legal específica (Romita, 2006).

Além disso, a igualdade de gênero é fundamental para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5, que busca alcançar a equidade entre homens e mulheres, e o ODS 4, que garante educação de qualidade para todos. A promoção da igualdade não só melhora a qualidade de vida das mulheres, mas também contribui para o desenvolvimento econômico, social e político das nações, uma vez que amplia o potencial de todos os indivíduos de contribuir para a sociedade.

Interseções entre Igualdade de Gênero, Cidadania e Educação Midiática

As interseções entre igualdade de gênero, cidadania e educação midiática são complexas e estão intrinsecamente conectadas. A mídia exerce uma influência significativa na formação de opiniões, atuando tanto na perpetuação quanto na desconstrução de estereótipos de gênero. Assim, como Stefoni et al. (2020) apontam, a educação midiática pode ser uma ferramenta poderosa para promover a igualdade de gênero ao capacitar os indivíduos a reconhecerem e questionarem as representações desiguais e as narrativas discriminatórias veiculadas pelos meios de comunicação.

A cidadania, por sua vez, não pode ser plenamente exercida sem a promoção da igualdade de gênero. Mulheres e homens devem ter igual acesso às oportunidades de participar na vida pública e política, e a mídia tem um papel fundamental tanto na construção quanto na desconstrução

de barreiras que limitam essa participação, promovendo uma cidadania mais inclusiva e consciente das questões de gênero.

A educação midiática pode contribuir com a desconstrução de estereótipos de gênero ao ensinar as pessoas a analisar criticamente como os meios de comunicação reproduzem imagens limitadas, preconcebidas e por vezes, discriminatórias. Ao incentivar a reflexão sobre tais representações, estimula a criação de conteúdos que reforcem a igualdade de gênero e valorizem a pluralidade de identidades e expressões. Nesse sentido, as pessoas podem reconhecer e desafiar narrativas excludentes, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

Em um contexto de cidadania ativa, a educação midiática empodera cidadãos para que reconheçam e denunciem conteúdos que reforcem estereótipos de gênero e para que contribuam com a produção de conteúdos mais justos e igualitários. Dessa forma, a interseção entre gênero, cidadania e educação midiática não apenas enriquece o debate público, mas também fortalece a luta pela equidade de gênero ao sensibilizar indivíduos para a importância de se construir uma sociedade em que todos e todas, independentemente de seu gênero, possam participar de forma plena e equitativa.

ODS e a relação com Educação, Cidadania e Igualdade de Gênero

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - estabelecem uma interconexão crucial entre educação, cidadania e igualdade de gênero, formando um conjunto coeso de diretrizes que visam promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A seguir, são exploradas as relações entre as ODS mencionadas e esses três pilares.

Tabela 1*Relação das ODS com Educação, Cidadania e Igualdade de Gênero*

ODS	Educação	Cidadania	Igualdade de Gênero
ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)	Educação midiática capacita as pessoas a interpretarem informações relacionadas à saúde de forma crítica, permitindo que tomem decisões informadas sobre seu bem-estar.	A promoção da saúde e do bem-estar está intrinsecamente ligada à cidadania ativa. Assim, a educação sobre saúde contribui para uma cidadania mais responsável e participativa.	Mulheres e meninas têm necessidades de saúde específicas que, se não atendidas, podem prejudicar sua participação plena na sociedade. A educação sobre saúde oferece ferramenta de empoderamento para que aprendam a reivindicar seus direitos.
ODS 4 (Educação de Qualidade)	Educação inclusiva e equitativa, com ênfase na literacia midiática.	Capacita cidadãos a se engajarem nas questões sociais, políticas e econômicas.	Acesso à educação promove a autonomia e participação de meninas e mulheres.
ODS 5 (Igualdade de Gênero)	Educação é fundamental para eliminar estereótipos de gênero e discriminação.	Educação midiática pode contribuir com o combate estereótipos e promover igualdade.	Promover a igualdade de gênero na educação e mídia é essencial para eliminar discriminação e violência contra mulheres.
ODS 10 (Redução das Desigualdades)	A educação contribui no combate das desigualdades e capacita grupos marginalizados.	Educação pode oferecer esclarecimentos e ferramentas para que cidadãos aprendam a reivindicarem direitos e combater desigualdades.	Acesso à educação de qualidade reduz desigualdades de gênero, promovendo a equidade.
ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)	A educação promove e facilita o desenvolvimento de atividades voltadas para a construção da paz e da justiça.	Para promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas, é essencial oferecer uma educação que reduza a violência e capacite os cidadãos a exercer sua cidadania de forma ativa e responsável.	A igualdade de gênero é um pilar essencial para garantir instituições justas e inclusivas. A igualdade de acesso à justiça para todos, assegurando que homens e mulheres possam exercer plenamente seus direitos em uma sociedade mais equitativa e justa.

Elaboração Própria

As ODS representam um compromisso global para promover um desenvolvimento sustentável que integre saúde, educação, cidadania e igualdade de gênero. A educação midiática, em particular, surge como uma ferramenta poderosa para conectar esses elementos, capacitando os cidadãos a serem críticos, informados e ativos em suas comunidades. A intersecção desses ODS com a educação e a cidadania não apenas fortalece a luta pela igualdade de gênero, mas também contribui para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Metodologia

A proposta de análise dos dados coletados neste estudo se concentra em explorar as intersecções entre educação midiática, igualdade de gênero e cidadania, a partir de uma pesquisa descritiva e bibliográfica. O objetivo foi identificar tendências, padrões e lacunas nas pesquisas publicadas entre 2019 e 2024, utilizando as bases de dados SciELO e Scopus como principais fontes.

A pesquisa descritiva é muito utilizada nas Ciências Sociais, especialmente quando se pretende observar e documentar fenômenos sem interferir, buscando descrever características, comportamentos ou tendências de maneira sistemática e objetiva (Creswell, 2010). A abordagem empregada nesse estudo, caracterizada por uma revisão bibliométrica, seguida de análise interpretativa, focada em mapear a presença dos temas de educação midiática e suas relações com igualdade de gênero e cidadania. Após a definição da temática a ser investigada, o primeiro passo foi a coleta de referências teóricas de pesquisas e estudos recentes, considerados relevantes e essenciais para o tema, utilizando as plataformas Scopus e SciELO.

A pesquisa, de natureza bibliográfica, baseou-se em materiais já publicados, como livros, artigos científicos e fontes digitais, buscando explorar as relações entre Educação Midiática, cidadania e igualdade de gênero. O estudo foi dividido em duas etapas: a primeira consistiu em uma revisão da literatura, que abordou brevemente a teoria relacionada ao campo da Educação Midiática e suas conexões com igualdade de gênero e cidadania. A segunda fase foi um levantamento bibliométrico, realizado nas bases de dados SciELO e Scopus, para identificar estudos sobre as temáticas.

Resultados e Discussão

Com o objetivo de investigar as pesquisas que relacionam educação midiática, igualdade de gênero e cidadania, foi definido um recorte temporal, buscando um panorama da literatura recente. As buscas consideraram termos em inglês e português, adaptando às variações conforme o uso em cada idioma, com base em artigos que ajudaram a identificar a terminologia mais apropriada. Por exemplo, nas bases de dados SciELO utilizamos como critérios de inclusão as palavras-chave “educação midiática” juntamente com “cidadania”, “educação midiática” juntamente com “igualdade de gênero”.

Como percebemos que o número de publicações era escasso, também realizamos a busca através de palavras-chave isoladas, assim como “educação midiática”, “cidadania”, “igualdade de gênero”, “ODS” e de outras palavras-chave como “alfabetização informacional”, “alfabetização midiática”, “competência midiática”, “literacia midiática”, “mídia-educação” e “educomunicação”. A partir da leitura do resumo,

analisávamos se havia alguma interligação com “educação midiática”, “cidadania”, “educação midiática”, “igualdade de gênero”.

Na plataforma Scopus consideramos os termos em inglês “media and education”, “information and literacy”, “media and competence”, “media and literacy”, “gender and equality”. Percebemos que a plataforma fornece dados que precisam ser analisados porque nem sempre correspondem com resultados validados. Por exemplo, ao buscar determinada palavra-chave, os resultados apresentados não tinham conexão com nosso interesse, pois abordavam vertentes ligadas outras áreas como medicina, tecnologia da informação, jornalismo entre outras. Também focamos em publicações no Brasil e Portugal, assim, aquelas que não cumprissem esses requisitos foram descartadas. Abaixo apresentamos o resultado encontrado por meio da exposição de tabelas:

Tabela 2

SciELO – Período 2019-2024 – Palavras-chave isoladas – Português

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado
1	Educação Midiática	2
2	Alfabetização Informacional	1
3	Alfabetização Midiática	0
4	Competência Midiática	1
5	Literacia midiática	1
6	Mídia-educação	1
7	Educomunicação	1

Elaboração Própria.

A Tabela 2 revela que, entre 2019 e 2024, os termos relacionados à educação e mídia apresentam baixa ocorrência de resultados na

SciELO. “Educação Midiática” teve o maior número de publicações, com 2 ocorrências, enquanto “Alfabetização Midiática” não gerou nenhum resultado. Termos como “Competência Midiática”, “Mídia-educação”, “Educomunicação” e “Literacia midiática” tiveram apenas 1 resultado cada, mostrando uma produção acadêmica limitada nessas áreas em português.

A Tabela 3, que apresenta resultados de pesquisas de palavras-chave na base SciELO revela informações interessantes sobre a produção acadêmica nesse período com foco em temas relacionados à educação midiática. Media Education (Educação midiática) não retornou resultado. Isso indica que, no período investigado, esse termo específico não foi amplamente utilizado em publicações indexadas na SciELO, sugerindo uma possível lacuna no uso desse conceito. É possível que outros termos relacionados estejam sendo preferidos pelos autores ou que essa expressão seja mais comum em outras bases de dados internacionais.

Tabela 3

*SciELO – Período 2019-2024
– Palavras-chave isoladas – Inglês*

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado
1	Media Education	0
2	Information Literacy	6
3	Media Competence	1
4	Media literacy	2

Elaboração Própria.

Levantamos essa hipótese de análise porque a busca por “Information Literacy” gerou 6 resultados, o que sugere que há um número razoável de estudos relacionados à alfabetização informacional

na SciELO. Já Media Literacy (Alfabetização Midiática) apresenta 2 resultados encontrados. Apesar de ser um conceito amplamente utilizado em pesquisas internacionais, ele parece ter uma presença modesta durante o período pesquisado. O termo “Media Competence” resultou em apenas 1 ocorrência, indicando uma baixa utilização desse conceito na produção acadêmica disponível na SciELO no período consultado.

Tabela 4

Scopus – Período 2019-2024 – Palavras-chave isoladas – Português

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Educação and Midiática	2	2
2	Alfabetização and Informacional	7	5
3	Alfabetização and Midiática	5	3
4	Competência and Midiática	5	3
5	Literacia and midiática	1	0
6	Mídia and educação	9	4
7	Educomunicação	6	3

Elaboração Própria.

A Tabela 4 mostra que os termos em português relacionados na base Scopus geraram resultados variados. A partir dos critérios que já descrevemos anteriormente “Educação and Midiática” apresentou 02 resultados encontrados e validados, e “Alfabetização and Informacional” também teve alta validade (5/7). Já “Alfabetização and Midiática” e “Competência and Midiática” alcançaram 60% de relevância cada, com 3 publicações válidas em 5. Por outro lado, “Literacia and midiática” foi pouco explorado, sem resultados válidos. O termo “Mídia and educação”, teve 9 publicações, sendo 4 consideradas relevantes,

evidenciando um campo ativo, mas com espaço para aprofundamento. Por fim, “Educomunicação” teve 6 publicações, com 3 delas sendo consideradas válidas, demonstrando que o termo tem alta utilização.

A análise da Tabela 5 mostra que, a busca por palavras-chave relacionadas à educação midiática na base Scopus gerou resultados variáveis. O termo “Media and Education” resultou em 36 publicações, mas apenas 1 foi considerado válido ao se focar em intersecções com igualdade de gênero e cidadania. “Information and Literacy” apresentou 15 publicações, mas nenhuma foi considerada válida, o mesmo ocorrendo com “Media and Competence”, que teve 4 publicações, mas sem resultados relevantes. Por outro lado, “Media and Literacy” trouxe 8 publicações, das quais apenas 1 foi válida. Esse cenário sugere uma lacuna significativa na literatura sobre educação midiática, reforçando a necessidade de novos estudos que considerem as intersecções “educação midiática”, “cidadania” e “igualdade de gênero”.

Tabela 5

Scopus – Período 2019-2024 – Palavras-chave isoladas - inglês

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Media and Education	36	1
2	Information and Literacy	15	0
3	Media and Competence	4	0
4	Media and literacy	8	1

Elaboração Própria.

Tabela 6

*SciELO – 2019-2024- Palavras-chave conectadas
igualdade gênero – Português*

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Educação Midiática and igualdade gênero	27	0
2	Alfabetização Informacional and igualdade gênero	17	0
3	Alfabetização Midiática and igualdade gênero	15	0
4	Competência Midiática and igualdade gênero	12	0
5	Literacia midiática and igualdade gênero	4	0
6	Mídia-educação and igualdade gênero	4	0
7	Educomunicação and igualdade gênero	13	0

Elaboração Própria.

Na Tabela 6, podemos perceber que houve uma quantidade considerável de publicações na SciELO sobre “Educação Midiática” e “Igualdade de Gênero”, todavia nenhuma foi considerada válida. Isso porque, os resultados encontrados exploravam áreas diferentes do escopo central do nosso estudo. O mesmo acontece com os demais termos relacionados na tabela. Uma das principais lacunas observadas foi a ausência de estudos que relacionam explicitamente os temas em questão. A mesma leitura analítica pode ser percebida e repete-se na Tabela 7, abaixo:

Tabela 7*SciELO – Período 2019-2024 – conectadas igualdade gênero – Inglês*

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Media Education and gender equality	20	0
2	Information Literacy and gender equality	14	0
3	Media Competence and gender equality	17	0
4	Media literacy and gender equality	18	0

Elaboração Própria.

Como vemos, não houve publicações válidas na SciELO que conectassem explicitamente a educação midiática com a igualdade de gênero em inglês, apesar de um número razoável de publicações nos termos pesquisados. Novamente, ressaltamos que essa ausência de resultados válidos sugere uma significativa lacuna na literatura acadêmica que relaciona a educação midiática e a igualdade de gênero, indicando a necessidade de mais estudos que explorem essa intersecção e suas implicações na promoção de uma sociedade mais igualitária.

Tabela 8*SciELO – 2019-2024 – Palavras-chave conectadas cidadania – Português*

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Educação Midiática and cidadania	4	3
2	Alfabetização Informacional and cidadania	10	2
3	Alfabetização Midiática and cidadania	2	1
4	Competência Midiática and cidadania	0	0

5	Literacia midiática and cidadania	1	0
6	Mídia educação and cidadania	8	3
7	Educomunicação and cidadania	3	1

Elaboração Própria.

A Tabela 8 apresenta os resultados da busca por palavras-chave relacionadas à cidadania na base SciELO. Dos termos analisados, “Alfabetização Informacional and cidadania” obteve o maior número de publicações (10), embora apenas (2) tenham sido consideradas válidas. No geral, o tema da educação midiática em conexão com a cidadania apresentou poucos resultados, com a maioria das combinações gerando poucos artigos publicados e validados.

Tabela 9

*Scopus – 2019-2024 – Palavras-chave conectadas
cidadania – Português*

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Educação and Midiática and cidadania	0	0
2	Alfabetização and Informacional and cidadania	0	0
3	Alfabetização and Midiática and cidadania	0	0
4	Competência and Midiática and cidadania	0	0
5	Literacia and midiática and cidadania	0	0
6	Mídia and educação and cidadania	0	0
7	Educomunicação and cidadania	0	0

Elaboração Própria.

A análise da Tabela 9 mostra a ausência de publicações na base Scopus que conectassem educação midiática com cidadania em português. Termos como “Educação and Midiática and cidadania” e “Mídia and educação and cidadania” não geraram resultados válidos, mostrando uma lacuna significativa na intersecção desses temas. Pesquisamos também a palavra “cidadania” isoladamente, e embora a palavra “cidadania” tenha retornado 11 resultados, nenhum estava relacionado à educação midiática e igualdade de gênero. Isso evidencia a necessidade de produção de pesquisas que articulem esses conceitos fundamentais para a formação cidadã no contexto atual.

Tabela 10

*Scopus – 2019-2024 – Palavras-chave conectadas
igualdade gênero – Português*

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Educação and Midiática and igualdade and gênero	0	0
2	Alfabetização and Informacional and igualdade and gênero	0	0
3	Alfabetização and Midiática and igualdade and gênero	0	0
4	Competência and Midiática and igualdade and gênero	0	0
5	Literacia and midiática and igualdade and gênero	0	0
6	Mídia and educação and igualdade and gênero	0	0
7	Educomunicação and igualdade and gênero	0	0

Elaboração Própria.

A Tabela 10 revela que não houve publicações na base Scopus que conectassem palavras-chave relacionadas à educação midiática com igualdade de gênero em português. Todas as buscas, como “Educação and Midiática and igualdade and gênero” e “Mídia and educação and igualdade and gênero”, resultaram em zero publicações válidas.

A Tabela 11 mostra que houve diversas publicações relacionadas à cidadania em inglês na Scopus, mas poucas foram consideradas válidas com base no critério geográfico de origem no Brasil ou Portugal. “Media and Education and Citizenship” gerou 63 publicações, mas apenas 8 foram válidas. Termos como “Information and Literacy and Citizenship” e “Media and literacy and Citizenship” tiveram um número expressivo de artigos, mas nenhum foi considerado válido por serem de outros países. Isso evidencia uma oportunidade de ampliação de estudos focados em cidadania no contexto da educação midiática nos países lusófonos.

Tabela 11

Scopus – Período 2019-2024 – Palavras-chave conectadas cidadania - inglês

Pesquisa	Palavra-chave	Resultado de publicações	Resultado válido
1	Media and Education and Citizenship	63	8
2	Information and Literacy and Citizenship	37	0
3	Media and Competence and Citizenship	8	0
4	Media and literacy and Citizenship	57	0

Elaboração Própria.

Como vimos, embora questões de cidadania e alfabetização midiática sejam abordadas em alguns artigos, a articulação entre essas temáticas e a promoção da igualdade de gênero permanece limitada. Isso sugere a necessidade urgente de mais pesquisas que investiguem como a educação midiática pode contribuir para desconstruir estereótipos de gênero, por exemplo. Conforme sinalizam estudos de Pereira & Pinto, (2013) é fundamental promover uma representação mais igualitária nos meios de comunicação e criar espaços de participação inclusivos para mulheres e grupos marginalizados. Essa abordagem poderia enriquecer a discussão acadêmica e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa.

Conclusão

O presente artigo enfatiza a relevância da educação midiática como uma ferramenta crucial para promover a cidadania e a igualdade de gênero. Ao explorar as teorias e funções da educação midiática, observa-se que a capacidade crítica de interpretar mensagens é essencial para a formação de cidadãos conscientes e ativos. Além disso, a educação midiática contribui para desconstruir estereótipos de gênero, promovendo uma compreensão mais inclusiva das diversidades presentes na sociedade.

O levantamento bibliométrico mostra que, embora seja um tema considerado de grande relevância em debates sobre educação e participação social, a pesquisa sobre educação midiática ainda é limitada, especialmente em países de língua portuguesa. Essa escassez de estudos aponta para a necessidade de aprofundar o tema no meio acadêmico. Ao mesmo tempo, essa limitação oferece oportunidades para novos

pesquisadores contribuírem com abordagens inovadoras, enriquecendo o campo da educação e fortalecendo a cidadania e a igualdade de gênero.

É importante reconhecer as limitações deste artigo, que não pretendeu abordar de maneira abrangente a vasta literatura sobre educação midiática, cidadania e igualdade de gênero. Em vez disso, o foco foi estabelecer um paralelo entre os conceitos e suas interligações, bem como podem ser utilizados no contexto escolar. Desse modo, novas produções que abordem a educação midiática e suas conexões com cidadania e igualdade de gênero serão bem vindas.

Referências

- Aguaded, I., Santos, V. M., Chibás, F., & Viscaíno-Verdú, A. (Coords.). (2021). *Currículo Alfamed de formação de professores em educação midiática*. Palavra Aberta.
- Aguaded-Gómez, I. (2012). La competencia mediática, una acción educativa inaplazable. *Comunicar*, 39, 7-8. <https://doi.org/10.3916/C39-2012-01-01>
- Buckingham, D. (2010). Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. *Educação e Realidade*, 35(3), 37-58.
- Buckingham, D. (2020). Epilogue: Rethinking digital literacy: Media education in the age of digital capitalism. *Digital Education Review*, 37, 230-239. <https://doi.org/10.1344/DER.2020.37.230-239>
- Buckingham, D. (2022). *Manifesto pela educação midiática*. Edições Sesc São Paulo.

- Carvalho, J. M. (2020). *Cidadania no Brasil: O longo caminho* (11^a ed.). Civilização Brasileira.
- Chauí, M. (1999). Cidadania cultural. In T. T. da Silva (Org.), *Cidadania e educação: A educação para a cidadania como prática educativa* (pp. 45-63). Artmed.
- Cortes, T. P. B. B., Martins, A. O., & Souza, C. H. M. (2018). Educação midiática, educomunicação e formação docente: Parâmetros dos últimos 20 anos de pesquisas nas bases SciELO e Scopus. *Educação em Revista*, 34, e200391. <https://doi.org/10.1590/0102-4698200391>
- Costa, M. I. S., & Ianni, A. M. Z. (2018). *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: Uma análise teórica*. Editora UFABC. <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- da Silva, L. F. S. C., & Muzzatto, E. M. (2021). Educação para a cidadania democrática: Desafios, impasses e perspectivas. *Educação*, 44(1), e32656
- Fernandes, P., Matos, A. P. M., & Festas, I. (2022). Methodology for the evaluation of media literacy in children and youth: Recommendations and trends. *Profesional de la información*, 31(6), e310616. <https://doi.org/10.3145/epi.2022.nov.16>
- Held, D. (1995). *Democracy and the global order: From the modern state to cosmopolitan governance*. Stanford University Press.

Lopes, P. C. (2015). Literacia mediática e cidadania: Uma relação garantida? *Análise Social*, 30, 546-580.

Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.

Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>

Magalhães, M. J., Pacheco, M., Mendes, T., Maia, M., Wiedemann, A., & Dias, A. T. (2021). Educação para uma cidadania crítica, global e criativa: Um olhar com perspectiva de género. *Revista de Estudos Curriculares*, 12(1), 78-93.

ONU – UNRIC. (n.d.). *Objetivo 5: Igualdade de género*. UNRIC. <https://unric.org/pt/objetivo-5-igualdade-de-genero-2/>

Pérez Tornero, J. M., & Varis, T. (2010). *Media literacy and new humanism*. UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001921/192134e.pdf>

Pinto, M. & Pereira, S. (2013). Educação para os media e cidadania. *Revista Comunicação e Sociedade*.

Pereira, S., Pinto, M., & Madureira, E. J. (2023). *Referencial de educação para os media – revisão atualizada: Educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário*. Portugal: Ministério da Educação e Ciência. <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-os-media>

Rabelo, A. O. (2010). Contribuições dos estudos de género às investigações que enfocam a masculinidade. *Ex aequo*, 21, 161–176.

- Ribeiro, C., Loureiro, A. C., & Mesquita, C. (2021). Igualdade de género: Uma revisão sistemática da literatura com o foco nas crianças e nos agentes educativos. *Liberdade, equidade e emancipação: Atas do XV Congresso da SPCE* (pp. 281-289). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. <http://hdl.handle.net/10198/24884>
- Rios, R. R. (2006). Para um direito democrático da sexualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60), 21–36. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200004>
- Romita, A. S. (2006). O princípio da não-discriminação da mulher no direito do trabalho brasileiro. In L. de O. Penido (Coord.), *A igualdade dos géneros nas relações de trabalho* (pp. 83-90). Escola Superior do Ministério Público da União.
- Santana, A. A. (2023). *Género e literacia mediática: Análise e reflexão crítica de mensagens de género veiculadas pelos media e seus efeitos na saúde* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra].
- Santiago, M. C., Vargas Antunes, K. C., & Akkari, A. (2020). Educação para a cidadania global: Desafios para a BNCC e formação docente. *Revista Espaço do Currículo*, 13.
- Scott, J. W. (1995). Género: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20, 71-99.
- Spinelli, E. M., Generali, S., & Hoff, T. M. C. (2021). Mídia na escola: Um relato de prática pedagógica na pandemia. *Comunicação & Educação*, 26(1), 167-178. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v26i1p167-178>

Stefoni, C., Stang, F., & Riedemann, A. (2016). Educación e interculturalidad en Chile: un marco para el análisis. *Estudios Internacionales*, 185(Número especial), 153-182.

***STAY WOKE*: DISPUTAS EM TORNO DAS QUESTÕES IDENTITÁRIAS A PARTIR DE UMA EDIÇÃO DA REVISTA VEJA**

Maurício João Vieira Filho¹

Em inglês, *woke* é verbo no passado que significa acordou. Contudo, o termo ganhou outras acepções e destaques midiáticos que remetem a movimentos de conscientização de temáticas sociais, tais como racismo, sexismo e machismo. Com origem na língua afro-americana, *woke* (e a frase *Stay Woke*) acende, sobretudo, com o movimento *Black Lives Matter* e o uso da linguagem para representar uma força discursiva de afirmação pelos direitos humanos e de rompimentos com lógicas patriarcais, capitalistas e da supremacia branca que se estruturaram em preconceitos e normatividades (Richardson & Ragland, 2018).

1. Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professor substituto na Faculdade de Comunicação (Facom) da UFJF. mauriciovieiraf@gmail.com

Apesar da variabilidade de interpretações e das mobilizações do termo, principalmente nas plataformas digitais, há o predomínio do caráter político, subversivo e contranormativo para alertar a necessidade de uma consciência sobre desigualdades sociais, especialmente aquelas ligadas à justiça racial. Ainda que a palavra faça mais sentido no contexto do norte global em países falantes da língua inglesa, no Brasil, a mobilização simplificada a que *woke* remete adquiriu significações controversas, associando-a a um debate de extremismos e polarizações.

Na edição n.º 2.880, de 16 de fevereiro de 2024, a revista *Veja* publicou uma matéria especial que se voltou para a explanação de críticas contra esse movimento. Na capa com fundo vermelho, o título em caixa alta “O EXAGERO DA PATRULHA” é estampado junto à ilustração de um homem, criada por meio de inteligência artificial (IA), com *bottons* de símbolos de movimentos sociais identitários em sua camisa, dedo em riste e semblante de raiva e grito. Nas primeiras páginas da revista, a “carta ao leitor” traz um texto de caráter editorial, sem assinatura de jornalistas ou responsáveis pela redação, com algumas balizas iniciais sobre o tema a ser abordado. Com o título em caixa alta, “A BELEZA DAS DIFERENÇAS” (Editora Abril, 2024, p. 6), o leitor é levado a entender um breve contexto de lutas sociais pelos direitos humanos até a chegada da cultura *woke*, passando por trechos sobre a importância da defesa dos direitos humanos para culminar no último parágrafo sobre aceitar o diferente sem ódio e polarização, isto é, não no sentido de aceitar as diferenças identitárias, mas de não se criar outro tipo de discriminação contra quem pensa e age diferente dos movimentos sociais.

Figura 1

Reprodução da capa da edição n.º 2.880



Disponível em Veja (2024)

Escrita pela jornalista Amanda Péchy, a reportagem especial de 14 páginas, intitulada “OS DONOS DA VERDADE”, traz, na abertura, outra imagem desenvolvida por IA, mas, dessa vez, em fundo azul, com uma mulher seguindo o esquema da capa: dedo em riste, blusa azul com os mesmos *bottons*, semblante fechado, embora com menos aparência de fúria. Ao lado da imagem, uma breve frase associa o ato de apontar o dedo, representado de forma simbólica pela imagem, como parte de um “tribunal da internet” para julgamentos e culpabilizações. O texto se desdobra discursivamente por explicações sobre a emergência do movimento nos Estados Unidos (EUA), excessos cometidos por grupos sociais, esquemas visuais sobre léxicos que o movimento supostamente

proíbe na matriz social, fotografias para ilustração dos argumentos com os ex-presidentes dos EUA Donald Trump e Barack Obama, passeatas de um movimento pró-palestina, o assassinato de George Floyd, a ex-presidenta de Harvard Claudine Gay e uma fotografia do carnaval brasileiro com foliões fantasiados, assim como traz associações às lutas identitárias como culpadas por criar outras opressões em razão de uma “cartilha do politicamente correto exagerado” (Péchy, 2024, p. 148). Ao longo da reportagem, pontuam-se exemplos internacionais e outros associados ao Brasil, assim como críticas à linguagem neutra, às substituições de palavras cuja etimologia carrega sentidos pejorativos, às adesões organizacionais e institucionais por mudanças na linguagem cotidiana. O argumento central da revista *Veja* atrela o combate às práticas de opressão, colocadas sob o guarda-chuva *woke*, no mesmo nível da reprodução de intolerâncias.

Vale destacar que, nas redes sociais digitais, a edição conseguiu destaque e comentários de internautas, principalmente, pela imagem da capa ter sido feita por meio da ferramenta *Midjourney*, uma IA generativa de imagens a partir de comandos textuais, e apresentar um homem com seis dedos na mão. Apesar do erro grotesco e as questões sobre a precarização da atividade jornalística imbuídas ao trocar ilustradores, fotógrafos e jornalistas por uma produção de IA, a capa simboliza a intenção desejada pela revista, cujo lastro editoriais e histórico remete ao conservadorismo. Além disso, como propõe Oliveira (2015, p. 22), a capa “funciona como síntese da edição. Nela é destacado o assunto principal com chamadas para itens de menor importância, conforme decide o editor. Mas a capa tem um objetivo: físgar o leitor”. É por

meio dela que temos o primeiro contato com a edição e optamos pela leitura ou não, pela compra do material ou não.

Mais que as discussões sobre o fazer jornalístico e as implicações éticas dos usos de IA, neste artigo, queremos nos debruçar nas produções de sentidos que emergem a partir do tema mobilizado para a edição da semana e as questões que a constitui. Nesse sentido, a partir da capa e da matéria da semana da edição mencionada, o objetivo é discutir as disputas de sentidos em torno das questões identitárias mobilizadas pela revista *Veja*. Especificamente, interessa-nos compreender em que medida esse discurso jornalístico tenta se arregimentar com equiparação entre ações de combate ao preconceito como potencializadoras de outros regimes de opressão social.

Para tanto, em diálogo com os estudos sobre identidade, performatividade e textualidade, o artigo se desdobra em três seções. A primeira parte consiste em um debate sobre as textualidades tendo em vista as verbo-visualidades e suas significações em um produto jornalístico (Jácome & Leal, 2020; Abril, 2018; Leal, 2018). Em seguida, o texto avança por notas contextuais sobre as questões das identidades, especificamente no contexto brasileiro, em que a revista é majoritariamente consumida. A terceira parte aborda as significações dadas às identidades e aos movimentos sociais pela revista *Veja* desde a capa até a matéria da semana.

Textualidades de um produto jornalístico

O texto jornalístico pode ser compreendido como uma construção narrativa cujo intuito é ser informativa e trazer os principais elementos de um acontecimento. Para tanto, trata-se de um resultado

de um processo de pesquisa, apuração e checagem. Contudo, é preciso ir além e entender que um texto se configura como uma atividade, e não um dado pronto e fechado destinado a alguém. Ter uma visada simplista reduz o texto a uma dimensão inata que impossibilita a apreensão das tensões e construções de sentidos e abrevia a comunicação a um esquema transmissivo entre polos. Leal (2018) assinala que o texto é uma situação de comunicação heterogênea que ocorre em um determinado contexto a partir de atos de linguagem que possuem interrelações com outras redes. Assim, podemos avançar no sentido de entender como textualidade, ou seja, processos em que os sentidos estão em ebulição e, “com isso, ‘textualidade’ passa a se referir tanto ao que faz ‘de um texto um texto’ como aos modos de investigá-lo” (Leal, 2018, p. 18).

A partir dessa apreensão das textualidades, podemos seguir em direção ao jornalismo com vistas a vislumbrar algumas dimensões constituintes dessa produção. Para Jácome e Leal (2020), as textualidades do jornalismo são desenvolvidas a partir da seleção de critérios de noticiabilidade, pautados a partir de questões culturais e comunicacionais, dos padrões textuais e visuais, em que um conjunto de elementos verbais e não-verbais se estabelecem em uma configuração que padroniza jornais e revistas, assim como uma identidade da mídia informativa que possui convenções no contexto jornalístico. Válido salientar pelos apontamentos de Jácome e Leal (2020) que as verbo-visualidades se referem às conexões entre elementos verbais e visuais em um texto e, especialmente, no contexto jornalístico, orientando a leitura e a interpretação do conteúdo. Essa relação é estabelecida por meio de convenções jornalísticas que organizam a apresentação e a disposição das informações, criando uma experiência de leitura que seja coesa e

significativa. Além disso, a verbo-visualidade é vista como um produto de processos históricos que influenciam a forma como os leitores se apropriam e consomem a informação. “Afinal, a verbo-visualidade, culturalmente assentada, ordena nossa visão e nos oferece modos privilegiados de leitura e interpretação” (Jácome & Leal, 2020, p. 128).

É necessário aprendermos que os textos não possuem delimitações precisas de onde começam e terminam. Conforme Leal (2018),

quando falamos de uma notícia entendemos que esse texto se inicia ou na manchete ou na primeira palavra que abre a narrativa, encerrando-se no ponto final e no espaço em branco que a separa de outra manchete, dos limites da página, etc. (Leal, 2018, p. 23)

Porém, a provocação do pesquisador se direciona ao fato de que o texto não começou na página em que o encontramos, mas está disposto em uma rede interconectada a outros tantos textos, contextos e interlocutores. Dessa forma, os limites de um texto não são precisos e fechados, aspecto que precisamos considerar quando nos deparamos com a publicação da revista *Veja*. O objetivo da edição está diretamente conectado a interesses mercadológicos, perspectivas ideológicas, sujeitos detentores de certos poderes e alcances. Na próxima seção, seguiremos para um entendimento das identidades no contexto brasileiro, temática que se entrelaça às textualidades de *Veja*.

Notas contextuais sobre questões identitárias no Brasil da contemporaneidade

Para compreendermos a conjuntura apresentada pela revista *Veja* e as associações sem equivalência com o Brasil realizadas pela

reportagem, é importante dar um passo anterior, mantendo o cuidado no entendimento dos processos comunicativos que ocorrem a partir de discursos políticos e movimentos sociais no país nos últimos anos. Com maior vigor a partir da última década no Brasil, o debate das políticas e questões identitárias tem sido polemizado, principalmente, pela alçada moral de movimentos conservadores que tentam deslegitimá-lo e atacá-lo, principalmente, na esfera digital. Porém, cabe reconhecer que não se trata de fenômenos exclusivos ou circunscritos ao país. Entre os exemplos possíveis de serem resgatados, notamos que a tematização das questões identitárias sobre gênero adquirem maior força, mas de um modo polemizado e controverso, uma vez que se tonificam em outros territórios da América Latina e Europa por meio de discussões que tratam gênero como “ideologia” (Miskolci & Campana, 2017). Essa irrupção se dá, nos anos 1990, com discursos da Igreja Católica, a partir de enunciações dos papas João Paulo II e Bento 16, que conferiram gênero a uma ideologia e reagiram de forma contrária aos debates emergentes sobre os corpos e as experiências nos campos acadêmicos e sociais (Colling, 2018).

Atentemo-nos ao cenário brasileiro recente, pois acontecimentos representativos para a tematização das identidades, das diferenças e dos corpos emergiram e adquiriram força em meio a tentativas controversas e polêmicas que avançaram midiaticamente pelo debate público por meio de discursos de ódio, incitação à violência e ataques aos direitos humanos. Nesse contexto sociopolítico em turbulência, diferentes discursos de sujeitos e organizações adquirem evidência midiática, em diferentes meios de comunicação, com afirmações contrárias às identidades

dissidentes e aos direitos humanos, associando-os ao “identitarismo”, “politicamente correto”, “lacrção” ou “mimimi” (Miskolci, 2021).

Nessa conjuntura, é válido salientar que alguns acontecimentos se despontam como emblemáticos na história recente do país e parecem ter sido catalizadores de reações morais, como ocorreu em meados de 2016 com o estabelecimento do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, sob acusações de irresponsabilidade fiscal, e o destaque para discursos políticos enaltecendo proteção de famílias e infâncias. Antes do golpe de 2016 se instaurar, ainda na gestão de Dilma Rousseff, houve a validação da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a emergência da mentira do “kit gay” nas escolas com protagonismo de Jair Bolsonaro — na época, deputado federal —, a instauração das políticas de ações afirmativas no ensino superior e o reconhecimento de direitos trabalhistas chamado por “PEC das domésticas” — acontecimentos que, em alguma medida, insuflaram práticas públicas para a obstrução das conquistas por direitos e do debate público na sociedade sobre questões identitárias (Miskolci, 2021).

As reações dos setores conservadores no Brasil, impulsionados pelos acontecimentos elencados, evidenciou como

o apoio popular à agenda anticorrupção e à campanha contra a perspectiva de gênero na educação se uniram, entre 2014 e 2016, e se consolidaram em 2017 e 2018. Prova disso é que as duas frentes foram lideradas pelo então deputado federal Bolsonaro (Miskolci & Balieiro, 2022, p. 491)².

2. No original: “The popular support for the anticorruption agenda and the campaign against a gender perspective in education came together, between 2014 and 2016, and were consolidated in 2017 and 2018. Evidence for this is that the two fronts were led by then federal deputy Bolsonaro” (Miskolci & Balieiro, 2022, p. 491).

Este ator político, presente desde os anos 1990 no parlamento e que se candidata a presidente em 2018 e ascende ao cargo em 2019, permanecendo até 2022, passa a ser um dos expoentes ao mobilizar, em diferentes discursos, pautas envolvidas sob o guarda-chuva do moralismo e da noção de “pânico”, dentre as quais se salientavam as temáticas em torno dos corpos, das identidades e das questões de gênero, com objetivos traçados para a conservação de um parâmetro social e familiar, a reiteração normativa para a heterossexualidade, a busca por uma preservação de crianças, entre outros propósitos assinalados em discursos na época como parlamentar, durante a campanha política presidencial e ao longo do mandato como presidente. Esses tópicos se estabeleceram como o alvo prioritário para uma heterogeneidade de sujeitos e organizações, sobretudo com alinhamento político ao espectro da direita e extrema-direita política, se alinharem em ações pelas mídias e plataformas digitais para amplificar as construções discursivas contrárias ao debate público da diferença e tratá-la como algo ideológico.

“Fundamentalmente, a consolidação dessa teoria da conspiração em torno das questões de gênero foi decisiva para que uma agenda moral se disseminasse no Brasil” (Vieira Filho & Procópio, 2024, p. 9). A tentativa é, pois, entranhar em espaços educacionais, nas práticas políticas, nas instituições e organizações sociais, bem como na vida cotidiana, e rondar as ações com uma vigilância contínua que resguarde a plenitude da matriz cisheteronormativa (Junqueira, 2017).

Todo esse alarde nos sugere, a partir da interpretação de Miskolci e Campana (2017), que as uniões e as atrações não são coesas entre si, pois reúnem diferentes indivíduos e grupos sociais a partir de elos específicos, embora a “ideologia de gênero” seja uma forma de uni-los

em prol do conservadorismo. De tal maneira, “... tudo indica que os empreendedores morais contra a ‘ideologia de gênero’ são grupos de interesses conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas” (Miskolci & Campana, 2017, p. 743). Nesse sentido, percebemos que gênero e sexualidade constituem os alvos prioritários para produções discursivas deturpadas de sentidos a partir de visões preconceituosas e moralistas para criticar demandas de direitos humanos (Miskolci & Campana, 2017).

Em continuidade a esse raciocínio, Miskolci e Balieiro (2022) observam que a moralização política só se faz possível quando se articulam duas estratégias, sendo uma de ordem política e outra comunicacional. Logo, não se trata de um processo espontâneo que emerge na sociedade, mas constituído por ações arregimentadas com a elaboração tática para alcançar objetivos políticos. A primeira estratégia se refere à reunião das lutas contra os esquemas de corrupção da política e das pautas em torno da família, quer dizer, uma fusão para interconectar os dois temas, visando que a política se torne uma espécie de tema familiar, e não um campo de debates públicos e propositivos sobre o país. Dessa forma, a família — entendida como um conjunto de parentescos liderados pela lógica patriarcal, heteroafetiva e cristã — alça o patamar de modelo norteador para todos os âmbitos da política. A segunda estratégia diz respeito à comunicação feita pela mobilização de plataformas digitais. Afirmam os pesquisadores que,

para viabilizar a tática anterior, foi necessário desenvolver uma estratégia de comunicação que soubesse utilizar as redes digitais com mensagens simples e diretas, apelando a valores

comuns que tendem a ser amplamente difundidos, principalmente quando vêm de familiares, vizinhos e amigos. As redes sociais digitais foram um meio eficiente, econômico e rápido para a formação de uma base de apoio engajada e fiel, atraída e agregada pelo mencionado enquadramento moral, seus reducionismos e potencial antidemocrático (Miskolci & Balieiro, 2022, p. 492)³.

Essas duas estratégias articuladas resultaram em usos concatenados das plataformas digitais e de um alarde no debate público capaz de prejudicar vidas e grupos sociais diretamente relacionados às dissidências.

Textualidades, identidades e movimentos sociais em disputa nos sentidos atribuídos na revista *Veja*

A revista *Veja* é um veículo de imprensa tradicional do Brasil, com operações desde 1968, cujas vertentes políticas e econômicas se associam ao conservadorismo. Sua linha editorial, apesar de ter sido atualizada durante os anos de atividade, não é apresentada de modo explícito, embora pelas tematizações e pelos valores-notícias colocados em evidência ao longo do tempo possamos perceber determinadas aproximações e interesses em vigência.

Importante salientar que a linha editorial de um meio de comunicação jornalístico representa definições e parâmetros norteadores

3. No original: “to make viable the previous tactic required developing a communication strategy that knew how to use the digital networks with simple and direct messages, appealing to common values that tend to be spread widely, especially when they come from family members, neighbors, and friends. The digital social networks were an efficient, economic, and fast means to the formation of an engaged and faithful base of support that was attracted and aggregated by the mentioned moral framing, its reductionisms, and anti-democratic potential” (Miskolci & Balieiro, 2022, p. 492).

para o modo de se posicionar e tematizar acontecimentos, assinala desejos de ordem social e se torna definidora do que será ou não pauta, bem como mostra ao mercado o que está em consonância aos interesses. Dessa forma, “a orientação ideológica sempre foi perceptível, de forma mais ou menos evidente, em nossos veículos jornalísticos, o que demonstra que a linha editorial está presente desde os primeiros tempos da nossa imprensa” (Paixão Marcos, 2018, p. 91). No caso da revista *Veja*, Oliveira (2015) entende que a revista não expõe suas ligações de modo direto, porém se entrelaça ao liberalismo e almeja alcançar pessoas que desejam ficar informadas dos principais acontecimentos da semana, sendo que, majoritariamente, volta-se às pessoas da classe socioeconômica B, em seguida A e C. Ademais, “abertura ao capital externo, privatizações, manutenção dos oligopólios, figuram na linha que a revista propõe” (Oliveira, 2015, p. 27).

Entendemos, assim, que a linha editorial, mesmo que não esteja explicitada nos manuais de redação e diretamente nos textos, segue como um fio condutor que consegue refletir ideais e perspectivas de um veículo jornalístico, aproximar-se de um público-alvo e envolver interesses políticos e econômicos. Quando nos voltamos para a revista *Veja*, tendo as considerações conceituais das textualidades como norteadoras (Leal, 2018; Jácome & Leal, 2020), precisamos perceber como os movimentos sociais são historicamente representados nas construções narrativas. Em uma análise de capas da revista *Veja* que trouxeram os movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da União Democrática Ruralista (URD), sindical e estudantil, Oliveira (2015) percebe que:

a revista dispõe de uma linha editorial que desqualifica os líderes sociais, adjetivando-os de miseráveis, pés rapados, dementes, loucos, fracassados, entre outros atributos do gênero. Veja combate ferrenha e sistematicamente qualquer tentativa contra o sistema neoliberal e o livre mercado. (Oliveira, 2015, pp. 134-135)

Dessa maneira, em um lastro histórico, as abordagens da revista sobre os movimentos sociais adquirem conotações negativas e depreciativas, tentando diminuir suas forças de atuação como se fossem prejudicar ideais capitalistas vigentes, com os quais a revista tenta se associar. Esse contexto deve ser considerado basilar para o material em discussão neste texto, pois, como entendemos a partir de Leal (2018), todo texto está conectado a uma situacionalidade e em diferentes redes textuais.

Devemos ter atenção à imagem da capa da edição em questão que suscita um conjunto de sentidos em torno dos movimentos sociais, associados à raiva e à fúria. Oliveira (2015, p. 13) sublinha que “o poder da imagem é relevante. A fotografia cumpre uma função e, mais que a palavra escrita, numa capa de revista, pode atrair aquele leitor que passa em frente a uma banca ou a acessa na internet”. Nesse sentido, ao optar por criar uma ilustração artificial, notamos haver um processo de manipulação gerado a partir de comandos dados a uma IA que resultou na imagem obtida. As imagens criadas podem não ser condizentes aos desejos do sujeito e da organização por trás da máquina, mas ela foi obtida a partir de *prompts* — descrições dadas ao sistema — que serviram como parâmetro para o resultado. Por esse motivo, a capa da *Veja* representa objetivos que, embora sejam tácitos, explicitam interesses

e alinhamentos editoriais do veículo, assim como passaram pelo crivo editorial antes da publicação.

Figura 2

Primeira página da matéria “OS DONOS DA VERDADE”



Nota. Reprodução de Péchy (2024, p. 148)

Como descrito, a capa apresenta um homem vestindo uma camisa com *bottons* de movimentos sociais, entre os quais ao feminismo, corpo livre, LGBTQIA+, anticapacitismo, antirracismo e uma bandeira da Palestina que podem ser identificados pelos símbolos. O fato de ele estar com dedo em riste e representando o ato de gritar estabelece uma associação direta aos movimentos, o que é complementado pela descrição da manchete que engloba os movimentos sociais e o combate ao preconceito à “cartilha do politicamente correto sem limites” (Veja,

2024, capa). Outro aspecto que coaduna com esse interesse editorial é o fato de as capas da *Veja*, historicamente, terem apenas uma manchete com amplo destaque, a fim de representar qual é o tema principal da edição. Na matéria da semana, outra imagem segue os preceitos de ligar as lutas dos movimentos sociais a uma lógica de intolerância.

Além de tentar atribuir significações à cultura *woke*, que emerge em outro contexto, como se fosse transponível ao Brasil, a matéria da semana se desenvolve com tentativas de atribuir uma culpa aos movimentos sociais e grupos que lutam pela perpetuação de intolerâncias. Segundo a matéria, “imbuídos de certezas absolutas, eles atiram pedras para todo lado e recorrem à internet para sumariamente cancelar todo e qualquer suspeito de desvio das bandeiras que empunham, reproduzindo, por vezes, eles próprios a intolerância que combatem” (Péchy, 2024, p. 149). Essa tentativa de atribuir culpa estabelece sentidos deslocados do real propósito dos movimentos sociais, tal como o movimento *woke* busca reivindicar e construir debates em torno de pautas raciais, de gênero e outros marcadores da diferença (Richardson & Ragland, 2018). Ademais, tentar equiparar contextos distintos, como o norte-americano e o brasileiro, se constitui como uma prática simplória que apaga situações específicas vividas no Brasil e, mais ainda, diante do cenário recente em efervescência na política.

Em duas páginas, com o título “Cuidado com o que fala” (Péchy, 2024, p. 150), a revista *Veja* traz um esquema ilustrativo para frisar que a mudança na linguagem, fundamentalmente de palavras cujos significados são pejorativos ou remetem a preconceitos, é um ato *woke* que vai repreender aquelas pessoas que não aderirem às mudanças. Antes da figura apresentada, há uma chamada: “vocábulos divulgados pelo

movimento woke varrem do mapa linguístico termos usuais. Ai de quem não se adaptar” (Péchy, 2024, p. 150). Nota-se, novamente, uma tentativa de reduzir a importância de atualizações, como deve ocorrer na linguagem, ao fato de ser algo injustificado e sem relevância social.

Sabemos, a partir de Butler (2019), que o estabelecimento de certos sentidos e normatividades só ocorrem por meio de discursos, isto é, atos de linguagem que são praticados e se instauram no social. Silva (2000) nos apresenta que a relação entre identidade e diferença só ocorre por meio das produções na linguagem, pois não há nenhuma característica inata ou fechada, mas determinada a partir de mecanismos culturais e se estabelecem em relações de poder. Quando movimentos sociais se organizam nas ruas ou nas redes para reivindicar, o intuito é desestabilizar essas normatividades e sentidos capazes de prejudicar vidas, tentando avançar em lutas em prol de minorias sociais e por atualizações culturais.

Consideramos as palavras de Ribeiro (2017) fundamentais diante do contexto turbulento em que as identidades e os movimentos sociais são lidos e interpretados por determinados veículos de comunicação brasileira. A pesquisadora afirma que:

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder. (Ribeiro, 2017, p. 45)

E todas as relações que confrontam hegemonias ou desestabilizam lógicas que imperam na cultura serão tomadas como problemáticas para aqueles que possuem lugares privilegiados na matriz social. Precisamos

entender que o papel do jornalismo é ter um compromisso social de responsabilidade e, quando assume posicionamentos controversos capazes de prejudicar vidas, seu exercício passa a servir os poderes.

Considerações finais

As violências são parte da constituição histórica do Brasil desde seus primórdios. No entanto, na contemporaneidade, os avanços de tecnologias digitais para comunicação impulsionam a escalada de discursos de ódio e a emergência de sujeitos e organizações alinhadas a interesses políticos de obstrução dos direitos humanos e por incentivos às violências. Isso se dá, em muitos momentos, pelas brechas e falta de regulamentação dos espaços digitais, pelas articulações entre sujeitos com mensagens curtas, apelativas e de fácil adesão por tocar em temas sensíveis como a constituição familiar e as infâncias. A evidência disso foi o modo como o ex-presidente Jair Bolsonaro se estabelece e ganha força política de maneira articulada às possibilidades algorítmicas e plataformizadas (Miskolci, 2021).

Na edição da revista *Veja*, percebemos que, alinhado aos interesses editoriais do veículo, uma matéria sobre o movimento *woke* ganha destaque como se fosse prevacente no contexto brasileiro. Em uma matéria longa com associações entre as reivindicações de grupos e movimentos organizados por direitos básicos e necessidades humanas e o aumento de preconceitos, o texto tenta atribuir uma culpabilidade aos sujeitos que reivindicam e lutam como forma de resistência pelo aumento de discriminações. Segundo a revista, esses sujeitos envolvidos nos movimentos sociais da cultura *woke* usam a internet como espaço para reivindicar, o que seria um problema para o tratamento das questões,

gerando intolerâncias. Porém, como apresentamos, os movimentos que se voltaram a tratar gênero e outras questões identitárias como ideologia se orquestraram nas redes sociais digitais, usando as funcionalidades e as brechas das plataformas como forma de organização social e de espraiamento de discursos.

Para a revista *Veja*, “resumidamente, o woke é o politicamente correto (PC) — fincado no genuíno cuidado ao falar e agir para não ofender minorias — elevado à última potência” (Péchy, 2024, p. 154). Essa abreviação das pautas sociais e das reclamações feitas a algo violento é uma tentativa de diminuir sujeitos que já são violentados cotidianamente como se suas lutas fossem insufladas ou sem utilidade pública, assim como uma tentativa de manter poder e dominação.

Por meio dos avanços nas discussões sobre identidade (Silva, 2000; Hall, 2006) e performatividade (Butler, 2019), compreendemos haver um embate de sentidos sobre as identidades que atrela o combate às práticas de opressão — colocadas sob o guarda-chuva *woke* — no mesmo patamar de reprodução de intolerâncias. Neste texto, abrimos discussões que ainda precisam ser observadas com atenção no cenário brasileiro e nos veículos jornalísticos.

Por fim, cabe resgatar a menção da experiência textual trazida por Leal (2018, p. 24) que sublinha que “a maneira como cada um — pesquisador ou não — se integra a esse processo define por certo os modos como ele vai ser experienciado e apreendido”. Assim, afirmamos que os sentidos sobre a capa e a matéria da revista *Veja* são múltiplos e conflitantes, necessitando de visadas críticas para lê-los. De toda forma, nossa ação deve ser de combater discursos opressores que tentam nos

colocar no patamar de opressores, lutar pelo combate de violências e coibir textos que tentam nos constranger (Vieira Filho & Procópio, 2024).

Referências

Abril, G. Prólogo. In B. S. Leal, C. A. Carvalho, & G. Alzamora (Orgs.), *Textualidades midiáticas* (1 ed., pp. 9-16). PPGCom/UFMG.

Butler, J. (2019). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (4ª ed., pp. 191-220). Autêntica Editora.

Colling, L. (2018). *Gênero e sexualidade na atualidade* (1ª ed.). UFBA.

Editora Abril (2024). *Veja*. São Paulo.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed.) DP&A Editora.

Jácome, P. P., & Leal, B. S. (2020). As convenções jornalísticas e a verbo-visualidade do jornal impresso entre tensionamentos. *Intexto*, (49), 123–137. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202049.123-137>

Junqueira, R. D. (2017). “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária — ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In P. R. C. Ribeiro & J. Corpes Magalhães (Orgs.), *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade* (pp. 25-52). Ed. da FURG.

Leal, B. S. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In B. S. Leal, C. A. Carvalho, & G. Alzamora

(Orgs.), *Textualidades midiáticas* (1 ed., pp. 17-34). PPGCom/UFMG.

Miskolci, R. (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiaticizada* (1ª ed.). Autêntica.

Miskolci, R., & Balieiro, F. F. (2023). The Moralization of Politics in Brazil. *International Sociology*, 38(4), 480-496. <https://doi.org/10.1177/02685809231180879>

Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 725-747. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

Oliveira, A. D. (2015). *Os movimentos sociais na capa da revista Veja: uma análise discursiva*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/11936>

Paixão Marcos, P. S. M. (2018). Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. *Revista Alterjor*, 17(1), 90-108. <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137224>

Péchy, A. (2024, 16 de fevereiro). Os donos da verdade. *Veja*. 57(7), 148-162.

Ribeiro, D. (2017). *O que é: lugar de fala?* (1ª ed.). Letramento.

Richardson, E., & Ragland, A. (2018). #StayWoke: The Language and Literacies of the #BlackLivesMatter Movement. *Community Literacy Journal*, 12(2), 27-56. <https://doi.org/10.1353/clj.2018.0003>.

Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (1ª ed., pp. 73-102). Vozes.

Veja. (2024, 16 fev.). 57(7). Abril.

Vieira Filho, M. J., & Procópio, M. R. (2024). “Sou menina, menina feminina. Sou menino, menino masculino”: estereótipos e práticas pedagógicas de gênero a partir de dois vídeos musicais. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, 27(1). <http://dx.doi.org/10.5380/am.v27i1.87858>

UNIDAS COM BOLSONARO: UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS MULHERES CONSERVADORAS ELEITAS EM 2018 NO *TWITTER*

Deborah Luísa Vieira dos Santos¹
Mayra Regina Coimbra²
Lara Karoline Souza de Aquino³

O número de mulheres eleitas na Câmara Federal aumentou de 51, em 2014, para 77 deputadas, em 2018. Nesse período, o cenário político e eleitoral no Brasil foi marcado por uma forte polarização ideológica entre a direita, a qual teve na eleição de Jair Bolsonaro (na

-
1. Doutora em Comunicação (PPGCOM/UFJF).
Professora da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).
deborah.santos@univale.br
 2. Mestra e doutoranda em Comunicação pela Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF).
Professora substituta na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).
mayrarcoimbra@gmail.com
 3. Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Paulista (UNIP).
Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.
laraaquino.souza@gmail.com

época filiado ao PSL) o grande trunfo. Vinculada a um populismo digital, a onda bolsonarista também influenciou na eleição de governadores, deputados federais e estaduais (Cesarino, 2020; Silva et al., 2023).

Esse número ainda representa 15% do total de deputados eleitos, sendo que os estados de Maranhão, Sergipe e Amazonas não tiveram nenhuma representante do gênero feminino eleita em 2018. O Distrito Federal destaca-se como o estado da federação com o maior número proporcional de representantes femininas na Câmara: 5 mulheres, em uma bancada composta por 8 deputados. Em números absolutos, São Paulo é o estado que se destaca com o maior número de deputadas: 11 mulheres no total.

Ao fazer uma análise do espectro político e ideológico, do total de parlamentares eleitas, 33 delas (43%) são do bloco de direita e centro-direita, sendo 18 alinhadas ao bolsonarismo de extrema-direita e 15 de centro-direita, que se alinharam à maior parte do governo, mas destoaram em algumas pautas. Já as siglas de centro-esquerda, mais vinculadas às pautas feministas e femininas, elegeram apenas 26 deputadas (34%). Vale ressaltar, que a filiação a um partido não significa aderência à linha ideológica, como ocorreu com a deputada federal eleita pelo Rio Grande do Sul, Liziane Bayer, eleita pelo PSB, aderiu ao bolsonarismo, tendo inclusive saído do partido e se filiado ao Republicanos.

Este estudo é fruto da tese de doutorado do PPGCOM-UFJF, vinculada ao grupo de pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania”, e analisa 11 deputadas federais (14,3%) das 77 eleitas em 2018, acompanhando os discursos em suas respectivas redes sociais (na época o *Twitter*), no período de 1º de fevereiro de 2019, data referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, compreendendo o

primeiro semestre de atuação na Câmara dos Deputados Federal. Como metodologia de análise foi acionada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e a Análise de Conteúdo Automatizada (Cervi, 2018), a fim de investigar as categorias utilizadas pelas deputadas em seus discursos nas redes sociais. O objetivo é observar as narrativas construídas sobre cada uma, por si mesmas, com intuito de avaliar de que forma as questões de gênero perpassam – ou não – os discursos levantados por cada deputada, bem como as deputadas se alinham ou se afastam dos discursos conservadores do então governo Bolsonaro.

Gênero: o pessoal é político

Nos processos de socialização e disseminação do conhecimento, muitas barreiras criadas são capazes de interferir na subjetividade dos indivíduos e na sociedade como um todo, organizando-a com base em uma hierarquização entre os diferentes gêneros (Beauvoir, 2009; Heilborn, 1994; Miguel & Biroli, 2014).

A fala, a linguagem não verbal, a linguagem corporal, a aparência e os comportamentos de uma pessoa são formas de se comunicar. De acordo com Butler (2008), tais características são capazes de participar de uma estrutura regulatória que reforça a naturalização da cisheteronormatividade de maneira que os indivíduos em sociedade repetem os atos de gênero como uma performance ao longo de sua existência.

Desde a socialização, há a hierarquização de valores que estão dispostos em um sistema de prioridades, os quais variam de acordo com a situação e com o gênero do indivíduo, capazes de oferecer componentes decisivos na formação da personalidade. Para os meninos, são repassados, em maior proporção, valores como independência, autorrealização

e importância do desempenho (Avelar, 1989). Em contrapartida, para as meninas, são repassados valores como a obediência, a dependência e a importância do comportamento maternal. Esses valores, destinados a cada gênero, aparecem como “naturais” e, muitas vezes, são qualificados como expressão de forças biológicas e psíquicas, apagando-se seu caráter social. Algo também discutido por Adichie (2015, pp. 16-17).

Se repetirmos uma coisa várias vezes, ela se torna normal.
Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal.
Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia sejam ocupados por homens.

Nesse sentido, Avelar (1989) explicita que a participação política se mostra mais condizente com a socialização oferecida aos homens do que aos valores repassados às mulheres, uma vez que os valores inerentes aos papéis sociais masculinos estão mais voltados para as atividades de realização e desempenho. Isso se reflete tanto nas candidaturas, quanto no discurso sobre elas.

Miguel & Biroli (2014) apontam que a expectativa sobre o gênero interfere, inclusive, no que se espera da participação feminina na política e, para isso, apresenta os conceitos de política do desvelo e pensamento maternal, as quais partem de um olhar conservador e sexista, o qual reduz a mulher ao papel do gênero e limita sua atuação. Para os autores, ainda existe uma ideia de que a presença feminina na política traria benefícios pelo fato de relacionar as mulheres ao cuidado, em especial, com os mais indefesos, ou pela motivação de deixar um

mundo mais seguro para seus descendentes (pensamento maternal). Ainda, a participação feminina na política poderia diminuir o caráter agressivo das atividades que são desenvolvidas nesse campo (política do desvelo). Esferas como amparo social, saúde, educação, meio ambiente, entre outras relativas ao cuidado, seriam uma marca dessa presença e superaria a ideia de “política por interesses”, comumente relacionada ao gênero masculino (Miguel & Biroli, 2014). Vale destacar que áreas relativas ao cuidado remetem ao lugar da mulher ser ainda considerado como vinculado ao espaço privado.

Os direitos reivindicados por séculos pelos movimentos feministas, LGBTQIAPN+, entre outros, passam a ser combatidos por neoconservadores. A relação público-privado e suas separações ou aproximações mostram-se como linhas tênues, sendo necessário ter um cuidado com os limites e consequências (Biroli et al., 2020). Barreiras construídas podem dificultar a participação de mulheres tanto no mundo do trabalho quanto na vida política.

Uma ferramenta utilizada em prol da dominação masculina na sociedade é a de distorcer um conceito, como o de gênero, e pode ser chamada de “neolíngua” ou “novolíngua”. Varela (2019) explica que a ideia é composta em eliminar todas as palavras que podem servir para pensar diferente do que o desejado pelos centros de poder. De maneira prática, é como construir um argumento associando a ideologia de gênero a aquilo que o próprio conceito busca combater: a desigualdade, o fundamentalismo e as relações de poder. Algo apropriado para o discurso político pela parcela conservadora (Biroli et al., 2020).

Midiatização da política

Em um mundo digital, o conceito de redes sociais adquire novos contornos voltados para o desenvolvimento tecnológico e o desejo da sociedade de reaparelhar-se com a utilização do poder da tecnologia para servir à tecnologia do poder (Castells, 1999). Essas redes *online* conectam pessoas mesmo à distância, ampliando a capacidade de compartilhamento de informações, preferências e narrativas. Assim, o ciberespaço se amplia e proporciona, cada vez mais, a comunicação “muitos para muitos”.

Para Carlón (2015), identifica o processo de circulação das informações, levando em consideração as mídias tradicionais e digitais, sendo eles: a) Ascendente/descendente, em que a informação emerge das mídias digitais e ganha visibilidade nos veículos tradicionais, posteriormente; b) Descendente/Ascendente, no qual uma informação é noticiada pela mídia tradicional, depois segue como pauta nas redes sociais e volta a ser assunto nos veículos tradicionais; c) Descendente/Horizontal relaciona-se a quando as informações dos meios massivos são discutidas e compartilhadas nas redes; d) Ascendente/ Horizontal: ocorre quando o conteúdo das redes não chega à mídia massiva. No causa do tema discutido neste trabalho e o exemplo acima, nota-se uma circulação de informações descendente/ascendente, em que a repercussão negativa da expressão utilizada interfere na produção, sendo a notícia atualizada.

Evgeny Morozov (2018) explica que essas plataformas de redes sociais possuem interesses mercantis ocultos, de maneira que suas mudanças e problemáticas não são apenas questões comunicacionais e de desenvolvimento tecnológico, mas também são parte do contexto político e econômico vigente. No final de agosto de 2024, o ministro

Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão do Twitter/X após a rede desobedecer diversas determinações da Justiça brasileira (Hising, 2024).

O uso estratégico da rede social pelas pessoas com o desejo de adentrar o mundo político tem sido recorrente, principalmente por ele driblar as mídias tradicionais de comunicação (Santos, 2022). Essa prática ficou mais evidente com o ex-presidente dos EUA Donald Trump, em 2016, e com o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em 2018, sendo uma tendência na era da infocracia⁴ (Han, 2022). Ou seja, a interação entre atores políticos e eleitorado têm, portanto, passado por alterações devido às mudanças na comunicação, inclusive devido à utilização das plataformas virtuais, isso porque mais do que permitir a comunicação dos indivíduos, elas ampliaram a capacidade de conexão dos sujeitos (Castells, 1999; Recuero, 2009).

Para Han (2022), a inserção dos meios de comunicação de massa (rádio, TV e impresso) e a submissão da política a eles produziu a midiocracia, na qual o discurso racional é destruído. Esse cenário se agrava com a crise democrática no regime da informação. “Na era das mídias digitais, a esfera pública discursiva não é ameaçada por formatos de entretenimento das mídias de massa, não pelo infoentretenimento, mas sobretudo pela propagação e proliferação viral de informação, a saber, pela infodemia” (Han, 2022, p. 34).

4. Para Han (2022), a sociedade contemporânea é marcada pela fragmentação do discurso e do *looping* do eu permanente, em que não há diálogo entre os atores sociais. O discurso se esvazia, o que apresenta um risco para a própria democracia.

Metodologia e Análise

Este estudo analisa 11 deputadas federais das 77 eleitas em 2018, acompanhando os discursos em suas respectivas páginas do *Twitter* (X), no período de 1º de fevereiro de 2019, data referente à posse das deputadas, a 31 de julho do mesmo ano, compreendendo o primeiro semestre de atuação na Câmara dos Deputados Federal. A formação do *corpus* se deu a partir de alguns critérios, sendo eles: I) a limitação de coleta do software utilizado para raspagem na base de dados do *Twitter* (que na época possuía a API aberta), o TAGS V.1; II) as deputadas que dentro da coleta possuíam publicações no período de 180 dias estabelecido (01/02/2019 a 31/07/2019), referente ao primeiro semestre de atuação na Câmara, o que reduziu de 77 para 29 deputadas; III) deputadas que apoiem os discursos bolsonaristas, total ou parcialmente, sendo de partidos que compuseram a base de apoio do governo Bolsonaro.

Após o estabelecimento do *corpus*, os tweets coletados passaram pela análise automatizada de conteúdo (Cervi, 2018), por meio do uso do software *Iramuteq*.

Quem são as deputadas?

Em relação à representatividade e às pautas feministas do Brasil de 2019 e 2023, é perceptível que este é um país ainda predominantemente machista, transfóbico, racista, que se reflete no conservadorismo do atual Parlamento brasileiro, em que as bancadas Ruralista, da Bala, da Bola e da Bíblia ainda são numerosos e influentes nas decisões da Casa (Santos, 2023). Em meio a esse contexto, as deputadas federais alinhadas mais à direita do espectro político, eleitas em 2018, a compor

este estudo são: Profa. Dorinha Seabra (Democratas/TO), Elcione Barbalho (MDB/PA), Adriana Ventura (NOVO/SP), Iracema Portella (PP/PI), Paula Belmonte (PPS/DF), Magda Mofatto (PR/GO), Aline Gurgel (PRB/AP), Clarissa Garotinho (PROS/RJ), Liziane Bayer (PSB/RS), Mara Rocha (PSDB/AC) e Dra. Soraya Manato (PSL/ES).

Profa. Dorinha Seabra (DEM/TO)

Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Professora Dorinha, nasceu em 1964 em Goiânia (GO) e foi eleita pelo Democratas, atual União Brasil. Em 2018 ela já estava no seu 3º mandato como Deputada Federal, no qual atuou na vice-liderança do partido na Câmara. Além disso, ela também esteve à frente da Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins por quase uma década, foi líder da Bancada Feminina na Câmara e coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de abril de 2019 a abril de 2021.

Nas redes sociais, no período de fevereiro a 31 de julho de 2021, Dorinha (@profdorinha) publicou 21 vezes contando tweets e retuítés (RT). Suas principais pautas são voltadas para a Educação e para o estado do Tocantins, que a representa. Entre os conteúdos compartilhados, foi possível encontrar RT's de outros usuários que eventualmente marcaram a deputada em *posts*. Suas próprias publicações eram mais curtas e com caráter informativo, sem muito espaço para levantar e aprofundar questões.

Como deputada de 2019 a 2023, Professora Dorinha ficou conhecida como a “mãe” do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), sendo relatora da PEC – Proposta de Emenda à Constituição – do Fundeb, aprovada em agosto de 2020 e regulamentada

pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Entretanto, seu conteúdo a respeito da temática se apresenta muito generalista à proposta, sem muitos detalhes sobre a forma com que a política pública irá auxiliar as pessoas no sistema de educação.

A deputada aborda a educação de maneira hegemônica e sem inserir grupos minorizados em debates e propostas, o que pode ser explicado pela sua filiação ao Democratas, atual União Brasil, um partido conservador e que está ligado a frentes parlamentares de defesa do *status quo*. Sua participação nas redes revela um posicionamento nada questionador em relação às estruturas de dominação masculina, refletindo o seu alinhamento com os grupos de políticos e do eleitorado conservador a que está ligada.

Elcione Barbalho (MDB/PA)

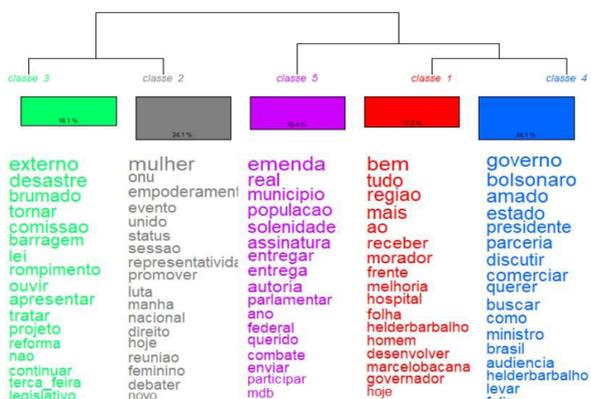
Elcione Therezinha Zahluth Barbalho (@elcionebarbalho) nasceu em 1944 na cidade de Belém (PA) e foi eleita pelo então PMDB. Em 2018 ela já estava no seu 6º mandato como Deputada Federal, eleita com 165.202 votos. Uma das suas principais pautas é a defesa da mulher, em especial nos casos de violência. Além de Elcione há outros membros da sua família inseridos no mundo político. Seu esposo é Jader Barbalho, senador no MDB/PA, e seus filhos são Jader Barbalho Filho, atual Ministro das Cidades do Governo Federal, e Helder Barbalho, governador reeleito do Pará (MDB).

Nas redes sociais, durante o primeiro semestre de 2019, Elcione publicou 163 tweets em sua página no *Twitter*. Suas publicações partem de retuítes de veículos de jornalismo tradicionais e de perfis de outros usuários, como do seu próprio filho, Helder Barbalho (MDB). É possível

notar que sua atuação política está fortemente ligada aos interesses da família e dos grupos políticos ao qual está vinculada, como o Centro. Por isso, pautas femininas e identitárias acabam sendo limitadas perante o seu capital político ligado à oligarquia Barbalho, atuante e hegemônica no Pará.

Figura 1

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Elcione Barbalho*



Iramuteq, 2023.

Nas publicações se destacam duas categorias bem recorrentes nas publicações de Elcione: “Mulher” (classe 2) e “Governo Bolsonaro” (classe 4), ambas representando 24,1% de frequência. Em “Mulher”, a deputada traz temas como violência contra mulher, igualdade de gênero, valorização e empoderamento feminino, dentre outros. Além disso, é possível notar uma tentativa em associar sua imagem parlamentar à atuação com o estado do Pará, que a elegeu. Uma das pautas defendidas por Elcione é a presença de cotas para assegurar a presença feminina no Estado.

Entretanto, no ano de 2020, Elcione foi acusada de usar indevidamente o fundo eleitoral, onde verbas que seriam para candidaturas femininas do MDB teriam sido desviadas para candidaturas masculinas, conforme matéria publicada pelo Portal G1, em 25 de junho de 2020 (G1 PA, 2020). A deputada evita tópicos polêmicos, como aborto ou recortes que abrangem minorias, como mulheres negras, trans e indígenas, fazendo com que ela siga em uma linha mais generalista no que tange às questões das mulheres brasileiras.

Em “Governo Bolsonaro”, Elcione expressa uma relação de “amor e ódio” com o governo do ex-presidente Bolsonaro. Ela acaba equilibrando críticas ao governo, como a relação de Bolsonaro com lideranças religiosas e a reforma da presidência, e certas concordâncias em alguns momentos, como a pauta da facilitação do porte de armas e da segurança pública. Assim como o seu partido, Elcione apresenta contradições em suas pautas apresentadas. Ao apresentar uma preocupação com bandeiras femininas, suas propostas não trazem debates plurais, que envolvem questões voltadas para os diferentes públicos e mulheres brasileiras.

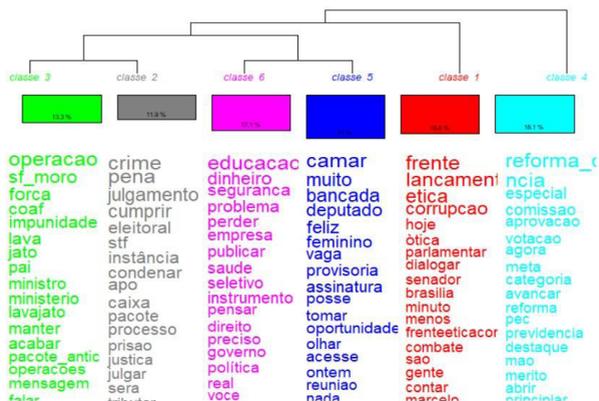
Adriana Ventura (Novo/ SP)

Adriana Miguel Ventura nasceu em 1969 na cidade de São Paulo (SP) e foi eleita pelo Partido Novo em 2018, como deputada federal, com 64.341 votos. Já em 2022, foi reeleita com 109.474 votos, atuando como vice-líder do partido e participando da Secretaria da Mulher e de diversas comissões, como da previdência social, combate aos maus-tratos a animais e outros.

Nas redes sociais, nos primeiros seis meses de mandato, Adriana (@adriventurasp) publicou 478 postagens em sua página no Twitter. Os temas abordados mostram que a deputada está alinhada com as abordagens do Partido Novo em relação a questões econômicas e administrativas e, quando o tema é centrado nas mulheres, ela acaba sendo generalista.

Figura 2

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Adriana Ventura*



Iramuteq, 2023.

Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq* é possível observar que a categoria mais acionada é “*Accountability*”, na qual a deputada apresenta seu trabalho na Câmara e também defende o desenvolvimento do empreendedorismo. O governo Bolsonaro, assim como o partido de Adriana, estão articulados em prol do desmonte do estado brasileiro, a partir de uma perspectiva neoliberal que busca reduzir o papel estatal, por meio de projetos como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, e outros.

Iracema Portella (PP/PI)

Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima nasceu em 1966 na cidade de Teresina (PI) e foi eleita pelo Partido Progressista, com 96.277 votos. Foi vice-líder de seu partido e atuou na Secretaria da Mulher, na Procuradoria da Mulher e nas comissões de saúde, de direitos humanos, dentre outras. Em 2022, foi candidata à vice-governadora do Piauí, ficando em segundo lugar com seu companheiro de chapa, Silvio Mendes, com 41,62% dos votos válidos. Atualmente, Iracema atua como empresária e Presidente Nacional do Movimento Mulheres Progressistas.

Em fevereiro de 2023, o Twitter (@iracemaportela) teve apenas quatro publicações entre 1º de fevereiro a 31 de julho de 2021. Dos quatro *tweets*, os temas citados foram trabalho infantil e Reforma da Previdência, nos quais refletiram a opinião e a postura adotada por Iracema em seus trabalhos na Câmara.

Apoiando a postura do partido, assim como as propostas do Governo Bolsonaro, Iracema defende a Reforma da Previdência. Conseqüentemente, ela também não tenciona discussões que demonstram as nuances da população brasileira, do acesso ao sistema e das condições das diferentes mulheres brasileiras. Devido ao *corpus* pequeno, o *software* não foi capaz de construir um filograma com o resultado da classificação pelo Método de Reinert, em que é possível o agrupamento dos termos a partir de suas relações semânticas.

Paula Belmonte (PPS/DF)

Paula Moreno Paro Belmonte, nasceu em 1973 na capital paulista (SP) e foi eleita pelo PPS, atual Cidadania, com 46.069 votos.

Foi vice-líder do partido, participou da Secretaria da Mulher e de diferentes comissões, como Cédulas Físicas para Plebiscitos, Defesa dos Direitos da Mulher, de Saúde, Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, Paula Belmonte foi vice-líder do partido na Câmara.

Em fevereiro de 2023, Paula (@paulabelmonte) postou 405 *tweets*. Em seu perfil, ela se posiciona a partir de um pensamento maternal, além de levantar bandeiras relacionadas à economia e o combate à corrupção, defendendo o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil por meio das reformas tributária e da previdência, do estado mínimo e do livre comércio.

Figura 3

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Paula Belmonte*



Iramuteq, 2023.

Ao inserir o banco de dados no software *Iramuteq*, foi possível identificar que a categoria mais acionada nas publicações é “Educação” (classe 4), presente em 23,6% das ocorrências. Sua preocupação com

essa temática reflete o pensamento maternal e o cuidado feminino na política, recorrendo à ideia universal de “ser mulher” e ignorando discursos alinhados às pautas femininas a partir de um olhar interseccional.

Já na categoria *Accountability*, a deputada destaca sua participação na aprovação da Reforma da Previdência, demonstrando sua atuação alinhada ao seu partido e ao governo Bolsonaro. Seu discurso possui uma associação constante entre governos do PT e países considerados comunistas, como Cuba e Venezuela, explorados por apoiadores do governo Bolsonaro.

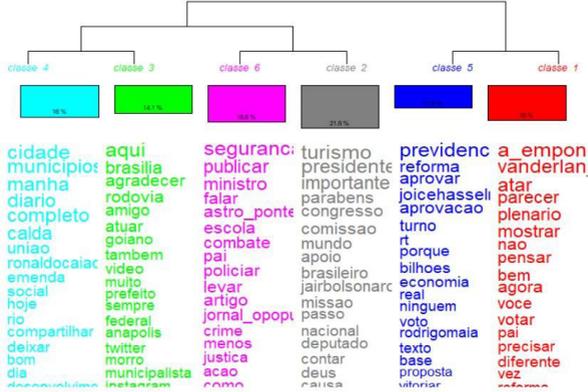
Magda Mofatto (PR/GO)

Magda Mofatto Hon nasceu em 1948, na cidade de Limeira (SP) e foi eleita pelo PTB, realizando o seu 4º mandato como deputada federal com 88.894 votos. Já em 2022 ela foi reeleita com 81.996 votos pelo PL, partido ao qual se filiou em 2019. Magda também foi vereadora em Caldas Novas (GO), pelo PMDB, de 1993 a 1996 e pelo PSD, de 2001 a 2002; foi deputada estadual de Goiás, pelo PMDB, de 2002 a 2004 e prefeita de Caldas Novas (GO), pelo PTB, de 2005 a 2007; e retornou ao cargo de vereadora da cidade pelo mesmo partido, de 2008 a 2010.

No período de coleta, Magda (@MofattoMagda) postou 253 vezes entre *tweets* e retuites, priorizando aliados políticos, como o ex-presidente Bolsonaro e o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro. A deputada se posiciona por meio de um discurso bastante difundido entre os apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, contrário ao partido pelo qual foi eleita, e colocando-se na contramão dos direitos das mulheres e das minorias.

Figura 4

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Magda Mofatto*



A categoria mais acionada nas publicações é a intitulada “Apoio ao Governo Bolsonaro” (21,8%). Magda se alinha aos valores e propostas, comparando leis estadunidenses com brasileiras, como no que tange à segurança pública e ao tratamento das pessoas encarceradas. A deputada também se apresenta como conservadora em suas redes sociais, defendendo suas principais bandeiras: a família tradicional, contra a legalização do aborto a “ideologia de gênero”, termo que remete à neolinguagem (Varela, 2019).

Magda também foi favorável aos acampamentos instalados após as eleições de 2022, em apoio a Jair Bolsonaro. Sua linha neoconservadora, em concordância com a do ex-presidente, se alinha à perspectiva neoliberal de abertura da economia que vai ao encontro da grande maioria dos congressistas, reforçando a dominação masculina conservadora frente às minorias.

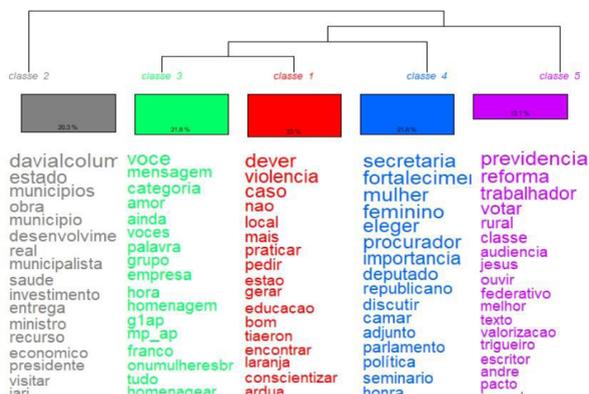
Aline Gurgel (PRB/AP)

Aline Paranhos Varonil Gurgel nasceu em 1980 no Macapá (AP) e foi eleita com 16.519 votos pelo PRB, em 2018. Ela atuou na Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Governo do Estado do Amapá, em 2017 e foi presidente da União dos Vereadores do Estado do Amapá (UVEAP) de 2014 a 2019. Atualmente, Aline é filiada e presidente do Republicanos Amapá.

No seu perfil do Twitter (@alinegurgel_ap) postou 524 vezes, entre *tweets* e retuites. Aline se apresenta nas redes como cristã e parte da Bancada Evangélica, repostando posts da Igreja Universal e temas voltados à religião. Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, a categoria mais acionada nas publicações é a intitulada “Bandeiras do mandato” (23%).

Figura 5

Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Aline Gurgel



Iramuteq, 2023.

Aline traz discussões sobre pautas de educação, saúde e combate à violência, em especial, violência contra a mulher. A deputada demonstra preocupação com as mulheres indígenas, e em publicações no Twitter acaba fazendo um recorte interseccional de gênero e etnia, além de dialogar com a eleição da primeira mulher indígena para a Câmara dos Deputados. Ela assume outros posicionamentos alinhados com a oposição e a frente de centro-esquerda em vários momentos, como na votação da Reforma da Previdência e na defesa de grupos interseccionais, mesmo se aproximando da lógica cristã entre mulher e família, como proposta no governo Bolsonaro.

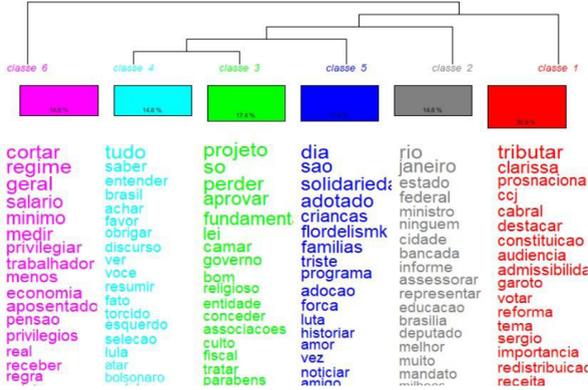
Clarissa Garotinho (PROS/RJ)

Clarissa Barros Assed Matheus de Oliveira nasceu em 1982 na cidade de Campo dos Goytacazes (RJ) e vem de uma família conhecida politicamente: filha dos ex-governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, e irmã do prefeito de Campo dos Goytacazes-RJ, Wladimir Garotinho. Como deputada federal, elegeu-se em 2014 pelo PR, reeleita pelo PROS em 2018, e em 2020, chegou a candidatar-se à prefeitura do Rio de Janeiro, ficando em 11ª posição com 12.178 votos.

Em fevereiro de 2023, Clarissa (@dep_clarissa) postou 256 vezes, com um discurso alinhado aos do ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores, voltado para a defesa da liberdade, da vida e dos valores da família. Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, a categoria mais acionada nas publicações é “Reforma Tributária”, na qual ela qualifica como necessária para o Brasil.

Figura 6

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Clarissa Garotinho*



Iramuteq, 2023.

Como forma de obter capital político para si, Clarissa aponta a possibilidade de descentralizar recursos da União e de se ter mais transparência por meio da Reforma. E, assim como outras deputadas, sua figura e presença política está alinhada à mulher mãe, comum aos estereótipos de gênero. Não há debates profundos a respeito da forma como as mulheres são vistas na sociedade, na qual impera a dominação masculina. Entretanto, em “Crítica à polarização”, a deputada não se posiciona como apoiadora do PT ou do governo Bolsonaro, rebatendo as críticas ao entrar em desacordo com o governo Bolsonaro, ao qual se alinhava em determinadas pautas.

Liziane Bayer (PSB/RS)

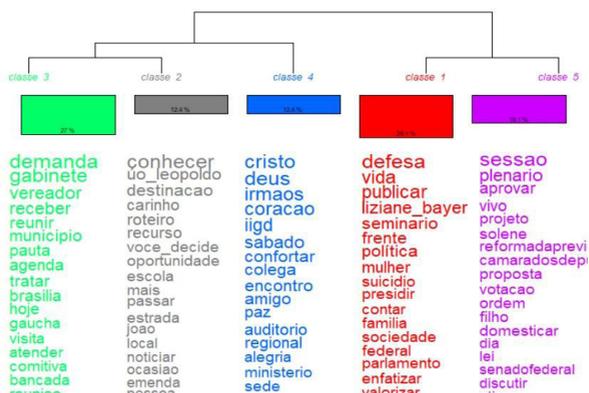
Liziane Bayer Da Costa nasceu em 1981 na cidade de São Pedro do Sul (RS) e foi eleita em 2018 como deputada federal pelo PSB, partido

de centro-esquerda e alinhado com pautas identitárias e feministas. Ela se coloca como cristã, esposa, mãe e estudante de Gestão Pública, trazendo como principais bandeiras a saúde da mulher, o incentivo ao empreendedorismo, a educação e a segurança pública. Atualmente, é filiada ao Republicanos e é a primeira suplente do senador General Mourão, eleito em 2022 pelo Rio Grande do Sul.

Liziane (@lizianebayer) fez 667 publicações, reforçando seu compromisso com a família e a vida, discurso alinhado ao bolsonarismo. Ao passar o banco de dados pelo *Iramuteq*, a categoria mais acionada é “Bandeiras do mandato”, onde ela apresenta a defesa da vida e da família por meio de três frentes: prevenção ao suicídio, proteção e prevenção da violência contra as mulheres e defesa da vida desde sua concepção.

Figura 7

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Liziane Bayer*



Iramuteq, 2023.

Liziane não se preocupa com um recorte interseccional que abranja as principais formas de opressão que sofrem as mulheres

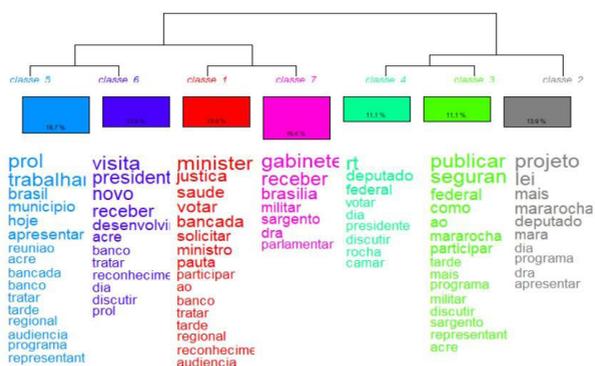
brasileiras. A defesa dos direitos da mulher é limitada à proteção contra violência e algumas questões de saúde, sendo associados constantemente à família e à maternidade. A ex-deputada acaba se firmando como um pilar de defesa dos interesses conservadores da igreja e do discurso pregado pelo governo Bolsonaro.

Mara Rocha (PSDB/AC)

Cylmara Fernandes Da Rocha Gripp, nasceu em 1973 na cidade de Rio Branco (AC) e foi eleita em 2018 pelo PSDB, sendo a mais votada pelo Acre com 40.047 votos. Mara foi titular na Secretaria da Mulher e participou da comissão de Desenvolvimento Urbano, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Defesa das Pessoas com Deficiência, Programa Bolsa Família, entre outras.

Figura 8

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Mara Rocha*



Iramuteq, 2023.

Mara ingressou no Twitter (@soumara15), como conta oficial, no dia 8 de fevereiro de 2019, uma semana após sua posse na Câmara. No período da coleta, ela realizou 72 publicações, entre *tweets* e *retuites*. A deputada utilizou a rede como canal de prestação de contas, com poucas publicações e interações.

A categoria mais frequente é “Agenda”, na qual Mara compartilha o dia a dia no Congresso, trazendo encontros e reuniões com outras entidades e atores sociais, notando-se uma proximidade com as instâncias militares, como corpo de bombeiros e polícia. Seu alinhamento com o governo Bolsonaro e o conservadorismo fica evidente por estar incluída nas Bancadas da Bala e Ruralista, além do seu voto a favor dos projetos e medidas neoliberais do ex-presidente.

Dra. Soraya Manato (PSL/ ES)

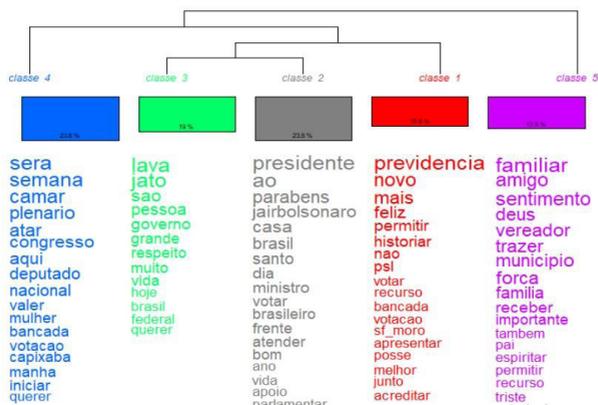
Soraya de Souza Mannato nasceu em 1961 na cidade de Linhares (ES), sendo eleita em 2018, com 57.741 votos, filiada ao União Brasil e PTB, ambos em 2022. Atuou como vice-líder dos partidos e participou da Secretaria da Mulher e das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Constituição e Justiça e de Cidadania, Direitos das Pessoas com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, entre outros.

Em seu perfil do *Twitter* (@DraManato), Soraya fez 127 publicações durante o primeiro semestre de mandato. Seu discurso se destaca por meio de uma posição conservadora e alinhada à política bolsonarista. Ao analisar o banco de dados via *Iramuteq*, duas categorias se destacam com 23,8%, cada: “Governo Bolsonaro” e “*Accountability*”. Na primeira citada, Soraya se mostra como parte da base aliada, apoiando o governo

do ex-presidente de diferentes formas, como suporte em suas propostas e em críticas às ações do STF.

Figura 9

*Análise gerada pelo programa Iramuteq
– Dep. Federal Dra. Soraya Manato*



Iramuteq, 2023.

Em “*Accoutability*”, a parlamentar traz sua atuação no plenário como deputada federal e apresenta certa contradição em seu discurso envolvendo a temática “mulher”. Sua visão, mesmo conservadora, tenta se desvincular da dominação masculina, para se colocar como defensora das mulheres. Mas, ao mesmo tempo, Soraya se alinha a um governo que agride as mulheres e mostra-se conservador nas pautas sociais e culturais.

Deputadas Unidas com Bolsonaro

A partir da coleta e da análise do recorte das deputadas eleitas para Câmara dos Deputados Federal, em 2018, com mandato de 2019

a 2022, serão observados os fatores que permitem compreender a narrativa adotada por cada deputada, bem como se sua trajetória no parlamento está alinhada ou não com a proposta conservadora do governo Bolsonaro. Para isso, foi desenvolvido um quadro comparativo das categorias abordadas e pela frequência que elas foram abordadas nas publicações do Twitter.

Quadro 1

Categorias por deputadas aliadas ao governo Bolsonaro

Categoria	Frequência	Deputada
<i>Accountability</i>	9 deputadas	Profa. Dorinha Seabra; Elcione Barbalho (18,4%); Adriana Ventura (20,95%); Paula Belmonte (21,6%); Magda Mofatto (18%); Clarissa Garotinho (17,4%); Liziane Bayer (19,1%); Mara Rocha (16,7%); Dra. Soraya Manato (23,8%).
Reforma da Previdência	6 deputadas	Adriana Ventura (18,1%); Iracema Portella; Magda Mofatto (11,5%); Aline Gurgel (13,1%); Clarissa Garotinho (14,8%); Dra. Soraya Manato (15,9%).
Políticas para o estado	6 deputadas	Profa. Dorinha Seabra; Elcione Barbalho (17,2%); Magda Mofatto (14,1%); Aline Gurgel (20,3%); Clarissa Garotinho (14,8%); Liziane Bayer (12,4%).
Bandeiras do mandato	5 deputadas	Adriana Ventura (17,14%); Magda Mofatto (18,6%); Aline Gurgel (23%); Clarissa Garotinho (17,4%); Liziane Bayer (29,1%);
Governo Bolsonaro	4 deputadas	Profa. Dorinha Seabra; Elcione Barbalho (24,1%); Magda Mofatto (21,8%); Dra. Soraya Manato (23,8%).
Agenda	3 deputadas	Profa. Dorinha Seabra; Liziane Bayer (27%); Mara Rocha (19,4%).
Atualidades	3 deputadas	Aline Gurgel (21,8%); Mara Rocha (11,1%); Dra. Soraya Manato (17,5%).

Projetos e leis	2 deputadas	Profa. Dorinha Seabra; Mara Rocha (13,9%).
Lava Jato	2 deputadas	Adriana Ventura (13,33%); Dra. Soraya Manato (19%).
Segurança	2 deputadas	Adriana Ventura (11,9%); Mara Rocha (11,1%).
Temáticas da mulher	2 deputadas	Elcione Barbalho (24,1%); Aline Gurgel (21,8%).
Defesa das crianças	2 deputadas	Iracema Portella; Paula Belmonte (19,5%).
Pautas anti-corrupção	2 deputadas	Adriana Ventura (18,57%); Paula Belmonte (20,3%).
Reforma Tributária	1 deputada	Clarissa Garotinho (20,9%).
Educação	1 deputada	Paula Belmonte (23,6%).
Economia	1 deputada	Paula Belmonte (14,9%).
Pautas ambientais	1 deputada	Elcione Barbalho (16,1%).
Pautas cristãs	1 deputada	Liziane Bayer (12,4%).
Sociedade	1 deputada	Profa. Dorinha Seabra.
Crítica a polarização	1 deputada	Clarissa Garotinho (14,8%)
Mandato Municipalista	1 deputada	Magda Mofatto (16%)

Elaboração própria (2024).

É possível analisar que a narrativa, adotada pelas deputadas em suas publicações na rede social, possui um caráter conservador, sendo às vezes contraditório e hegemônico. Além disso, há um certo caráter evitativo em pautas consideradas polêmicas, como a legalização do aborto e em propostas de mudanças efetivas para grupos minoritários e marginalizados da sociedade.

Assim como apontado por Varela (2019), o conceito de neolíngua foi amplamente utilizado na categoria “Mulher”, de maneira que a narrativa apresentada pelas parlamentares busca distorcer o conceito de gênero ao mesmo tempo que evita tratar camadas mais profundas que impactam a vida de grupos minoritários e marginalizados. Dessa

forma é reforçada a dominação masculina não só na sociedade, mas também nas propostas de mudanças estruturais da mesma. Valores maternais reforçados nas mulheres, como proposto por Avelar (1989) também são identificados nas categorias voltadas para a educação e a defesa das crianças, que também são tratados de maneira hegemônica.

As pautas levantadas são fortemente alinhadas a um discurso conservador, refletindo o alinhamento das deputadas com os seus respectivos grupos políticos e eleitores. Assim como no governo Bolsonaro, é possível notar que algumas das parlamentares analisadas têm sua atuação política ligada aos interesses das suas oligarquias e da família tida como tradicional brasileira. Há exemplo de Elcione Barbalho, no qual seu esposo, Jader Barbalho, e seus filhos, Jader Barbalho Filho e Helder Barbalho, também estão inseridos no mundo político.

Na categoria “Governo Bolsonaro” há críticas, assim como pautas em comum, como a Reforma da Previdência, a facilitação do porte de armas e a segurança pública. Há exemplo de Iracema Portella, favorável à Reforma da Previdência, que não leva em conta a intersecção da sociedade brasileira, no qual o sistema afeta as mulheres e outros grupos pertencentes a diversas classes e condições. Já Aline Gurgel, mesmo inserida na Bancada Evangélica e próxima à lógica cristã, demonstra preocupação e busca atuar na defesa de grupos interseccionais, como mulheres indígenas.

Já em categorias voltadas para as mudanças econômicas, é possível identificar um alinhamento no que diz respeito aos interesses voltados à mínima interferência do Estado, partindo de uma perspectiva neoliberal. Como apontado por Morozov (2018), esse discurso está fortemente amparado pelos interesses mercantis ocultos das próprias

plataformas de redes sociais, que ultrapassam as questões comunicacionais. Ou seja, a suspensão atual do Twitter/X é um exemplo do descumprimento de leis vigentes no país, sustentada de maneira fraca pela liberdade de expressão ilimitada.

Conclusão

De acordo com o objetivo de observar as narrativas construídas pelas parlamentares selecionadas, a partir do seu recorte e da base teórica levantada para essa pesquisa, foi possível observar que o grupo de deputadas analisadas é alinhado aos interesses do governo Bolsonaro. Nos aspectos abordados em pautas econômicas, o discurso utilizado condiz com a proposta neoliberal e de pouca interferência do Estado.

Além disso, no que diz respeito às questões de gênero, há um caráter ambíguo em certas questões, ora alinhadas ao governo, ora discordante, como o caso da parlamentar Aline Gurgel e sua preocupação na defesa de grupos interseccionais. Em outros momentos, é possível identificar características conservadoras presentes na relação Estado-igreja, em que deputadas como Liziane Bayer apresenta uma defesa dos direitos das mulheres limitada a aspectos ligados à família e à maternidade, ligados aos interesses conservadores da igreja e do discurso pregado pelo governo Bolsonaro.

As deputadas selecionadas na pesquisa, de modo geral, demonstram em suas narrativas na rede social *online* um caráter evitativo em relação a pautas polêmicas e que atuam como real transformação na vivência de grupos interseccionais em sociedade. De certa forma, esperava-se que uma maior inserção feminina na política traria mais políticas públicas para as mulheres. Entretanto, a pesquisa revela como

a dominação masculina e os interesses das classes dominantes ainda estão fortemente enraizadas no Brasil.

Referências

Adichie, C. N. (2015). *Sejamos todos feministas*. Companhia das Letras.

Amâncio, L. (1993). Gênero: representações e identidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, 127-140.

Avelar, L. (19889). *O Segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Editora Unicamp.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

BBC News Brasil. (27 out. 2022). Elon Musk conclui compra do Twitter por US\$ 44 bi e demite executivos. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63422571>

Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Biroli, F; Machado, M. D. C. & Vaggione, J. M. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo.

Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Carlón, Mario. (2015). Público, privado e íntimo: el caso Chicas bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en

la circulación contemporánea. *Dicotomía público/privado: estamos no camino certo*, 211-232.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Cervi, E. U. (2018). *Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica* [Trabalho apresentado]. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Brasil.

Cesarino, L. (2020). Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(1), 404-427.

Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda & D. R. Prehn (Orgs.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. EDIPUCRS.

G1 PA. (2020, junho 25). MP recorre pela cassação da dep. fed. Elcione Barbalho (MDB) por suposto uso indevido do fundo eleitoral. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/25/mp-recorre-pelacassacao-da-dep-fed-elcione-barbalho-mdb-por-suposto-uso-ilegal-de-cota-de-genero-dofundo-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Han, B.-C. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Vozes.

Heilborn, M. L. (1994). De que gênero estamos falando? *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, 1(2), 1-6.

Hising, E. (2024, agosto 31). Rede social X é suspensa no Brasil após ordem de Moraes. *Portal G1*. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/31/rede-social-x-suspensa-no-brasil.ghtml>

Miguel, L. F. & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política*. Boitempo.

Morozov, E. (2018). *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.

Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Editora Sulina.

Santos, D. L. V. (2023). *As brasileiras no poder: uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no Twitter em 2019* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16236>

Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 15(2), 71-99.

Silva, M. G. da, Chaves, V., & Barbosa, L. (2023). Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). *Sociedade e Estado*, 38(1), 95-124.

Varela, N. (2019). *Feminismo 4.0: la cuarta ola*. Ediciones.

PL 1904/2024: NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS SOBRE O ABORTO NO BRASIL

Isadora da Silva Prestes¹
Francisco Arrais Nascimento²

Beauvoir (1970) ao problematizar a posição da mulher na sociedade lançou luz sobre zonas de sombra construídas histórica culturalmente e inscritas geograficamente. Ao afirmar que, “o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho” (Beauvoir, 1970, p. 72). Nesse ínterim, a noção de diferença é delineada, fazendo emergir a compreensão de que “identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva

-
1. Publicitária. Mestranda em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).
isadora.prestes@unesp.br
 2. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
francisco.arrais.nascimento@gmail.com

linguística – está sujeita a vetores de força, a relação de poder” (Silva, 2014, p. 81). Tal entendimento, arraiga a gênese do movimento em que diversos autores questionam a “construção cultural da mulher como Outro³” (Thornham, 2001, p. 34), ou seja, “a partir do que não é homem” (Jacobs, 2017, p. 360). Butler (1998, p. 283) norteando-se sob as linhas de (Austin, 1975) é contundente ao afirmar que “o performativo é a prática discursiva que promulga ou produz aquilo que nomeia⁴”, ou seja, “o que ela chama de performatividade do gênero, [...] diz respeito ao caráter ativo da relação entre o sujeito e a sociedade, enquanto esta última é organizada dentro de normas e de leis que funcionam pelo discurso” (Tiburi, 2013, p. 22).

Assim, estabelecidas as fronteiras da diferença que alicerçam a hierarquia entre os gêneros, infiltrada na cultura brasileira por meio do processo de colonização e de dominação euroamericana, se pode inferir que tal processo é ancorado na negação, pois dizer que se é algo ou se identificar sob um nome significa negar e ocultar vários outros aspectos que não aparecem de imediato. Logo, “O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade”, não obstante, “Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência” (Silva, 2014, p. 97).

Diante do que foi exposto, se pode inferir que a violência contra a mulher é uma questão de interesse público que impacta a vida de

3. Citação original, “[...] *cultural construction of woman as Other* [...]” (Thornham, 2001, p. 34).

4. Citação original, “[...] *a performative is that discursive practice that enacts or produces that which it names*” (Butler, 1998, p. 283).

meninas e mulheres de todas as idades, classes sociais e etnias (Cerqueira, 2024). Ressalta-se que, a Lei Maria da Penha⁵ aponta para 5 diferentes tipos de violência, a saber: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (*Lei n. 11.340*, 2006). Neste estudo, o viés eleito para imergir no contexto das violências de gênero é o da interseccionalidade, uma vez que, não existe hierarquia de opressões, mas sim, uma gênese comum como afirma Davis (2017, p. 22) ao inferir que “as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo”.

Assim, utilizando-se das narrativas que buscam o cerceamento dos direitos de mulheres enquanto maioria minorizada (Santos, 2000), como o Projeto de Lei (PL) 1904/2024, em tramitação no Congresso Nacional brasileiro, propõe equiparar o aborto ao homicídio simples se realizado após a 22^a semana de gestação, mesmo nos casos de gravidez resultante de estupro (Blum, 2024; BBC News Brasil, 2024) indo de encontro ao §128 do Código Penal Brasileiro que elenca as situações legais para o acesso ao aborto no Brasil.

Dessa forma, este estudo se propõe a analisar as postagens sobre o tema da PL 1904/2024 no X, buscando identificar os principais argumentos usados por Deputadas Federais em relação à proposta. Utilizando uma abordagem qualitativa documental, foram escolhidas como amostras as deputadas federais Carla Zambelli (PL), favorável à PL 1904/2024, e Érika Hilton (PSOL), contrária à mesma. Os *tweets* das parlamentares foram coletados na plataforma X durante o período de 1º a 30 de junho de 2024. A análise se baseia no método arbóreo

5. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

proposto por Pinto Molina (1992) e na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), utilizando ferramentas online como *Voyant Tools* e *Wordcounter* para análise textual. O estudo visa identificar os padrões argumentativos mais frequentes entre as parlamentares, explorando nuvens de *tags* para visualização das relações entre os termos utilizados.

Inviabilidade do X, mudança no percurso metodológico

Devido à impossibilidade de acesso à plataforma X, suspensa em todo o Brasil desde 30 de agosto de 2024, esta pesquisa, que inicialmente visava analisar os *tweets* publicados entre 1º e 30 de junho de 2024 nos perfis oficiais das deputadas federais Carla Zambelli (PL) e Érika Hilton (PSOL), será redirecionada para a análise dos conteúdos publicados no Instagram das parlamentares durante o mesmo período.

A proibição do X no Brasil decorre do descumprimento de ordens judiciais por Elon Musk, proprietário da plataforma, em investigações sobre milícias digitais que utilizam a rede social para disseminar discursos de ódio e *fake news*. Essa não conformidade com as determinações judiciais, aliada ao encerramento das atividades do X no país e a ausência de um representante legal da rede social no Brasil, levou o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, a proibir a utilização da rede social em território nacional.

Assim, diante da impossibilidade de acesso ao X, a pesquisa se concentrará nas publicações realizadas por Zambelli e Hilton no Instagram entre 1º e 30 de junho de 2024, com o objetivo de identificar os principais argumentos usados pelas Deputadas Federais em relação à proposta legislativa 1904/2024. Vale ressaltar que muitos conteúdos originalmente postados no X são frequentemente replicados em outras

redes sociais e a discussão em torno do PL 1904 gerou um intenso debate público que reverberou discussões em diversas redes sociais.

Sobre a PL 1904: narrativas e contranarrativas

No dia 17 de maio de 2024, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 1904/2024 de autoria de Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e outros 32 parlamentares. A proposta legislativa apresentada tem como objetivo modificar a política brasileira em torno do aborto. Vale destacar que, regulado pelo artigo 128 do Código Penal (CP) em vigor desde 1940, o aborto no Brasil é permitido em 3 situações, sendo elas: se a continuidade da gestação apresentar riscos à vida ou à saúde da gestante, em casos de feto anencéfalo e de gravidez resultante de estupro.

A proposta legislativa 1904 define que, se ocorrer um aborto em gestações acima de 22 semanas e houver a presunção de que o feto teria condições de sobreviver fora do útero, a pessoa que realizar o aborto e o médico que efetuar o procedimento poderão ser punidos com as mesmas penas previstas para o delito de homicídio simples. O projeto, portanto, inviabiliza qualquer tipo de aborto realizado após a 22ª semana de gestação, incluindo as resultantes de estupro (Colacino, 2024; *Projeto de Lei nº 1.904*). Uma das principais justificativas da proposta legislativa centra-se “na ausência de previsibilidade do legislador do CP de 1940 acerca da facilitação do procedimento abortivo” (Colacino, 2024, p. 32), tendo em vista que “jamais o legislador admitiria que houvesse um direito de matar uma pessoa inocente para resolver um problema de segunda pessoa, por mais grave que fosse, causado por uma terceira pessoa” (*Projeto de Lei nº 1.904*, p. 04). Cabe destacar que, no

dia 12 de junho foi aprovada a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei 1904 pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Dessa forma, a proposta legislativa pode ser votada e aprovada a qualquer momento pelo Plenário, sem o devido debate e a análise de comissões pertinentes.

Tal proposta insere-se no centro de um debate histórico e cultural complexo e polarizado acerca do aborto, envolvendo narrativas e contra-narrativas que atravessam questões éticas, religiosas, de saúde pública, Direitos Humanos e controle dos corpos que podem gestar. A proposta legislativa visa alterar o Código Penal para ampliar as restrições ao aborto e introduzir penas mais severas, mesmo nos casos já permitidos por lei (como estupro, risco de vida à gestante ou anencefalia do feto), tornando o debate ainda mais urgente e controverso.

Assim, ao imergir na temática se pode compreender que, a história do aborto no Brasil é marcada por uma combinação de conservadorismo cultural, influências religiosas, e tensões entre modernidade e moralidade. Desde o período colonial, a criminalização do aborto foi influenciada pela moral católica, que se estabeleceu como força dominante nas instituições políticas e jurídicas brasileiras. O Código Penal de 1940, que ainda vigora com algumas modificações, define o aborto como crime, exceto em situações de risco de vida à gestante e gravidez resultante de estupro, com a permissão ampliada em 2012 para casos de fetos anencéfalos.

Entretanto, a prática do aborto sempre existiu, principalmente entre as pessoas que podem gestar enquadradas em estratos sociais mais vulneráveis economicamente, que recorrem a métodos clandestinos e inseguros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) o aborto é apontado como o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil. Tal fato lança luz sobre zonas de sombra criadas historicamente que encortinam uma profunda desigualdade social e de gênero: enquanto pessoas que podem gestar em condições econômicas privilegiadas podem acessar serviços clandestinos mais seguros, pessoas que podem gestar pertencentes a classes sociais menos abastardas enfrentam condições perigosas, muitas vezes letais. Assim, o debate sobre o aborto no Brasil nunca foi apenas sobre moralidade, mas também sobre saúde pública e direitos reprodutivos.

A repercussão do Projeto de Lei que equipara o aborto ao homicídio simples reverberou intensamente na sociedade civil e nas redes sociais. Ativistas, movimentos sociais e opositores à proposta em questão mobilizaram-se vigorosamente para retardar sua tramitação (Calife, 2024). Esse movimento ganhou destaque principalmente devido às severas penas previstas para meninas, mulheres e pessoas com útero que, em casos de abuso sexual, poderiam enfrentar até 20 anos de reclusão⁶ se realizassem o aborto após a 22^o semana de gestação, contrastando com penas mais brandas, entre 6 e 10 anos, para os agressores (Blum, 2024; Calife, 2024). A aprovação do projeto resultaria na obrigatoriedade de meninas, mulheres e pessoas com útero cuja gestação ultrapassasse a 22^a semana, a prosseguir com a gravidez e o parto, “afetando especialmente crianças e mulheres vítimas de violência, que muitas vezes chegam aos serviços de saúde, com gestações mais avançadas por não conseguirem antes: apoio, proteção e acesso” (Criança Não é Mãe, 2024, *online*). Nelson Hungria (1942, p. 312) afirma que “nada justifica que

6. A mesma pena é válida também para profissionais de saúde que viabilizam o aborto após a 22^o semana.

se obrigue a mulher estuprada a aceitar uma maternidade odiosa, que dê vida a um ser que lhe recordará perpetuamente o horrível episódio da violência sofrida”.

Francesco Vianna Colacino (2024) afirma que os Estados não podem diminuir ou enfraquecer a proteção já oferecida aos direitos humanos. Isso implica que, uma vez que um direito é reconhecido e garantido, ele deve ser preservado. No caso do aborto, o autor aponta que “a permissibilidade do aborto, principalmente nos casos de uma gravidez resultante de violência sexual, possibilita da realização da manobra abortiva é uma proteção conferida no âmbito dos direitos humanos, sendo inviável seu retrocesso” (2024, p. 33).

De acordo com o Atlas de Violência de 2024, no Brasil ocorre um estupro a cada 46 minutos. Em 2022, mais de 144 mil mulheres foram vítimas de violência sexual. Adicionalmente, foram registrados mais de 221.240 casos de violência contra meninas e mulheres somente no mesmo ano, o que equivale a uma agressão a cada 2 minutos. Meninas com idades entre 10 e 14 anos representam 49,6% dos casos de violência sexual, onde, em 81% dos casos, a violência ocorre dentro da própria residência. Os dados são alarmantes e destacam não só a urgente necessidade de medidas efetivas para proteger meninas, mulheres e pessoas com útero da violência sexual, mas também apontam para a necessidade de uma mudança cultural e social profunda para combater as raízes desse problema. A conscientização, a educação sobre respeito e igualdade de gênero, além de políticas públicas eficazes e a aplicação rigorosa da lei, são fundamentais para criar um ambiente seguro para todos.

No entanto, em meio a esses esforços, há iniciativas legislativas que podem retroceder os direitos das mulheres, como o caso do PL 1904.

Esse projeto de lei extrapolou os limites da Câmara dos Deputados e repercutiu em diversos ambientes, gerando diferentes pontos de vista que se propagam através das redes sociais e de manifestações públicas. Dessa forma, atores sociais alinhados com perspectivas progressistas defendem a necessidade urgente de conter o PL, evitando sua aprovação, uma vez que percebem o aborto como uma questão de saúde pública, justificando sua decisão sobre os direitos sexuais e reprodutivos de meninas, mulheres e pessoas com útero, vendo a proposta como inconstitucional e como um retrocesso democrático no que tange os direitos adquiridos para o gênero feminino (Calife, 2024), enquanto atores alinhados a ideais conservadores apontam para a urgente necessidade da sua aprovação, vendo a interrupção da gestação como uma forma de assassinato, uma vez que, para eles, a vida tem início na concepção (Blum, 2024). Entre os grupos participantes dessa controvérsia estão os Deputados Federais, responsáveis por formular, debater e votar projetos de lei que exercem influência direta sobre a sociedade civil (Soares, 2011). Utilizando plataformas digitais, tais atores estabelecem laços com seus eleitores, desenvolvendo diversas narrativas para legitimar seus interesses perante os temas em destaque tanto no Congresso Nacional quanto na sociedade.

Diante disso, se pode inferir que, as narrativas a favor da PL 1904 são amplamente sustentadas por setores conservadores, especialmente ligados a grupos religiosos, como a Igreja Católica e igrejas evangélicas, que defendem o direito à vida desde a concepção. Esses grupos enxergam o aborto como uma violação moral e um atentado contra a vida humana. Para eles, ampliar as restrições legais seria uma forma de

proteger os valores tradicionais da sociedade e impedir a “banalização” do aborto, visto por esses setores como um crime.

Nessa perspectiva, a narrativa que apoia a criminalização total do aborto se ancora na ideia de que a vida é sagrada e inviolável desde a fecundação, e que o Estado tem o dever de proteger tanto a vida do feto quanto a da mãe. Políticos e líderes religiosos que apoiam essa agenda costumam usar discursos que associam o aborto à degradação moral da sociedade, ao desrespeito pela família e à perda de valores cristãos, reforçando uma visão conservadora de sociedade. A Deputada Federal Carla Zambelli (PL – SP) é uma das autoras do projeto de lei 1904, manifestando-se intensamente de forma favorável à aprovação da proposta na Câmara e nas redes sociais. Para Zambelli, a vida tem início na concepção e, portanto, deve ser preservada.

Em contrapartida, as contranarrativas são defendidas por movimentos feministas, organizações de direitos humanos e setores da saúde pública, que argumentam que a criminalização do aborto não impede sua prática, mas sim expõe pessoas que podem gestar/mulheres, especialmente as mais vulneráveis, a riscos desnecessários. Esses grupos defendem que o aborto é uma questão de saúde pública e direitos reprodutivos, e que as mulheres e/ou pessoas com útero devem ter o direito de decidir sobre seus corpos sem a interferência do Estado.

A abordagem crítica dessas contranarrativas revela que a criminalização do aborto é uma forma de controle sobre o corpo, reforçando uma estrutura patriarcal que historicamente negou às mulheres autonomia plena. Além disso, essa criminalização intensifica as desigualdades sociais, já que o acesso seguro ao aborto clandestino é restrito às classes

mais altas, enquanto mulheres pobres morrem ou sofrem graves complicações em procedimentos inseguros.

As contranarrativas também destacam o impacto desproporcional da criminalização do aborto sobre mulheres negras e pobres, que enfrentam barreiras adicionais de acesso à saúde e vivem em condições de maior vulnerabilidade. Para essas vozes, o aborto seguro e legal é um direito fundamental que contribui para a equidade de gênero e justiça social, e sua proibição agrava as desigualdades de classe e raça. A Deputada Federal Érika Hilton⁷ (PSOL – SP) se manifesta ativamente em oposição à proposta legislativa. Para Hilton, o projeto desconsidera a complexidade de fatores que podem levar à interrupção de uma gravidez, colocando em risco a saúde e a vida de meninas e mulheres, o que representa um retrocesso nos direitos individuais e na saúde pública no Brasil.

Na próxima seção, analisaremos as publicações realizadas no *feed* do *Instagram* de ambas as deputadas federais em torno da temática do PL 1904/2024. Os materiais foram coletados no Instagram durante o período de 1º a 30 de junho de 2024, momento de efervescência do debate em torno do PL. O objetivo do trabalho consiste em identificar os principais argumentos utilizados pelas deputadas federais Carla Zambelli (PL) e Érika Hilton (PSOL) para manifestar apoio ou oposição ao Projeto de Lei 1904/2024 em tramitação na Câmara. Para isso, a pesquisa se utiliza de ferramentas online como *Voyant Tools* e *Wordcounter* para análise textual, com vistas a identificar os padrões argumentativos mais frequentes utilizados pelas parlamentares em torno da temática.

7. Primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil.

“PL 1904”, “não ao aborto”, “contra o aborto”, “marcha pela vida”, “pro-vida”, “assistolia fetal”, “adoção”, “22 semanas”, “bebê não é monstro” e “defesa da vida” foram os termos de maior ocorrência nas postagens da parlamentar.

Zabelli é uma das 33 parlamentares autoras do PL 1904/2024. A parlamentar utiliza em suas redes sociais materiais audiovisuais para se apresentar favorável à aprovação da proposta legislativa na Câmara. Observa-se um esforço expressivo da deputada em apresentar o projeto não como uma medida contrária ao aborto ou como um retrocesso aos direitos das mulheres, mas como um marcador temporal para o aborto legal. Segundo Zambelli, a aprovação do PL possibilitaria a realização do aborto até a 22ª semana de gestação em qualquer uma das situações já previstas no Código Penal, que está em vigor desde 1940, sem que isso acarretasse penalidades para a gestante ou para o médico que realizasse o procedimento. No entanto, cabe ressaltar que o Código Penal de 1940 não estipula um prazo limite para a prática do aborto. Dessa forma, a proposta prevê uma mudança na legislação onde a 22ª semana será considerada, uma vez que, a partir do 5º mês gestacional o feto já tem condições de viver fora do útero. Em suas publicações, Zambelli argumenta que os avanços na medicina têm possibilitado que bebês prematuros nascidos com 22 semanas ou mais consigam sobreviver e completar seu desenvolvimento fora do ambiente uterino. Para a deputada, a assistolia fetal⁸, técnica necessária para garantir a interrupção da gravidez em fases mais avançadas e recomendada pela OMS, causa

8. A assistolia fetal é um procedimento realizado em gestações mais avançadas. O procedimento envolve a administração de substâncias por meio de injeções que visam cessar os batimentos cardíacos do feto, resultando em sua morte. Após esse procedimento, o feto é removido do útero para concluir a interrupção da gestação.

sofrimento ao feto e a gestante, sendo considerado um “ato abortivo cruel” e um “assassinato de feto”. No entanto, o Dr. Cristiano Rosas, médico coordenador da Rede Médica pelo Direito de Decidir no Brasil, em entrevista para a Folha de S. Paulo, afirmou que o procedimento é indolor para o feto e seguro para a mulher. Para ele, a assistolia é fundamental para induzir o aborto. Dessa forma, “sem a assistolia, não se trata de um aborto induzido em gestações mais avançadas, mas sim de uma indução de um parto prematuro” (Montenegro, 2024, par. 3).

Para Zambelli e para os demais autores do projeto 1904/2024, a viabilidade da vida extrauterina a partir da 22ª semana de gestação fundamenta a posição de que a interrupção da gravidez após esse período deve ser classificada como homicídio. Assim, meninas, mulheres e pessoas gestantes devem, ao ultrapassar o limite de 22 semanas para o aborto legal, prosseguir com a gestação, tendo a opção de entregar o bebê para adoção, agenda levantada pela parlamentar em suas redes sociais. A deputada acrescenta ainda que apoiar a aprovação do PL 1904/2024 é defender a vida desde sua concepção.

Zambelli, no mês de junho celebrou a aprovação do caráter de urgência da tramitação da proposta legislativa na Câmara dos Deputados. Neste mesmo período, houve também a “Marcha pela Vida” em Brasília, manifestação pública contra o aborto, ato amplamente divulgado pela parlamentar. Dessa forma, é possível inferir que, mediante a intensa manifestação popular contrária ao projeto, a parlamentar buscou apresentar o PL e as mudanças na legislação atual que sua aprovação acarretaria, com o objetivo de angariar apoio em torno da temática.

Atores contrários ao PL 1904/2024 foram tratados nas redes sociais da deputada federal como “militância abortista”, uma vez que

se posicionam contrários ao marco temporal que a proposta legislativa impõe. Para esses grupos, o aborto é uma questão de saúde pública e deve, portanto, ser legalizado, pois ele ocorre no Brasil e vai continuar a ocorrer de forma clandestina em casos que superem as 22 semanas gestacionais previstas no projeto, com riscos à saúde da gestante. Em países onde o aborto é restrito ou proibido, muitas gestantes recorrem a métodos perigosos que podem resultar em complicações sérias, como infecções, hemorragias e até morte.

Além disso, grupos contrários ao PL argumentam que crianças, meninas e mulheres abusadas sexualmente frequentemente chegam aos serviços de saúde com gestações mais avançadas devido à falta de apoio e acesso a serviços adequados. Essa situação muitas vezes as obriga a gerar uma vida resultante de violência. Se decidirem abortar após a 22ª semana de gestação, podem enfrentar penalidades mais severas do que aquelas impostas aos próprios estupradores. Zambelli, em suas redes sociais, expressou apoio ao aumento das penas para estupradores, incluindo a proposta de castração química. Ela enfatizou que os verdadeiros monstros são os estupradores, não os bebês, defendendo que estes últimos têm o direito de nascer e as mães podem entregá-los para adoção.

Érika Hilton, deputada federal contrária a aprovação do PL 1904 publicou no mês de junho 35 *posts* em seu perfil oficial do *Instagram* (@hilton_erika). Desses, 7 publicações se relacionavam com a temática do PL 1904. O número de publicações sobre a proposta legislativa representa 20% do conteúdo divulgado pela parlamentar no *Instagram* durante o período analisado. Cabe destacar que o período de maior

ocorrência das publicações sobre a temática ocorreu entre os dias 5 e 25 de junho de 2024.

Figura 2

Nuvem de tags de argumentos levantados pelas publicações de Érika Hilton no Instagram sobre a temática do PL 1904/2024



Elaborado pelos autores.

Para Érika Hilton, o PL 1904/2024 ficou conhecido como “PL do estupro” ou “PL da gravidez infantil”. É importante destacar que a parlamentar utilizou suas redes sociais em oposição à proposta legislativa e contribuiu com a mobilização virtual por meio da *hashtag* #CriançaNãoÉMãe. Como é possível observar, as palavras em destaque foram as que tiveram maior ocorrência no período analisado, sendo, portanto: “criança não é mãe”, “PL do estupro”, “estuprador não é pai”, “abortion legal” e “PL 1904”. A parlamentar utiliza recursos audiovisuais e imagens informativas que são acompanhadas de legendas para se opor à proposta legislativa em suas redes sociais.

Para Hilton, o PL 1904/2024 representa um retrocesso nos direitos das mulheres, uma vez que impõem um marco temporal infundado em uma legislação vigente desde 1940 que permite o aborto apenas

em 3 situações no país. Para a parlamentar, a proposta é um atentado contra a democracia pois iguala o aborto após a 22^o semana de gestação ao crime de homicídio simples, com penas que variam de 6 a 20 anos de prisão. Essa abordagem, segundo a deputada, pode ser interpretada como um incentivo à violência sexual, pois as vítimas que optarem por interromper a gestação decorrente de abuso após o marco temporal estabelecido pelo PL poderão enfrentar punições mais severas do que os próprios agressores. Para Heloísa Buarque de Almeida (2024, par. 7)

a maior parte das agressões sexuais no Brasil – entre 70 e 80%, a depender da pesquisa – acontece contra meninas e adolescentes, especialmente cometida por parentes e pessoas conhecidas ou que coabitam, muitas vezes de modo repetitivo ao longo dos anos, aumentando a chance de o abuso levar à gravidez. São crianças que podem ser abusadas por anos a fio e que muitas vezes jamais denunciam, pois o agressor é um parente.

Dessa forma, pode-se inferir que a parlamentar demonstra preocupação com o marco temporal proposto pelo PL, especialmente considerando que muitas vítimas de abuso sexual são crianças e adolescentes. Essas vítimas frequentemente levam tempo para compreender as consequências do abuso e reconhecer uma possível gravidez, uma vez que muitas delas são violentadas no seio familiar e antes mesmo da primeira menstruação (Almeida, 2024). Dessa forma, para Hilton, o PL 1904 representa um retrocesso na legislação vigente que, desde 1940 viabiliza o aborto a qualquer momento da gestação em casos de risco de vida da gestante, gravidez resultante de estupro e feto anencéfalo, sendo, portanto, um projeto brutal contra a vida de meninas, mulheres e pessoas que gestam. A parlamentar defende o arquivamento da proposta

legislativa e, por isso, busca mobilizar a população para impedir sua aprovação na Câmara dos Deputados.

Conclusão

Ao término das análises dos dados coletados e da identificação dos ecos discursivos constitutivos das narrativas e contranarrativas que promovem o embate político, se pode compreender que um aspecto central dessa discussão é o papel do Estado em relação à moralidade e aos direitos individuais. A PL 1904/2024 coloca o Estado como um agente de controle da moralidade, reforçando normas conservadoras sobre o comportamento feminino e a maternidade. Essa visão do Estado contrasta com as demandas progressistas por uma regulação baseada nos Direitos Humanos e na saúde pública, onde o papel do governo deveria ser o de garantir a proteção e o acesso a serviços de saúde para todas as mulheres e/ou pessoas que podem gestar, independentemente de classe, cor ou crença.

A polarização do debate sobre o aborto no Brasil reflete, em grande parte, a divisão política e ideológica que se acirrou nas últimas décadas. Grupos conservadores, que ganharam força política e institucional com a ascensão de lideranças religiosas no Congresso, têm avançado uma agenda de controle sobre temas morais, como o aborto, o casamento homoafetivo e a educação sexual nas escolas. Em contrapartida, movimentos sociais e organizações feministas, o próprio movimento homossexual com ênfase para o estrato T (Transgêneros – compreendidas neste estudo enquanto pessoas com útero) LGBTQIAPN+ entre outros movimentos sociais ligados a maiorias minorizadas, mesmo diante de um cenário político adverso, continuam

a lutar por um modelo de Estado laico que respeite a diversidade de crenças e a autonomia das mulheres.

O debate sobre o aborto no Brasil, ilustrado pela PL 1904, reflete profundas divisões sociais, políticas e ideológicas. As narrativas conservadoras que defendem a proibição total do aborto estão enraizadas em tradições religiosas e moralistas, enquanto as contranarrativas progressistas destacam os direitos reprodutivos, a justiça social e a autonomia das mulheres. Em última análise, esse debate deve ser entendido como parte de um conflito histórico mais amplo entre o controle do corpo feminino e a luta por igualdade de direitos e dignidade humana.

Referências

Almeida, H. B. (2024, junho 13). Criança não é mãe! Novos ataques aos direitos das pessoas que sofrem violência sexual. *Jornal da USP*.

Austin, J. (1975). *How to do Things with Words: The William James lectures delivered at Harvard University in 1955*. University Press.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

BBC News Brasil. (2024). O que está em jogo com projeto que torna homicídio aborto após 22 semanas de gestação. *BBC News*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgg817ejzmo>

Beauvoir, S. de. (1970). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Blum, B. (2024). Projeto que endurece lei de aborto também pode punir adolescentes; entenda. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha>.

uol.com.br/folhateen/2024/06/entenda-o-que-pode-mudar-com-o-pl-antiaborto-por-estupro.shtml

Butler, J. (1998). From: Bodies That Matter: On the Discursive Limits of ‘Sex’. In L. Goodman, & J. De Gay (Ed.). *The Routledge Reader in Gender and Performance*. Routledge.

Calife, K. (2024). Por que ser contra o PL 1904 é ser a favor da vida das meninas, mulheres e pessoas com útero no Brasil?. *Teoria e Debate*. <https://teoriaedebate.org.br/2024/06/24/por-que-ser-contrao-pl-1904-2024-e-ser-a-favor-da-vida-das-meninas-mulheres-e-pessoas-com-utero-no-brasil/>

Cerqueira, D. (2024). *Atlas da violência 2024*. (2024). Ipea; FBSP.

Colacino, F. (2024). A Inconstitucionalidade do PL nº 1904/24. *Boletim IBCCRIM*, 32(382), 32–34. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13273044>.

Criança Não é Mãe. (2024). Histórico da Campanha. <https://crianca-nao-e-mae.org/>

Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo.

Hungria, N. (1942). Comentários ao Código Penal. *Revista Forense*, 5.

Instituto Maria da Penha. (2024). TIPOS DE VIOLÊNCIA. IMP. <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

- Jacobs, D. D. S.. (2017). Corpo Vocal, Gênero e Performance. *Revista Brasileira De Estudos Da Presença*, 7(2), 359-381. <https://doi.org/10.1590/2237-266061818>
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Constituição Federal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Montenegro, É. (2024). Assistolia fetal: como é o método para interromper gravidez avançada. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/saude/assistolia-fetal-o-que-e-aborto>
- Pinto Molina, M. (1992). *El resumen documental: principios e métodos*. Pirâmide.
- Projeto de Lei nº 1.904. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>
- Santos, R. (2020). *Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Telha.
- Soares, J, R, B. (2011). O papel do deputado federal na República Federativa Brasileira. *Revista de Informação Legislativa*, 48(191), 245-254.
- Silva, T. T. (2014). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes.
- Thornham, S. (2001). Second Wave Feminism. En S. Gamble (Ed.), *Feminism and Postfeminism*. Routledge.

Tiburi, M. (2013). Judith Butler: feminismo como provocação. *Cult – Revista brasileira de Cultura*, (185).

ÍNDICE REMISSIVO

Símbolos

#CriançaNãoÉMãe 36, 46, 47, 48, 49, 57, 436
#CRIANÇAÃOÉMÃE 8, 33

A

aborto 33, 34, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 157, 163, 165, 166, 170, 179, 267, 271, 401, 406, 415, 423, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 441

Arte 4

audiovisuais 28, 192, 433, 436

audiovisual 280

C

cidadania 74, 97, 99, 101, 102, 103, 126, 127, 177, 265, 296, 298, 335, 336, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 356, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366

Coletivo 181, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198

Coletivo Filhas da Mãe 181, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198

comunicação 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 41, 56, 65, 84, 89, 90, 97, 98, 101, 102, 104, 105, 113, 116, 129, 130, 131, 132, 133, 143, 144, 145, 148, 150, 155, 159, 181, 182, 198, 201, 202, 215, 216, 217, 241, 272, 277, 280, 281, 287, 290, 291, 292, 293, 299, 300, 312, 313, 317, 331, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 348, 349, 362, 373, 375, 378, 379, 384, 385, 387, 395, 396

comunicación 23, 32

conservadorismo 169, 172, 251, 254, 260, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269,

270, 271, 272, 283, 371, 378, 379, 397, 412, 426

culpbilização 44, 230, 231

Cunhã Poranga 202, 203, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

D

direitos humanos 97, 99, 126, 139, 140, 153, 176, 186, 218, 249, 268, 271, 311, 322, 329, 330, 337, 342, 343, 344, 347, 368, 369, 375, 376, 378, 385, 387, 403, 428, 430

direitos reprodutivos 46, 48, 52, 53, 56, 58, 266, 267, 269, 427, 430, 439

discurso 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 75, 102, 135, 148, 149, 152, 153, 155, 157, 158, 165, 168, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 240, 241, 242, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 262, 263, 265, 266, 268, 271, 273, 277, 290, 320, 345, 372, 393, 394, 396, 405, 408, 410, 411, 412, 413, 416, 417, 422

discursos 10, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 52, 54, 59, 67, 75, 82, 83, 89, 97, 123, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 163, 165, 175, 203, 205, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 240, 241, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 259, 264, 266, 268, 270, 272, 273, 277, 287, 288, 289, 296, 299, 301, 346, 375, 376, 377, 384, 385, 386, 391, 392, 397, 405, 424, 430

E

ecologia das mídias 198

educação 25, 26, 27, 46, 75, 130, 138, 152, 174, 182, 183, 185, 186, 266, 271, 273, 311, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342,

344, 345, 348, 349, 350, 351, 352, 353,
354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361,
362, 363, 364, 365, 376, 394, 399, 408,
410, 416, 428, 438

empoderamento 25, 139, 202, 203, 207, 213,
217, 219, 289, 350, 400

empoderamento feminino 25, 202, 203, 207,
213, 217, 219, 400

extrema direita 247, 251, 260, 271

F

Facebook 79, 156, 188, 192, 193, 260

feminino 23, 24, 25, 31, 42, 50, 71, 73, 74,
76, 80, 86, 134, 136, 160, 162, 172,
202, 203, 207, 209, 213, 217, 219, 220,
226, 227, 230, 231, 232, 233, 235, 236,
237, 246, 263, 269, 284, 285, 346,
391, 400, 405, 418, 419, 429, 438, 439

feminista 17, 36, 41, 42, 43, 44, 59, 61, 70,
71, 72, 74, 76, 139, 176, 178, 236,
246, 275, 378

Filhas da Mãe 181, 184, 185, 188, 189, 190,
191, 192, 193, 195, 196, 197, 198

futebol 135

G

G1 10, 60, 276, 278, 279, 281, 294, 295,
296, 298, 300, 301, 302, 303, 304,
305, 306, 401, 419

gênero 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,
136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143,
145, 365, 366

gênero 2, 4, 12, 17, 23, 25, 36, 37, 41, 42,
43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 55, 56,
57, 58, 73, 75, 87, 89, 90, 145, 146,
157, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 171,
172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 198,
212, 214, 217, 226, 230, 233, 234, 236,
241, 246, 249, 250, 259, 260, 262, 263,
264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271,
273, 274, 277, 279, 283, 284, 285, 286,
287, 288, 289, 294, 296, 297, 298, 299,

302, 303, 308, 322, 336, 338, 341, 343,
344, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352,
353, 356, 357, 358, 360, 361, 362, 363,
365, 375, 376, 377, 378, 381, 383, 384,
386, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 394,
400, 406, 408, 409, 415, 417, 418,
419, 420, 422, 423, 427, 428, 429, 431

H

horror 221, 225, 226, 227, 228, 229, 231,
233, 235, 236, 237, 238, 239

I

identitárias 288, 369, 371, 372, 374, 375,
376, 386, 400, 410

igualdade de gênero 25, 73, 87, 212, 263,
269, 336, 338, 341, 343, 347, 348, 349,
350, 351, 352, 353, 356, 358, 360, 361,
362, 363, 400, 428

imprensa 24, 97, 100, 101, 109, 110, 111,
112, 113, 116, 123, 124, 126, 127, 132,
136, 240, 244, 276, 277, 283, 287, 289,
290, 293, 321, 333, 379, 380

Instagram 34, 41, 42, 46, 47, 48, 58, 62, 63,
79, 84, 88, 89, 156, 188, 192, 193,
213, 214, 262, 424, 431, 432, 435, 436

J

jornalismo 28, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102,
103, 104, 105, 107, 109, 122, 124, 126,
135, 149, 276, 277, 278, 279, 281, 287,
288, 290, 293, 294, 299, 300, 301, 302,
304, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 319,
321, 322, 329, 330, 332, 333, 353, 373,
385, 388, 399

Junji Ito 221, 227, 231, 232, 233, 236, 239

justiça social 2, 4, 9, 12, 27, 44, 94, 95, 104,
122, 270, 347, 431, 439

L

LGBT 160, 161, 163, 277, 295, 296, 297,
301, 302, 303, 304, 305, 306, 378

LGBTQIA+ 10, 276, 277, 278, 279, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 305, 382

LGBTQIAPN+ 149, 159, 163, 173, 262, 264, 266, 267, 268, 269, 271, 277, 283, 284, 296, 297, 302, 394, 438

liberdade de expressão 97, 99, 108, 109, 113, 125, 158, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 263, 339, 417

M

Malafaia 148, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179

maternidade 65, 66, 67, 68, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 269, 296, 298, 411, 417, 428, 438

mídia 25, 33, 35, 42, 50, 75, 78, 80, 82, 86, 88, 89, 102, 104, 112, 115, 123, 148, 149, 154, 176, 203, 210, 215, 218, 219, 277, 278, 279, 281, 285, 287, 291, 292, 293, 296, 298, 300, 301, 337, 340, 341, 342, 348, 350, 352, 353, 373, 395

mídias 39, 77, 83, 92, 98, 99, 147, 177, 186, 198, 211, 217, 282, 335, 337, 340, 377, 395, 396, 419

midiática 34, 127, 176, 277, 278, 282, 290, 299, 300, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 345, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 375

midiáticas 13, 69, 213, 219, 220, 286, 338, 339, 387, 388

mediático 13, 86, 100, 107, 112, 126, 149, 278, 290, 293, 294, 300, 340

mediáticos 13, 22, 35, 42, 112, 123, 341, 368

Moçambique 128, 129, 130, 137, 138, 139, 140, 145

mujer 16

Mujeres 17, 30

mulher 24, 30, 32, 43, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 86, 87, 88, 89, 129, 130, 134, 142, 143, 144, 150, 151, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 246, 249, 257, 267, 269, 284, 285, 286, 296, 301, 324, 366, 370, 393, 394, 399, 400, 405, 408, 409, 410, 411, 413, 415, 421, 422, 428, 434

mulheres 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 31, 33, 37, 40, 41, 45, 46, 49, 52, 54, 56, 58, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 84, 85, 89, 90, 92, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 170, 173, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 202, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 235, 236, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 263, 267, 268, 269, 282, 283, 284, 311, 324, 327, 328, 336, 337, 346, 347, 348, 350, 362, 390, 391, 393, 394, 401, 402, 403, 405, 408, 409, 410, 413, 416, 417, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440

O

orgulho LGBTQIA+ 296, 298, 302, 305

P

Pensamento Comunicacional 29

Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA) 29

S

sexualidade 41, 43, 45, 79, 138, 173, 174, 175, 230, 234, 259, 260, 265, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 279, 282, 286, 287, 288, 289, 294, 299, 347, 365, 366, 378, 387

sociedad 16

sociedade 13, 18, 20, 21, 23, 26, 28, 32, 34, 38, 41, 44, 46, 54, 56, 57, 59, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 87, 88, 89, 90, 98, 99, 100, 102, 105, 107, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 147, 148, 153, 157, 159, 161, 162, 166, 173, 175, 182, 187, 198, 201, 202, 204, 207, 213, 215, 218, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 244, 252, 256, 259, 263, 264, 265, 267, 270, 272, 273, 277, 286, 287, 289, 307, 312, 323, 325, 337, 338, 340, 341, 342, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 358, 362, 364, 376, 378, 392, 394, 395, 396, 409, 415, 416, 417, 419, 421, 422, 427, 429, 430

Stay Woke 368

Sumaúma 307, 308, 309, 313, 314, 319, 324, 330, 331, 332, 334

T

Twitter 59, 61, 84, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 176, 391, 396, 397, 399, 402, 403, 407, 408, 412, 414, 417, 418, 420

U

Uol 8, 65, 66, 67, 79, 80, 81, 82, 83, 88

V

Vaza Jato 95, 96, 104, 105, 108, 110, 113, 114, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125

Veja 107, 116, 333, 369, 370, 371, 372, 374, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 386, 387, 388, 389

Virginia Fonseca 8, 65, 79, 82, 86, 92

W

WhatsApp 186, 188, 191, 192, 193

X

X 54, 61, 84, 94, 152, 153, 156, 163, 164, 165, 179, 188, 260, 261, 396, 397, 417, 419, 423, 424

Y

YouTube 188, 260, 262

RIA

Editorial